

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	7
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	8
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	13
1.5 Principais clientes	43
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	44
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	56
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	57
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	61
1.10 Informações de sociedade de economia mista	69
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	70
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	71
1.13 Acordos de acionistas	80
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	81
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	82
1.16 Outras informações relevantes	84
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	85
2.2 Resultados operacional e financeiro	120
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	129
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	130
2.5 Medições não contábeis	133
2.6 Eventos subsequentes as DFs	135
2.7 Destinação de resultados	136
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	139
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	140
2.10 Planos de negócios	141
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	144
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	145
3.2 Acompanhamento das projeções	146

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	147
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	174
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	180
4.4 Processos não sigilosos relevantes	190
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	199
4.6 Processos sigilosos relevantes	200
4.7 Outras contingências relevantes	206
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	217
5.2 Descrição dos controles internos	224
5.3 Programa de integridade	231
5.4 Alterações significativas	244
5.5 Outras informações relevantes	245
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	246
6.3 Distribuição de capital	281
6.4 Participação em sociedades	282
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	283
6.6 Outras informações relevantes	284
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	285
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	294
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	295
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	296
7.4 Composição dos comitês	313
7.5 Relações familiares	325
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	327
7.7 Acordos/seguros de administradores	375
7.8 Outras informações relevantes	376
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	379

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	385
8.3 Remuneração variável	389
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	391
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	393
8.6 Outorga de opções de compra de ações	394
8.7 Opções em aberto	395
8.8 Opções exercidas e ações entregues	396
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	397
8.10 Outorga de ações	398
8.11 Ações entregues	399
8.12 Precificação das ações/opções	400
8.13 Participações detidas por órgão	401
8.14 Planos de previdência	402
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	403
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	405
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	406
8.18 Remuneração - Outras funções	407
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	409
8.20 Outras informações relevantes	410
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	411
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	413
9.4 Outras informações relevantes	414
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	415
10.1 Descrição dos recursos humanos	416
10.2 Alterações relevantes	417
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	418
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	420
10.5 Outras informações relevantes	421
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	422

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	424
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	428
11.3 Outras informações relevantes	430
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	431
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	432
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	433
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	445
12.5 Mercados de negociação no Brasil	446
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	447
12.7 Títulos emitidos no exterior	448
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	449
12.9 Outras informações relevantes	450
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	451
13.1 Declaração do diretor presidente	452
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	453
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1.1 - Breve histórico

A Companhia foi fundada em 1953 por José Batista Sobrinho, que iniciou as operações de uma pequena planta de abate, na Cidade de Anápolis, Goiás, com capacidade de abate de cinco cabeças de gado por dia. Constituída em 10 de dezembro de 1998, a Companhia iniciou suas operações sob o nome Friboi Ltda. em 1999 e, em 2006, mudou sua denominação para JBS S.A.

Em 2007, a JBS S.A. concluiu sua oferta pública inicial no Brasil, com a venda de 150.000.000 de ações ordinárias, com um lucro líquido total de R\$ 1.152,0 milhões. Em 2010, a JBS S.A. concluiu uma oferta de ações subsequentes de 200.000.000 de ações ordinárias, com um lucro líquido total de R\$ 1.562,5 milhões.

Em 2007, a Companhia adquiriu a embaladora de carne norte-americana, a Swift&Company por aproximadamente US\$ 1,5 bilhão. Essa aquisição representou a primeira grande expansão da Companhia nos Estados Unidos.

Em 2009, a JBS adquiriu 64% do capital total da Pilgrim's Pride Corporation ("**PPC**"), uma das maiores processadoras de frango nos Estados Unidos, com operações no México, Porto Rico e, posteriormente, Reino Unido. Como resultado de compras subsequentes, na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía 81,09% do capital social total da PPC.

Em 2009, a J&F e a ZMF Fundo de Investimentos em Participações, um fundo de investimento brasileiro de propriedade dos controladores indiretos da Companhia, firmaram um acordo de associação com os acionistas controladores da Bertin S.A. ("**Bertin**"), uma empresa brasileira que era um dos maiores exportadores de carne bovina e outros subprodutos de gado na América Latina.

De 2012 a 2017, a Companhia celebrou e concluiu uma série de contratos de arrendamento e aquisições que aumentaram sua capacidade de produção de: (1) produtos de frango e carne suína no Brasil; (2) produtos de carne bovina no Brasil, Canadá e Estados Unidos; (3) alimentos processados no Brasil e na Austrália; (4) produtos de frango no México; e (5) produtos de couro.

Abaixo está um breve resumo de outras transações corporativas relevantes que a Companhia realizou desde 2016.

Aquisição do GNP

Em 6 de janeiro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição de 100% da participação do GNP na Maschoff Family Foods, LLC por um preço agregado de US\$ 357 milhões. O GNP é um negócio de aves verticalmente integrado, com sede em St. Cloud, Minnesota. O negócio adquirido tem uma capacidade de produção de 2,1 milhões de aves por semana de trabalho de cinco dias em suas duas unidades e atualmente emprega aproximadamente 1.500 pessoas. A aquisição do GNP fortaleceu ainda mais a posição estratégica da Companhia no mercado de frango dos EUA.

Aquisição de Plumrose

Em 1º de maio de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da participação da Danish Crown A/S na Plumrose USA por um preço de US\$228 milhões ("**Aquisição de Plumrose**"). A Aquisição Plumrose inclui cinco unidades de produtos preparados, incluindo uma em Elkhart, Indiana, duas em Council Bluffs, Iowa, uma em Booneville, Mississippi, e uma em Swanton, Vermont, e dois centros de distribuição em South Bend, Indiana, e Tupelo, Mississippi. A Plumrose USA oferece uma variedade de alimentos de marca e preparados, incluindo bacon, presuntos, carnes fatiadas e costelas cozidas.

1.1 Histórico do emissor

Venda da JBS Mercosul

Em 5 de junho de 2017, a Companhia celebrou um contrato de compra de ações com certas subsidiárias da Minerva S.A., para a venda de todas as participações societárias da Companhia nas empresas que juntas compõem todos os negócios de carne bovina, gado vivo e subprodutos bovinos da Companhia na Argentina, Uruguai e Paraguai. O preço total de venda da JBS Mercosul foi de US\$ 300,0 milhões, mais um ajuste de capital de giro de aproximadamente US\$ 23,0 milhões (R\$ 71,0 milhões). A venda da JBS Mercosul foi concluída em 31 de julho de 2017.

Programa de Desinvestimento

Em 20 de junho de 2017, a JBS S.A. anunciou que seu conselho de administração aprovou um plano para alienar certos ativos e usar os recursos da venda para reduzir o endividamento da Companhia e, assim, fortalecer sua posição financeira. O Programa de Desinvestimento incluiu a venda da participação da Companhia de 19,43% na Vigor, os ativos da JBS Five Rivers e o confinamento canadense da Companhia a terceiros e a venda da participação da Companhia de 100% na Moy Park para sua subsidiária PPC. O Programa de Desinvestimento foi concluído em março de 2018 com o fim da venda da JBS Five Rivers. A Companhia arrecadou aproximadamente R\$ 6,0 bilhões por meio do Programa de Desinvestimento e da venda da JBS Mercosul e usaram uma parcela substancial desses recursos para reduzir sua dívida.

Venda da Moy Park

Em 8 de setembro de 2017, a JBS S.A. concluiu a venda de 100% das ações ordinárias emitidas e em circulação da Granite, holding que detém a Moy Park, à Onix Investments UK Limited, uma subsidiária integral da PPC. O preço de venda foi de £ 1,0 bilhão, consistindo em £ 230,0 milhões (US\$ 301,3 milhões) em dinheiro, £ 562,5 milhões (US\$ 736,8 milhões) na forma de uma nota promissória emitida pela Onix Investments UK Limited, e garantida pela PPC, à JBS S.A., ou Notas Sêniores da JBS SA, e assunção pela PPC de certas dívidas da Moy Park e de suas subsidiárias. Em 2 de outubro de 2017, a PPC utilizou uma parcela dos recursos provenientes da emissão realizada em setembro de 2017 de US\$ 250,0 milhões de suas Notas Sêniores de 5,750% com vencimento em 2025 e US\$ 600,0 milhões em valor principal agregado de suas Notas Sêniores de 5,875% em 2027 para reembolsar as Notas Sêniores da JBS SA na íntegra. Como resultado da Venda da Moy Park, na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 78,4% do capital social total da Granite. Essa transação foi reconhecida como uma transação de controle comum.

Venda da Vigor

Em 26 de outubro de 2017, a Companhia concluiu a venda de sua participação acionária de 19,43% na Vigor para o Lala Group, S.A.B. de C.V. De acordo com os termos do contrato de compra e venda, a Companhia recebeu aproximadamente R\$ 785,9 milhões da venda da Vigor durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e receberam mais R\$ 62,0 milhões nos próximos anos.

Venda da Canadian Feeldlot

Em 30 de outubro de 2017, a Companhia concluiu a venda dos ativos de confinamento de gado pertencentes e operados pela JBS Canadá. A Contraprestação incluiu o pagamento em dinheiro e por meio de outras obrigações, incluindo a transferência de bens imóveis e equipamentos. Parte dos recursos foi utilizada para pagar integralmente o empréstimo contraído por meio da linha de crédito canadense da JBS USA.

1.1 Histórico do emissor

Venda da JBS Five Rivers

Em 16 de março de 2018, a Companhia concluiu a venda da empresa de confinamento, a JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC (“**JBS Five Rivers**”) a afiliadas da Pinnacle Asset Management, L.P. por um preço de aproximadamente US\$185,7 milhões. A JBS Five Rivers é uma das maiores empresas de confinamento nos Estados Unidos. Fornece serviços de confinamento de gado, com gado pertencente a terceiros em troca de taxas. A JBS Five Rivers possui 11 confinamentos de gado nos Estados Unidos, com uma capacidade de alimentação única de mais de 900.000 bovinos, localizados no Colorado, Idaho, Kansas, Oklahoma, Arizona e Texas.

Como resultado do anúncio, em junho de 2017, do Programa de Desinvestimento, que incluía o plano de venda da JBS Five Rivers, os ativos da JBS Five Rivers, incluindo ágio, foram reclassificados para ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017. Os passivos relacionados aos ativos da JBS Five Rivers mantidos para venda também foram reclassificados e incluídos no passivo acumulado como passivo relativos aos ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017.

Venda dos ativos de confinamento de gado da JBS Austrália

Em 12 de julho de 2018, a JBS Australia celebrou um acordo com a Rural Funds Management (“**RFM**”), uma empresa australiana que possui e administra um portfólio de ativos agrícolas, para abastecer as plantas da JBS Austrália para o gado alimentado com grãos. O contrato inclui a venda dos ativos de confinamento de gado pertencentes à JBS Australia para a RFM, com um arrendamento de 10 anos relacionado à JBS Australia, nos termos do qual a JBS Australia continuou a operar e gerenciar os confinamentos. A RFM fornece o gado a ser alimentado e abatido nos confinamentos que, sob o contrato de arrendamento, são operados e gerenciados pela JBS Austrália. O contrato inclui uma opção para a recompra de ativos no final do quinto ano e uma opção de venda exercível por comprador terceiro no final do décimo ano que poderia exigir que a JBS Australia recomprasse os ativos. Como a transferência desses ativos não atende aos requisitos de governança contábeis e não é reconhecida como uma venda para fins de reconhecimento de receita, os ativos de confinamento de gado continuam sendo registrados no ativo imobilizado da JBS USA, excluído a parcela atual da dívida de longo prazo. A venda de uma parte dos ativos de confinamento de gado foi concluída em 29 de outubro de 2018.

Aquisição de Processadora de Suínos em Sebereri – RS

Em 26 de abril de 2019, a Seara Alimetnos Ltda. celebrou contrato de compra e venda com a Adelle Indústria de Alimentos Ltda. e demais garantidoras, para a compra de uma processadora de suínos, incluindo sistema de integração, localizados no município de Seberí, Estado do Rio Grande do Sul. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE em 23 de maio de 2019, e foi concluída em 1 de agosto de 2019.

Aquisição da Pilgrim’s Pride Ltd Em 28 de agosto de 2019 a PPC assinou contrato para aquisição da Tulip Company (“Tulip”), que posteriormente mudou o nome para Pilgrim’s Pride Ltd, líder na produção de carne suína e alimentos preparados com operações no Reino Unido, em uma transação avaliando a Tulip em £290 milhões (ou aproximadamente US\$354 milhões) para criar uma líder em proteína e alimentos preparados na Europa por meio da expansão do portfólio de alimentos preparados para 21% das vendas globais da Pilgrim’s. A operação foi concluída em 15 de outubro de 2019 por £ 311.3.

1.1 Histórico do emissor

Aquisição da Marba

Em 6 de novembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição do Frigorífico Marba Ltda. (“**Marba**”). Essa aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de ampliar a participação de produtos de maior valor agregado e de marcas em seu portfólio. Com faturamento anual de cerca de R\$350 milhões, a Marba é uma das marcas mais tradicionais no segmento de frios e embutidos e referência no segmento de mortadelas no Estado de São Paulo. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE em 4 de dezembro de 2019. A operação foi concluída em 20 dezembro de 2019.

Aquisição dos ativos de margarina e maionese da Bunge no Brasil

Em 20 de dezembro de 2019, a JBS S.A anunciou ao mercado que sua controlada Seara Alimentos Ltda. (“**Seara**”) celebrou um acordo para aquisição dos ativos de margarina e maionese da Bunge Alimentos S.A. (“**Bunge**”) no Brasil, pelo valor de R\$700 milhões. A transação inclui três unidades produtivas localizadas estrategicamente em Gaspar (SC), São Paulo (SP) e Suape (PE). Pelo acordo, serão adquiridas diversas marcas, entre elas Delícia, Primor e Gradina - esta última destinada ao segmento de food-service. A operação foi concluída em 30 de novembro de 2020.

Aquisição da Empire Packing

Em 18 de fevereiro de 2020, a JBS USA celebrou um acordo de aquisição de participação acionária com a Empire Packing Company, L.P. (“**Empire**”) para adquirir unidades produtivas de *case ready* e a marca Ledbetter por um total de US\$238 milhões.

A aquisição inclui cinco unidades produtivas localizadas em Cincinnati (Ohio), Denver (Colorado), Mason (Ohio), Memphis (Tennessee) e Olympia (Washington), além da marca de produtos ofertados no varejo, Ledbetter. A operação foi concluída em 06 de abril de 2020.

Aquisição da Vivera

Em 19 de abril de 2021, a Companhia anunciou acordo para aquisição da totalidade das ações da Vivera, terceira maior produtora de produtos plant-based na Europa, por um valor de empresa (*enterprise value*) de €341 milhões (aproximadamente US\$409.0 milhões). A companhia adquirida oferece um amplo portfólio de produtos com a marca Vivera além de produtos private label em mais de 25 países, com presença relevante nos mercados da Holanda, Reino Unido e Alemanha. A transação inclui três unidades produtivas e um centro de pesquisa e desenvolvimento localizados na Holanda. A operação foi concluída em 17 de junho de 2020.

Aquisição da Rivalea

Em 08 de junho de 2021, a Companhia firmou acordo para adquirir 100% da Rivalea Holdings Pty Ltd e 100% da Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd (em conjunto, “**Rivalea**”), pertencentes à empresa de alimentos QAF Limited, listada em Cingapura, por um valor de empresa (*enterprise value*) de AU\$175 milhões (US\$112 milhões). Com uma extensa linha de produtos em diversas categorias e verticalmente integrada, a Rivalea é líder na criação e processamento de suínos na Austrália, responsável por 26% dos suínos processados no país. A aquisição da Rivalea permite que a JBS aumente sua diversificação de produtos na Austrália, bem como aumento de volume de alimentos de maior valor agregado à base de carne suína na Primo, enquanto abre novas oportunidades para a carne suína australiana nos mercados doméstico e exportação assumindo a liderança no processamento de suínos no país e adicionando marcas importantes ao portfólio. A aquisição foi concluída em 04 de janeiro de 2022.

Aquisição da Kerry

Em 17 de junho de 2021, a Pilgrim’s Pride Corporation (“**PPC**”), subsidiária indireta da Companhia, celebrou um acordo para adquirir os negócios de alimentos preparados (“**Kerry Meats**”) e refeições (“**Kerry Meals**”) da Kerry Consumer Foods no Reino Unido e na Irlanda. A operação fortalece a posição da PPC como uma das empresas líderes na indústria de alimentos na Europa, criando uma das maiores e mais completas plataformas integradas de alimentos, com um portfólio de produtos de valor agregado com marcas. A aquisição, aprovada por unanimidade pelos Conselhos de Administração da JBS e da PPC, foi avaliada em um *enterprise value* de

1.1 Histórico do emissor

£680 milhões (aproximadamente US\$952 milhões), que representa um múltiplo de 8,5x o EBITDA esperado para 2021 dos negócios adquiridos.

Em 27 de setembro de 2021 foi anunciada a conclusão da aquisição dos negócios de carnes ("Kerry Meats") e refeições ("Kerry Meals") da Kerry Consumer Foods no Reino Unido e na Irlanda.

Aquisição da Huon

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia celebrou uma *Scheme Implementation Deed* — Escritura de Implementação ("Acordo") — com a Huon Aquaculture Group Limited ("Huon") listada na Australian Securities Exchange ("ASX"), para adquirir todas as ações emitidas da Huon por AU\$3,85 por ação, representando um valor de mercado de AU\$425 milhões (*enterprise value* de AU\$546 milhões). A Huon é a segunda maior empresa de aquicultura de salmão da Austrália com operações verticalmente integradas, situadas na Tasmânia, abrangendo incubatórios, aquicultura marinha, colheita, processamento, marketing, vendas e distribuição. A Huon investiu mais de AU\$350 milhões nos últimos cinco anos em infraestrutura operacional de ponta e práticas sustentáveis no ciclo de produção de salmão, posicionando a empresa para um crescimento sustentável. Os produtos primários incluem filés de salmão frescos, produtos porcionados embalados a vácuo, e outros produtos de valor agregado para o mercado interno de atacado, varejo e canais de exportação. Em 17 de novembro de 2021 a JBS adquiriu 100% das ações de emissão da Huon.

Aquisição da Sunnyvalley

Em 15 de outubro de 2021, a Swift Prepared Foods, sociedade de bens de alimentos e subsidiária indireta da JBS anunciou que chegou a um acordo para adquirir a Sunnyvalley Smoked Meats, Inc., nos Estados Unidos da América, por US\$90 milhões. Fundada em 1990, a Sunnyvalley Smoked Meats produz uma variedade de produtos como bacon defumado, presunto e peito de peru, para venda a consumidores no varejo e no atacado sob a marca Sunnyvalley. A aquisição inclui uma unidade de produção em Manteca, Califórnia, e a empresa emprega mais de 300 colaboradores. A receita bruta anual de Sunnyvalley é de US\$150 milhões. Em 01 de dezembro 2021 a JBS concluiu a compra da Sunnyvalley Smoked Meats Inc.

Entrada no mercado de Proteína Cultivada

Em 17 de novembro de 2021, JBS Global Luxembourg S.à r.l. celebrou um acordo para aquisição do controle da sociedade espanhola BioTech Foods, S.L. ("Biotech Foods"). A operação marca o ingresso da Companhia no mercado de proteína cultivada, que consiste na produção de alimentos a partir de células animais, e inclui o investimento de US\$41 milhões na construção de uma nova unidade fabril na Espanha para dar escala à produção. A BioTech Foods é uma das líderes no desenvolvimento de biotecnologia para a produção de proteína cultivada. Fundada em 2017, a companhia opera uma planta-piloto na cidade espanhola de San Sebastián e tem a expectativa de alcançar a produção comercial de 1 mil toneladas ano em meados de 2024 quando a proteína cultivada chegará aos consumidores na forma de diversos alimentos preparados, como hambúrgueres, embutidos, almôndegas, entre outros, com a mesma qualidade, segurança, sabor e textura provenientes da proteína tradicional. A tecnologia tem potencial não apenas para a produção de proteína bovina, mas também para a de frangos, suínos e pescados. A Companhia concluiu, em 5 de maio, por meio de sua controlada JBS Global Luxembourg S.à r.l., a aquisição do controle societário da empresa espanhola BioTech Foods, S.L.

A JBS também anunciou que escolheu a cidade de Florianópolis-SC para sediar o JBS Biotech Innovation Center, Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em Biotecnologia de Alimentos e de Proteína Cultivada no Brasil. O local, inicialmente, terá como foco o desenvolvimento de tecnologia própria para a produção de proteínas cultivadas, visando tornar mais eficiente, escalável e financeiramente competitivo o seu processo produtivo. O investimento para instalação do novo Centro de PD&I é estimado em US\$60 milhões.

1.1 Histórico do emissor

Aquisição do Grupo King's

Em 13 de dezembro de 2021, a Companhia assinou acordo para aquisição de 100% do Grupo King's pela sua subsidiária Rigamonti, líder global na produção de bresaola. Com a operação, a JBS passa a ter presença nas três maiores regiões da Itália produtoras de especialidades da charcutaria com selos que reconhecem a qualidade e características únicas dos seus produtos. Com o investimento de €82 milhões (US\$92,5 milhões), a Companhia assume quatro fábricas na Itália, além de toda a operação da Príncipe nos Estados Unidos, que inclui uma planta dedicada ao fatiamento de peças em Nova Jersey. Presente nos Estados Unidos e em mais de 20 países, o Grupo King's é líder de mercado na produção do Prosciutto di San Daniele D.O.P. e tem atuação relevante na fabricação de Prosciutto di Parma D.O.P. O negócio abrange ainda a operação comercial de duas marcas históricas, conhecidas pela alta qualidade no mercado de charcutaria italiana. A marca King's, fundada em 1907, e que conta com o reconhecimento do governo italiano como "Marca Histórica de Interesse Nacional", e a marca Príncipe, fundada em 1945. Com essa aquisição, a Rigamonti passa a deter também a participação de 20% da Piggly, primeiro criador de suínos sustentável e 100% livre de antibióticos da Itália, com duas unidades produtivas. A aquisição das unidades e das marcas do Grupo King's é estratégica para a expansão da JBS nos Estados Unidos e na Europa, mas também em outras regiões, porque a companhia passa a contar com um portfólio e estrutura de produção e distribuição de especialidades italianas autênticas como prosciutto, bresaola, mortadela, speck e salame com certificação de origem, utilizando técnicas de fabricação e de cura artesanais. A Companhia concluiu, no dia 04 de fevereiro de 2022, por meio de sua subsidiária Rigamonti, a aquisição do Grupo King's.

Aquisição da TriOak

Em 02 de dezembro de 2022 a Companhia, através de sua subsidiária indireta JBS USA, anunciou acordo para aquisição de certos ativos da TriOak Foods, uma produtora de suínos e comerciante de grãos, com sede no meio-oeste dos Estados Unidos. O acordo decorre do longo e forte relacionamento entre a JBS USA e a TriOak, sociedade familiar fundada em 1951. A subsidiária indireta da JBS S.A., Swift Pork era compradora exclusiva dos suínos da TriOak nos últimos cinco anos. Ao adquirir a TriOak Foods, a Companhia garante acesso a um fornecimento consistente de carne suína premium, principalmente nas instalações de produção em Ottumwa, Iowa e Beardstown, Illinois, fortalecendo a sua capacidade de fornecer produtos suínos de alta qualidade aos consumidores norte-americanos. O preço da aquisição foi de R\$1,2 bilhão (US\$235,7 milhões).

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 - Descrição das atividades da Companhia e suas controladas

Visão Geral da Companhia

Sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, a JBS é a maior empresa privada não financeira do País¹, de capital aberto, com ações listadas na B3 e ADRs (*American Depositary Receipts*) negociados no mercado de balcão OTCQX.

A JBS é a maior empresa de alimentos do mundo², líder global em diversos segmentos em que atua. Com um portfólio diversificado de marcas e produtos, opções que vão desde carnes in natura e congelados, até produtos de valor agregado, prontos para o consumo, como os preparados e processados. Comercializa esses produtos por meio de marcas reconhecidas pela excelência e inovação, líderes em seus respectivos mercados, como Friboi, Seara, Swift, Primo, Pilgrim's Pride, Moy Park, Just Bare, Vivera, Huon, Savora, entre outras.

Conduzindo suas operações com foco em excelência operacional, em alta qualidade e segurança dos alimentos, e na adoção das melhores práticas de sustentabilidade em toda sua cadeia de valor, a JBS atua por meio de uma plataforma global e diversificada de produção e distribuição de alimentos, com unidades produtivas e escritórios comerciais em mais de 20 países e aproximadamente 260 mil colaboradores.

Atende mais de 330 mil clientes em aproximadamente 190 países, carteira que abrange diversos tipos de varejistas desde grandes redes e redes regionais, até o pequeno varejo, além de clubes de atacado e empresas do setor de *food service* (restaurantes, hotéis, distribuidores de serviços de alimentação e processadores complementares).

O compromisso com a inovação também direciona a gestão de negócios correlacionados, como couros, biodiesel, colágeno, higiene pessoal e limpeza, invólucros naturais, soluções em gestão de resíduos sólidos, embalagens metálicas e transportes, e as práticas de sustentabilidade adotadas na cadeia de valor. Um exemplo é o monitoramento constante dos fornecedores de gado por meio do uso de imagens de satélite, mapas georreferenciados das fazendas e acompanhamento de dados oficiais de órgãos públicos. Além disso, visando o monitoramento da cadeia produtiva de bovinos no Bioma Amazônia, a JBS iniciou, em 2021, o cadastro de produtores na Plataforma Pecuária Transparente, ferramenta que, com tecnologia *blockchain*, torna possível estender para os fornecedores dos fornecedores de gado o monitoramento socioambiental, com segurança de dados, confiabilidade e engajamento dos produtores.

A Companhia é a maior empresa de proteínas do mundo, com receita líquida de R\$374,9 bilhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia atua no processamento de carnes bovina, suína, ovina, frango, peixe e *plant-based*, além do processamento de couros e subprodutos. Atualmente, a Companhia acredita ser:

- Líder em produção e exportação de carne bovina do mundo, com operações no Brasil, Austrália, Canadá e Estados Unidos, com capacidade de processamento global de aproximadamente 75 mil bovinos/dia;
- A maior produtora de carne de frango do mundo, com operações nos EUA, México, Porto Rico, Reino Unido e Brasil, com capacidade de processamento global de aproximadamente 13,9 milhões de aves/dia;
- A segunda maior produtora de carne suína dos EUA e uma das maiores produtoras do Brasil, com uma capacidade de processamento de aproximadamente 139,2 mil suínos/dia;
- Liderança em ovinos em termos de capacidade de produção com operações na Austrália e Reino Unido e capacidade de processamento de aproximadamente 20,7 mil ovinos por dia;
- A segunda maior empresa de aquicultura de salmão da Austrália com operações verticalmente integradas, situadas na Tasmânia, abrangendo incubatórios, aquicultura marinha, colheita, processamento, marketing, vendas e distribuição, através da Huon, empresa adquirida em 2021 pela Companhia;
- A terceira maior produtora de produtos *plant-based* na Europa, através da Vivera, empresa adquirida em 2021 pela Companhia;
- Um importante produtor global de produtos com marca e valor agregado.

¹ Fonte: jornal Valor Econômico ([clique aqui](#))

² Fonte: Bloomberg (excluindo bebidas em pó da Nestlé)

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia alterou sua estrutura de gestão e passou a reportar sete segmentos operacionais, conforme abaixo.

- **JBS Brasil:** corresponde a todas as atividades operacionais da Controladora e suas controladas nacionais, substancialmente representadas pelo abate de bovinos, frigorificação e industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados de origem bovina, tais como: couros, colágeno, demais subprodutos, produzidos no Brasil e biodiesel, e as lojas Mercado da Carne. As receitas são geradas a partir da venda de produtos predominantemente para redes de restaurantes, empresas de processamento de alimentos, distribuidores, redes de supermercados, supermercados atacadistas e outras importantes cadeias alimentares.
- **Seara:** corresponde a todas as atividades operacionais da subsidiária Seara e suas controladas, substancialmente representadas pelo processamento de aves e suínos, industrialização e comercialização de produtos alimentícios. As receitas são geradas a partir da venda de produtos predominantemente para redes de restaurantes, empresas de processamento de alimentos, distribuidores, redes de supermercados, supermercados atacadistas e outras importantes cadeias alimentares.
- **JBS Beef North America:** Corresponde às atividades da subsidiária JBS USA, incluindo as operações de processamento de carne bovina na América do Norte e negócios à base de plantas (plant-based) na Europa. Este segmento também vende subprodutos como carnes variadas, processamento de ração, fertilizantes, indústria automotiva e de alimentos para animais de estimação e também produz produtos de carne de valor agregado, incluindo recheio para pizzas. Finalmente, a Sampco LLC importa carnes processadas e outros alimentos, como conservas de peixe, frutas e legumes para o EUA e a Vivera produz e vende produtos de proteína à base de plantas na Europa.
- **JBS USA Pork:** Corresponde às atividades de suínos da subsidiária JBS USA, incluindo a Swift Prepared Foods. As receitas são geradas predominantemente a partir da venda de produtos para varejistas de carne suína in natura, incluindo cortes como lombos, costeletas, paleta, ombros e costelas. Outros produtos suínos, incluindo presuntos, barrigas e guarnições, são vendidos predominantemente para outros processadores que, por sua vez, fabricam bacon, linguiça e frios e embutidos. Ainda, as receitas são geradas com a venda de produtos prontos. São conduzidas operações de produção de suínos, incluindo quatro granjas de suínos e cinco fábricas de ração, das quais a JBS USA busca suínos para suas operações de processamento de carne suína.
- **Pilgrim's Pride:** Corresponde às atividades operacionais da subsidiária Pilgrim's Pride Corporation e suas subsidiárias, incluindo Moy Park, Pilgrim's Pride Limited (PPL) e Pilgrim's Consumer Foods também, representados principalmente pelo processamento de frango, produção e comercialização de produtos alimentícios e alimentos preparados no EUA, México, Reino Unido e França. Os produtos de frango fresco consistem em frango refrigerado (não congelado) inteiro ou em pedaços, pré-marinado ou não marinado, e frango pré-embalado em várias combinações de frangos inteiros e partes de frango recém-refrigerados. Os produtos de frango preparados incluem filés de peito, lombos e tiras de porções controladas, produtos gourmet, saladas, nuggets, hambúrgueres e pedaços de frango com osso. Estes produtos são vendidos refrigerados ou congelados e podem ser totalmente cozidos, parcialmente cozidos ou crus. O segmento também vende produtos preparados de carne suína, por meio da PPL, subsidiária adquirida pela PPC em outubro de 2019; inclui a Pilgrim's Food

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Masters, adquirida em setembro de 2021, e gera receita com carnes de marca própria, petiscos, produtos prontos para viagem e refeições étnicas prontas resfriadas e congeladas.

- **JBS Australia:** Corresponde às atividades operacionais da Austrália e Nova Zelândia, referentes ao processamento de carnes bovinas, suínas, ovinas e peixes frescas, congeladas e produtos com valor agregado. A maior parte de nossas receitas de carne bovina das operações na Austrália são geradas com a venda de produtos bovinos in natura (incluindo cortes frescos e congelados de acém, cortes de costela, cortes de lombo, carnes magras, carne moída, miúdos e outros produtos). São vendidos também produtos de carne bovina de marca e valor agregado (incluindo carne bovina cozida e pré-cozida congelada, carne cozida enlatada, cubos de carne bovina e produtos prontos para consumo, como hambúrgueres e salsichas). São incluídas também instalações de processamento de cordeiros, ovinos, suínos e peixes na Austrália e Nova Zelândia, incluindo as aquisições da Rivalea e Huon. A JBS Austrália também gera receitas por meio de seu negócio de confinamento de gado.
- **Outros:** Corresponde a determinadas operações que não são diretamente atribuíveis aos segmentos primários, como as holdings do grupo, operações de couros internacional e demais operações na Europa. Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como “Outros”.

Produtos e Serviços

A Companhia gera a maior parte de sua receita em cada segmento com a venda de produtos. A Companhia vende seus produtos no mercado interno nos países onde opera suas instalações, que classificam como vendas domésticas, e em outros países, que classificam como vendas de exportação. Por exemplo, um produto vendido nos Estados Unidos é classificado como uma venda doméstica se produzido em uma das fábricas da Companhia nos Estados Unidos ou como uma venda de exportação se produzido em outro país.

A linha de produtos in natura da Companhia inclui: produtos in natura e congelados de carne bovina e cordeiro (incluindo cortes tradicionais, cortes *prime* e miúdos); produtos suínos in natura e congelados (incluindo carcaças de porco, cortes com osso, cortes desossados, barrigas de porco e miúdos); produtos de frango in natura e congelados (incluindo frangos inteiros ou em cortes, refrigerados e congelados, partes de frango com osso e frangos prontos para embalagem); e produtos de peixes in natura e congelados (incluindo salmão e truta inteiros, disponíveis em uma variedade de pesos, cabeça e eviscerado; e filés de salmão disponíveis com pele, sem pele, sem osso, escamado, embalado a vácuo, embalado a granel, frescos ou congelados).

A linha de produtos de valor agregado e de marca inclui: produtos de carne bovina e cordeiro com valor agregado e de marca (incluindo carne congelada cozida e pré-cozida, carne enlatada, cubos de carne bovina e produtos prontos para consumo, como hambúrgueres e salsichas); produtos de porco com valor agregado e de marca (incluindo presunto, bacon, linguiça e carnes processadas); produtos de frango com valor agregado e de marca (incluindo filés de peito refrigerados e congelados, filés e tiras, delicatessen e saladas, *nuggets* e hambúrguer e partes de frango com osso); produtos de peixe com valor agregado e de marca (incluindo filés de salmão porcionados, filés de truta porcionados, salmão assado, salmão defumado, caviar de salmão, entre outros); e produtos *plant-based* através da linha Seara Incrível, no Brasil, e da Vivera, na Europa, com produtos como filé de salmão, frango em tiras, filé de peito de frango empanado, nuggets, hamburger de frango, steak de carne, entre outros produtos feitos à base de plantas.

Além disso, a Companhia vende produtos alimentícios preparados (incluindo refeições prontas,

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

pizza congelada, lasanha, entre outros).

A Companhia também gera receita com os serviços que prestam, incluindo confinamento de gado na Austrália. As operações de confinamento envolvem a acomodação e alimentação personalizadas de gado pertencente a terceiros em troca de taxas. Enquanto o operador de confinamento geralmente vende o gado em nome do proprietário (deduzindo as taxas do produto da venda), o risco final de o gado não ser vendido é suportado pelo proprietário do gado, não pelo confinamento.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A partir de 1 de janeiro de 2022, a Companhia alterou sua estrutura executiva e começou a reportar sete segmentos de negócios.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Adicionalmente, as eliminações entre segmentos do grupo são apresentadas separadamente.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas nas demonstrações contábeis. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, que de acordo com suas políticas contábeis, inclui a receita líquida e EBITDA.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 5% ou mais das receitas totais.

Abaixo estão as informações da receita operacional líquida por segmento operacional e a representatividade de cada segmento em relação ao total da receita líquida da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021.

Receita Líquida Apresentada por Segmento Operacional

<i>Em R\$ milhões</i>				
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Segmento	2022	%	2021	%
Seara	42.967,8	11,5%	36.523,5	10,4%
JBS Brasil	58.948,9	15,7%	53.803,3	15,3%
JBS Beef North America	113.979,2	30,4%	115.617,2	33,0%
JBS Australia	32.630,1	8,7%	28.856,2	8,2%
JBS USA Pork	42.086,6	11,2%	41.077,1	11,7%
Pilgrim's Pride	90.064,8	24,0%	79.673,6	22,7%
Outros	4.340,8	1,2%	3.848,1	1,1%
(-) Eliminações	(10.166,6)	(2,7)%	(8.703,6)	(2,5)%
Total	374.851,6	100,0%	350.695,6	100,0%

<i>Em R\$ Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</i>					
<i>milhões</i>					
Segmento	2022	%	2021	%	
Seara	42.967,8	11,5	36.523,5	10,4	
JBS Brasil	58.948,9	15,7	53.803,3	15,3	
JBS Beef North America	113.979,2	30,4	115.617,2	33,0	
JBS Australia	32.630,1	8,7%	28.856,2	8,2%	
JBS USA Pork	42.086,6	11,2	41.077,1	11,7	

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Pilgrim's Pride	90.064,8	%	24,0	79.673,6	%	22,7
Outros	4.340,8		1,2%	3.848,1		1,1%
(-) Eliminações	-		-	-		-
	10.166,6		2,7%	8.703,6		2,5%
Total	374.851,6	%	100,0	350.695,6	%	100,0

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não calcula o lucro líquido ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado, tais como, despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, são calculados de forma consolidada. Para informações adicionais acerca de nosso lucro líquido ou prejuízo resultante de nossas operações, ver nossas demonstrações financeiras e item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

A partir de 1 de janeiro de 2022, a Companhia alterou sua estrutura executiva e começou a reportar sete segmentos de negócios.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Adicionalmente, as eliminações entre segmentos do grupo são apresentadas separadamente.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas nas demonstrações contábeis. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, que de acordo com suas políticas contábeis, inclui a receita líquida e EBITDA.

Abaixo estão as informações do EBITDA por segmento operacional e a representatividade de cada segmento em relação ao total do EBITDA da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021.

EBITDA Apresentado por Segmento Operacional

<i>Em R\$ milhões</i>				
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Segmento	2022	%	2021	%
Seara	4.605,8	13,3%	3.860,5	8,5%
JBS Brasil	2.407,0	7,0%	2.318,6	5,1%
JBS Beef North America	10.712,2	31,0%	24.245,2	53,1%
JBS Australia	2.281,9	6,6%	1.764,9	3,9%
JBS USA Pork	3.922,0	11,3%	4.241,1	9,3%
Pilgrim's Pride	10.690,9	30,9%	9.109,3	19,9%
Outros	(40,1)	(0,1)%	133,5	0,3%
(-) Eliminações	(11,3)	0,0%	(11,0)	0,0%
Total	34.568,4	100,0%	45.662,2	100,0%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do processo de produção

JBS Brasil, JBS Beef North America e JBS Australia

A JBS possui 3 unidades de negócios cuja principal operação é a de produção de carne bovina, sendo elas JBS Brasil, JBS Beef North America e JBS Australia.

A operação no Brasil possui unidades de produção de carne bovina, além de contar com operação de processamento de Couros e novos negócios, que aproveitam os subprodutos do boi, enquanto a unidade de negócio JBS Beef North America possui unidades de processamento de bovinos nos Estados Unidos e Canadá além do negócio de *plant-based* na Europa. Finalmente, o segmento JBS Australia corresponde as operações de bovinos, suínos, ovinos e peixes na Austrália e Nova Zelândia.

O processo de produção da carne bovina tem início no abate de bovinos. A JBS, por não criar gado bovino em suas propriedades, o adquire de produtores locais e no mercado *spot*, conforme suas necessidades. O gado é transportado às suas unidades frigoríficas, que abatem, cortam, processam e embalam a carne bovina.

Na cadeia produtiva da carne há três principais componentes:

1. **Abatedouro:** responsável pelo abate dos animais para a produção de carcaças e couros, dentre outros produtos, não havendo processos de industrialização de carnes;
2. **Frigorífico:** que pode também possuir um abatedouro ou então comprar a carne em carcaça para processamento e/ou industrialização da carne; e
3. **Graxaria:** responsável pela industrialização de resíduos como sangue e gorduras, bem como subprodutos, sendo destes os mais comuns: sebo, sangue e ossos, os quais são utilizados na produção de farinha de sangue e de ossos, destinados a graxas e outros produtos usados nas mais diversas indústrias.

Do abate, pode-se extrair: carcaça, gorduras, tripas, vísceras, couro, subprodutos e resíduos.

O processo de produção de carne bovina, bem como as operações subsequentes a ele, é regulamentado por uma série de normas sanitárias com a finalidade de dar, de forma integral, toda a segurança alimentar aos consumidores. Para tanto, são realizadas inspeções rotineiras e fiscalizações de qualidade pela área responsável pelo controle de qualidade da Companhia, bem como pelos órgãos públicos responsáveis pela vigilância sanitária.

A carne e as vísceras de bovinos obtidas por meio do abate seguirão para as operações de corte e embalagens ou então poderão ser industrializadas e transformadas em diversos produtos, tais como: salsichas, linguiças, salames, patês, carnes enlatadas, caldos de carnes concentrados, entre outros.

Couro

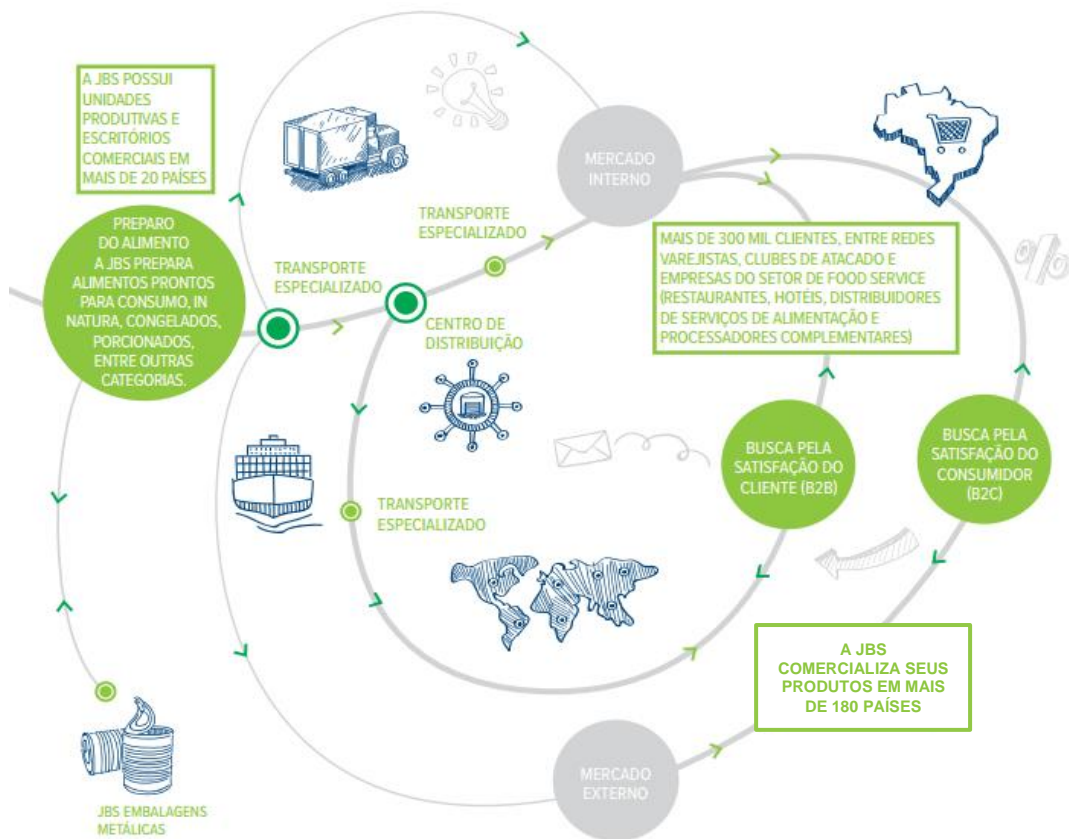
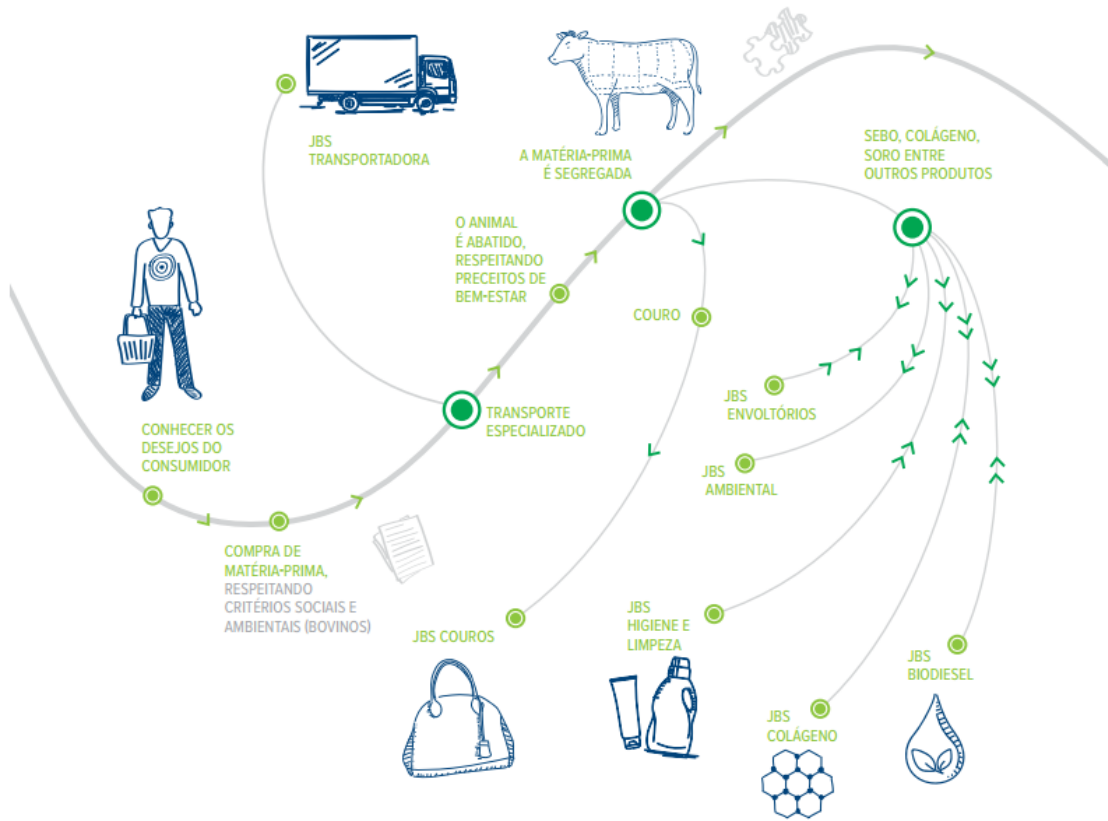
O processo de produção de couros se dá com a retirada da pele do animal após o abate. Este couro, conhecido como couro cru ou couro verde, é imediatamente salgado sendo posteriormente transportado para o curtume. O processo de preparação da pele inicia-se com o descarnamento e a depilação do couro que é, então, colocado em banho de cromo.

Após o banho de cromo, o couro passa a ser chamado de *wet blue* (também conhecido como azul molhado, graças à coloração azulada que ele ganha após o banho de cromo), passando então pelas etapas de descalcinação, purga, piquelagem, remoção de gorduras e curtimento, chegando ao estágio de couro semiacabado.

Após os processos de enxugamento, rebaixamento, neutralização e prensagem, o couro semiacabado poderá ser processado para as mais diferentes finalidades, sendo tingido, recurtido, secado e lixado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Cadeia de Valor de Bovinos



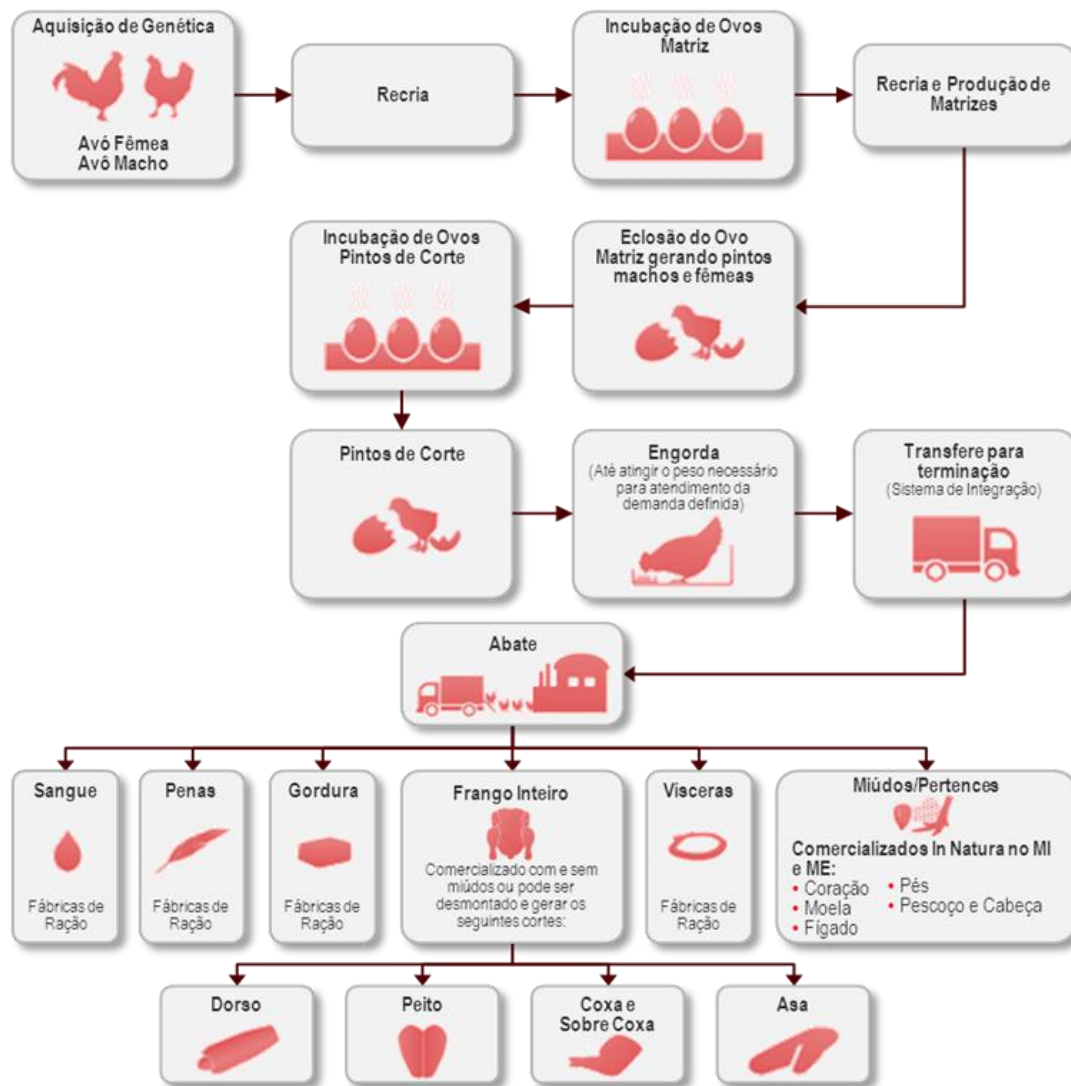
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Seara e Pilgrim's Pride

A JBS possui dois negócios que envolvem a produção de carne de frango, sendo eles a Seara, com operações no Brasil, e a Pilgrim's Pride, com operações nos Estados Unidos, México, Porto Rico e Europa.

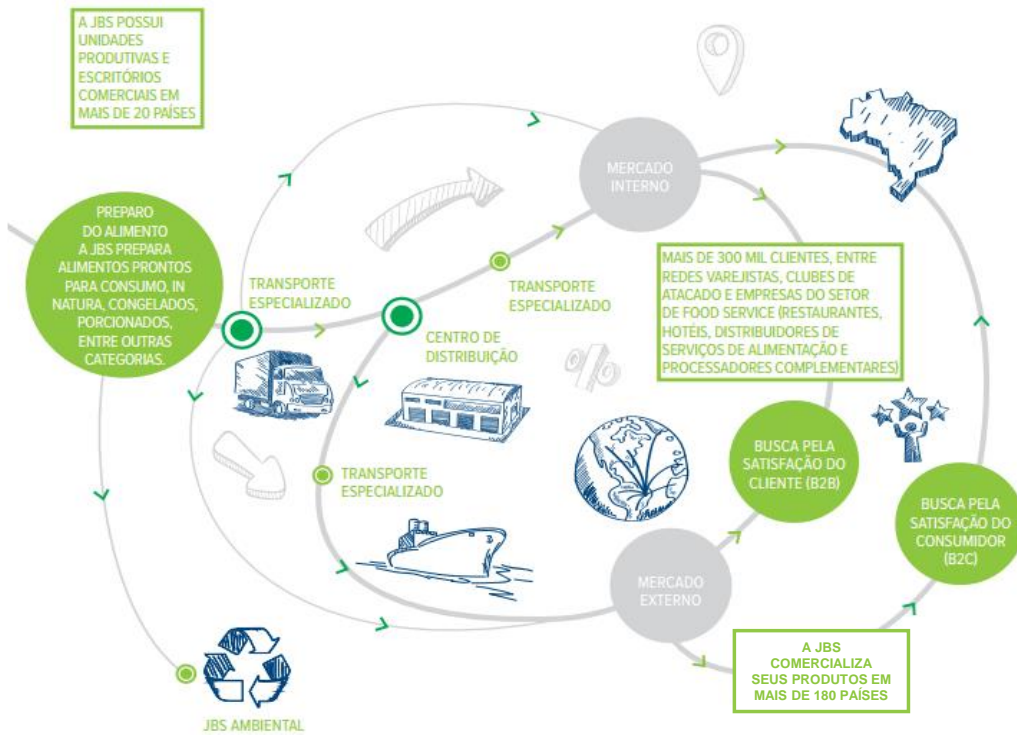
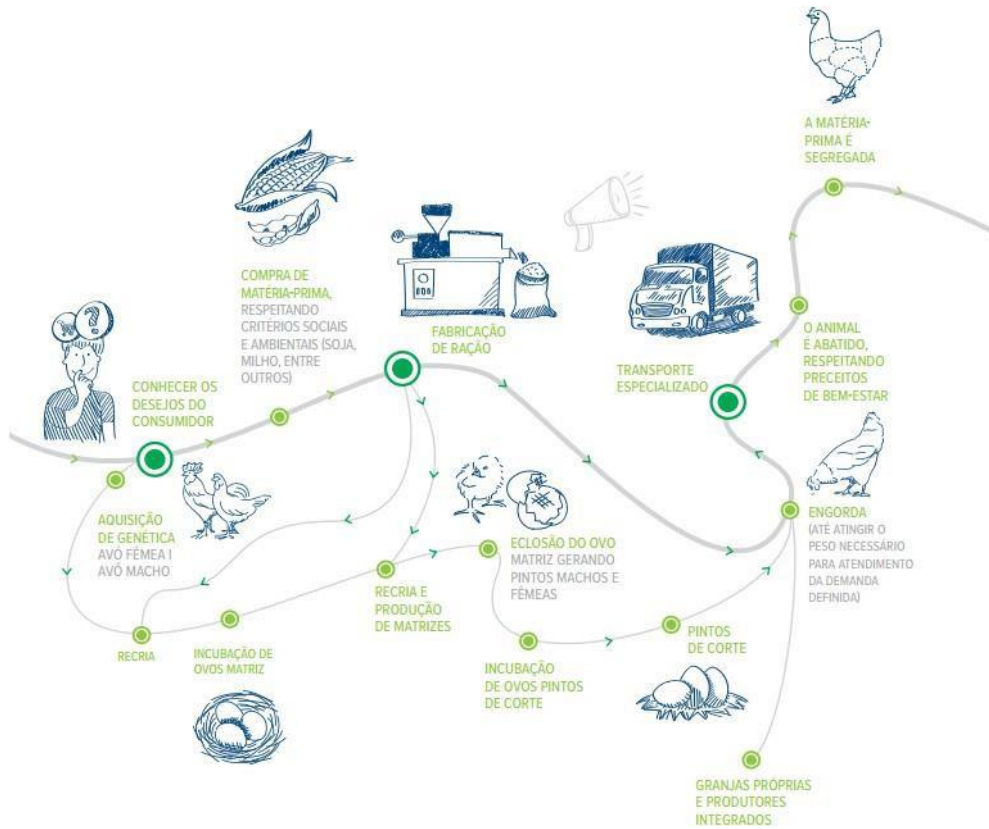
O processo produtivo de carne de frango, e de outras aves, inicia-se com a compra de avós (aves reprodutoras), as quais produzem os ovos que darão origem às matrizes que, por sua vez, darão origem aos frangos de corte. Os ovos são recolhidos das granjas e classificados, depois são desinfetados e enviados em caminhões climatizados aos incubatórios. Nos incubatórios, existem máquinas que incubam os ovos durante um tempo médio de 21 dias. Posteriormente, a partir do nascimento dos pintos, estes são examinados, classificados e vacinados. Os pintos com um dia de vida são colocados em caixas e seguem para o processo de engorda.

O ciclo completo, do nascimento do pinto até o atingimento do peso ideal para o abate leva aproximadamente 43 dias, quando o frango é descarregado, pendurado e, em seguida, abatido, podendo ser vendido inteiro ou em partes. Após o abate, a ave é escaldada e depenada, sendo levada para a primeira lavagem e inspeção de qualidade, passando posteriormente por diversos processos até o produto final ser embalado e expedido, conforme demonstrado a seguir:



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Cadeia de Valor de Aves



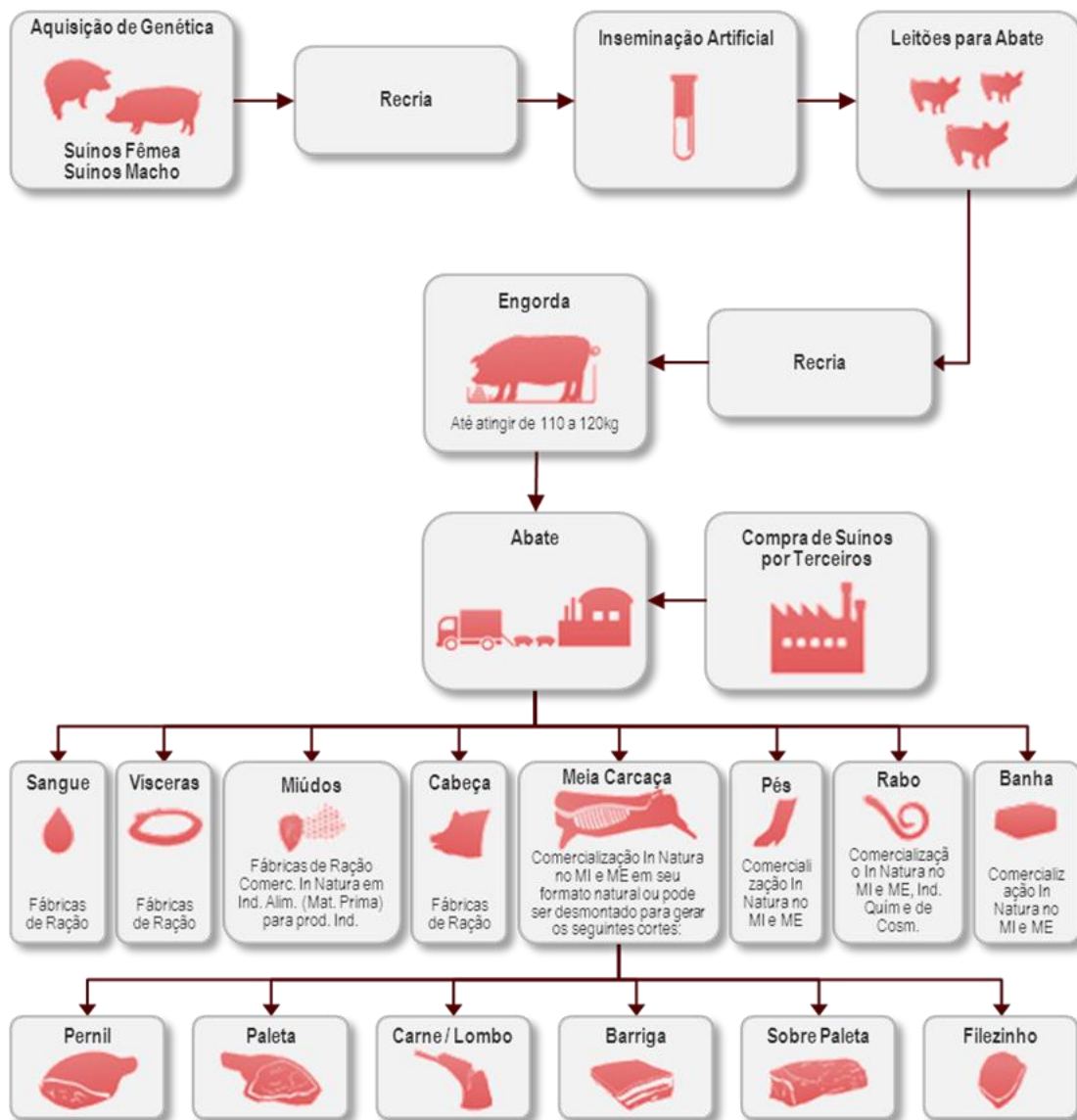
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Seara e JBS USA Pork

A JBS possui um negócio cuja principal operação é a de produção de carne suína, sendo a JBS USA Pork, com unidades produtivas nos Estados Unidos. Entretanto, a Seara também possui operações de produção de carne suína no Brasil.

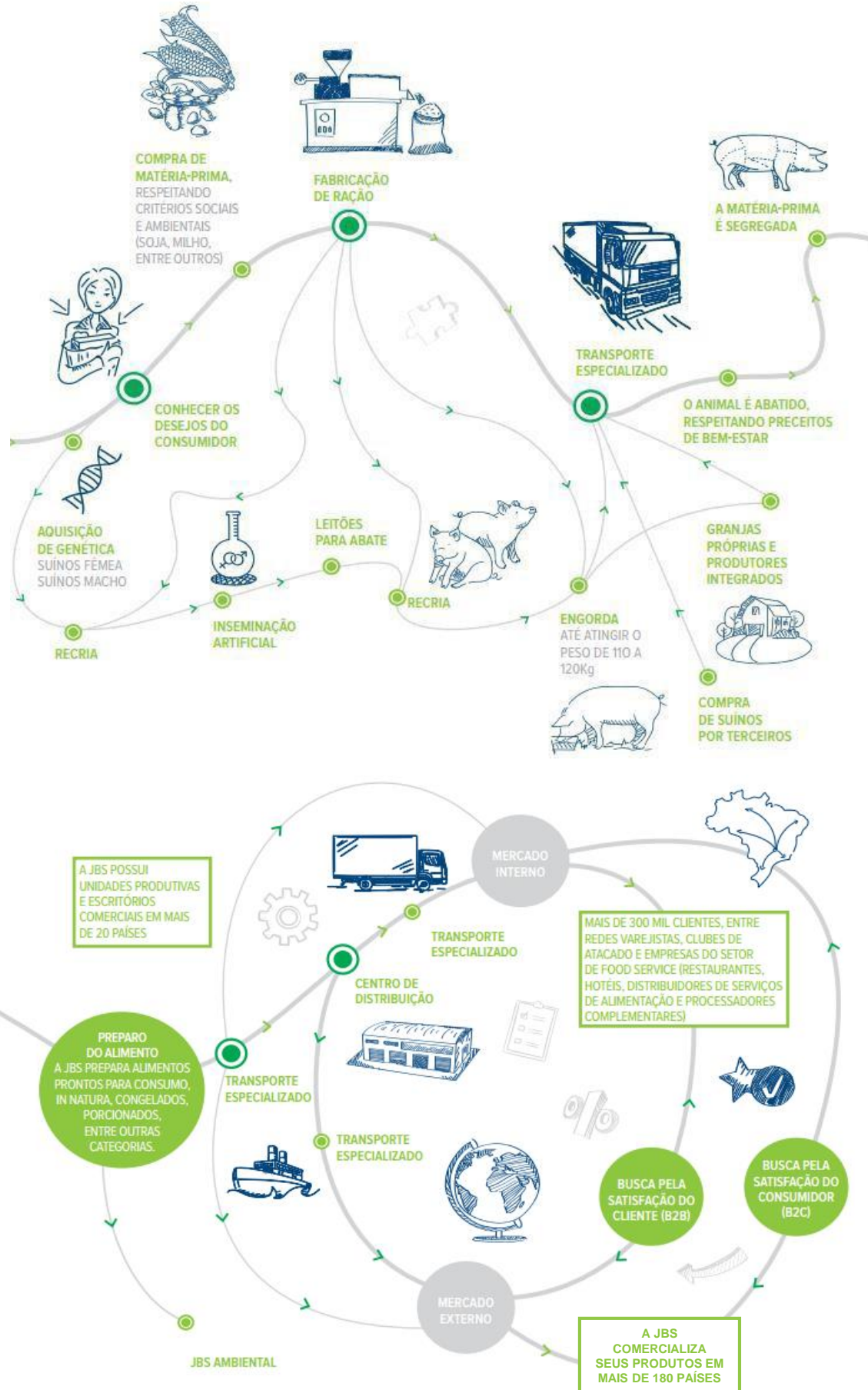
O processo produtivo de carne suína pode ocorrer de duas formas: (i) acompanha-se o nascimento de leitões nas granjas e depois o envio destes a parceiros que fazem a engorda; ou (ii) os parceiros produzem e engordam os leitões.

Processo Produtivo (Segmento Suínos)



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Cadeia de Valor de Suínos



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Produtos de Valor Agregado e com Marca

Todos os sete negócios da JBS, sendo eles JBS Brasil, Seara, JBS Beef North America, JBS Australia JBS USA Pork, Pilgrim's Pride e Outros, possuem em suas operações a produção de produtos com valor agregado e marca.

O processo de produção de produtos com valor agregado e marca, tanto para os produtos congelados como para os supercongelados, inicia-se pela correta seleção da matéria prima, seguido da mistura destas com ingredientes especiais. Em sequência podem ser *plant-based* ou embutidos, como salsichas, mortadelas, linguiças e patês, ou formados, como hambúrgueres e *steaks*. As etapas posteriores são definidas de acordo com cada tipo de produto. Os embutidos são cozidos ou defumados e produtos empanados submetidos à aplicação de cobertura, fritura e cozimento. O tratamento térmico adequado garante a segurança alimentar e a obtenção das características de qualidade desejadas.

Instalações Operacionais

As tabelas a seguir apresentam o número e as capacidades agregadas das instalações de processamento por segmento dos negócios e localização da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Segmento JBS Brasil

	Em 31 de dezembro de 2022	
	Número de Instalações	Capacidade diária agregada ⁽¹⁾
Plantas de processamento de carne in natura		
Brasil.....	34	32.650
Total	34	32.650
Plantas de processamento de couro		
Brasil.....	15	40.490
Total	15	40.490

⁽¹⁾ Capacidade medida em cabeças de gado (instalações de processamento de carne bovina) ou peças de couros (instalações de processamento de couro).

	Em 31 de dezembro de 2022	
	Número de Instalações	Capacidade mensal agregada (toneladas)
Outras plantas de alimentos processados e preparados⁽¹⁾		
Brasil.....	8	22.550
Total	8	22.550

⁽¹⁾ Referidas plantas processam carne *in natura* e congelada e outras matérias-primas em refeições prontas para consumo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento Seara

	Em 31 de dezembro de 2022	
	Número de Instalações	Capacidade diária agregada ⁽¹⁾ (frangos)
Plantas de processamento de frango in natura		
Brasil	30	5.168.000
Total	30	5.168.000
Plantas de processamento de suínos in natura		
Brasil	8	26.663
Total	8	26.663

(1) Capacidade medida em frangos de corte (instalações de processamento de frango in natura) ou suínos (instalações de processamento de carne de porco in natura).

	Em 31 de dezembro de 2022	
	Número de Instalações	Capacidade mensal agregada (toneladas)
Plantas de alimentos com valor agregado, de marca e preparadas⁽¹⁾		
Brasil	24	124.527
Total	24	124.527

(2) As referidas plantas processam frango, carne de porco, carne bovina e outros produtos in natura e congeladas em refeições prontas para consumo.

Segmento JBS Beef North America

	Em 31 de dezembro de 2022	
	Número de Instalações	Capacidade diária agregada ⁽¹⁾ (bovinos)
Plantas de processamento de carne bovina in natura		
Estados Unidos	9	28.098
Canadá	1	4.200
Total	10	32.298
Plantas de processamento de couro		
Estados Unidos	1	5.000
Total	1	5.000

	Em 31 de dezembro de 2022	
	Número de Instalações	Capacidade mensal agregada (toneladas)
Plantas de processamento de carne bovina com valor agregado e de marca		
Estados Unidos ⁽²⁾	7	22.741
Canadá	2	2.444
Total	9	25.185

(1) Capacidade medida em cabeças de gado (instalações de processamento de carne bovina) ou peças de couros (instalações de processamento de couro).

(2) A unidade de produtos preparados do segmento JBS Beef North America também processa produtos de porco.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

	Em 31 de dezembro de 2022	
	Número de Instalações	Capacidade mensal agregada (toneladas)
Plantas de processamento de Plant-based ⁽¹⁾		
Europa	3	1.788
Total	3	1.788

(1) As operações da Combinação de Negócios da Vivera estão incluídas em nosso segmento JBS Beef North America e incluem três unidades de produção e um centro de pesquisa e desenvolvimento localizado na Holanda.

Segmento JBS USA Pork

	Em 31 de dezembro de 2022	
	Número de Instalações	Capacidade diária agregada (suínos)
Plantas de processamento de carne suína in natura		
Estados Unidos.....	5	92.600
Total.....	5	92.600

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade mensal agregada (toneladas)
Plantas de processamento com valor agregado, de marca e preparadas		
Estados Unidos	8	17.595
Total	8	17.595

Segmento Pilgrim's Pride

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade diária agregada (Frangos)
Plantas de processamento de frangos in natura		
Estados Unidos	25	6.630.026
México	6	1.106.941
Reino Unido e Europa	4	887.142
Porto Rico	1	70.000
Total	36	8.694.110

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade diária agregada (Suínos)
Plantas de processamento de carne suína in natura		
Reino Unido e Europa	3	9.900
Total.....	3	9.900

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade diária agregada (Ovinos)
Instalações de processamento de ovinos in natura		
Europa	1	4.500
Total	1	4.500

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade mensal agregada (toneladas)
Plantas de processamento com valor agregado, de marca e preparadas ⁽¹⁾		
Reino Unido ⁽²⁾	22	45.193
Estados Unidos	4	23.175
França	3	9.167
México	2	3.206
Irlanda ⁽³⁾	2	7.744
Holanda	1	620
Total	34	89.104

- (1) As plantas de produtos preparados processam aves e suínos e outras matérias-primas in natura e congeladas em refeições prontas para consumo.
- (2) Cinco plantas do Reino Unido tem capacidade para processar aproximadamente 4.200 refeições por semana.
- (3) Uma planta na Irlanda tem capacidade para processar até 2.380 refeições por semana.

Segmento JBS Australia

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade diária agregada (Bovinos)
Plantas de processamento de carne bovina in natura		
Austrália ⁽¹⁾	8	10.043
Total	8	10.043

- (1) Inclui uma planta de produtos processados combinada de bovinos e ovinos.

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade diária agregada (Ovinos)
Instalações de processamento de ovinos in natura		
Austrália ⁽¹⁾	2	16.200
Total	2	16.200

- (1) Inclui uma planta de produtos processados combinada de bovinos e ovinos.

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade diária agregada (Suínos)
Plantas de processamento de carne suína in natura		
Austrália	3	10.030
Total	3	10.030

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade diária agregada (Peixes)
Plantas de processamento de peixes in natura		
Austrália	2	39.217
Total	2	39.217

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade diária agregada
		(Bovinos)
Plantas de processamento de couro		
Austrália	1	7.900
Total	1	7.900

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade diária agregada
		(toneladas)
Plantas de processamento com valor agregado, de marca e preparadas		
Austrália	7	18.392
Nova Zelândia	1	61
Total	8	18.453

Segmento Outros

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade diária agregada
		(toneladas)
Plantas de processamento de couro		
Argentina	1	4.000
Uruguai	1	3.000
Hungria	1	125
México	1	727
Portugal	1	455
Vietnã	1	2.600
Itália	1	1.500
Total	7	12.407

	De 31 de dezembro de 2022	
	Número de instalações	Capacidade mensal agregada
		(toneladas)
Outras plantas de processamento de carne processada		
Itália	4	761
Total	4	761

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(b) Características do processo de distribuição

Fundamental para a estratégia da Companhia em expandir sua atuação para novos mercados e consolidar o atendimento ágil, seguro e de qualidade nos locais em que já atua, a logística da Companhia está sempre alinhada com o dinamismo das operações comerciais no mundo todo.

Por isso, o departamento de logística da Companhia trabalha na busca de soluções inovadoras para cumprir com essa missão.

Faz parte da estrutura da Companhia uma rede própria de unidades de apoio logístico para a distribuição dos produtos, que contribuem para o controle de custos operacionais, a qual é organizada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2022:

- a. 30 centros de distribuição no Brasil, sendo 9 próprios e 21 arrendados.
- b. 24 centros de distribuição no México, sendo 8 próprios e 16 arrendados.
- c. 7 centros de distribuição na Austrália, sendo todos arrendados.
- d. 3 centros de distribuição nos Estados Unidos, sendo 2 próprios e 1 arrendado.
- e. 1 centro de distribuição em Porto Rico, arrendado.
- f. 1 centro de distribuição na Nova Zelândia, arrendado.
- g. 1 centro de distribuição na Alemanha, próprio.

Distribuição e Transporte na América do Norte

Nossa rede de transporte nos Estados Unidos consiste em caminhões próprios e arrendados, especialmente equipados para transportar matérias-primas e produtos acabados. Também utilizamos empresas de transporte terceirizadas que nos fornecem caminhões adicionais para transportar nossas matérias-primas e produtos acabados. Nossos custos de combustível diesel não são significativos porque os custos de combustível geralmente são suportados pelo cliente e, portanto, são amplamente “repassados” ao comprador dos produtos acabados. Não temos contratos de longo prazo para compra de óleo diesel, uma vez que compramos a maior parte de nosso combustível para nossos caminhões no sistema rodoviário nacional em paradas de caminhões.

Distribuição e Transporte no Brasil

Nossa rede de transporte no Brasil é composta por caminhões próprios e arrendados para distribuição e transporte de matéria-prima. Utilizamos essa frota para transportar matérias-primas, incluindo gado, grãos e frangos para nossas plantas de processamento e exportar produtos acabados para vários portos em todo o Brasil, bem como outros veículos que atendem nossa rede de distribuição direta de varejistas nacionais e consumidores finais.

Para facilitar a logística de exportação, possuímos um terminal terrestre de contêineres localizado em Cubatão, São Paulo (próximo ao Porto de Santos, o maior porto da América Latina), que adquirimos em outubro de 2007.

Distribuição e Transporte na Europa

Na Europa, contamos com uma combinação de veículos próprios e operados por terceiros para transportar os frangos vivos das fazendas para as nossas principais plantas de processamento em contêineres especializados com alto padrão de bem-estar animal. Também contamos com veículos refrigerados próprios e terceirizados para transportar produtos semiacabados entre as nossas unidades produtivas para processamento final. Depois de processados, nossos produtos são refrigerados ou congelados e entregues aos nossos clientes. Os produtos refrigerados geralmente são movimentados diretamente da planta para o cliente com prazo entre um ou dois dias.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Na etapa de entrega dos produtos aos clientes, terceirizamos a distribuição por meio de diversos parceiros, o que nos permite fazer uso de uma variedade de soluções flexíveis fornecidas por esses provedores de logística. Alguns de nossos clientes estão envolvidos em nosso processo de distribuição de produtos, cuidando de suas próprias necessidades de entrega e distribuição (realizando a retirada de nossos produtos na porta da fábrica) ou atuando como contratados para transportar determinados produtos. Para mitigar os riscos associados ao transporte refrigerado de itens perecíveis, contratamos seguro contra perda de mercadorias e garantimos provisões contratuais que transferem parte do risco para os transportadores.

Nossas operações de armazenamento são predominantemente térreas, com locais externos de armazenamento a frio disponíveis para uso, conforme necessário, mas com foco em minimizar seu uso para reduzir custos. Uma equipe interna dedicada conduz o planejamento de processos logísticos para garantir que as operações sejam de baixo custo, mas o mais flexível possível, mantendo os mais altos níveis de atendimento ao cliente.

Nossos subprodutos de aves geralmente têm um tempo de atraso maior entre o processamento e a entrega ao cliente.

Distribuição e Transporte na Austrália e Nova Zelândia

Nossa rede de distribuição na Austrália e Nova Zelândia varia de acordo com o tipo de produto. Nossas instalações de distribuição na Austrália e na Nova Zelândia estão estrategicamente localizadas perto de nossas plantas de processamento. Também vendemos nossos produtos para distribuidores de *foodservice* que distribuem nossos produtos para restaurantes, redes hoteleiras e outros clientes. Esses distribuidores de *foodservice* compram nossos produtos diretamente de nossas plantas de processamento.

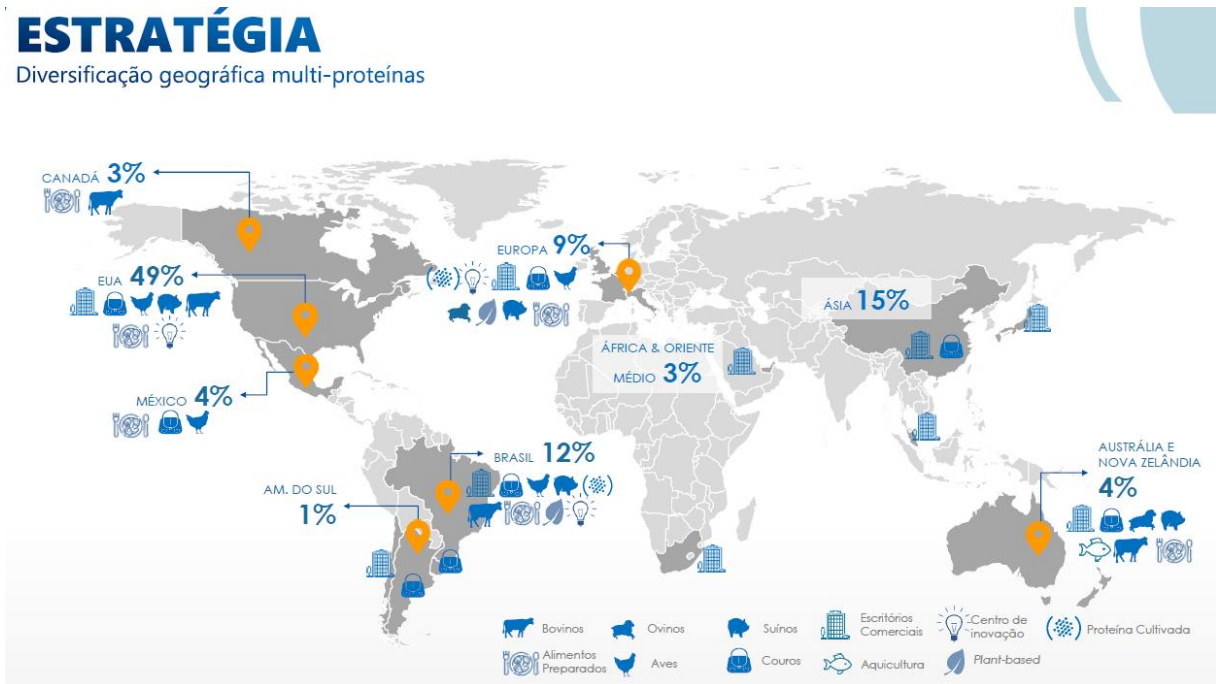
Distribuição e transporte nas demais localidades

Além das localidades acima, a Companhia mantém equipes de vendas em alguns países através de suas subsidiárias e escritórios de vendas, localizados no Chile, Reino Unido, Holanda, Bélgica, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, China, Japão, Singapura, Hong Kong e Estados Unidos, que funcionam como distribuidores dos produtos da Companhia naqueles países. Tais escritórios, por estarem mais próximos aos clientes finais, prestam um serviço mais eficiente e customizado aos hábitos culturais e de consumo de cada um desses mercados.

A Companhia possui mais de 330 mil clientes em sua base, incluindo clientes varejistas e atacadista.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O gráfico abaixo mostra a distribuição da receita da Companhia por mercado durante o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2022:



Distribuição das Exportações Consolidadas

O gráfico abaixo mostra a distribuição das exportações da Companhia durante o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2022:

EXPORTAÇÕES CONSOLIDADAS

Destino das exportações da JBS em 2022

Grande China¹	26,2%
África e O. Médio	12,1%
EUA	11,4%
Japão	9,6%
Coreia do Sul	8,0%
União Europeia	6,5%
México	5,4%
Am. do Sul	3,5%
Filipinas	3,5%
Canadá	2,4%
Outros	11,5%



Ásia correspondeu a ~
51%
do total das exportações

Receita de exportações em 2022: **US\$19,1Bi**

+13% vs. 2021

Nota 1: Considera China e Hong Kong

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Brasil

Os clientes da Companhia no Brasil são, principalmente, grandes varejistas, restaurantes e curtumes. A Companhia também investe ativamente nas marcas Friboi, Seara, Rezende, Swift, entre outras.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Estados Unidos

A JBS comercializa marcas reconhecidas em nível global pelo alto padrão de qualidade dos produtos, disponibilizando produtos saborosos e práticos aos consumidores por meio de suas diversas marcas, entre elas Just Bare, Swift, Plumrose e Adaptable Meals. A carteira de clientes é constituída por grandes redes atacadistas, algumas delas atuando em diversos países.

Austrália e Nova Zelândia

Na Austrália e na Nova Zelândia, o mercado doméstico possui relevância estratégica e apresenta grande potencial de crescimento. A Companhia atua nesse mercado com marcas fortes, tais como Primo, Beehive, Hans e Huon, além de produtos diversificados, voltados a um público consumidor exigente, em crescimento e com alto poder de consumo. Adicionalmente, em janeiro de 2022, a Primo Foods, subsidiária indireta da Companhia, concluiu a aquisição da Rivalea que opera na Austrália e é líder na criação e processamento de suínos, com uma extensa linha de produtos em diversas categorias e verticalmente integrada, aumentando a diversificação de produtos e o volume de alimentos de maior valor agregado, fortalecendo a plataforma de exportações.

Europa

Na Europa, a Companhia possui presença com marcas líderes e reconhecidas, tais como Moy Park, O'Kane, Rigamonti e Vivera, a terceira maior empresa de *plant-base* na Europa. A Moy Park é uma das 10 maiores companhias de alimentos no Reino Unido. Adicionalmente, em fevereiro de 2022, a Rigamonti, subsidiária indireta da Companhia, concluiu a aquisição do grupo Kings que opera na Itália e Estados Unidos e possui participação de mercado relevante na produção de Prosciutto di San Daniele (presunto cru) e tem atuação relevante na produção de Prosciutto di Parma (presunto cru), colocando a Companhia entre os líderes da salumeria italiana.

A Companhia apresenta abaixo as principais especificidades do processo de distribuição por segmento operacional.

Segmento JBS Brasil

A maior parte da receita da Companhia no segmento Brasil é gerada pela venda de carne in natura (incluindo cortes in natura e congelados, costelas, cortes redondos, carnes magras, carne moída, miúdos e outros produtos) e produtos de valor agregado e de marca (incluindo carne congelada cozida e pré-cozida, cubos de carne bovina e produtos prontos para o consumo, como hambúrgueres).

A Companhia vende seus produtos do segmento Brasil no Brasil, classificados como vendas domésticas, e em outros países, que são classificados como vendas para exportação. Os clientes da Companhia incluem:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados e mercados independentes), distribuidores atacadistas e processadores de alimentos;
- varejistas e distribuidores atacadistas internacionais (incluindo China, Hong Kong, Estados Unidos, Oriente Médio, Europa e mercados emergentes); e
- indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, *fast food* e outros restaurantes, redes de hotéis e outros clientes institucionais.

A Companhia comercializa seus produtos por meio de equipes e agentes de vendas locais e distribui seus produtos diretamente de suas instalações e de seus centros de distribuição.

A Companhia opera com 34 instalações de processamento de carne bovina no Brasil, nos Estados do Acre, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, São Paulo e Tocantins. As instalações da Companhia estão estrategicamente localizadas para acessar matérias-primas de maneira econômica e atender à sua base de clientes global.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento Seara

A maior parte da receita da Companhia no segmento Seara de suas operações de frango é gerada pela venda de produtos de frango com valor agregado e de marca (que podem ser totalmente cozidos, parcialmente cozidos ou crus, além de produtos à milanesa e marinados, incluindo nuggets de frango e hambúrguer) e produtos de frango *in natura* (incluindo aves inteiras refrigeradas e congeladas, filés de peito e partes de frango com osso).

A maior parte da receita da Companhia no segmento Seara de suas operações de suíno é gerada pela venda de produtos de porco com valor agregado e de marca (incluindo cortes aparados, produtos marinados, presunto e bacon) e produtos de porco *in natura* (incluindo carcaças de porco *in natura* e congeladas, cortes desossados, barrigas de porco e miudezas).

A Companhia também vende produtos alimentícios de marca com valor agregado (incluindo refeições prontas, pizza congelada, lasanha e alimentos *plant-based*, através da linha Incrível) em seu segmento Seara.

Os clientes da Companhia incluem:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados, mercados independentes e lojas próprias), distribuidores atacadistas e processadores de alimentos;
- varejistas internacionais e distribuidores atacadistas (incluindo no Oriente Médio, Europa, África, Ásia e América Latina); e
- indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, *fast food* e outros restaurantes, redes de hotéis e outros clientes institucionais.

A Companhia opera 30 instalações de processamento de frango *in natura* e 24 instalações de alimentos com valor agregado, de marca e preparados no Brasil.

A Companhia possui e opera 8 instalações de processamento de carne suína *in natura* no Brasil, localizadas nos estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Como processador de frango verticalmente integrado, a Companhia também possui e opera plantas de processamento, ração e incubadoras no Brasil.

Segmento JBS Beef North America

Estados Unidos e Canadá

A maioria das receitas do segmento JBS Beef North America vêm das operações da Companhia nos Estados Unidos e no Canadá é gerada pela venda de produtos *in natura* de carne bovina (incluindo cortes de carne bovina *in natura* e congelados, cortes de costelas, cortes redondos, carnes magras, carne moída, miúdos e outros produtos). A Companhia também vende produtos de carne com valor agregado e de marca (incluindo carne congelada cozida e pré-cozida, carne enlatada, cubos de carne bovina e produtos prontos para o consumidor, como hambúrgueres e salsichas). Além disso, a Companhia vende subprodutos de carne bovina para as indústrias de carnes, processamento de alimentos para animais, fertilizantes e alimentos para animais de estimação. O couro bovino é vendido para uso doméstico e internacional, principalmente para as indústrias de vestuário e automotiva. A Companhia vende esses produtos nos países onde opera suas instalações, classificadas como vendas domésticas, e em outros países, classificadas como vendas para exportação.

A Companhia comercializa seus produtos de carne bovina através de vários canais, incluindo:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados, mercados independentes e *club stores*) e distribuidores atacadistas;
- empresas de alimentos preparados que usam os produtos de carne bovina como ingrediente para refeições preparadas, matérias-primas para hambúrgueres e subprodutos para produção farmacêutica e de couro;
- setor de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, redes de restaurantes e hotéis e outros clientes institucionais; e
- varejistas internacionais e distribuidores atacadistas (incluindo Japão, México, Coreia do Sul e Hong Kong).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O maior canal de distribuição da Companhia é o varejo. A Companhia pretende se concentrar no aumento de suas vendas diretas para clientes de varejo e alimentos preparados e para canais de distribuição internacional, que a Companhia acredita que podem proporcionar maiores oportunidades ao longo do tempo.

A Companhia possui e opera 9 instalações de processamento de carne bovina nos Estados Unidos e 1 unidade de processamento de carne bovina no Canadá. As instalações da Companhia estão estrategicamente localizadas para acessar matérias-primas de maneira econômica e atender à sua base de clientes global. A Companhia também possui e opera instalações de valor agregado e de marca que são reportadas nos segmentos JBS Beef North America e JBS USA Pork e produz carne bovina e suína pronta para o consumo para determinados clientes. A Companhia também opera 1 curtume nos Estados Unidos.

As instalações da Companhia utilizam equipamentos modernos e altamente automatizados para processar e embalar produtos de carne bovina, que normalmente são comercializados na forma de carne bovina embalada. A Companhia também personaliza a produção e a embalagem de produtos de carne bovina para vários grandes clientes nacionais e internacionais. As instalações da Companhia enfatizam a segurança do trabalhador para garantir a conformidade regulamentar e reduzir os ferimentos. As instalações da Companhia também foram projetadas para reduzir resíduos e emissões, e descartar resíduos de acordo com os padrões ambientais aplicáveis. A Companhia equipou suas instalações em Riverside, Califórnia, para processar produtos de marca e valor agregado, incluindo, por exemplo, a G.F. Linha da marca Swift 1855 de produtos *premium* de carne bovina. As instalações da Companhia em Greeley, Colorado, Cactus, Texas e Grand Island, Nebraska foram equipadas para preparar produtos de valor agregado e de marca, incluindo corte, moagem e cubagem de produtos de carne bovina para clientes de varejo e de serviços alimentícios.

Austrália e Nova Zelândia

A maioria das receitas do segmento JBS Australia na Austrália e Nova Zelândia é gerada pela venda de produtos *in natura* de carne bovina (incluindo cortes de carne bovina *in natura* e congelados, cortes de costelas, cortes redondos, carnes finas, carne moída, miúdos e outros produtos). A Companhia também vende produtos de carne com valor agregado e de marca (incluindo carne congelada cozida e pré-cozida, carne enlatada, cubos de carne bovina e produtos prontos para consumo, como hambúrgueres e embutidos). A Companhia também opera instalações de processamento de cordeiros e suínos na Austrália e Nova Zelândia. A Companhia vende esses produtos nos países onde opera suas instalações, classificadas como vendas domésticas, e em outros países, classificadas como vendas para exportação.

A maioria dos produtos de carne bovina da Companhia na Austrália são derivados de gado alimentado com capim. No entanto, a Companhia também vende produtos de carne bovina derivados de gado alimentado com grãos, que fornecem carne de melhor qualidade e exigem um preço especial, principalmente no Japão.

A Companhia também fornece serviços de confinamento de gado na Austrália. A Companhia opera 6 confinamentos, com uma capacidade de mais de 160.000 bovinos. Enquanto o operador de confinamento geralmente vende o gado em nome do proprietário (deduzindo os custos finais de alimentação e cuidados para engordar o animal e entregando o animal engordado ao processador de carne do produto da venda), o risco final do gado não ser vendido é suportado pelo proprietário do gado.

Na Austrália, a Companhia possui e opera 8 plantas de processamento de carne, incluindo a maior, e que a Companhia acredita ser a instalação tecnologicamente mais avançada no país, 1 planta de processamento de cordeiro, 1 planta de processamento combinado de carne e cordeiro e 3 plantas de processamento de carne de porco. A Companhia também opera 7 instalações de valor agregado na Austrália e uma instalação de valor agregado na Nova Zelândia, além de 2 plantas de aquicultura de Salmão na Austrália, fornecendo peixes *in natura* e produtos processados. As instalações da Companhia estão estrategicamente localizadas para acessar matérias-primas de maneira econômica e atender à sua base de clientes global. A Companhia também opera uma instalação de processamento de couro na Austrália.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Europa

Uma pequena parte da receita do segmento JBS Beef North America vem da Vivera, a terceira maior produtora de produtos *plant-based* na Europa, onde operamos com 3 plantas sediadas na Holanda, que possuem uma capacidade de produção de mais de 1.788 toneladas por mês. A aquisição da Vivera, ocorrida em 2021, fortalece e impulsiona a plataforma global de produtos *plant-based* da JBS e agrega conhecimento técnico e capacidade de inovação. A operação amplia o portfólio da JBS com uma marca consolidada na preferência dos consumidores, reforçando o foco da Companhia em produtos de valor agregado.

Segmento JBS USA Pork

A maior parte da receita da Companhia do segmento JBS USA Pork de suas operações nos Estados Unidos é gerada pela venda de produtos suínos *in natura* (incluindo carcaças de porco *in natura* e congeladas, cortes com osso, cortes sem ossos, barrigas de porco e miúdos). A Companhia também vende produtos suínos com valor agregado e de marca, incluindo presuntos, barrigas e guarnições, que são vendidos predominantemente para empresas de alimentos preparados que, por sua vez, fabricam bacon, linguiça e carnes enlatadas. As vendas restantes são derivadas de subprodutos e de produtos com maior valor agregado e de marca. Devido às margens mais altas atribuíveis aos produtos de valor agregado e de marca, nos últimos anos a Companhia enfatiza mais a venda de produtos suínos temperados, marinados e prontos para o consumidor para o canal de varejo, e presunto desossado e barrigas sem pele para o canal de comida preparada. A Companhia vende esses produtos nos Estados Unidos, que classifica como vendas domésticas, e em outros países, que a Companhia classifica como vendas para exportação.

A Companhia vende seus produtos principalmente no mercado doméstico dos Estados Unidos, além de exportar para diversos países, , principalmente para México, China e Japão.

A Companhia comercializa seus produtos de carne suína através de vários canais, incluindo:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados, mercados independentes e *club stores*) e distribuidores atacadistas;
- empresas de alimentos preparados que usam os produtos suínos da Companhia como ingrediente alimentar para refeições preparadas, matérias-primas para fabricação de embutidos e subprodutos para produção farmacêutica e de couro;
- a indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, *fast food* e outros restaurantes, redes de hotéis e outros clientes institucionais; e
- varejistas internacionais e distribuidores atacadistas.

A Companhia possui e opera 5 instalações de processamento de suínos *in natura* nos Estados Unidos, localizadas nas proximidades das principais regiões produtoras de suínos. A Companhia também possui e opera 8 instalações exclusivas de valor agregado com marca de carne suína.

As instalações da Companhia utilizam equipamentos modernos e altamente automatizados para processar e embalar produtos de carne de suína, que são normalmente comercializados na forma de carne de porco embalada. Desde julho de 2007, a Companhia incorreu em significantes despesas operacionais e de capital, com a instalação de freezers de chapa e a tecnologia de captura de carnes de valor agregado e com marca. A Companhia acredita que esses gastos melhoraram a qualidade do produto, aumentaram a satisfação do cliente e aumentaram o potencial de vendas. Todas as instalações da Companhia para suínos produzem produtos de valor agregado e de marca, incluindo itens temperados e marinados. O design das instalações da Companhia enfatiza a segurança do trabalhador para garantir a conformidade regulamentar e reduzir os acidentes de trabalho. As instalações da Companhia também foram projetadas para reduzir resíduos e emissões e descartar resíduos de acordo com os padrões ambientais aplicáveis.

Segmento Pilgrim's Pride

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Estados Unidos, México e Porto Rico

A maioria das receitas deste segmento nos Estados Unidos, México e Porto Rico é gerada pela venda de frangos inteiros, recheados, refrigerados e frango pré-embalado (incluindo várias combinações de frangos inteiros e frangos recém-refrigerados, peças prontas para o balcão de carnes in natura da mercados de varejo) e produtos de frango preparados (incluindo filés de peito refrigerados e congelados, filés e tiras, produtos de charcutaria e saladas, nuggets e hambúrgueres e frango com osso). Os produtos de frango preparados da Companhia podem ser totalmente cozidos, parcialmente cozidos ou crus e incluem produtos à milanesa e marinados.

A JBS vende seus produtos nos países onde opera suas instalações, classificadas como vendas domésticas, e em outros países, classificadas como exportação. Os clientes da Companhia incluem:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados, mercados independentes e *club stores*) e distribuidores atacadistas;
- varejistas internacionais e distribuidores atacadistas em diversos países; e
- a indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, *fast food* e outros restaurantes, redes de hotéis e outros clientes institucionais.

A Companhia possui e opera 25 instalações de processamento de frango nos Estados Unidos, 6 instalações de processamento de frango no México e 1 instalação de processamento de frango em Porto Rico. Como um processador de frango verticalmente integrado, a Companhia também possui e opera plantas de processamento de ração e incubatórios nos Estados Unidos, México e Porto Rico.

Europa

As receitas deste segmento na Europa são geradas a partir dos negócios (i) Moy Park da Companhia, que inclui a venda de produtos de frango *in natura*, de valor agregado, com marca e preparados; (ii) Tulip, que inclui a venda de produtos de carne suína e alimentos preparados no Reino Unido; e (iii) Pilgrim's Food Masters "Kerry", que inclui a venda de produtos preparados no Reino Unido. As vendas de frango *in natura* da Companhia consistem principalmente de frangos inteiros refrigerados e congelados, filés de peito e partes de frango com osso. No Reino Unido, França e Holanda, a Companhia produz produtos de frango com valor agregado, com marca e preparados para venda a clientes nos canais de distribuição de varejo, serviços de alimentação, agricultura e internacional. A Companhia também vende uma variedade de produtos de frango prontos para cozinhar, revestidos e prontos para consumo para os principais varejistas e grandes clientes de serviços de alimentação. A Companhia mantém uma equipe de desenvolvimento de produtos e um chef executivo para continuar desenvolvendo novas ideias para produtos de valor agregado, compartilhando essas ideias com seus clientes para impulsionar as vendas. A Companhia incluiu produtos inovadores em seu portfólio todos os anos durante os últimos cinco anos, com um crescente *pipeline* de desenvolvimento de novos produtos. A Companhia possui marcas fortes com altos níveis de reconhecimento de marca nos mercados em que essas marcas são vendidas, incluindo "Moy Park", "Castle Lea", "O'Kane Limited" e a linha "Jamie Oliver" da Moy Park. A Companhia acredita que o desenvolvimento de suas marcas é importante, pois proporciona aos clientes confiança na qualidade e consistência de seus produtos. O marketing da marca está focado na prevalência das marcas através de qualidade consistente e inovação de produtos, além de desenvolver relacionamentos com os principais clientes. A Companhia acredita que suas marcas podem ser expandidas em toda a Europa, o que oferece a oportunidade de vender produtos com margens mais altas em seus mercados tradicionais.

A Companhia vende esses produtos nos países onde opera com suas instalações, classificadas como vendas domésticas, e em outros países, classificadas como vendas para exportação. Os clientes da Companhia incluem:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados, mercados independentes e *club stores*) e distribuidores atacadistas;

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- varejistas internacionais e distribuidores atacadistas; e
- indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, *fast food* e outros restaurantes, redes de hotéis e outros clientes institucionais.

A Companhia conduz suas operações de alimentos de valor agregado, com marca e preparados na Europa através de 28 instalações de processamento, compostas por 11 plantas que foram integradas a partir da aquisição da Tulip no Reino Unido, 9 plantas referente a aquisição da Pilgrim's Food Masters "Kerry", no Reino Unido e Irlanda e as demais 8 plantas da Moy park que estão situadas no Reino Unido, Holanda e França.

A Companhia também possui e opera 4 instalações de processamento de frango *in natura* no Reino Unido.

Como processador de frango verticalmente integrado, a Companhia também possui e opera fábricas de ração e incubadoras no Reino Unido.

Segmento Outros

O segmento Outros inclui os negócios globais de couro, os negócios italianos de carne com valor agregado e de marca e as *tradings*.

A Companhia opera curtumes em todo o mundo, incluindo: 1 na Argentina, 1 no Uruguai, 1 na Itália, 1 na Hungria, 1 em Portugal e 1 no Vietnã.

(c) características dos mercados de atuação

I. Participação em cada um dos mercados - Indústria global de carne bovina

A carne bovina é uma rica fonte de proteína e a terceira proteína mais produzida e consumida no mundo, após a carne suína e de frango. Segundo dados do United States Department of Agriculture ("USDA"), o rebanho bovino mundial ficou em mais de 1 bilhão de cabeças de gado em 2022, produzindo 58,4 milhões de toneladas de carne bovina.

Importações e Exportações

De acordo com o USDA, as importações globais de carne bovina atingiram um total de 10,2 milhões de toneladas em 2022, representando um aumento de 2,4% em relação a 2021. No futuro, espera-se que as importações aumentem devido: (i) ao aumento da demanda por países desenvolvidos e emergentes; (ii) à expectativa de que o volume de importações de carne bovina na China aumente à medida que a lacuna entre produção e demanda doméstica aumenta.

Apesar de ser o principal país produtor de carne bovina do mundo, os Estados Unidos também são um importador significativo de carne bovina, uma vez que a produção doméstica é insuficiente para atender à demanda total dos consumidores americanos. A União Europeia, a China, e Rússia são exemplos de outros grandes mercados com déficits na produção de carne bovina, tornando-os dependentes da importação de carne bovina do mercado externo.

Os Estados Unidos, apesar do déficit na produção, é o segundo maior exportador de carne bovina do mundo, de acordo com o USDA, exportando cortes premium de carne bovina para o mercado global. A Austrália foi o quarto maior exportador de carne bovina do mundo em 2022. A Austrália e os EUA juntos representaram 23,6% do total de exportações em 2022.

Principais locais em que a Companhia opera

Estados Unidos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Com exceção da Índia, que por razões religiosas não disponibiliza uma parte significativa de seu rebanho para fins comerciais, os Estados Unidos tinham o terceiro maior rebanho comercial do mundo, com 89,0 milhões de cabeças de gado, e foi o principal produtor de carne bovina do mundo em 2022, produzindo 12,9 milhões de toneladas de carne bovina de acordo com o USDA. Os Estados Unidos possuem mais gado em confinamento do que qualquer outro país. Os confinamentos são o método preferido para a criação de gado comercial nos Estados Unidos devido à alta qualidade da carne adquirida e ao menor tempo para preparar o gado para o abate, quando comparado ao método de criação de gado em pastos.

Processadores de carne bovina pura dos Estados Unidos geralmente compram gado criado em confinamentos à vista no mercado ou conforme acordos de fornecimento celebrados com base em preços de mercado. Esses processadores processam o gado em suas próprias instalações e vendem a carne para vários clientes ou outros processadores. O gado é normalmente adquirido a preço de mercado e mantido por menos de um dia antes do abate. Nos Estados Unidos, a Companhia opera como um processador de carne bovina pura.

Austrália

O pastoreio é o método mais comum de criação e alimentação de gado na Austrália. Esse método possui custos mais baixos de insumos e requer um período maior de tempo para o gado atingir a maturidade. No entanto, a Austrália também possui um segmento de gado de corte alimentado com grãos, que fornece carne predominantemente com valor agregado para exportação, especialmente para o Japão e a Coreia do Sul. A Austrália é um dos principais exportadores de carne bovina do mundo há mais de uma década.

Brasil

Segundo o USDA, o Brasil possui o maior rebanho comercial de bovinos de corte do mundo, com 194,4 milhões de cabeças de gado em 2022. A indústria brasileira de carne bovina passou por um intenso processo de internacionalização. Como resultado, as exportações brasileiras de carne bovina cresceram consideravelmente. O aumento das exportações brasileiras de carne bovina é resultado do aumento da produtividade no setor brasileiro de carne bovina e redução de custos de produção, intensificação de campanhas de marketing e publicidade, e aumento do número de destinos de exportação.

O Brasil oferece uma série de vantagens competitivas na produção de carne bovina, das quais as mais importantes incluem:

1. baixos custos de produção. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Faculdade de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, o Brasil tem um dos menores custos de produção de carne bovina entre os principais produtores mundiais;
2. alto potencial de crescimento da produção. Atualmente, o Brasil possui o maior rebanho comercial de gado de corte do mundo e ainda possui grandes extensões de terra disponíveis em áreas rurais, o que também permite aumentar substancialmente o cultivo e a produção de carne bovina brasileira;
3. método de pastoreio da pecuária e outras vantagens. A criação de gado no Brasil é predominantemente feita em pastos. Diferentemente da maioria dos principais produtores de carne bovina do mundo (incluindo os Estados Unidos e os países da União Europeia), o gado brasileiro pasta e/ou é alimentado com ração de origem vegetal, o que é visto como um fator que elimina o risco de um surto de BSE entre bovinos brasileiros. Além disso, a carne produzida no Brasil tem baixo teor de gordura e geralmente não contém hormônios de crescimento usados na pecuária de outros países. Tais fatores são importantes para a posição de marketing da carne bovina brasileira, especialmente para vários países desenvolvidos;

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

4. forte demanda do mercado interno. O Brasil possui um grande mercado doméstico de carne bovina que consumiu cerca de 72.7% de sua produção em 2022. Essa forte demanda do mercado interno permite otimizar a utilização e o processamento de cada carcaça, o que se acredita representar uma vantagem competitiva em relação a outros produtores de carne bovina em todo o mundo.

Indústria Global de Suínos

A carne de porco é a proteína mais consumida no mundo, com a China, Estados Unidos e a União Europeia representando os maiores mercados do mundo. Segundo dados do USDA, o rebanho mundial de suínos em 2022 foi de aproximadamente 769,7 milhões de cabeças, e a produção foi de 113,8 milhões de toneladas de carne de porco, um aumento de 5,7% em relação a 2021.

Importações e exportações

O comércio mundial de carne suína está crescendo mais rápido que a produção mundial de carne suína. A redução das barreiras comerciais está permitindo que a carne de porco circule ao redor do mundo mais livremente do que nunca, o que é benéfico para os produtores de carne de porco que podem produzir carne de porco de qualidade a um preço competitivo, de acordo com a publicação da indústria *National Hog Farmer*.

A China é o maior mercado de carne suína do mundo. A China importou 2,1 milhões de toneladas de carne suína em 2022. Isso é 52,6% menos do que as importações de 2021, mas ainda mais do que qualquer outro país. Além disso, outros países aumentaram as importações, como Coreia do Sul e México, com aumento de 27,2% e 10,4% em 2022, respectivamente, de acordo com o USDA. A União Europeia foi a maior região exportadora de carne suína do mundo em 2022, exportando 11,7p.p. mais carne suína do que os Estados Unidos, o segundo maior exportador. Espera-se que a União Europeia continue sendo o maior exportador global, uma vez que tem expandido com sucesso as vendas de carne suína para mercados-chave como China, Coreia do Sul e Japão. O enfraquecimento do euro em relação ao dólar americano também apoiou o crescimento das exportações europeias de carne suína. Juntos, a União Europeia e os Estados Unidos responderam por 64,4% das exportações mundiais de carne suína em 2022, segundo o USDA.

Principais locais em que a Companhia opera

Estados Unidos

Os Estados Unidos tiveram o terceiro maior rebanho comercial de suínos do mundo em 2022, com 73,1 milhões de cabeças e também foram o terceiro maior produtor global em 2022, tendo produzido 12,3 milhões de toneladas de carne suína. Os Estados Unidos também foram o terceiro maior consumidor, tendo consumido 10,0 milhões de toneladas em 2022, segundo o USDA.

Nos Estados Unidos, os processadores de carne suína incluem empresas verticalmente integradas, que possuem e criam suínos para uso em suas próprias instalações de processamento, e processadores puros, que não possuem suínos. Os processadores puros geralmente compram suínos acabados sob contratos de fornecimento de longo prazo a preços de mercado vigentes, processam os suínos em suas próprias instalações e vendem os produtos acabados a preços spot. Processadores puros são normalmente expostos a oscilações nos preços de mercado por menos de duas semanas e são principalmente operadores de “spread” com seu lucro operacional amplamente determinado pela eficiência operacional de uma planta e não por flutuações nos preços de mercado de suínos e produtos suínos. Nossas operações de suínos baseadas nos Estados Unidos são uma mistura de processadores de carne suína pura e processadores integrados verticalmente.

Indústria Global de Frango

O frango é a segunda proteína mais consumida no mundo, depois da carne suína, e a proteína mais consumida nos Estados Unidos e no Brasil. As maiores regiões consumidoras de frango no mundo

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

em 2022 foram os Estados Unidos, seguidos pela China, União Europeia e Brasil. Segundo o USDA, o mundo produziu 101,1 milhões de toneladas de frango em 2022.

Importações e exportações

Segundo o USDA, as importações mundiais de frango atingiram um total de 11,2 milhões de toneladas em 2022. Os maiores importadores de produtos avícolas em 2022 foram Japão, México, Reino Unido, União Europeia, China e Arábia Saudita, que juntos representaram 44,2% das importações mundiais de carne de frango.

O Brasil foi o maior exportador com 32,8% de participação nas exportações globais de frango em 2022. Os Estados Unidos foram o segundo maior exportador mundial de frango em 2022, com 3,3 milhões de toneladas embarcadas. O crescimento da demanda de exportação provavelmente será impulsionado pelo aumento do acesso ao mercado, remoção das restrições comerciais de aves dos EUA, forte demanda chinesa e uma contínua desvalorização do real brasileiro.

Principais locais em que a Companhia opera

Estados Unidos

Os produtos de frango são a fonte de proteína mais consumida nos Estados Unidos. Segundo o USDA, os Estados Unidos representaram o maior mercado de produção e consumo globalmente em 2022, tendo produzido 21,0 milhões de toneladas e consumido 17,7 milhões de toneladas de frango.

Os processadores de frango em larga escala nos Estados Unidos são tipicamente processadores verticalmente integrados. Os processadores verticalmente integrados possuem e criam matrizes reprodutoras para botar ovos para incubação. Uma vez chocados, os filhotes são transportados para fazendas independentes contratadas, onde se desenvolvem até atingirem a idade de sete a nove semanas. Fornecemos aos nossos parceiros integrados pintinhos, ração e os serviços veterinários. Além disso, como os pintinhos consomem ração (produzida a partir do milho e farelo de soja) com preço de reposição sujeito às variações do preço de mercado, os processadores de aves verticalmente integrados têm exposição financeira direta à volatilidade dos preços desses grãos.

O setor de frango dos Estados Unidos é caracterizado por alterações diárias de preços com base nos padrões sazonais de consumo e na oferta e demanda geral de frango e outras carnes nos Estados Unidos e no exterior. Os preços do frango variam ao longo do tempo e são afetados pelos níveis de estoque, ciclos de produção, clima, doenças e custos de alimentação das aves, entre outros fatores.

União Europeia

O frango é a segunda proteína mais consumida na União Europeia, depois da carne de porco. Segundo o USDA, em 2022 a União Europeia era o quarto maior produtor de carne de frango do mundo, com produção de 10,9 milhões de toneladas e o terceiro maior consumidor de carne de frango, consumindo 9,9 milhões de toneladas.

Brasil

O frango é a proteína mais consumida no Brasil, seguida pela carne bovina e suína. O Brasil é o quarto maior consumidor mundial de frango, tendo consumido 9,8 milhões de toneladas em 2022. De acordo com a World Poultry e o USDA, a indústria brasileira de frangos experimentou um crescimento significativo nas últimas quatro décadas.

II. Condições de competição nos mercados

Indústrias de carne bovina e suína

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os setores de carne bovina e suína são altamente competitivos nos mercados em que a Companhia opera. A Companhia acredita que os principais fatores competitivos nas indústrias de carne bovina e suína são eficiência operacional, disponibilidade de produtos, qualidade e custo de matérias-primas, mão de obra, preço, segurança alimentar, distribuição de produtos, inovação tecnológica e fidelidade à marca. A capacidade de competir efetivamente depende de sua capacidade de competir nessas áreas.

No setor de carne bovina, os principais concorrentes são produtores internacionais de carne bovina, como Marfrig e Minerva no Brasil, Tyson Foods, Inc., National Beef Packing Company, LLC e Cargill Inc., nos Estados Unidos e Teys Bros Pty Ltd. e Nippon Meat Packers Ltd., na Austrália. No setor de carne suína, os principais concorrentes são a Smithfield Foods, Inc., a Tyson Foods, Inc., a Seaboard Foods e a Hormel Foods Corporation nos Estados Unidos; e BRF S.A. e a Cooperativa Aurora - Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., no Brasil.

Além disso, as operações de carne bovina nos Estados Unidos, Canadá e Austrália também competem com as operações de carne bovina no Brasil em um grau limitado. Por exemplo, as operações australianas exportam para mercados da China, União Europeia, África e Oriente Médio, que são mercados para os quais as operações brasileiras também exportam. A Companhia não acredita que sua concorrência entre empresas nesses mercados tenha um efeito adverso relevante em seus negócios atuais.

Indústria de frango

O setor de carne de frango é altamente competitivo nos mercados em que a Companhia opera. A Companhia acredita que os principais fatores competitivos no setor variam de acordo com o mercado. No mercado de varejo, a Companhia acredita que a concorrência se baseia principalmente na qualidade do produto, no reconhecimento da marca, no atendimento ao cliente e no preço. No mercado de serviços alimentícios, a Companhia acredita que a concorrência se baseia principalmente em qualidade consistente, desenvolvimento de produtos, atendimento ao cliente e preço. A capacidade da Companhia de competir efetivamente depende de sua capacidade de competir nessas áreas.

No setor de aves, os principais concorrentes da Companhia são Tyson Foods, Inc. e Sanderson Farms, Inc., na América do Norte, BRF S.A. no Brasil e 2 Sisters Food Group na Europa.

(d) eventual sazonalidade

Demanda

No setor de carne bovina nos Estados Unidos, a demanda sazonal de produtos de carne bovina é maior nos meses de verão e no outono, quando os padrões climáticos permitem mais atividades ao ar livre e em regra há aumento da demanda de produtos de maior valor agregado que são grelhados, como bifes. Tanto os preços do gado vivo como os preços da carne bovina embalada tendem a atingir altas sazonais em tais épocas. Em razão do aumento do consumo, condições de crescimento mais favoráveis e alojamento de animais em confinamentos nos meses de inverno, geralmente há mais gado disponível no verão e outono. A demanda sazonal na Austrália não flutua de modo tão significativo como nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, o setor de carne suína apresenta ciclos sazonais semelhantes, porém em diferentes meses. O suíno leva em média 11 meses, a partir da concepção, para atingir o peso de mercado. Em geral, as matrizes são menos produtivas nos meses de verão, resultando em menor disponibilidade de suínos na primavera e início de verão, épocas nas quais os preços de suínos e carne suína costumam aumentar e a produção cair. A maior demanda por carne suína ocorre de outubro a março, quando a disponibilidade de suínos e períodos de festas aumenta a demanda de presunto, lombo e outros produtos de carne suína de maior valor agregado. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a demanda sazonal foi afetada pelo contexto da pandemia de Covid-19, enquanto o exercício social findo em dezembro de 2022 foi menos afetado pela pandemia.

No setor de frango, tanto a Pilgrim's Pride quanto a Seara não vivenciam grandes flutuações na demanda em virtude de sazonalidade. Contudo, as vendas líquidas da Pilgrim's Pride têm sido

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

historicamente mais altas em seu terceiro e quarto exercícios fiscais, correspondendo aos meses de primavera e verão. As vendas líquidas da Pilgrim's Pride têm sido historicamente mais baixas em seu primeiro trimestre fiscal, correspondendo ao outono e início do inverno.

Geralmente as vendas no Brasil não são impactadas por sazonalidade, contudo, especificamente com relação à Seara, suas vendas líquidas têm sido historicamente mais altas no primeiro semestre do ano no mercado doméstico, coincidindo com os meses das estações verão e outono. Adicionalmente, algumas linhas especiais de produtos sofrem uma variação considerável no volume de vendas em determinadas épocas do ano como, por exemplo, em datas festivas (Natal, Réveillon, Páscoa, entre outras).

Os negócios de frango e alimentos com valor agregado e de marca geralmente estão sujeitos a pequenas flutuações sazonais na divisão Europeia, que inclui operações no Reino Unido, Irlanda, França e Holanda. Embora o *mix* de produtos mude sazonalmente, com certos alimentos preparados e itens de churrasco vendidos em volumes mais altos durante o verão, e certos alimentos preparados, e perus crus sendo vendidos em volumes mais altos no Natal, geralmente há uma demanda contínua por aves ao longo do ano.

Impacto do preço de *commodities*

Os mercados de carne bovina, suína e de frango são afetados por flutuações nos preços de certas *commodities*. Os negócios da Companhia no mercado de carne bovina e suína na América do Norte são indiretamente influenciados por flutuações nos preços dos ingredientes para alimentação animal, uma vez que a Companhia não é verticalmente integrada na cadeia de gado e que cria cerca de apenas 22% dos suínos. Assim como acontece com os mercados de carne bovina e suína, os mercados de frango são afetados pelas flutuações nos preços de determinadas *commodities*. Contudo, os negócios da Pilgrim's Pride e da Seara são mais fortemente influenciados pelas flutuações nos preços do milho e do farelo de soja, que são ingredientes de ração necessários para suas operações integradas verticalmente. Os segmentos de carne bovina e suína da Companhia nos Estados Unidos, por outro lado, são afetados apenas indiretamente pelas flutuações nos preços de ingredientes de ração. Ao invés disso, os segmentos de carne bovina e suína da Companhia são afetados mais diretamente pelas flutuações no mercado à vista para cabeças de gado e suínos, onde a Companhia compra uma parte significativa do gado e dos suínos que a Companhia precisa. As operações da Companhia também são significativamente influenciadas por flutuações no custo de energia, tanto em termos de custo de produção e fabricação quanto com relação às despesas de entrega e de transporte correlatas.

Uma substancial parcela da produção de ração animal utilizada para o cultivo de frango no Brasil é proveniente de farelo de soja e milho e, embora esses custos sejam determinados em reais, os preços dessas *commodities* tendem a seguir os preços internacionais, que, por sua vez, são denominados em dólares norte-americanos e, portanto, são influenciados por flutuações da taxa de câmbio. Como resultado, os negócios da Companhia são fortemente influenciados por flutuações nos preços do farelo de milho e soja, ingredientes alimentares necessários para suas operações de frango verticalmente integradas.

Da mesma forma, flutuações nos preços das commodities impacta os preços das matérias-primas, principalmente trigo e soja, usados para produzir ração para suas operações no mercado de frango na Europa.

Doenças e Barreiras Comerciais

Riscos sanitários envolvem surtos de doenças no gado. Os acordos bilaterais sanitários variam entre países. Surtos de doenças podem provocar a imposição de barreiras comerciais entre as nações.

(e) principais insumos e matérias primas

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A principal matéria-prima para as operações brasileiras de processamento de carne bovina é o gado vivo. A Companhia procura comprar gado de pecuaristas no Brasil, geralmente localizados a 300 quilômetros de uma ou mais de suas plantas de processamento de carne bovina. A proximidade dos fornecedores de gado com suas instalações de processamento de carne bovina resulta em custos de transporte reduzidos e reduz o risco de perda de peso e machucados durante o transporte.

A Companhia celebra contratos de compra de gado com seus fornecedores de gado, incluindo suas afiliadas J&F Floresta Agropecuária e JBJ Agropecuária. A Companhia emprega compradores experientes de gado que compram gado nas principais áreas de criação de gado do Brasil. Os compradores são treinados para selecionar animais de alta qualidade e livres de doenças, e monitoram constantemente seu desempenho. A Companhia compra gado apenas de produtores registrados selecionados, com base em diretrizes rigorosas de seleção de animais, além de critérios relacionados ao desmatamento. Os fornecedores de gado da Companhia precisam documentar a qualidade de suas operações e verificar se o uso de antibióticos e produtos químicos agrícolas está em conformidade com os padrões da indústria, além de ter o cadastro na plataforma pecuária transparente, plataforma esta, que monitora geograficamente os fornecedores, afim de garantir que os mesmos não estão desmatando seus territórios para gerarem pasto. Todos os bovinos que a Companhia compra no Brasil são inspecionados por funcionários do SIF.

A oferta e os preços de gado são afetados por vários fatores, como clima, acesso ao capital pelos criadores e período de colheita. A maioria do gado abatido no Brasil é alimentado com capim.

Segmento Seara

Frango

A Companhia é um processador de frango verticalmente integrado no Brasil e controla todas as fases da produção de seus produtos, incluindo fábricas de ração, incubadoras, plantas de processamento e centros de distribuição. A Companhia possui matrizes para a produção de ovos para incubação. Depois de nascidos, os pintinhos, ou frangos, são transportados para fazendas, onde crescem até atingirem seis a sete semanas. A Companhia fornece aos seus produtores contratados os pintinhos, ração e serviços veterinários.

Os preços dos insumos de ração para as aves podem variar significativamente, inclusive em curtos períodos, devido a vários fatores, incluindo oferta e demanda do milho e farelo de soja, que são ingredientes necessários para as operações verticalmente integradas. A Companhia busca gerenciar alguns desses riscos com programas de gerenciamento de *hedge*, incluindo contratos de

futuros e opções. No entanto, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também podem limitar os ganhos decorrentes das flutuações nos preços das *commodities*.

Carne Suína

As operações da Companhia de carne suína no Brasil são, em sua maioria, integradas verticalmente. A Companhia também compra um pequeno número de suínos de terceiros no mercado à vista. Os ingredientes necessários para a criação de porcos são substancialmente semelhantes aos usados para alimentar as aves. Geralmente a Companhia compra ingredientes para ração no mercado à vista ou sob acordos de compra a prazo, preços de mercado na entrega ou a preços fixos. A Companhia procura proteger os ingredientes alimentares que compram no Brasil por meio de instrumentos financeiros negociados na B3, a fim de tentar se proteger das variações de preço entre a data de sua compra e a data de sua entrega.

Segmento JBS Beef North America

Estados Unidos e Canadá

A principal matéria-prima para as fábricas de processamento de carne da Companhia nos Estados Unidos e no Canadá é o gado vivo. Processadores de carne verticalmente integrados, que possuem gado alimentado com ração, podem estar sujeitos a um impacto financeiro significativo em termos de utilização do capital de giro, uma vez que o gado consome ração por 90 a 180 dias e não gera receita até ser abatido. Como o gado consome ração a um preço de reposição sujeito a mudanças no mercado, os processadores de carne verticalmente integrados têm exposição financeira direta à

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

volatilidade do milho e de outros preços da matéria-prima. A Companhia não possui gado alimentado com ração e geralmente compra gado no mercado à vista ou conforme acordos de fornecimento com preços de mercado de operadores de confinamento e, exceto conforme descrito abaixo, normalmente mantém o gado por menos de um dia antes do abate. Após abatido, a Companhia vende a carne. Como geralmente a Companhia compra gado a preços de mercado e vende o produto acabado de carne bovina a preços de mercado em pouco tempo entre a compra e a venda, a Companhia não está exposta a alterações nos preços de mercado em um período tão grande quanto os processadores verticalmente integrados.

Todo o processo de compra de gado da Companhia nos EUA está centralizado na sede da JBS USA em Greeley, Colorado. A Companhia exige que todos os seus fornecedores de gado documentem a qualidade de suas operações de confinamento, verifique se o uso de antibióticos e produtos químicos agrícolas seguem os padrões pretendidos pelo fabricante e confirmam que os alimentos que contenham produtos proteicos de origem animal, que tenham sido associados a surtos de BSE, não foram usados. A Companhia tem mais de 3.000 fornecedores de gado. A proximidade dessas fábricas com a maioria de seus fornecedores reduz os custos de transporte e ferimentos do gado em trânsito.

A Companhia garante suas demandas de gado sob acordos de compra a prazo e no mercado à vista. Os contratos de compra a termo da Companhia não são contratos de preço fixo, mas são cotados a preços de mercado na entrega, minimizando, assim, geralmente a exposição da Companhia à volatilidade dos preços antes da entrega.

Em 16 de março de 2018 e em conexão com a venda da JBS Five Rivers, a Pinnacle Arcadia Bovinos Holdco, LLC, como fornecedora, e a JBS USA Food Company, como compradora, firmaram um contrato de fornecimento de gado vivo, nos termos do qual o fornecedor concordou exclusivamente vender e o comprador concordou em comprar todo o gado pertencente ao fornecedor e suas afiliadas à JBS USA Food Company e suas afiliadas (sujeito a certas exceções), e o fornecedor deve garantir um fornecimento contínuo de gado por semana e por ano, de acordo com volumes e preços (mínimos e máximos) estabelecidos no contrato, para processamento nas instalações da compradora. O prazo do contrato de fornecimento de gado vivo é de 10 anos.

Segmento JBS Austrália

Austrália e Nova Zelândia

As principais matérias-primas para as operações de processamento da Companhia na Austrália e na Nova Zelândia são gado vivo, cordeiro e porco, além de vegetais, animais terrestres, óleo de peixe e farinha de peixe, destinados para a criação de peixes da Huon. A função de compras de gado na Austrália se concentra em obter, de maneira eficiente, tanto o gado alimentado com capim quanto o gado alimentado com grãos.

O gado da Companhia é proveniente principalmente de fornecedores com características específicas de peso e qualidade. Esse processo ajuda a garantir que o gado adquirido pela Companhia atenda aos requisitos de pedidos futuros.

Segmento JBS USA Pork

A principal matéria-prima para as operações de processamento de suínos nos Estados Unidos da Companhia são os suínos vivos. A Companhia processa suínos vivos em suas instalações de produção e vende os produtos acabados. Nos Estados Unidos, a maioria de suas operações de suínos não é verticalmente integrada. Os processadores de suínos verticalmente integrados, que criam porcos com ração, podem estar sujeitos a um impacto financeiro significativo em termos de utilização do capital de giro, uma vez que os porcos criados com ração ficam em pátios por aproximadamente 180 dias. Além disso, como os suínos consomem alimentos com um preço de reposição sujeito à volatilidade do mercado, os processadores de porco verticalmente integrados têm exposição financeira direta à volatilidade nos preços dos grãos e das matérias-primas. Como normalmente a Companhia adquire seus suínos vivos no prazo de 24 horas do abate, não está exposta a alterações nos preços de mercado por um longo período de tempo.

Uma parte dos suprimentos de suínos vivos da Companhia é comprada de terceiros por meio de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

contratos de fornecimento de longo prazo. A Companhia emprega uma rede de compradores de suínos em suas plantas de processamento e estações de compra para garantir seu suprimento de suínos. Esses contratos de fornecimento têm tipicamente dois a três anos de duração e estipulam compromissos mínimos e máximos de compra com preços baseados, em parte, no preço de mercado dos suínos na entrega, com ajustes baseados na qualidade, peso, e. A Companhia compra demais suínos no mercado à vista, a um preço diário de mercado com a mesma qualidade geral e grau de rendimento exigidos em seus contratos.

A Companhia também possui e opera 9 fazendas de suínos nos Estados Unidos e possui suínos para engorda num total de aproximadamente 22% da sua necessidade.

Segmento Pilgrim's Pride

Estados Unidos, México e Porto Rico

A Companhia é uma processadora de frango verticalmente integrada nos Estados Unidos, México e Porto Rico, pois possui e cria matrizes para a produção de ovos para incubação. A Companhia controla todas as fases da produção de seus produtos, incluindo fábricas de ração, incubadoras, plantas de processamento e centros de distribuição. Uma vez nascidos, os pintinhos, ou frangos, são transportados para fazendas independentes, onde crescem ao longo de sete a nove semanas. A Companhia fornece aos seus produtores contratados pintinhos, ração e serviço veterinário.

Normalmente, a Companhia celebra contratos de exclusividade e de longo prazo com alguns de seus fornecedores para entrega física futura de ingredientes alimentares a preços determinados. Todos os seus fornecedores estão sujeitos a órgãos de inspeção e leis aplicáveis em sua área de operações. A Companhia tem vários fornecedores e acredita em um baixo risco de concentração.

Os preços dos insumos de ração para aves podem variar significativamente, inclusive em curtos períodos, devido a vários fatores, incluindo oferta e demanda do milho e farelo de soja, que são ingredientes necessários para as operações da Companhia verticalmente integradas. A Companhia busca gerenciar alguns desses riscos com programas de gerenciamento de *hedge*, incluindo contratos futuros e opções. No entanto, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também podem limitar os ganhos decorrentes das flutuações nos preços das *commodities*.

Europa

A Companhia é uma processadora de frango verticalmente integrada na Europa, pois possui e cria matrizes para a produção de ovos para incubação. A Companhia controla todas as fases da produção de seus produtos, incluindo fazendas (contratadas, próprias, sob acordos de criação de aves ou sob arrendamento), fábricas de ração, incubadoras e plantas processadas. Os frangos de corte da Companhia são transportados para fazendas independentes, onde crescem até uma idade de aproximadamente cinco semanas. A Companhia fornece a seus produtores contratados os pintinhos, ração e serviços veterinários.

Os preços dos insumos de ração para aves podem variar significativamente, inclusive em curtos períodos, devido a vários fatores, incluindo oferta e demanda do milho e farelo de soja, que são ingredientes necessários para as operações da Companhia verticalmente integradas. A Companhia tenta gerenciar alguns desses riscos com programas de gerenciamento de riscos e *hedge*, incluindo contratos futuros e opções. No entanto, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também podem limitar os ganhos decorrentes das flutuações nos preços das *commodities*.

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.

A Companhia mantém com seus fornecedores relacionamentos de longo prazo. Conforme prática corrente do mercado, a Companhia não costuma celebrar acordos que criam a obrigação de exclusividade para a Companhia, a fim de manter sua liberdade de contratar o fornecedor mais adequado para cada empreendimento, com base nos preços, qualidade, termos e condições de entrega dos produtos. A Companhia ressalta que todos os fornecedores da Companhia estão sujeitos a órgãos de fiscalização, e respectivas legislações aplicáveis nas jurisdições em que

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

operam.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia conta com uma vasta lista de fornecedores, não apresentando risco de concentração para a Companhia.

A Companhia possui mais de 35.000 fornecedores de animais para abate ao redor do mundo, e, desta forma, não possui nenhum risco de concentração de fornecedores em nenhum mercado onde está presente.

iii. eventual volatilidade em seus preços

As margens operacionais da Companhia dependem, entre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas (principalmente de gado) e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, incluindo o fornecimento e a demanda de carne bovina e o mercado de outros produtos proteicos, como a carne de frango e de porco. A Companhia tenta administrar alguns desses riscos com a utilização de programas de gestão de risco e *hedge*, incluindo contratos futuros e opções de compra e venda. Contudo, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também poderão limitar ganhos derivados de flutuações favoráveis do preço de *commodities*. Para mais informações, consulte a seção 4.1 deste Formulário de Referência.

1.5 Principais clientes

1.5 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a) *necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações*

A Companhia necessita efetivamente de autorizações sanitárias e ambientais nas jurisdições onde opera seus negócios, em todos os níveis de governo, incluindo a obtenção, manutenção e renovação das licenças da Companhia.

A Companhia cumpre com as leis e normas, principalmente, mas não se limitando às sanitárias e ambientais nas jurisdições onde exerce suas atividades em todos os seus aspectos relevantes.

(i) *Regulação da Vigilância Sanitária no Brasil*

As operações da Companhia relacionadas com o abate, processamento e armazenamento de carne no Brasil estão sujeitas a várias normas impostas pelo Ministério da Saúde, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“**ANVISA**”), pelo MAPA e por outras autoridades estaduais ou locais em relação ao processamento, embalagem, armazenagem, distribuição, anúncio e etiquetagem de produtos, incluindo o compromisso da Companhia com normas de segurança. Nos anos recentes, as práticas sanitárias e os procedimentos na indústria de processamento têm sido sujeitos a exames minuciosos mais intensos e supervisionados pelo MAPA e pela ANVISA. Cada uma das instalações da Companhia nas quais estas atividades são desempenhadas deve ser previamente licenciada pelas autoridades e deve contar com um técnico responsável em cada uma e deve estabelecer e implementar os Programas de autocontrole, de acordo com o que determina a legislação. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante a ANVISA ou o MAPA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos, ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação setorial, estará sujeita não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções administrativas previstas na Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, tais como advertência, multa, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença, entre outras. Os produtos de origem animal in natura devem ser registrados no MAPA e estão sujeitos ao Decreto n.º 9.013, de 29 de março de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (“**RIISPOA**”) que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, instituídas pela Lei n.º 1.283, de 19 de dezembro de 1950 e pela Lei n.º 7.889, de 23 de novembro de 1989. Em caso de não observância da legislação específica, o infrator estará sujeito não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também a penalidades administrativas, tais como advertência, multa, apreensão de produtos, suspensão de atividade, interdição do estabelecimento, cassação de registro do estabelecimento, entre outras.

Regulação da Vigilância Sanitária – Outras localidades

As operações da Companhia no exterior estão sujeitas a uma extensa regulamentação pelas autoridades estaduais, municipais e estrangeiras relativa ao processamento, acondicionamento, armazenagem, distribuição, publicidade e rotulagem de seus produtos, inclusive normas de segurança dos alimentos. Para maiores informações acerca de regulação de vigilância sanitária no exterior e que a Companhia e suas subsidiárias se sujeitam, ver seção 1.8. deste Formulário de Referência.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A JBS desenvolve no Brasil um plano anual de investimentos para melhorias ambientais com foco no tratamento de efluentes, no gerenciamento de resíduos sólidos, nas emissões atmosféricas e de gases de efeito estufa (GEE) e na gestão no uso de água. Esse plano é traçado com base em um amplo diagnóstico ambiental realizado pela JBS para identificar oportunidades de melhorias dos indicadores ambientais das unidades processadoras no Brasil. Em 2021, o valor com investimentos e gastos com proteção ambiental da JBS em todo o mundo totalizou R\$568,4 milhões relativos a tratamento e redução no consumo de água e efluente, eficiência energética, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, recuperação florestal, gestão ambiental e outras melhorias.

Em todas as unidades produtivas, a JBS possui um sistema informatizado que realiza o gerenciamento dos indicadores de meio ambiente e sustentabilidade. Esse sistema é alimentado pelas equipes de cada uma das unidades de forma periódica e permite acompanhar o desempenho das plantas, relacionando-os às metas de redução de consumo e geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos. Dessa forma, a JBS elabora e gerencia seus planos de prevenção e redução de impactos ao ambiente.

A Companhia publica os dados de gestão e desempenho ambiental por meio do CDP, maior e mais respeitada plataforma global de informações corporativas ambientais. Em 2022, o score da Companhia foi elevado de B para A- em Mudanças Climáticas. A plataforma possibilita que a empresa reporte seu desempenho, políticas e boas práticas de sustentabilidade. Desde 2015, a JBS utiliza a ferramenta para reportar sua performance em gestão dos recursos hídricos (programa CDP Água), gestão de emissão de emissões de GEE (CDP Carbono) e para o programa de avaliação das ações e políticas corporativas que previnem desmatamentos associados à obtenção das principais commodities agrícolas – gado, soja, madeira e óleo de palma (CDP Florestas).

O ano de 2021 entrou para a história da Companhia por ter se comprometido a [zerar o balanço das emissões de gases causadores do efeito estufa](#) (NetZero 2040), reduzindo ao mínimo a intensidade de emissões diretas e indiretas e compensando toda a emissão residual, até 2040. A Companhia fornecerá um plano de ação, sustentado em metas baseadas na ciência, consistente com os critérios estabelecidos pela Science-Based Targets initiative (SBTi).

Para vencer o desafio da descarbonização, a JBS estabeleceu um plano que contempla: Inventário de emissões (mapear riscos e oportunidades); Construção de cenários (integrar a estratégia com o negócio); Avaliação de projetos (verificar a efetividade das ações); e Definição de metas (alinhar as metas ao nível de ambição da empresa).

Vale mencionar que a JBS possui uma importante instância de governança para sustentabilidade. O [Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental](#) é responsável por discutir questões estratégicas relacionadas ao tema, globalmente. O grupo se reporta diretamente ao Conselho de Administração (CA). Desde de 2019, o presidente do CA, Jerry O'Callaghan, passou

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a fazer parte também do Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental.

Outros destaques das empresas da JBS em 2021/2022:

- A JBS Couros conta com 18 unidades certificadas pelo Leather Working Group (LWG), todas elas com nota máxima em rastreabilidade, quesito em que a JBS se destaca no mercado. O LWG é uma iniciativa internacional formada por empresas, redes varejistas, curtumes e fornecedores para incentivar práticas ambientais eficientes e sustentáveis na indústria de couros.
- A JBS Biodiesel é a maior produtora mundial verticalizada de biodiesel a partir de sebo bovino e a primeira empresa a ser qualificada para a venda de créditos obtidos por meio do Renovabio - programa do Governo Federal, lançado pelo Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de expandir a produção de biocombustíveis no Brasil para atender as demandas do Acordo de Paris. Com sua terceira unidade em Mafra (SC), em 2021 a JBS Biodiesel acrescentou mais 369 mil m3 anuais à sua base produtiva. A empresa conta ainda com suas usinas de biodiesel em Lins (SP) e Campo Verde (MT).
- Com a fábrica em Guaiçara, no interior de São Paulo, a JBS é a primeira empresa no Brasil a utilizar resíduos orgânicos gerados em suas fábricas para a produção de fertilizantes. Serão produzidos fertilizantes sólidos orgânicos, organominerais e especiais. Esse projeto está alinhado à estratégia da JBS em economia circular. Sendo um negócio promissor e um produto de alto valor agregado, a Campo Forte Fertilizantes iniciou as operações em março de 2022.
- Em abril de 2022, a JBS lançou a No Carbon, empresa especializada em locação de caminhões 100% elétricos. São Caminhões VUC (Veículos Urbanos de Carga) para transporte de produtos congelados e resfriados, que atuam na distribuição do varejo, atendendo as operações logísticas da própria JBS na distribuição de produtos da Friboi, Seara e Swift. A circulação ocorrerá nas cidades de São Paulo, Brasília, Curitiba, Ribeirão Preto, Campinas e Itajaí.
- A JBS Ambiental, gerencia e trata resíduos sólidos pós-industriais recicláveis e não recicláveis, dando a eles a destinação correta, além de produzir novos produtos plásticos e resinas recicladas a partir de resíduos. Em 2021, a unidade continuou expandindo sua atuação em economia circular. Como resultado, juntos, os projetos de piso verde e de pallet em WPC, que reciclam resíduo plástico de embalagens multicamadas de alimentos provenientes das operações da Companhia, retiraram 35 mil quilos de resíduos, que teriam como destino os aterros.

Materialidade e Engajamento de Stakeholders

A JBS desenvolveu uma matriz de materialidade que prioriza os temas de sustentabilidade para

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a JBS e seus stakeholders. Em 2019, esses temas foram revistos e agrupados em quatro novos pilares, que melhor representam os desafios globais da JBS.

Para criar a nova matriz, foi realizada uma série de entrevistas com as lideranças da empresa em todo mundo e clientes selecionados na Austrália, no Brasil, no Canadá, nos Estados Unidos e na Europa durante seis meses, com base em processo de materialidade e estudos que vêm sendo realizados desde 2014. Em função dessa metodologia, voltada para a formação de consenso, a materialidade da JBS não apresenta pesos ou prioridades. Prioridades globais da sustentabilidade:

- Bem-estar animal
- Gestão ambiental
- Integridade do produto
- Responsabilidade social

Em função da sua diversidade de atuação, os negócios e áreas da JBS determinam suas próprias metas e procedimentos para obter uma produção mais sustentável, inclusive o desenvolvimento de políticas ambientais e de segurança que estejam de acordo com os padrões do país e do setor. O mesmo ocorre em relação aos processos de diálogo e engajamento com stakeholders, construído localmente, com base em relacionamentos legítimos e orientados pelo desenvolvimento sustentável da empresa. Essa multiplicidade de realidades e abordagens é unificada pelos valores da JBS, pelo princípio da precaução, e pela matriz de materialidade.

Água

A gestão dos recursos hídricos está na base da cadeia produtiva da JBS. O recurso é considerado essencial para o desenvolvimento de animais e de vegetais (alimento da cadeia animal), além de assegurar os padrões sanitários dos processos e dos produtos, assim como a higienização de áreas, dos equipamentos e dos utensílios. Por isso, a JBS reitera o compromisso com o uso sustentável da água como uma prioridade em todas as unidades. Além disso, desenvolve estratégias e projetos para garantir a máxima eficiência no uso e reuso de água, além de minimizar a necessidade de novas fontes de captação.

Em 2021, foram investidos mais de R\$110,3 milhões em melhorias no uso da água e efluentes das operações no Brasil.

Todas as diretrizes voltadas ao tema são conduzidas pelo corporativo, e as ações executadas pelos times de meio ambiente das fábricas. As metas e os procedimentos específicos são definidos por cada de negócio, respeitando suas particularidades. Entre os indicadores monitorados destacam-se o controle das fontes de captação de água e dos destinos de disposição dos efluentes tratados, programas de tratamento de águas residuais e estratégias de reutilização e reciclagem, bem como o uso de água por intensidade de produção.

Ainda em 2021, a JBS reutilizou mais de 1,7 bilhões de litros de água em suas operações em todo o mundo. As iniciativas de reuso e reciclagem de água representam a maior oportunidade para a economia desse recurso. A água de reuso é empregada, principalmente, em processos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

de limpeza de áreas externas e resfriamento de equipamentos, de acordo com as normas sanitárias existentes. É importante observar que especificidades de leis locais de cada país delimitam em quais operações a água de reuso pode ser utilizada.

Efluentes

Os efluentes líquidos resultantes do processo produtivo das unidades são devidamente tratados para a coleta e passam por um processo para que atendam aos requisitos legais. Todo efluente é tratado, seja internamente ou pelo sistema público. O monitoramento constante do desempenho das estações de tratamento de efluentes é realizado pela JBS e o atendimento aos padrões físico-químicos determinados pela legislação recebe acompanhamento das respectivas agências governamentais de cada país.

O volume de efluentes gerados globalmente pela JBS foi de, aproximadamente, 149.952.819 milhões de m³. A JBS em 2022 devolveu ao ambiente após tratamento, com qualidade e de forma segura, 85% de volume de água captada em seu processo, disponibilizando novamente a água ao ambiente para novos usos (exceção apenas para o volume de efluente que é enviado para tratamento na rede pública).

Mudanças Climáticas

Há 11 anos, a JBS realiza seu inventário anual de emissões de GEE, de acordo com a metodologia internacional GHG Protocol, inicialmente nas operações brasileiras. Em 2012, a empresa expandiu o escopo para as operações internacionais. Desde então, a JBS publica seu inventário global.

A JBS monitora e contabiliza as emissões de GEE de suas operações e as reporta dentro dos escopos 1, 2 e 3.

- Emissão Escopo 1 - Emissões provenientes das frotas próprias, de combustíveis utilizados para geração de energia ou calor na operação, das lagoas de tratamento de efluentes e da fermentação entérica dos animais confinados em confinamentos ou granjas da JBS, entre outros.
- Emissão Escopo 2 – Emissões indiretas de energia por se tratar de fontes sobre as quais a empresa não possui responsabilidade ou sua responsabilidade é indireta. São aquelas provenientes do uso de energia elétrica.
- Emissão Escopo 3 – Emissões indiretas resultantes de frota terceira, viagens aéreas comerciais, decomposição dos resíduos em propriedade terceira, entre outras. Portanto, nesse escopo são consideradas emissões que a empresa não possui responsabilidade ou sua responsabilidade é indireta.

A JBS busca constantemente novas aplicações e boas práticas para reduzir a pegada de carbono de suas operações. As iniciativas de redução de emissões diretas da JBS concentram-se principalmente no volume do consumo de combustíveis fósseis e de energia de modo geral. Há

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

também um grande esforço para a obtenção de uma matriz energética mais limpa, para o uso de resíduos na geração de energia, para a maior eficiência no tratamento de efluentes industriais e para o aumento da eficiência em logística em frotas próprias e contratadas.

As emissões absolutas da JBS aumentaram de 2020 para 2021. A principal mudança que o compromisso Net Zero acarreta no reporte das emissões de GEE é o aprimoramento da gestão de emissões do escopo 3 globalmente. Conforme evoluímos na ampliação do monitoramento dessas emissões, aumenta a precisão dos dados obtidos. Por isso, registramos um aumento significativo no volume de emissões de GEE da JBS escopo 3 em 2021 em comparação com 2019.

Energia

A JBS investe na adoção das melhores práticas relacionadas ao consumo de energia. A empresa sabe da sua responsabilidade de utilização de energias renováveis como contribuição para a redução das emissões em sua cadeia de valor. Trata-se de um item prioritário na gestão, tanto de emissões como da ecoeficiência da JBS, e conta com estratégia definida e recursos para sua implementação.

Resíduos e Embalagens

Dentro da estratégia de redução da emissão de GEE está a gestão dos resíduos sólidos gerados nos processos produtivos internos da JBS. Por isso, a empresa realiza a destinação correta, assim como o tratamento adequado para reduzir os impactos ambientais, entre os quais a formação de metano (CH₄), um dos gases do efeito estufa.

A JBS assumiu o compromisso de reciclar ou reaproveitar o maior contingente possível de seus resíduos, para diminuir o envio aos aterros e outras destinações, além de apoiar ações para promoção da reciclagem das embalagens pós-consumo do país, por meio de programas de logística reversa.

Em 2021, foi reaproveitado 1,08 milhão de toneladas de resíduos, o que representa 53,7% do total gerado. O material foi destinado para compostagem, reciclagem, cogeração de energia e reaproveitamento energético.

Para a JBS, o sistema de ciclo fechado para o reaproveitamento e reciclagem de resíduos é fundamental para a sustentabilidade de sua operação. Nesse sentido, a JBS desenvolve iniciativas para identificar essas oportunidades:

- *Gestão de Resíduos:*

A atuação da JBS é orientada por políticas próprias, específicas para o tema, e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Todas as unidades de produção atendem a PNRS e a gestão dos resíduos está baseada no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), elaborado pelos responsáveis ambientais da unidade produtiva. Este plano define procedimentos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

para coleta, transporte e destinação correta bem como define boas práticas para redução de geração de resíduos em pontos específicos de processo.

Fornecedores críticos da empresa também são envolvidos, pois a JBS prevê a destinação correta de todos os resíduos gerados por fornecedores, transportadores e sua disposição final.

Em projetos de pesquisa e desenvolvimento, a JBS trabalha na redução de gramatura de embalagens, troca de materiais em embalagens para materiais com maior facilidade de reciclagem e de reutilização e projetos de reciclagem de materiais para serem utilizados em outros produtos dentro do processo.

Destaca-se também o desempenho da JBS Ambiental, uma unidade de negócio que trabalha com a economia circular de resíduos recicláveis. Ela é responsável pela coleta, processamento (reciclagem) e reutilização dos materiais dentro da empresa. Resíduos plásticos como polietileno são reciclados e transformados em novos produtos para serem usados nas unidades da JBS em forma de sacos de lixo, lonas plásticas, capas para paletes, filme termoencolhível (shrink), paletes e estrados injetados. Atualmente, 100% dos sacos de lixo utilizados pela JBS são de produção própria, ou seja, provêm de iniciativas de economia circular. Os plásticos coletados pelas unidades gerenciais da JBS Ambiental são destinados para a unidade de Lins e transformados em resinas plásticas recicladas, como matéria prima para fabricação de novos produtos.

Após dois anos de estudos, a JBS Ambiental criou um piso verde a partir de plástico reciclado. O produto, obtido a partir da reciclagem de resíduos provenientes das operações da JBS que seriam destinados a aterros, conta com tecnologia inovadora e é destinado à construção civil. As aparas de embalagens multicamadas de PVDC (cloreto de polivinilideno), plástico utilizado em produtos in natura embalados a vácuo e de difícil reciclagem, são transformadas em pisos intertravados, próprios para aplicação em ambientes externos, como pavimentação de pátios.

Em 2022, novas unidades da JBS Ambiental passaram a operar em unidades produtivas da Seara, somando-se às inauguradas em 2021, o que levará a mais eficiência na segregação e aproveitamento dos materiais, aumentando significativamente o volume de resíduos reciclados.

Logística Reversa:

Temos como prática promover o retorno das embalagens à cadeia produtiva, como forma de contribuir com a reciclagem de resíduos e reduzir o impacto do descarte em aterros sanitários.

No Brasil, a JBS também desenvolve processos que reduzem as perdas e os custos de embalagens — 86% delas são feitas de material de fonte renovável.

A Companhia ainda apoia projetos de logística reversa, atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos, como o Prolata, o Programa Cidade+, do Instituto Recicleiros, e o eureciclo.

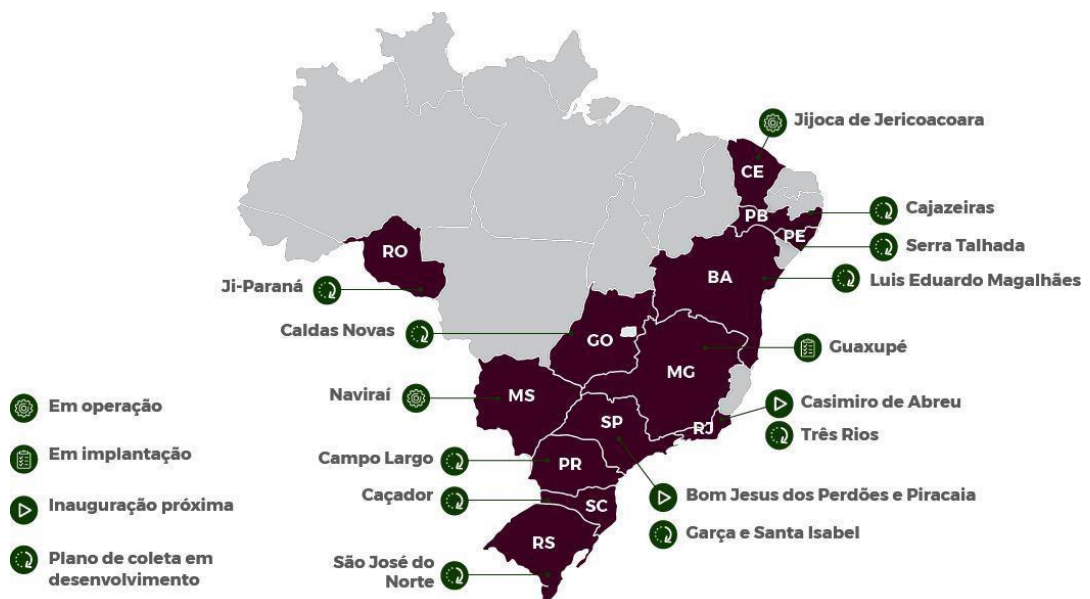
Em 2021, a Friboi e a Seara por meio de seus parceiros, o Prolata e o Programa Cidade+, reciclaram juntas, 7.862 toneladas de embalagens de plástico e papelão e 11.008 toneladas de metal.

Programa Cidade +

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

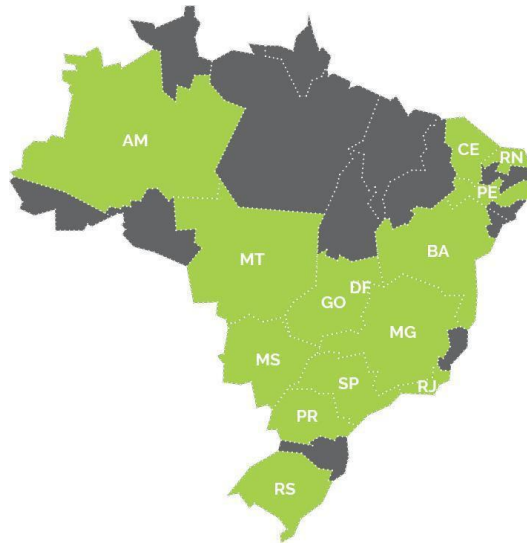
Outra importante iniciativa da JBS Brasil e Seara é o apoio ao Programa Cidade +, desenvolvido e gerenciado pela ONG Recicleiros. A iniciativa assessora prefeituras na implementação da coleta seletiva inteligente, ao mesmo tempo em que possibilita às empresas o cumprimento de exigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos - que requer investimento em ações de logística reversa de embalagens pós-consumo. O programa atende cerca de 1 milhão de novas pessoas por ano, disponibiliza acesso à canais sustentáveis para destinação de resíduos sólidos urbanos a quatro milhões de pessoas e irá gerar 2 mil postos de trabalho qualificados para pessoas em estágio de vulnerabilidade até o final de 2023.

Os valores repassados ao Programa Cidade+ transformam-se em capacitação para que os gestores municipais possam implantar e gerir seus programas de coleta seletiva.



- Programa Prolata: Em atendimento a Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2014, a JBS passou a integrar o Acordo Setorial de Embalagens e o Programa Prolata, uma iniciativa da Associação Brasileira de Embalagens de Aço (Abeaço), baseada em três pilares: centros de recebimento/entrepasto, com estrutura voltada para recebimento de grandes volumes; cooperativas de catadores de materiais recicláveis, responsáveis pelo trabalho de inclusão social; e Pontos de Entrega Voluntária (PEV), que fazem a interface com o consumidor final. Segundo dados da Abeaço, o programa já reciclou mais de 31 mil toneladas de aço.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal



Garantia de origem

Para a JBS, qualquer processo de aquisição matérias-primas deve ser pautado pelos princípios da compra responsável, isto é, não apenas pelo compliance com os regulamentos federais e locais, mas em sintonia com as práticas mais sustentáveis no setor. É daí que nasce a garantia de origem dos produtos da empresa. Esse compromisso pode implicar em bloqueios comerciais, cancelamento de contratos em situações em que forem encontradas irregularidades ou práticas incompatíveis. Para isso, existem mecanismos de controle nas diversas etapas do processo.

Monitoramento Socioambiental de fornecedores de gado no Brasil

A JBS tem o compromisso de combater, desencorajar e eliminar o desmatamento da sua cadeia de fornecimento na Amazônia. Pioneira em iniciativas para o desenvolvimento sustentável da região, a JBS tem suas atividades pautadas por uma [Política de Compra Responsável de Matéria-Prima](#), que estabelece critérios socioambientais para a seleção de seus fornecedores de gado.

Há mais de uma década, a JBS faz investimentos significativos para viabilizar um dos maiores sistemas privados de monitoramento de fornecedores do mundo. O sistema monitora, por meio de imagens de satélite e dados georreferenciados das fazendas fornecedoras, uma área de mais de 860 mil quilômetros quadrados de área (ou 86 milhões de hectares, equivalente à soma dos territórios da França e da Alemanha).

A JBS avalia diariamente mais de 90 mil fazendas para evitar a compra de animais de propriedades envolvidas com desmatamento de florestas nativas, invasão de terras indígenas e de áreas de preservação ambiental ou que constam da lista de áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama), a JBS também não adquire gado de fornecedores envolvidos em violência rural ou conflitos agrários, ou que utilizam trabalho infantil

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

ou em condições análogas à escravidão. Nesse período, cerca de 14 mil fazendas fornecedoras de gado foram bloqueadas pelo sistema de monitoramento por situações de não conformidade socioambiental.

Como parte de seu compromisso com a transparência, as operações de compra de gado e todo o sistema de monitoramento de fornecedores da JBS são auditados anualmente, de forma independente, e os resultados são publicados no site da empresa. As auditorias revelaram que, nos últimos anos, mais de 99,9% das compras de gado da JBS, de fazendas localizadas na região amazônica, cumpriram com os critérios socioambientais da empresa.

Em 2021, a empresa Associação Control Union Certificates, consultoria e certificações socioambientais, confirmou 100% de conformidade socioambiental nas aquisições de gado realizadas pela JBS em 2020, no bioma Amazônia.

E para garantir uma cadeia livre de desmatamento ilegal, a JBS iniciou, em 2021, a operação da Plataforma Pecuária Transparente, que, utilizando a tecnologia blockchain, operacionaliza o rastreamento da cadeia de bovinos. O objetivo é alcançar uma estrutura de fornecimento livre de desmatamento ilegal até 2025, incluindo fornecedores diretos e indiretos. Os fornecedores monitorados devem cumprir a Política de Compras Responsáveis da Empresa; caso contrário, são bloqueados. A partir de 1º de janeiro de 2026, 100% dos fornecedores diretos serão obrigados a integrar a Plataforma. Em dezembro de 2021, o número de animais cadastrados na Plataforma correspondeu a 14,6% do total processado pela Companhia em 2020.

Ainda vale ressaltar que com o objetivo de auxiliar os pecuaristas da região do bioma Amazônia, especialmente aqueles que são fornecedores dos nossos fornecedores de gado, temos 17 Escritórios Verdes em unidades de processamento de diferentes regiões-chave para as atividades pecuárias. O serviço oferece suporte gratuito para pecuaristas que possuem restrições ambientais, visando à regularização ambiental de suas propriedades. Mais de 1,4 mil fornecedores já foram atendidos desde abril de 2021. No início de 2022, a JBS anunciou parcerias com Banco do Brasil e Bradesco para facilitar o acesso ao crédito rural.

A JBS trabalha para aprimorar os padrões do setor, por meio do diálogo aberto e do engajamento com todas as partes interessadas para melhorar a sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de valor da indústria. A empresa é membro fundador do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), no Brasil, do Global Roundtable for Sustainable Beef (GRSB) e integra a Tropical Forest Alliance (TFA), iniciativa ligada ao Fórum Econômico Mundial, que estimula e promove ações voltadas ao fim do desmatamento no mundo.

A JBS também integra a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que trabalha de forma colaborativa em questões ligadas às mudanças climáticas, além de apoiar a iniciativa “Seja Legal com a Amazônia”, liderada pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Bovina (ABIEC), Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, entre outras instituições, com o objetivo de combater a ocupação ilegal de terras públicas e o desmatamento na Amazônia.

A JBS foi a primeira empresa do setor de alimentos no Brasil a se tornar membro do InPACTO,

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

organização multistakeholder que combate o uso de trabalho análogo ao escravo nas principais cadeias de produção no país.

Em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), a JBS fez importantes contribuições na construção de uma estratégia setorial para compra responsável de gado na Amazônia, denominada Boi na Linha, que estabeleceu critérios de monitoramento e seleção de fornecedores de gado para as empresas que operam na região.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

A Companhia e suas controladas são titulares de diversas marcas registradas junto ao INPI, tal como “Seara” e “Doriana”. Adicionalmente, a Companhia também é titular de nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, tal como “jbs.com.br”.

A Companhia acredita que suas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de seus produtos. Nos últimos anos, a Companhia tem feito investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de suas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de produtos da Companhia, o aprimoramento da apresentação de marcas e embalagens e campanhas promocionais. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas no território nacional e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos.

Além disso, se a Companhia não fosse legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros. Não obstante, atualmente não há dependência específica de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros¹:

(i) *em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) *em favor de partidos políticos*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de partidos políticos.

(iii) *para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

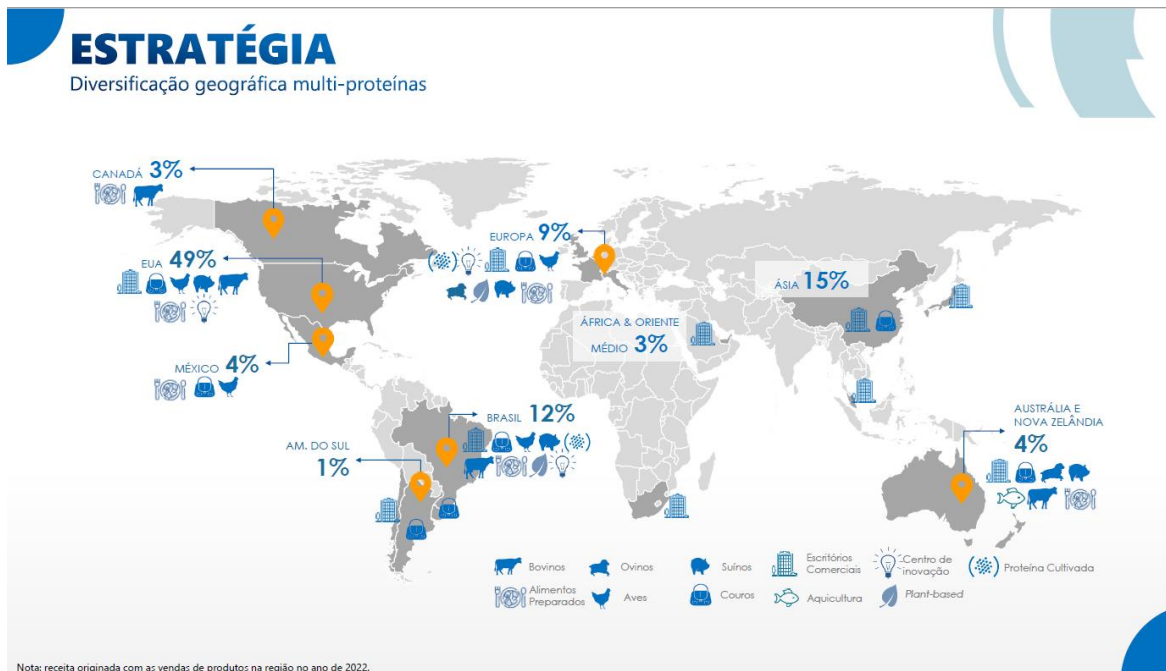
1.7 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- (a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita bruta proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi aproximadamente 12% da receita bruta consolidada da Companhia.

- (b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A Companhia não divulga a abertura de sua receita líquida por país. O mapa abaixo indica a receita consolidada da Companhia por região para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:



1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Efeitos da Regulação Estrangeira

Para fins desta seção, as menções à Companhia, se referem tanto à Companhia quanto às suas subsidiárias, conforme aplicável nas jurisdições abaixo.

América do Norte

As operações da Companhia e suas subsidiárias nos Estados Unidos estão sujeitas a uma extensa regulamentação pela Environmental Protection Agency (“**EPA**”), pela Occupational Safety and Health Administration (“**OSHA**”) e outras autoridades estaduais e municipais com relação ao manejo e descarte de água usada, água pluvial, emissões atmosféricas, tratamento, armazenamento e descarte de resíduos, manejo de substâncias perigosas e saneamento de solo contaminado, água superficial e subterrânea, e uso e manutenção de sistemas de refrigeração, incluindo refrigeração à base de amônia, gerenciamento de ruído, odor e poeira, operação de maquinário de processamento e outras operações. O EPA, OSHA ou outra autoridade estatal ou municipal dos Estados Unidos podem, de tempos em tempos, revisar regras e regulamentos às regras e regulamentos ambientais com os quais a Companhia deverá cumprir. Tais cumprimentos podem exigir que a Companhia incorra em despesas operacionais de capital significativas. A observância de tal regulação poderá exigir que a Companhia incorra em dispêndios operacionais e de capital adicionais, que poderão ser significativos. Para assegurar a observância contínua das leis, normas e regulamentos ambientais existentes, a Companhia deve, periodicamente, substituir, reparar ou atualizar as instalações, equipamentos ou materiais existentes, o que poderá exigir que a Companhia incorra em capital adicional.

Nos Estados Unidos, a Companhia também está sujeita à regulamentação do Center for Disease Control, o United States Department of Agriculture (“**USDA**”) e o United States Food and Drug Administration (“**FDA**”). O FDA inspeciona a produção das fábricas da Companhia nos Estados Unidos. A Companhia acreditamos que cumpre substancialmente com todas as leis e regulamentos aplicáveis às operações de suas instalações. A Companhia prevê um aumento da regulamentação da EPA e de diversas outras agências estaduais sobre descargas no meio ambiente, pelo USDA referente à segurança de alimentos e pelo FDA referente ao uso de medicamentos na alimentação animal.

As operações norte-americanas da Companhia também estão sujeitas ao U.S. Packers and Stockyards Act of 1921 (“**PSA**”). Tal legislação, de forma geral, proíbe aos embaladores de carne da indústria pecuária de se envolverem em práticas contrárias à concorrência. Além disso, essa lei exige que a Companhia efetue o pagamento de suas compras de gado antes do encerramento do dia útil seguinte à compra e transferência da posse do gado que comprar, salvo acordo em contrário dos fornecedores de gado. Qualquer atraso ou tentativa de atraso do pagamento será considerado como prática desleal com violação da lei. Nos termos do PSA, a Companhia deve manter as compras em dinheiro de gado sob fidúcia para seus fornecedores de gado, até que eles recebam o pagamento integral do preço de compra em dinheiro.

As operações da Companhia no Canadá e México também estão sujeitas a extensa regulamentação das autoridades ambientais no Canadá e México. As autoridades federais, estaduais e locais do Canadá e México podem, de tempos em tempos, revisar as regras e regulamentos ambientais às leis e regulamentos ambientais e/ou alterar os termos e condições das licenças da Companhia, com os quais a Companhia deverá cumprir. Tais cumprimentos podem exigir que a Companhia incorra em despesas operacionais de capital significativas. As plantas de processamento da Companhia no Canadá e México também estão sujeitas a inspeções, exames e regulações das agências governamentais canadenses e mexicanas que executam funções similares às aquelas executadas pelo USDA e pelo FDA. A Companhia

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

acredita estar em conformidade substancial com as leis e regulamentos aplicáveis às operações de suas instalações.

Algumas das instalações da Companhia despejam efluentes em estações de tratamento de efluente municipais e, caso tais estações municipais sejam incapazes de cumprir com as normas ambientais, a Companhia pode ser solicitada a realizar benfeitorias ou mudanças operacionais, incluindo a instalação e operação de instalações de tratamento de efluentes, que podem resultar em custos adicionais. Adicionalmente, algumas de instalações da Companhia estão em operação há muitos anos e foram construídas antes da imposição dos atuais padrões ambientais, de saúde e segurança e/ou em áreas que recentemente se tornaram sujeitas a pressões para desenvolvimento residencial e comercial. A Companhia está atualizando as instalações de tratamento de efluentes em várias de suas instalações, conforme os acordos com as autoridades reguladoras ou de forma voluntária, antecipando requisitos futuros. A Companhia acredita que os gastos associados a essas atualizações não são materiais. Além disso, algumas de suas instalações usam substâncias perigosas, como amônia, em sistemas de refrigeração que podem vaziar e causar acidentes que podem resultar em responsabilidade para a Companhia. Algumas das propriedades da Companhia foram afetadas pela contaminação por derramamentos e a Companhia e seus predecessores incorrem em custos para remediar essa contaminação. A Companhia também realizou, voluntariamente, melhorias em algumas de suas instalações para atender às preocupações das autoridades governamentais locais e/ou de seus vizinhos.

A Companhia também está sujeita a retiradas voluntárias do mercado e recalls de seus produtos em caso de suspeita de contaminação ou adulteração que possam constituir riscos à segurança de alimentos. A Companhia mantém um rigoroso programa de operações, inspeções e testes para reduzir a probabilidade de riscos à segurança de alimentos. Como medida proativa, sua equipe de gerenciamento expandiu os procedimentos de teste em todas as suas plantas de processamento de carne bovina.

Ocasionalmente, a Companhia teve incidentes em suas fábricas envolvendo saúde e segurança do trabalho. Dentre incidentes, houve a liberações de amônia devido a falhas mecânicas nos sistemas de refrigeração da Companhia, ferimentos e mortes de trabalhadores envolvendo equipamentos de processamento e acidentes de veículos. Como resposta, a Companhia tomou as devidas medidas preventivas.

Algumas das propriedades da Companhia foram impactadas pela contaminação por derramamentos ou outras liberações e incorremos em custos para remediar essa contaminação. Além disso, no passado, a Companhia adquiriu negócios com operações como produção de pesticidas e fertilizantes que envolviam maior uso de materiais perigosos e geração de resíduos mais perigosos do que as operações atuais. Embora muitas dessas operações tenham sido vendidas ou encerradas, algumas leis ambientais impõem uma responsabilidade objetiva e, em certas circunstâncias, solidária pelos custos de investigação e remediação de locais contaminados ou locais de descarte de terceiros em proprietários e operadores atuais e antigos locais e sobre as pessoas que providenciaram o descarte de resíduos nesses locais. Adicionalmente, os atuais proprietários ou operadores desses locais contaminados podem buscar recuperar os custos de limpeza da Companhia com base em operações anteriores ou indenizações contratuais.

Os esforços crescentes para controlar as emissões de Gases Efeito Estufa (“GEE”) também provavelmente impactarão as operações da Companhia. Nos Estados Unidos, a EPA emitiu uma regra que estabelece um sistema obrigatório de relatório de GEE para certas atividades, incluindo sistemas de gestão de estume, que excedem os limites de emissão especificados, e

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

algumas das instalações da Companhia estão sujeitas a esses requisitos. A EPA regula as emissões de GEE através do *Clean Air Act*.

Austrália

As operações da Companhia na Austrália também estão sujeitas a ampla regulamentação pelo *Australian Quarantine and Inspection Services* (“**AQIS**”), bem como pelas autoridades ambientais australianas. O AQIS e/ou outras autoridades estaduais e locais australianas podem, de tempos em tempos, adotar revisões das regras e regulamentos ambientais, com os quais a Companhia deverá cumprir. Tais cumprimentos podem exigir que a Companhia incorra em despesas operacionais de capital significativas. A observância de tal regulação poderá exigir que a Companhia incorra em dispêndios operacionais e de capital adicionais, que poderão ser significativos. Para assegurar a observância contínua das leis, normas e regulamentos ambientais existentes, a Companhia deve, periodicamente, substituir, reparar ou atualizar as instalações, equipamentos ou materiais existentes, o que poderá exigir que a Companhia incorra em capital adicional.

Algumas das instalações da Companhia despejam efluentes em estações de tratamento de efluente municipais e, caso tais estações municipais sejam incapazes de cumprir com as normas ambientais, a Companhia pode ser solicitada a realizar benfeitorias ou mudanças operacionais, incluindo a instalação e operação de instalações de tratamento de efluentes, que podem resultar em custos adicionais. Além disso, algumas das instalações da Companhia utilizam substâncias perigosas, como amônia, em sistemas de refrigeração que podem vaziar e causar acidentes que podem resultar em responsabilidade para a Companhia. Algumas das propriedades da Companhia foram afetadas pela contaminação decorrentes de vazamentos e a Companhia e seus predecessores incorreram em custos para remediar tal contaminação. A Companhia também realizou, voluntariamente, melhorias em algumas de suas instalações para atender às preocupações das autoridades governamentais locais e/ou de seus vizinhos.

A Companhia também está sujeita a retiradas voluntárias do mercado e *recalls* de seus produtos de origem animal em caso de suspeita de contaminação ou adulteração que possam constituir riscos à segurança dos alimentos. A Companhia mantém um rigoroso programa de intervenções, inspeções e testes para reduzir a probabilidade de riscos à segurança dos alimentos. Como medida proativa, a equipe de gerenciamento da Companhia expandiu seus procedimentos de teste em todas as suas plantas de processamento de carne bovina.

Os esforços crescentes para controlar as emissões de GEE provavelmente afetarão as operações da Companhia. Na Austrália, o governo federal propôs um sistema de limite e comércio de GEE que cobriria as operações agrícolas, incluindo alguns dos confinamentos e pelo menos duas das plantas de processamento da Companhia. Alguns estados da Austrália também podem adotar regulamentação de emissões de GEE mais rigorosas que a regulamentação federal australiana. Embora não seja possível estimar o impacto específico que os regulamentos finais de GEE terão sobre as operações da Companhia, não há garantia de que essas medidas não resultarão em impactos significativos para a Companhia.

Europa

As operações da Companhia na Europa estão sujeitas a várias leis locais, nacionais e regionais e outros requisitos relacionados à proteção do meio ambiente e segurança e saúde pública e individual. Esses requisitos estão relacionados a uma ampla gama de atividades, incluindo:

- descarga de poluentes no ar e na água;

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

- identificação, geração, armazenamento, manuseio, transporte, descarte, manutenção de registros, rotulagem, relatórios e resposta de emergências com relação a materiais perigosos (incluindo amianto) associados às operações da Companhia;
- emissões de ruído das instalações da Companhia; e
- padrões, práticas e procedimentos de segurança e saúde que se aplicam ao local de trabalho e à operação das instalações da Companhia.

Para cumprir com esses requisitos, a Companhia pode precisar gastar quantias substanciais de dinheiro e outros recursos de tempos em tempos para: (i) construir ou adquirir novos equipamentos; (ii) adquirir ou alterar licenças para autorizar as operações em suas instalações;

(iii) modificar, atualizar ou substituir equipamentos existentes; e (iv) limpar ou desativar as instalações de gerenciamento de resíduos. O orçamento operacional e de capital da Companhia inclui custos e despesas associados ao cumprimento dessas leis. Caso a Companhia não cumpra com os requisitos ambientais aplicáveis a suas operações, as agências reguladoras podem impor responsabilidades civis, administrativas e/ou criminais, além de reduzir suas operações. Em alguns casos, pessoas físicas também podem tentar impor multas civis ou penalidades por violações das leis ambientais ou ressarcimento de danos pecuniários, incluindo danos patrimoniais ou pessoais.

A presença de materiais perigosos nas instalações da Companhia pode expô-la a possíveis responsabilidades associadas à limpeza de solo e água subterrânea contaminados, e a Companhia pode ser responsável por (i) os custos de resposta e correção de qualquer liberação de materiais perigosos e (ii) a restauração de recursos naturais danificados por essa liberação, entre outros. A Companhia não incorre, nem prevê que incorrerá em despesas materiais a fim de cumprir as leis ou regulamentos ambientais. A Companhia não tem conhecimento de nenhum passivo ambiental que possa ter um efeito adverso relevante em seus negócios.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Informações Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A JBS publica, anualmente, em seu website (www.jbs.com.br), seu Relatório de Sustentabilidade. A atual edição, 11ª, presta contas do desempenho econômico, social e ambiental da organização no ano de 2021. O relatório foi preparado de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) Standards: opção essencial e do seu Suplemento Setorial de Alimentos, bem como atende às recomendações do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD).

A JBS sempre busca aprimorar seu relato de sustentabilidade. Por isso, mantém alguns canais de comunicação para receber comentários, sugestões, dúvidas ou críticas a este documento, como o e-mail relatorio.anual@jbs.com.br, a área de Sustentabilidade Corporativa, disponível pelo e-mail sustentabilidade@jbs.com.br ou mesmo a área de Relações com Investidores disponível por meio do telefone +55 (11) 3144-4224, e-mail ri@jbs.com.br e site <https://ri.jbs.com.br/>, além do website da Companhia <https://jbs.com.br/sustentabilidade/como-atuamos/governanca/>

Outro importante relato público que a JBS realiza há doze anos é o CDP, maior e mais respeitada plataforma global de informações ambientais corporativas. Trata-se de uma entidade internacional sem fins lucrativos que detém o maior banco de dados sobre as ações e respostas das empresas para enfrentamento do problema das mudanças climáticas, risco hídrico e gestão de ações que previnem desmatamentos associados à cadeia de produção das principais commodities agrícolas – gado, soja, produtos florestais e óleo de palma, visando à promoção de diálogos entre investidores e corporações através da abertura de informação.

Os esforços e avanços da JBS em ações relacionadas a Política de compra responsável de gado e a análise de critérios socioambientais aplicados aos seus fornecedores, além da sua atuação consistente para a mensuração e a redução de suas emissões diretas de Gases de Efeito Estufa (GEE), tem contribuído para o bom desempenho da JBS no CDP. No ranking de 2022, a instituição elevou o score da Companhia de B para A- em Mudanças Climáticas.

Outra informação reportada e verificada anualmente é a conformidade dos fornecedores de gado aos critérios socioambientais determinados pela Política de Compra Responsável de Matéria-Prima, de forma a garantir uma cadeia de fornecimento sustentável (disponível em <https://jbs.com.br/sustentabilidade/integridade-do-produto/garantia-de-origem/>)

O sistema abrange desde a atuação em áreas livres de desmatamento de florestas nativas, em terras indígenas, áreas de conservação ambiental ou embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), até casos de

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

utilização de mão de obra análoga à escrava. Ao identificar fazendas que não cumprem quaisquer dos critérios socioambientais da JBS e do Compromisso Público da Pecuária, o sistema bloqueia o cadastro comercial do fornecedor, impossibilitando qualquer operação de compra até que a situação seja regularizada. Toda a compra de gado e o próprio Sistema de Monitoramento Socioambiental são anualmente auditados por empresa terceira, de forma independente.

Em 2020, a JBS passou a auditar, ainda, todas as doações realizadas por seu programa de responsabilidade social, o Fazer o Bem faz Bem (<https://jbs.com.br/fazerobemfazbem/>). O programa auxilia o relacionamento da JBS com as comunidades nas quais exerce impacto socioeconômico nas regiões em que atua. São mais de 100 municípios, em sua maioria distante de grandes centros urbanos onde a atividade econômica principal são as operações da empresa. Além da geração de emprego, a JBS procura contribuir para o desenvolvimento das comunidades por meio do apoio a iniciativas voltadas a educação e à formação de crianças e jovens.

Por meio do programa Fazer o Bem Faz Bem, instituído em 2019, com mais de 75 municípios cadastrados e mais de 90 instituições beneficiadas, a JBS estruturou suas ações voltadas à comunidade. O programa destinou, durante os anos de 2020 e 2021, R\$400 milhões às comunidades atendidas. Na frente de combate à fome, a JBS doou, no mesmo período, mais de 500 toneladas de proteínas para o preparo de refeições destinadas a auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade social.

Para atender a situação emergencial ocorrida na cidade de Manaus, em janeiro de 2021, a JBS destinou 400 cilindros de oxigênio para Manaus. Ainda na região, foram doados R\$320 mil para equipar o Navio Hospital Escola Abaré, que leva atendimento médico e odontológico a 20 mil habitantes em mais de 70 comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas do oeste do Pará.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI), utilizada há uma década para produção dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade, oferece indicadores que podem ser utilizados para apresentar o desempenho de empresas, independentemente do setor de atuação e localidade de suas operações, de forma a permitir a comparabilidade das informações ao longo do tempo e entre diferentes instituições.

Em 2020, pela primeira vez, a JBS incorporou à metodologia GRI as recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) e do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

A *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) oferece uma base de recomendações para melhorar a capacidade dos investidores e demais públicos interessados em avaliar e precificar riscos e oportunidades relacionados ao clima. As recomendações estão estruturadas em quatro áreas temáticas que representam

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

elementos de como as organizações operam: governança, estratégia, gestão de risco e métricas e metas.

O *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) visa proporcionar um relato mais eficaz de informações relevantes sobre sustentabilidade por emissores para investidores. Traz tópicos e metas que podem ser aplicados em diversos setores. Tem três objetivos: produzir informações que sejam materiais, úteis para a tomada de decisão da empresa e investidores e efetivas para os emissores. Fornece perspectiva setorial, que identifica riscos e oportunidades capazes de afetar a condição financeira da empresa.

A JBS também responde aos questionários da *Carbon Disclosure Project* (CDP). As informações respondidas pelas empresas são publicadas no website da iniciativa e por se tratar de sistema de reporte padronizado e reconhecido globalmente, facilita a medição e a comparação de dados. Os questionários são específicos para cada tema: [clima](#), [água](#) e [florestas](#).

A resposta ao CDP auxilia as empresas a entender sua maturidade com relação aos temas reportados, conhecer melhores práticas e definir benchmarks a partir das informações das outras corporações, no âmbito global, por meio de uma ampla gama de fatores materiais. Demonstra também a proatividade na busca por adaptação aos riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, risco hídrico e gestão de ações que previnem desmatamentos associados à obtenção das principais commodities agrícolas – gado, soja, madeira e óleo de palma, divulgando estratégias e demonstrando liderança.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Em 2021, pela terceira vez, a JBS teve seus dados de consumo de água e energia, reuso de água, efluente gerado, emissão de gases de efeito estufa (escopos 1 e 2) e produção auditados conforme critérios estabelecidos pela ISO 14064-1:2007, Programa Brasileiro GHG Protocol e GRI pela SGS, empresa suíça líder mundial em inspeção, verificação, testes e certificação.

Para o compromisso de desmatamento zero, desde 2014, a JBS publica os relatórios de auditorias independentes sobre a sua Política de Compra Responsável. O processo de auditoria independente no Brasil verifica se as atividades de seus fornecedores de gado obedecem aos critérios socioambientais determinados por sua [Política de Compra Responsável de Matéria-Prima](#). No processo é utilizada uma amostragem representativa do total das aquisições de matéria-prima bovina.

Os relatórios das auditorias estão disponíveis em <https://jbs.com.br/sustentabilidade/integridade-do-produto/garantia-de-origem/>

Todas as iniciativas do Programa Fazer o Bem Faz Bem serão controladas e auditadas pela Tyno Consultoria, na área administrativa, e pela Grant Thornton, na auditoria das doações. As duas empresas estão atuando no projeto em caráter *pro bono*.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Os Relatórios de Sustentabilidade ficam disponíveis no site da JBS: <https://jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/>

Os relatos públicos do CDP estão disponíveis no site do CDP: <https://www.cdp.net/en/responses?utf8=%E2%9C%93&queries%5Bname%5D=jbs>

Além disso, podem ser encontrados também no site da JBS:

- CDP Água: <https://jbs.com.br/sustentabilidade/gestao-ambiental/gestao-da-agua/>
- CDP Carbono e CDP Florestas: <https://jbs.com.br/sustentabilidade/gestao-ambiental/mudancas-climaticas/>
- Política de Compra Responsável da JBS- Os relatórios públicos de auditoria do compromisso de desmatamento zero podem ser encontrados em: <https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2023/01/-jbs-politica-de-compra-responsavel.pdf>
- Programa Fazer o Bem Faz Bem: <https://jbs.com.br/fazerobemfazbem/>
- Uma página especial no site da JBS disponibiliza informações sobre o desempenho em sustentabilidade para investidores: <https://ri.jbs.com.br/investidores-esg/sustentabilidade>
- <https://jbs.com.br/netzero/>

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Toda a estratégia de reporte da JBS segue a matriz de materialidade que prioriza os temas de sustentabilidade para a JBS e seus *stakeholders*. Seus temas representam os desafios globais da JBS. Em função dessa metodologia, voltada para a formação de consenso, a materialidade da JBS não apresenta pesos ou priorizações.

Foram estabelecidas quatro prioridades globais da sustentabilidade que possuem grande importância na formulação da estratégia e na condução das ações da empresa:

- Integridade do produto
- Bem-estar animal
- Gestão ambiental
- Responsabilidade social

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Com base na materialidade, a JBS definiu Metas e Compromissos para 2030 em tópicos ambientais, sociais e de governança:

Ambientais:

Redução de 30% nas emissões de GEE dos escopos 1+2 por intensidade em relação a 2019, até 2030;

Uso de 60% de energia elétrica renovável até 2030;

Redução de 15% no uso de água por intensidade em relação a 2019, até 2030.

Sociais:

Redução de 30% na taxa global de acidentes em relação à média de 2019 e 2020, até 2030;

Continuidade de fornecimento de oportunidades educacionais e de desenvolvimento para mudança de vida dos colaboradores e de suas famílias;

Continuidade de investimentos nas cidades onde a JBS atua, promovendo o bem-estar dos colaboradores, familiares e comunidade.

Bem-estar Animal:

Desenvolver um scorecard global e estabelecer metas até 2030

Segurança do alimento e garantia de qualidade:

Desenvolver um scorecard global e estabelecer metas até 2030

Compliance

Continuar a usar a Linha Ética, ferramenta de reporte abrangente e confidencial, para ajudar a administração e os colaboradores a trabalharem juntos para lidar com fraudes, abusos e outras condutas impróprias no local de trabalho, com foco no cultivo de um ambiente de trabalho positivo.

Continuar a promover o cumprimento de todas as obrigações legais e regulatórias da Companhia em todas as jurisdições em que faz negócios. Definir e apoiar uma cultura de conduta ética nos negócios para a Companhia e seus colaboradores, e promover a missão e os valores da empresa.

Além das metas globais 2030, a JBS assumiu o compromisso NetZero 2040, o que significa zerar o balanço das emissões, de acordo com os percentuais estabelecidos pela metodologia SBTi, e compensar o saldo residual.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Há 11 anos a JBS publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, em conformidade com as normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) Standards: opção essencial. A estrutura do reporte está relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU).

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Temas	Subtemas	ODS
Integridade do Produto	Garantia de origem	2;3;8; 12;13;15
	Relacionamento com fornecedores	
Responsabilidade social	Nossa gente	1;3;4;5;8;10
	Saúde e segurança no trabalho	
	Comunidade	
Gestão ambiental	Gestão de água e efluentes	7;6;11;12; 13;16
	Mudanças Climáticas	
	Energia	
	Resíduos e Embalagens	
Bem-estar animal	Criação e manejo	12;15
	Transporte	
	Produção	

ODS 1 – Erradicação da pobreza:

ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável:

ODS 3 – Saúde e bem-estar:

ODS 4 – Educação de qualidade:

ODS 5 – Igualdade de gênero:

ODS 6 – Água potável e saneamento:

ODS 7 – Energia limpa e acessível:

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico:

ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura:

ODS 10 – Redução das desigualdades:

ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis:

ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima:

ODS 14 – Vida na água:

ODS 15 – Vida terrestre:

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

ODS 17 – Parcerias e meios de implementação:

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A JBS segue tomando como base as diretrizes do *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*, do *Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)*, do *World Economic Forum (WEF)* e do *Integrated Report*.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Desde 2012, a JBS realiza seu inventário anual de emissões de gases de efeito estufa (GEE), de acordo com a metodologia internacional *GHG Protocol* e publica seu inventário global na Plataforma Registro Público de Emissões do Programa GHG Protocol Brasil e mais recentemente a ISO 14064. Também utilizamos base de dados de inventário de ciclo de vida, como a Eco Invent, permitindo a compreensão mais detalhada dos impactos ambientais de nossa cadeia.

Para reportar suas emissões, a JBS realiza o inventário anual de emissões de GEE de acordo com a metodologia internacional GHG Protocol. O monitoramento e reporte das emissões são feitos dentro dos escopos 1, 2 e 3:

- Emissão escopo 1 - Emissões provenientes das frotas próprias, de combustíveis usados na geração de energia ou calor na operação, das lagoas de tratamento de efluentes e da fermentação entérica dos animais em confinamentos ou granjas da JBS, entre outros.
- Emissão escopo 2 – Emissões indiretas de energia de fontes sobre as quais a empresa não tem responsabilidade ou sua responsabilidade é indireta. São oriundas do uso de energia elétrica.
- Emissão escopo 3 – Emissões indiretas resultantes de frota terceira, viagens aéreas comerciais, decomposição dos resíduos em propriedade terceira, entre outras. Portanto, nesse escopo são consideradas emissões que a empresa não tem controle operacional ou sua responsabilidade é indireta.

Os inventários de emissões de GEE da JBS podem ser encontrados em: <https://jbs.com.br/sustentabilidade/gestao-ambiental/mudancas-climaticas/> e, também, na plataforma do Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol do GVCes da FGV.

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, uma vez que a JBS divulga informações ASG.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, uma vez que a JBS adota matriz de materialidade.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, uma vez que a JBS possui indicadores-chave de desempenho ASG.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Não aplicável, dado que o Relatório Anual e de Sustentabilidade 2021 conta com o selo de avaliação da GRI Services, que avaliou que o índice de conteúdo GRI.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, uma vez que a JBS considera os ODS e adota as recomendações emanadas pela TCFD e outras entidades reconhecidas.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, uma vez que a JBS realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Informações de sociedade de economia mista

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Item não aplicável, considerando que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 - Negócios extraordinários

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias, aumento ou redução de capital, coligadas

2022

a. evento	Aquisição da TriOak Foods, Inc.
b. principais condições do negócio	Em 02 de dezembro de 2022, a JBS USA, subsidiária indireta da JBS, celebrou um acordo para adquirir certos ativos da TriOak Foods, uma produtora de suínos e comerciante de grãos, com sede no meio-oeste dos EUA. O acordo decorre do longo e forte relacionamento entre a JBS USA e a TriOak, sociedade familiar fundada em 1951. A JBS USA tem sido, nos últimos cinco anos, compradora exclusiva dos suínos da TriOak. Ao adquirir a TriOak Foods, a JBS USA garante acesso a um fornecimento consistente de carne suína premium, principalmente nas instalações de produção em Ottumwa, Iowa e Beardstown, Illinois, fortalecendo a sua capacidade de fornecer produtos suínos de alta qualidade aos consumidores norte-americanos.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., JBS USA e TriOak Foods, Inc.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

a. evento	Aquisição da BioTech Foods, S.L.
b. principais condições do negócio	Em 17 de novembro de 2021, a JBS Global Luxembourg S.à r.l., controlada direta da Companhia, celebrou um acordo para aquisição do controle da sociedade espanhola BioTech Foods, S.L. ("Biotech Foods"). A operação marca o ingresso da companhia no mercado de proteína cultivada, que consiste na produção de alimentos a partir de células animais, e inclui o investimento de US\$41 milhões na construção de uma nova unidade fabril na Espanha para dar escala à produção. A JBS também anuncia a implantação do primeiro Centro de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) em Biotecnologia de Alimentos e de Proteína Cultivada no Brasil. A operação foi aprovada pelos órgãos competentes e concluída em 05 de maio de 2022.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., JBS Global Luxembourg S.à r.l e BioTech Foods, S.L.

1.12 Operações Societárias/Aumento ou redução de capital

d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

a. evento	Aquisição do Grupo King's
b. principais condições do negócio	Em 13 de dezembro de 2021, a Companhia, assinou acordo para aquisição de 100% do Grupo King's pela sua subsidiária Rigamonti, líder de mercado na produção de charcutaria italiana, que conta com operações na Itália e nos Estados Unidos. A operação segue o direcionamento estratégico da JBS de crescer em produtos de altíssimo valor agregado e fortalece a posição da companhia na produção e distribuição de especialidades italianas autênticas, colocando a companhia entre os líderes de produção da <i>salumeria</i> italiana. A operação foi aprovada pelos órgãos competentes e concluída em 04 de fevereiro de 2022.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Rigamonti e Grupo King's
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

a. evento	Aquisição da Rivalea Holdings Pty Ltd e da Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd (em conjunto, "Rivalea")
------------------	---

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

b. principais condições do negócio	Em 08 de junho de 2021 a Companhia firmou acordo para adquirir 100% da Rivalea Holdings Pty Ltd e 100% da Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd (em conjunto, "Rivalea"), pertencentes à empresa de alimentos QAF Limited, listada em Cingapura, por um valor de empresa (enterprise value) de AU\$175 milhões (US\$135 milhões). A operação fortalece a posição da JBS na Austrália, assumindo a liderança no processamento de suínos no país e adiciona marcas importantes ao portfólio, além de fortalecer a plataforma de exportação da companhia. A operação foi aprovada pelos órgãos competentes e concluída em 04 de janeiro de 2022.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Rivalea Holdings Pty Ltd e Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

2021

a. evento	Aquisição da Huon Aquaculture Group Limited
b. principais condições do negócio	Em 06 de agosto de 2021, a Companhia, celebrou uma <i>Scheme Implementation Deed</i> — Escritura de Implementação ("Acordo") — com a Huon Aquaculture Group Limited ("Huon") listada na Australian Securities Exchange ("ASX"), para adquirir todas as ações emitidas da Huon por AU\$3,85 por ação, representando um valor de mercado de AU\$ 425 milhões (enterprise value de AU\$ 546 milhões). A Huon é a segunda maior empresa de aquicultura de salmão da Austrália com operações verticalmente integradas, situadas na Tasmânia, abrangendo incubatórios, aquicultura marinha, colheita, processamento, marketing, vendas e distribuição. A Huon investiu mais de AU\$ 350 milhões nos últimos cinco anos em infraestrutura operacional de ponta e práticas sustentáveis no ciclo de produção de salmão, posicionando a empresa para um crescimento sustentável. A operação foi aprovada pelos órgãos competentes e concluída em 17 de novembro de 2021.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A. e Huon Aquaculture Group Limited

1.12 Operações Societárias/Aumento ou redução de capital

d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

a. evento	Aquisição dos negócios de alimentos preparados ("Kerry Meats") e refeições ("Kerry Meals") da Kerry Consumer Foods.
b. principais condições do negócio	Em 17 de junho de 2021, a Pilgrim's Pride Corporation ("PPC"), subsidiária indireta da Companhia, celebrou um acordo para adquirir os negócios de alimentos preparados ("Kerry Meats") e refeições ("Kerry Meals") da Kerry Consumer Foods no Reino Unido e na Irlanda. A operação fortalece a posição da PPC como uma das empresas líderes na indústria de alimentos na Europa, criando uma das maiores e mais completas plataformas integradas de alimentos, com um portfólio de produtos de valor agregado com marcas. A aquisição, aprovada por unanimidade pelos Conselhos de Administração da JBS e da PPC, foi avaliada em um enterprise value de £680 milhões (aproximadamente US\$952 milhões). A operação foi aprovada pelos órgãos competentes e concluída em 27 de setembro de 2021.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Pilgrim's Pride Corporation e Kerry Consumer Foods
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

1.12 Operações Societárias/Aumento ou redução de capital

a. evento	Aquisição da Vivera
b. principais condições do negócio	Em 19 de abril de 2021, a Companhia celebrou um acordo para aquisição da totalidade das ações da Vivera, terceira maior produtora de produtos plant-based na Europa, por um valor de empresa (enterprise value) de €341 milhões. Esta aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de expandir seu portfólio de produtos de maior valor agregado e com marca e impulsiona a plataforma global de produtos plant-based da JBS, agregando conhecimento técnico e capacidade de inovação. A operação foi aprovada pelos órgãos competentes e concluída em 17 de junho de 2021.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A. e Vivera
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

2020

a. evento	Aquisição de ativos de maionese e margarina da Bunge Alimentos S.A.
b. principais condições do negócio	Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia anunciou que sua subsidiária Seara Alimentos Ltda. ("Seara") celebrou um acordo para aquisição de três unidades produtivas localizadas estrategicamente em Gaspar (SC), São Paulo (SP) e Suape (PE) e ativos relacionados à produção de maionese e margarina da Bunge Alimentos S.A.. Essa aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de ampliar a participação de produtos de maior valor agregado e de marcas em seu portfólio. A operação foi aprovada pelos órgãos competentes e concluída em 30 de novembro de 2020.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Seara Alimentos Ltda. e Bunge Alimentos S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.

1.12 Operações Societárias/Aumento ou redução de capital

e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

a. evento	Aquisição da a Empire Packing Company, L.P.
b. principais condições do negócio	Em 18 de fevereiro de 2020, a Companhia anunciou que sua subsidiária indireta JBS USA celebrou um acordo de aquisição de participação acionária com a Empire Packing Company, L.P. ("Empire") para adquirir unidades produtivas de case ready e a marca Ledbetter por um total de US\$238 milhões. Essa aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de ampliar a participação de produtos de maior valor agregado e de marcas em seu portfólio. A operação foi aprovada pelos órgãos competentes e concluída em 06 de abril de 2020.
c. sociedades envolvidas	JBS USA e Empire Packing Company, L.P.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.

e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

2019

a. evento	Aquisição do Frigorífico Marba Ltda.
------------------	--------------------------------------

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

condições do negócio	<p>informou que, através de sua subsidiária direta Seara Alimentos, celebrou um contrato para aquisição do Frigorífico Marba Ltda. (“Marba”), sujeito a aprovação das autoridades competentes. Essa aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de ampliar a participação de produtos de maior valor agregado e de marcas em seu portfólio. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 04 de dezembro de 2019.</p>
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Seara Alimentos e Frigorífico Marba Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.
a. evento	Aquisição da Brianza Salumi S.R.L.
b. principais condições do negócio	<p>Em 22 de outubro de 2019, por meio de sua controlada indireta Rigamonti Salumificio S.p.A (“Rigamonti”), a Companhia adquiriu 100% da participação acionária da Brianza Salumi S.R.L (“Brianza”) por aproximadamente R\$59.022 (EUR13.000), sendo R\$47.218 (EUR10.400) pago à vista e R\$11.805 (EUR2.600) serão pagos até outubro de 2020. A Brianza diversifica o portfólio de produtos da Rigamonti, reforçando o conceito de produtos de bem-estar, que a bresaola já está inserida. O ágio estimado gerado nessa combinação de negócios em R\$39.958 (EUR8.801) somente é elegível para dedutibilidade fiscal através da incorporação ou alienação dos ativos adquiridos e passivos assumidos.</p>
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Rigamonti Salumificio S.p.A e Brianza Salumi S.R.L
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

a. evento	Alienação da Tulip Company
b. principais condições do negócio	Em 28 de agosto de 2019 a PPC assinou contrato para aquisição da Tulip Company (“Tulip”), líder na produção de carne suína e alimentos preparados com operações no Reino Unido, em uma transação avaliando a Tulip em £290 milhões (ou aproximadamente US\$354 milhões) para criar uma líder em proteína e alimentos preparados na Europa por meio da expansão do portfólio de alimentos preparados para 21% das vendas globais da Pilgrim’s. a operação foi concluída em 15 de outubro de 2019.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A. e Tulip Company
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

a. evento	Aquisição de Processadora de Suínos em Sebereri – RS
b. principais condições do negócio	Em 26 de abril de 2019, a Seara Alimetnos Ltda. celebrou contrato de compra e venda com a Adelle Indústria de Alimentos Ltda. e demais garantidoras, para a compra de uma processadora de suínos, incluindo sistema de integração, localizados no município de Sebereri, Estado do Rio Grande do Sul. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 23 de maio de 2019 e concluída em 1 de agosto de 2019.
c. sociedades envolvidas	Seara Alimetnos Ltda., Adelle Indústria de Alimentos Ltda. e demais garantidoras.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia alterou sua estrutura executiva e começou a reportar seis segmentos de negócios. Para mais informações, veja item 2.2 deste Formulário de Referência.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia considera relevantes os acordos celebrados com instituições financeiras em 25 de julho de 2017 e 14 de maio de 2018, conforme divulgados ao mercado, por meio de fato relevante, cujo conteúdo é descrito a seguir. A Companhia e suas controladas não celebraram contratos relevantes que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

Acordo de Preservação de Linhas de Crédito

Em de 25 de julho de 2017, a Companhia celebrou, juntamente com suas sociedades controladas operacionais no Brasil e da sua divisão global de couros (“**JBS Brasil**”), Acordos de Preservação de Linhas de Crédito (“**Acordos**”) com certas instituições financeiras que representavam 93% (noventa e três por cento) do montante principal das dívidas contraídas pela JBS Brasil com instituições financeiras no Brasil e no exterior.

As condições dos Acordos asseguraram a liquidez financeira e a normalidade das operações da Companhia, pois permitiram a estabilização do endividamento de curto prazo e a preservação dos contratos bancários em suas condições originais, necessária à adequação do perfil financeiro da Companhia. Nesse sentido, o Acordo envolveu um grupo de instituições financeiras públicas e privadas, tanto brasileiras quanto estrangeiras, com as premissas de estabilização de aproximadamente R\$ 20,5 bilhões do endividamento da JBS Brasil, por um período de 12 (doze) meses (“**Período de Estabilização**”).

Durante o Período de Estabilização, a JBS Brasil efetuará o pagamento integral dos juros incorridos nos termos dos contratos originais, bem como o pagamento de quatro parcelas de 2,5% do montante principal do endividamento em questão sendo o primeiro no início de tal Acordo e os demais em 90, 180 e 270 dias. Na ocorrência de determinados eventos de liquidez, tais como a venda de participações societárias, com exceção da alienação das operações de carne bovina na Argentina, Paraguai e Uruguai anunciada ao mercado em 6 de junho de 2017, a JBS Brasil deveria amortizar extraordinariamente a dívida sujeita ao Acordo em montante equivalente a 80% dos recursos líquidos derivados de tais eventos de liquidez.

Simultaneamente à negociação com as diversas instituições financeiras credoras acerca do Período de Estabilização, a JBS Brasil também celebrou um acordo que previu a renegociação das dívidas, no valor aproximado de R\$ 1,2 bilhão com o Grupo Itaú Unibanco, de forma que 40% do saldo devedor total deveria ser pago tal como originalmente contratados, renovando-se o prazo de pagamento dos 60% remanescentes, nas condições originais, para 12 meses a contar dos respectivos vencimentos.

Aprovados por unanimidade pelo Conselho de Administração da Companhia, os Acordos foram acompanhados pela Administração e seu desenvolvimento informado aos acionistas e o mercado.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Acordo de Normalização

Em 14 de maio de 2018, como consequência da redução da sua alavancagem global, do seu bom desempenho financeiro, da solidez das suas operações e da perspectiva de geração positiva de caixa, a JBS Brasil, celebrou um acordo de normalização com credores bancários cujas operações representavam 78% (setenta e oito por cento) do montante total das dívidas atualmente existentes da JBS Brasil com instituições financeiras no Brasil e no exterior (“**Acordo de Normalização**”).

O Acordo de Normalização garantiu a manutenção de linhas de crédito em montante de aproximadamente R\$12,2 bilhões por um período de 36 (trinta e seis) meses contado a partir de julho de 2018 com amortização aproximada de 25% (vinte e cinco por cento) de principal a partir de janeiro de 2019 e tinha vigência contratual prevista até julho de 2021. Este Acordo de Normalização foi integralmente quitado em setembro de 2019.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 - Outras informações Relevantes – Negócios extraordinários

A Companhia não possui outras informações relevantes com relação ao item 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

2.1. Comentários dos diretores sobre:

a) **Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria da Companhia acredita que, por meio de sua estratégia de diversificação de produtos, seu potencial de crescimento e sua plataforma global de produção e distribuição, aliados ao seu posicionamento de líder no mercado mundial de proteína animal, a JBS possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos, financiamentos e linhas de crédito com liquidez suficiente para liquidar mais de 3x a dívida de curto prazo, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

Ainda, conforme destacado na nota explicativa 29 de instrumentos financeiros das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022, no período houve certa volatilidade nas taxas de câmbio e preços de *commodities*, sendo mais linear que 2021, em parte devido às incertezas advindas do Covid-19, bem como em função das medidas tomadas por governos e bancos centrais naquele ano.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento era de 3,18x (representado pelo passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), reduzindo se comparado ao índice de 3,33x de 31 de dezembro de 2021. A redução apresentada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 se deve principalmente pela distribuição de R\$7,4 bilhões em dividendos mínimos e dividendos intercalares em 2021.

Exercício social encerrado em	2022	2021
Índice de Endividamento	3,18	3,34
Alavancagem	2,29	1,52

b) **Estrutura de capital**

A Diretoria da Companhia acredita que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, tendo em consideração sua diversificação de produtos e sua plataforma global de produção e distribuição. A relação da dívida líquida (representada pelos empréstimos e financiamentos circulantes acrescidos dos empréstimos e financiamentos não circulantes e diminuídos pelo caixa e equivalentes de caixa) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 era de 159,0%, em 31 de dezembro de 2021 era de 144,9%.

Este aumento se deve principalmente ao crescimento da dívida líquida durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros na proporção apresentada no item (c) abaixo.

Em 31 de dezembro de 2022, a companhia não possuía ações resgatáveis.

c) **Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Como mencionado no item anterior, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros na proporção apresentada na tabela abaixo:

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Empréstimos e financiamentos circulantes	8.228,6	11.914,3
Empréstimos e financiamentos não circulantes	84.125,5	80.603,9
Total de empréstimos e financiamentos	92.354,1	92.518,2
(-) Caixa e equivalentes de caixa	13.182,2	23.239,2
(=) Dívida líquida	79.171,9	69.279,0
Patrimônio líquido	49.808,9	47.796,7
Relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido	159,0%	144,9%

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a: (i) compra de matéria prima, sendo que a aquisição de animais e grãos para alimentação de animais para processamento representa uma importante parcela desta conta; (ii) obrigações fiscais, trabalhistas e sociais; (iii) pagamento de juros e principal de empréstimos e financiamentos; (iv) pagamento de impostos; e (v) dispêndios de capital relacionados à aquisição e manutenção de ativos imobilizados.

As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) o caixa gerado pelas atividades operacionais e (ii) empréstimos e financiamentos.

Os Diretores acreditam que o caixa disponível, a geração de caixa de suas atividades operacionais e o refinanciamento dos empréstimos e financiamentos existentes da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 34.568,4 milhões e as despesas financeiras líquidas no mesmo período, foram de R\$6.352,3 milhões. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 5,4 vezes as despesas financeiras líquidas. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 era de R\$79.171,9 milhões, correspondendo a 2,29 vezes o EBITDA Ajustado.

O EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 foi de R\$45.662,2 milhões e as despesas financeiras líquidas no mesmo período, foram de R\$5.078,7 milhões. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 9,0 vezes as despesas financeiras líquidas. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 era de R\$69.279,0 milhões, correspondendo a 1,52 vezes o EBITDA Ajustado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores acreditam que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais atuantes no Brasil, Estados Unidos e em outros países. A Companhia ainda pode utilizar-se de emissões de títulos de dívida nos mercados de capitais local e internacional.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores acreditam que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais atuantes no Brasil, Estados Unidos e em outros países. A Companhia ainda pode utilizar-se de emissões de títulos de dívida no mercado de capitais local e internacional.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contrato de empréstimos e financiamentos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R\$92.354,1 milhões, sendo que R\$8.228,6 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R\$84.125,5 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Nesta data os contratos de empréstimos e financiamentos representavam 58,3% do passivo circulante e não circulante, que totalizaram R\$158.301,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R\$92.518,2 milhões, sendo que R\$11.914,3 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R\$80.603,9 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Nesta data os contratos de empréstimos e financiamentos representavam 58,1% do passivo circulante e não circulante, que totalizaram R\$159.312,4 milhões.

A Companhia contrai empréstimos e financiamentos com o intuito de financiar suas atividades operacionais, assim como para adequar a sua estrutura de capital para níveis os quais a Diretoria acredita ser razoáveis. O endividamento de longo prazo foi contraído para financiar o crescimento da Companhia, seja por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Circulante		Não Circulante	
			31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Em moeda estrangeira						
ACC ⁽¹⁾	3,95%	USD	2.174,6	5.736,1	266,4	1.124,3
Pré-pagamento	5,00%	USD	2.074,1	818,2	1.974,8	1.909,5
FINIMP ⁽²⁾	4,47%	USD e EUR	525,1	401,1	15,9	44,9
Linha de crédito - White Stripe	6,33%	USD e CAD	15,8	18,3	-	-
Capital de giro - Dólares americanos	5,93%	USD	9,1	1,9	14,8	17,5
CRA ⁽³⁾	3,53%	USD	0,5	-	66,6	-
Linha de crédito - Scott Technology	4,97%	USD	-	-	9,4	7,7
Nota de crédito - exportação	2,68%	—	-	427,5	-	-
			4.799,1	7.403,1	2.347,8	3.103,8
Em moeda nacional						
FINAME ⁽⁴⁾	5,46%	BRL	4,6	5,9	2,3	7,0
FINEP ⁽⁶⁾	9,00%	BRL	4,6	4,6	7,3	11,8
Pré-pagamento	7,09%	GBP	49,8	-	-	-
Notas 2,50% JBS Lux 2027	2,50%	USD	58,3	15,1	5.124,2	5.471,0
Notas 5,75% JBS Lux 2028	5,75%	USD	-	108,3	-	4.154,4
Notas 6,75% JBS Lux 2028	6,75%	USD	-	124,3	-	4.984,9
Notas 5,13% JBS Lux 2028	5,13%	USD	123,7	-	4.611,2	-
Notas 6,50% JBS Lux 2029	6,50%	USD	5,2	101,6	406,3	7.815,7
Notas 3,00% JBS Lux 2029	3,00%	USD	37,6	-	3.044,5	-
Notas 5,50% JBS Lux 2030	5,50%	USD	160,4	172,7	6.460,8	6.915,9
Notas 3,75% JBS Lux 2031	3,75%	USD	6,8	7,6	2.581,4	2.766,0
Notas 3,00% JBS Lux 2032	3,00%	USD	17,8	12,1	5.102,8	5.455,5
Notas 3,63% JBS Lux 2032	3,63%	USD	84,6	112,4	5.126,8	5.485,8
Notas 5,75% JBS Lux 2033	5,75%	USD	316,1	-	10.422,9	-
Notas 4,38% JBS Lux 2052	4,38%	USD	82,2	-	4.627,0	-
Notas 6,50% JBS Lux 2052	6,50%	USD	36,5	-	7.966,0	-
Notas 5,88% PPC 2027	5,88%	USD	62,2	67,3	4.393,4	4.689,6
Notas 4,25% PPC 2031	4,25%	USD	43,7	47,4	5.125,1	5.483,5
Notas 3,50% PPC 2032	3,50%	USD	52,5	56,2	4.644,3	4.973,9
Term loan JBS Lux 2026	3,25%	USD	-	123,5	-	10.153,3
Linha de crédito PPC - Term loan	4,43%	USD	139,5	144,8	2.359,4	2.666,4
Capital de giro - Real	7,79%	BRL	85,6	0,6	3,4	137,8
Capital de giro - Euro	2,28%	EUR	60,9	43,7	9,9	3,6
Nota de crédito - exportação CDC ⁽⁵⁾	15,66%	BRL	757,2	2.076,3	1.538,7	823,8
	8,08%	BRL	40,3	109,3	0,5	38,2
Custeio pecuário	15,81%	BRL	4,2	61,0	5,8	-
Custeio pecuário - Pré	11,00%	BRL	185,0	582,5	-	-
CRA ⁽³⁾	6,52%	BRL	853,1	455,7	7.618,4	5.029,9
Linha de crédito - Scott Technology	4,00%	AUD, EUR e USD	70,2	42,6	0,2	0,3
Linha de crédito - Beardstown Pace	3,50%	USD	38,7	2,3	328,6	126,9
Linha de crédito local	2,30%	EUR	10,8	-	-	-
Acordo Confinamento JBS Austrália	7,00%	AUD	1,3	-	175,3	201,8
Outros	3,68%	Diversos	36,0	33,5	91,1	103,2
			3.429,5	4.511,2	81.777,7	77.500,0
			8.228,6	11.914,3	84.125,5	80.603,9

⁽¹⁾ Adiantamento de Contrato de Câmbio.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (2) Financiamento à Importação.
 (3) Certificado de Recebíveis do Agronegócio.
 (4) Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.
 (5) Crédito Direto ao Consumidor.
 (6) Financiamento para Estudos e Projetos.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$84.125,5 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2022:

Vencimento	31.12.2022
2024	3.388,2
2025	864,5
2026	2.529,1
2027	9.974,3
2028	5.249,8
Vencimentos após 2028	62.119,6
	84.125,5

Contratos Financeiros

Na data deste Formulário de Referência, os contratos financeiros em vigor mais relevantes são descritos na tabela abaixo, inclusive no que se refere a eventuais restrições contratuais impostas à Companhia. Até a presente data, e no melhor entendimento da administração, tais cláusulas estão sendo cumpridas pela Companhia.

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux	<p>Emissoras: -JBS USA Lux, S.A.; -JBS USA Food Company; -JBS USA Finance, Inc.; -JBS Australia Pty. Ltd.; -JBS Food Canada ULC.</p> <p>Garantidoras: -JBS S.A.; -JBS USA Holding Lux S.à r.l.; -JBS Global Luxembourg S.à.r.l.; -JBS Holding Luxembourg S.à. r.l.; -JBS Global Meat Holdings Pty. Limited.</p>	<p><i>Covenants</i> comuns e habituais uma vez que a Companhia é <i>investment grade</i> e está sujeita às exceções habituais, mas limitada a: (i) ocorrência de "dívida prioritária", como hipoteca, fiança, impostos a pagar; (ii) ônus; (iii) mudanças fundamentais nas escrituras das notas, (iv) arrendamento, (v) vendas de todos ou substancialmente todos os ativos das Emissoras e suas subsidiárias, (vi) mudanças nas linhas de negócios e (vii) mudanças no ano fiscal.</p> <p>O contrato de crédito também exige o cumprimento de um limite máximo de dívida total para capitalização de 55,0% (o "Acordo de Manutenção Financeira"). Os Emissores podem notificar o depósito da garantia ao agente administrativo, optando por fornecer garantia incondicional completa por direito real de primeira prioridade em substancialmente todos os ativos dos EUA. A partir da data do depósito da garantia, a manutenção financeira do covenant não estará mais em vigor, a disponibilidade sob a Linha de Crédito Rotativo será limitada à cobertura da garantia e haverá limitações em 1) ônus, 2) endividamento, 3) vendas e outras disposições de ativos, 4) dividendos, distribuições e outros pagamentos relativos a participações societárias, 5) investimentos, aquisições, empréstimos e adiantamentos, e 6) pagamentos antecipados voluntários, resgates ou recompras de dívidas materiais subordinadas não garantidas. Em cada caso, as cláusulas 1 a 6 estão sujeitas a certas exceções que podem ser relevantes.</p>	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplimento
Notas 2,50% JBS Lux 2027	Emissoras: -JBS USA Lux S.A. (JBS Lux); -JBS USA Food Company (JBS USA); -JBS USA Finance Inc.	Em 12 de setembro de 2022, a Companhia recebeu ofertas de troca de 99,14% das notas sêniores de 2,50% com vencimento em 2027 e 96,85% das notas sêniores de 3,625% com vencimento em 2032, ambas vinculadas à índices de sustentabilidade, e montante em caixa. As novas notas contêm alterações propostas que eliminaram permanentemente certas cláusulas restritivas, disposições restritivas, eventos de inadimplência e provisões relacionadas para a Companhia; as novas notas também contêm cláusulas restritivas aplicáveis à Companhia e suas subsidiárias significativas, incluindo limitação de ônus, limitação de transações de venda e arrendamento, limitação de fusão, consolidação e venda de ativos. Essas limitações estão sujeitas a certas exceções, que podem ser relevantes.	Eventos de inadimplimento de praxe ⁽¹⁾ .
Notas 3,63% JBS Lux 2032	Garantidora: -JBS S.A.; -JBS USA Holding Lux S.à. r.l.(JBS Holding Lux); -JBS Global Luxembourg S.à.r.l (JBS Global Lux); -JBS Holding Luxembourg S.à. r.l.; -JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (JBS Global Meat).		
Notas 3,00% JBS Lux 2029	Emissoras: -JBS USA Lux S.A. (JBS Lux); -JBS USA Food Company; (JBS USA) -JBS USA Finance Inc. Garantidoras: -JBS S.A. (JBS S.A.); JBS USA Holding Lux S.à. r.l.(JBS Holding Lux); JBS Global Luxembourg S.à r.l (JBS Global Lux); JBS Holding Luxembourg S.à.r.l.; JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (JBS Global Meat).	Em 15 de agosto de 2022, a Companhia anunciou o vencimento e o recebimento dos consentimentos necessários de suas solicitações de consentimento para cada uma de suas notas seniores de 3,00% com vencimento em 2029, notas sêniores de 6,50% com vencimento em 2029, notas sêniores de 5,50% com vencimento em 2030, 3,75% notas sêniores com vencimento em 2031, notas sêniores de 3,00% com vencimento em 2032, vinculadas à índices de sustentabilidade, e notas sêniores de 4,38% com vencimento em 2052. As alterações propostas ajustam certas disposições e cláusulas restritivas em cada escritura às disposições correspondentes e cláusulas restritivas estabelecidas em 21 de junho de 2022, regendo as notas sêniores de 5,13% com vencimento em 2028, as notas sêniores de 5,75% com vencimento em 2023 e as notas sêniores de 6,50% com vencimento em 2052.	Eventos de inadimplimento de praxe ⁽¹⁾ .
Notas 6,50% JBS Lux 2029			
Notas 5,50% JBS Lux 2030			
Notas 3,75% JBS Lux 2031			
Notas 3,00% JBS Lux 2032			
Notas 4,38% JBS Lux 2052			

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
Notas 5,13% JBS Lux 2028	Emissoras: JBS USA Lux S.A. (JBS Lux); JBS USA Food Company (JBS USA); JBS USA Finance Inc.	Essas notas contêm cláusulas restritivas aplicáveis à Companhia e suas subsidiárias significativas, incluindo limitação de ônus, limitação de transações de venda e arrendamento, limitação de fusão, consolidação e venda de ativos. Essas limitações estão sujeitas a certas exceções, que podem ser materiais.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Notas 5,75% JBS Lux 2033			
Notas 6,50% JBS Lux 2052	Garantidoras: JBS S.A. (JBS S.A.); JBS USA Holding Lux S.à.r.l.(JBS Holding Lux); JBS Global Luxembourg S.à.r.l (JBS Global Lux); JBS Holding Luxembourg S.à.r.l.; JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (JBS Global Meat).		

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
Notas 5,88% PPC 2027	Emissora: -Pilgrim's Pride Corporation. Garantidoras: -Pilgrim's Pride Corporation of West Virginia, Inc.; -Gold'N Plump Poultry, LLC; -Gold'N Plump Farms, LLC; JFC LLC	Existem covenants que podem restringir a PPC e algumas de suas controladas, dentre outras coisas, em: - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus em imobilizado, receitas e ativos; - vender ou alienar ativos; - declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da JBS Lux; - permitir restrições sobre dividendos e outros pagamentos restritos a subsidiárias restritas; - pagar antecipadamente ou cancelar certos endividamentos; - celebrar determinadas transações com partes relacionadas; - celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (<i>sale leaseback</i>); - consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade; - entrar em joint ventures (exceto quando permitido) ou criar outras controladas. No entanto, essas restrições estão sujeitas a certas exceções, que podem ser significativas.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Notas 4,25% PPC 2031		Em 22 de setembro de 2022, a PPC anunciou a expiração e o recebimento do consentimento necessário para certas alterações em suas notas sêniores com vencimento em 2031 e 2032. A solicitação de consentimento continha alterações propostas que eliminavam permanentemente certas cláusulas restritivas, eventos de inadimplência e disposições relacionadas para a Companhia.	
Notas 3,50% PPC 2032		Após o consentimento, essas notas estão sujeitas a cláusulas restritivas aplicáveis à PPC e suas subsidiárias significativas, incluindo limitação de ônus, limitação de venda e transações de arrendamento, limitação de fusão, consolidação e venda de ativos. Essas limitações estão sujeitas a certas exceções, que podem ser materiais.	

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
Linha de crédito PPC - Term loan	Emissoras: -Pilgrim's Pride Corporation; -To-Ricos Ltd. -To-Ricos Distribution, LTD.	<p>- Garantia de primeira prioridade nas: i) contas a receber e estoques da PPC e suas controladas não-mexicanas; ii) 100% da participação societária nas controladas domésticas da PPC, To-Ricos Ltd. e To-Ricos Distribution Ltd., e 65% das participações societárias da PPC nas controladas diretas estrangeiras; iii) substancialmente a totalidade das propriedades e intangíveis pessoais dos credores e garantidores; e iv) substancialmente a totalidade do imobilizado da PPC e dos garantidores. Adicionalmente, existem covenants que podem restringir a PPC e algumas de suas controladas, dentre outras coisas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar certos dividendos e outros pagamentos restritos; - vender ou alienar determinados ativos; - celebrar transações com determinadas partes relacionadas; e - consolidar ou celebrar fusão ou alienar substancialmente todos os ativos da PPC. <p>Complementarmente, é requerido que os fundos recebidos pela venda de certos ativos e captação por certas linhas de endividamento, devem ser utilizados para pagar o saldo da Linha de Crédito EUA - PPC.</p>	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Linha de crédito PPC - Crédito rotativo			

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
<p>Linha de crédito Primo ANZ</p>	<p>Emissora: - Primo Foods Pty Ltd.</p> <p>Garantidoras: - Industry Park Pty Ltd; -Primo Foods Pty Ltd; -Australian Consolidated Food Holdings Pty Limited; -Australian Consolidated Food Investments Pty Limited; -Primo Group Holdings Pty Limited; -Primo Meats Pty Ltd; -Hans Continental Smallgoods Pty Ltd; -P& H Investments 1 Pty Ltd; -Hunter Valley Quality Meats Pty Limited; -Seven Point Pork Pty Ltd; -P&H Investments 2 Pty Ltd; -Primo Retail Pty Ltd; -Primo Meats Admin Pty Ltd; -Premier Beehive Holdco Pty Ltd; -Premier Beehive NZ.</p>	<p>A linha de crédito contém restrições contratuais que podem limitar a capacidade da Primo e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vender ou alienar certos ativos; - alterar a natureza geral dos principais negócios da Companhia; - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar certos dividendos, reservas ou recompra de ações. 	<p>Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾.</p>

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
Linha de crédito Huon	<p>Emissora: Huon Aquaculture Group Limited</p> <p>Garantidoras: -Industry Park Pty Ltd; -Huon Aquaculture Group Limited; -Huon Aquaculture Company Pty Ltd; -Springs Smoked Seafoods Pty Ltd ; -Springfield Hatcheries Pty Ltd; -Huon Ocean Trout Pty Ltd; -Meadow Bank Hatchery Pty Ltd; -Morrison's Seafood Pty Ltd; -Southern Ocean Trout Pty Ltd; -Huon Shellfish Co Pty Ltd; -Spring Smoked Salmon Pty Ltd; -Huon Salmon Pty Ltd; -Huon Smoked Salmon Pty Ltd; -Huon Smoked Seafoods Pty Ltd; -Huon Seafoods Pty Ltd; -Huon Tasmanian Salmon Pty Ltd.</p>	<p>A linha de crédito contém restrições contratuais que podem limitar a capacidade da Huon e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vender ou alienar certos ativos; - alterar a natureza geral dos principais negócios da Companhia; - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar certos dividendos, reservas ou recompra de ações. 	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Linha de crédito JBS Australia & Rivalea	<p>Emissoras: -JBS Australia Pty Limited; -Rivalea (Australia) Pty Ltd.</p> <p>Garantidoras: -JBS Australia Pty Limited; -Diamond Valley Pork Pty Ltd; -Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd; -Rivalea (Australia) Pty Ltd -Industry Park Pty Ltd.</p>	<p>A linha de crédito contém restrições contratuais que podem limitar a capacidade da JBS Australia e Rivalea e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vender ou alienar certos ativos; - alterar a natureza geral dos principais negócios da Companhia; - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar certos dividendos, reservas ou recompra de ações. 	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
<p>Linha de crédito AMI</p>	<p>Emissora: -Andrews Meat Industries Pty Ltd.</p>	<p>A linha de crédito contém restrições contratuais que podem limitar a capacidade da AMI e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vender ou alienar certos ativos; - alterar a natureza geral dos principais negócios da Companhia; - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar certos dividendos, reservas ou recompra de ações. 	<p>Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾.</p>
<p>Linha de crédito WSF NAB</p>	<p>Emissora: -White Stripe Foods Pty Ltd.</p>	<p>A linha de crédito contém restrições contratuais que podem limitar a capacidade da WSF e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vender ou alienar certos ativos; - alterar a natureza geral dos principais negócios da Companhia; - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar certos dividendos, reservas ou recompra de ações. 	<p>Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾.</p>

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
Linha de crédito Mexicana	<p>Emissora: -Avícola Pilgrim's Pride de Mexico, SA de CV.</p> <p>Garantidoras: -Comercializadora de Carnes de Mexico, S de RL de CV; -Pilgrim's Pride de S de RL de CV; -Pilgrim's Operaciones Laguna S de RL de CV.</p>	A linha de crédito inclui cláusulas que podem limitar a capacidade da Companhia de realizar investimentos, atuar como fiadora de obrigações de terceiros, alterar seu objeto social ou linha de negócios e iniciar o processo de liquidação. Essas limitações estão sujeitas a certas exceções, que podem ser materiais.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
4º emissão de debêntures	Emissora: JBS S.A.	Restrições contratuais de praxe que podem limitar a capacidade da Companhia, dentre outras coisas, em: - incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/LAJIDA em R\$ seja superior a 4,75/1,0; - criar ônus; - vender ou alienar determinados ativos; - consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade; - pagar dividendos se o emitente estiver inadimplente referente a qualquer de suas obrigações pecuniárias nos termos da escritura da emissão.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
5º emissão de debêntures			
6º emissão de debêntures			
7º emissão de debêntures			
8º emissão de debêntures			
9º emissão de debêntures CRA			

⁽¹⁾ Eventos de inadimplemento de praxe incluem o descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida linha de crédito, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas controladas, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência.

A Companhia declara que estava em conformidade com todas as restrições contratuais em 31 de dezembro de 2022 e até a data de aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia apresenta abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2022:

Sustainability-Linked Bonds

Emitimos três séries de *Sustainability-Linked Bonds* no mercado de capitais internacional, conforme a seguir:

- JBS USA 3,625% *Sustainability-Linked Notes*, com vencimento em janeiro/2032 no montante de US\$923,0 milhões;
- JBS USA 3,000% *Sustainability-Linked Notes*, com vencimento em maio/2032 no montante de US\$1,0 bilhão; e
- PPC 4,250% *Sustainability-Linked Notes*, com vencimento em abril/2031 no montante de US\$1,0 bilhão.

Como descrito abaixo, cada série dos *sustainability-linked notes* contém certas metas de desempenho de sustentabilidade da JBS S.A., JBS USA ou PPC que, se não forem atendidas, resultarão em um aumento na taxa de juros a pagar nas respectivas notas. No entanto, as notas podem não satisfazer os requisitos de um investidor ou quaisquer futuros padrões legais, quase legais ou outros para investimento em ativos com características de sustentabilidade, e nenhum dos emissores ou seus garantidores se comprometeu a (i) alocar os recursos líquidos especificamente para projetos ou atividades de negócios que atendam a critérios de sustentabilidade ou (ii) estejam sujeitas a quaisquer outras limitações ou requisitos que possam estar associados a títulos verdes, títulos sociais ou títulos de sustentabilidade em qualquer mercado específico.

As metas de desempenho de sustentabilidade aplicáveis às notas são exclusivamente adaptadas aos negócios, operações e capacidades da JBS S.A., JBS USA e PPC, e não se prestam facilmente a comparações com metas de desempenho de sustentabilidade semelhantes e o desempenho relacionado de outras empresas. Além disso, como atualmente não existe uma definição oficialmente aceita (legal, regulatória ou outra), nem um consenso de mercado sobre quais critérios um determinado instrumento financeiro deve atender para se qualificar como “verde”, “social”, “sustentável” ou “*Sustainability-Linked*” (e, além disso, os requisitos de qualquer rótulo podem evoluir de tempos em tempos), nenhuma garantia foi ou poderia ser dada aos investidores pelos emissores ou fiadores das notas ou quaisquer provedores de opinião de segunda parte ou qualquer provedor de serviços terceirizados de garantia ou atestado nomeado por cada empresa (“Verificador Externo”) de que as notas atenderão a todas ou quaisquer expectativas dos investidores em relação às notas ou às respectivas metas de desempenho de sustentabilidade qualificadas como “verde”, “social”, “sustentável” ou “ligado à sustentabilidade” ou que quaisquer impactos sociais adversos e/ou outros não ocorrerão em conexão com a JBS S.A., JBS USA e/ou PPC se esforçando para atingir as respectivas metas de desempenho de sustentabilidade ou uso dos recursos líquidos da oferta de notas.

Além disso, nenhuma garantia ou representação foi dada pelos emissores e fiadores das notas, quaisquer provedores de opinião de terceiros ou qualquer Verificador Externo quanto à adequação ou confiabilidade para qualquer finalidade de qualquer opinião, relatório ou certificação de terceiros em conexão com a oferta das notas ou das respectivas metas de desempenho de sustentabilidade para atender a qualquer critério verde, social, de sustentabilidade, vinculado à sustentabilidade e/ou outros. Qualquer opinião, relatório ou certificação não é, nem deve ser considerado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Não há garantia de até que ponto a JBS S.A., a JBS USA e/ou a PPC serão bem-sucedidas na redução significativa de suas emissões de gases de efeito estufa. Embora a falha em atingir as metas de desempenho de sustentabilidade aplicáveis dê origem a um ajuste para cima da taxa de juros relativa às notas, tal falha não será um evento de inadimplência sob as notas, nem os emissores e/ou garantidores das mesmas são obrigados a recomprar ou resgatar quaisquer notas em tais circunstâncias.

JBS USA 3,625% Sustainability-Linked, com vencimento em janeiro/2032

Em junho de 2021, a JBS S.A. adotou uma Estrutura de Títulos Vinculados à Sustentabilidade estabelecendo suas prioridades estratégicas de sustentabilidade e definindo metas com relação a uma de suas principais áreas prioritárias: Intensidade Global de Emissões de Gases de Efeito Estufa (conforme definido abaixo). O objetivo de longo prazo da JBS S.A. é reduzir a Intensidade Global de Emissões de Gases de Efeito Estufa até o final de 2030, medida em relação ao ano base de 2019. Como parte dessa meta, a JBS S.A. estabeleceu uma Meta de Desempenho de Sustentabilidade para reduzir sua Intensidade Global de Emissões de Gases de Efeito Estufa em 16,4% até 31 de dezembro de 2025, com base em melhorias anuais lineares em relação ao ano base de 2019, que resultará em uma redução de 30% até o final de 2030, sujeito a certas exclusões relacionadas a aquisições significativas e mudanças nas leis e regulamentos.

A JBS S.A. define “Intensidade Global de Emissões de Gases de Efeito Estufa” como MTCO_2e dividido por toneladas métricas (“ $\text{MTCO}_2\text{e/MT}$ ”) produzidas. A JBS S.A. define “ MTCO_2e ” como a soma das emissões de Escopo 1 (principalmente de combustíveis queimados, gelo seco/ CO_2 gasoso usado como auxiliar de fabricação e sistemas de tratamento de águas residuais) e emissões de Escopo 2 (principalmente de eletricidade comprada) durante um determinado período das operações globais da JBS S.A., medido em toneladas métricas de dióxido de carbono equivalente, e “toneladas produzidas” como a soma de carne bovina, frango, suína fresca, congelada e com valor agregado e seus respectivos subprodutos processados e miúdos produzidos durante um determinado período, medido em incrementos de toneladas métricas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Intensidade Global de Emissões de Gases de Efeito Estufa da JBS S.A. foi de 0,2693 $\text{MTCO}_2\text{e/MT}$ produzida (Escopo 1 e 2), sujeita a verificação por terceiros.

Nos termos das Notas Vinculadas à Sustentabilidade de 3,625% da JBS USA com vencimento em janeiro de 2032, se a JBS S.A. não cumprir a Meta de Desempenho de Sustentabilidade e fornecer confirmação ao fiduciário juntamente com uma confirmação relacionada por um Verificador Externo pelo menos 30 dias antes de 15 de janeiro, 2027, a taxa de juros a pagar sobre as notas será aumentada em 25 pontos base a partir de 15 de janeiro de 2027 até a data de vencimento de 15 de janeiro de 2032.

JBS USA 3,000% Sustainability-Linked Notes, com vencimento em maio/2032

Em novembro de 2021, a JBS USA adotou uma Estrutura de Títulos Vinculados à Sustentabilidade estabelecendo suas prioridades estratégicas de sustentabilidade e definindo metas com relação a uma de suas principais áreas prioritárias: Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa (conforme definido abaixo). O objetivo de longo prazo da JBS USA é reduzir a Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa até o final de 2030, medida em relação ao ano base de 2019. Como parte dessa meta, a JBS USA estabeleceu uma Meta de Desempenho de Sustentabilidade para reduzir sua Intensidade Global de Emissões de Gases de Efeito Estufa em 20,30% até 31 de dezembro de 2026, com base em melhorias anuais lineares em relação ao ano base de 2019, que resultará em uma redução de 30% até o final de 2030, sujeito a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

certas exclusões relacionadas a aquisições significativas e mudanças nas leis e regulamentos.

A JBS USA define “Intensidade Global de Emissões de Gases de Efeito Estufa” como MTCO_2e dividido por toneladas métricas (“ $\text{MTCO}_2\text{e/MT}$ ”) produzidas. A JBS USA define “ $\text{MT de CO}_2\text{e}$ ” como a soma das emissões de Escopo 1 (principalmente de combustíveis queimados, gelo seco/ CO_2 gasoso usado como auxiliar de fabricação e sistemas de tratamento de águas residuais) e emissões de Escopo 2 (principalmente de eletricidade comprada) durante um determinado período das operações globais da JBS USA, medido em toneladas métricas de dióxido de carbono equivalente, e “toneladas produzidas” como a soma de carne bovina, frango, suína fresca, congelada e com valor agregado e seus respectivos subprodutos processados e miúdos produzidos durante um determinado período, medido em incrementos de toneladas métricas. Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Intensidade Global de Emissões de Gases de Efeito Estufa da JBS USA foi de 0,23807 $\text{MTCO}_2\text{e/MT}$ produzida (Escopo 1 e 2), sujeita a verificação de terceiros.

Nos termos das Notas Vinculadas à Sustentabilidade de 3,000% da JBS USA com vencimento em maio de 2032, se a JBS USA não cumprir a Meta de Desempenho de Sustentabilidade e fornecer confirmação ao fiduciário juntamente com uma confirmação relacionada por um Verificador Externo no prazo de seis meses após 31 de dezembro de 2026, a taxa de juros a pagar sobre as notas será aumentada em 0,25 pontos percentuais a partir de 15 de novembro de 2027 até a data de vencimento de 15 de maio de 2032.

PPC 4,250% Sustainability-Linked Notes, com vencimento em abril/2031

Em março de 2021, a PPC adotou uma Estrutura de Títulos Vinculados à Sustentabilidade estabelecendo suas prioridades estratégicas de sustentabilidade e definindo metas com relação a uma de suas principais áreas prioritárias: Emissões de Gases do Efeito Estufa (conforme definido abaixo). O objetivo de longo prazo da PPC é reduzir sua intensidade de emissões de gases de efeito estufa até o final de 2030, conforme medido em relação ao ano base de 2019. Como parte dessa meta, a PPC estabeleceu uma Meta de Desempenho de Sustentabilidade para reduzir sua Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa em 17,7% até 31 de dezembro de 2025, com base em melhorias anuais lineares em relação ao ano base de 2019, que resultará em uma redução de 30% até o final de 2030, sujeito a certas exclusões relacionadas a aquisições significativas e mudanças nas leis e regulamentos.

A PPC define “Intensidade de Emissões de Gases do Efeito Estufa” como tCO_2e dividido por 100 lbs. (“ $\text{tCO}_2\text{e/100 lbs.}$ ”) produzido. A PPC define “ tCO_2e ” como a soma das emissões do Escopo 1 (de fontes estacionárias e móveis) e das emissões do Escopo 2 (de emissões indiretas) durante um determinado período de operações globais, incluindo, sem limitação, o uso de gelo seco, medido em métricas toneladas de dióxido de carbono equivalente e “lbs. produzidos” como a soma de frango fresco, congelado e de valor agregado, carne suína e seus respectivos subprodutos processados e miudezas produzidos durante um determinado período, medido em incrementos de 100 lb. Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa da PPC foi de 0,00988 $\text{tCO}_2\text{e/100 lbs.}$ produzidos, sujeitos à verificação de terceiros.

De acordo com os termos das Notas Vinculadas à Sustentabilidade de 4,250% da PPC com vencimento em abril de 2031, se a PPC não atender à Meta de Desempenho de Sustentabilidade e fornecer confirmação ao administrador juntamente com uma confirmação relacionada por um Verificador Externo pelo menos 30 dias antes de 15 de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

outubro de 2026 , a taxa de juros a pagar sobre as notas será aumentada em 0,25 pontos percentuais base de 15 de outubro de 2026 até a data de vencimento de 15 de abril de 2031.

JBS S.A. Revolving Credit Facility

Em 5 de agosto de 2022, a JBS S.A. e suas controladas JBS Investments Luxembourg S.à r.l., Seara Meats B.V. e Seara Alimentos Ltda., como mutuárias e fiadoras, firmaram uma linha de crédito rotativo sem garantia de US\$ 450,0 milhões. Qualquer empréstimo feito por um mutuário será garantido pelos outros três devedores. A capacidade da linha de crédito rotativo pode ser aumentada para US\$ 500,0 milhões com um recurso de expansão sanfonada, que está sujeito à obtenção de compromissos do credor. A linha de crédito rotativo vence inicialmente em agosto de 2025 e inclui duas extensões de um ano que podem ser exercidas a critério dos mutuários. De acordo com os termos da linha de crédito rotativo, a taxa de juros sob quaisquer empréstimos será acumulada em uma taxa de financiamento overnight garantida ajustada (“SOFR”), acrescida de margens aplicáveis com base no rating corporativo da JBS S.A.

JBS USA Senior Unsecured Revolving Facility

Em 1º de novembro de 2022, JBS USA, JBS USA Food Company, JBS USA Finance, Inc., JBS Australia e JBS Canada, como mutuários, firmaram uma linha de crédito rotativo sem garantia (a “Mecanismo Rotativo sem Garantia Sênior”), com o Banco de Montreal, como agente administrativo, e as partes credoras. O Senior Unsecured Revolving Facility prevê um compromisso de crédito rotativo no valor de até US\$ 1.500,0 milhões com vencimento em 2027, com duas opções de extensão de um ano a critério de cada credor. A linha de crédito está disponível em duas parcelas de US\$ 900,0 milhões e US\$ 600,0 milhões e em várias moedas, sujeita a sublimites com relação a quaisquer valores emprestados em moedas diferentes dos valores emprestados em dólares. Esses empréstimos incorrem em juros à taxa de referência aplicável ou à taxa preferencial mais as margens aplicáveis com base no crédito corporativo ou classificação familiar da JBS USA.

Garantias. Sujeito à Cura de Garantia descrita abaixo, os empréstimos são garantidos pela JBS S.A., algumas outras controladoras diretas ou indiretas da JBS USA, cada um dos mutuários sob o Senior Unsecured Revolving Facility e qualquer subsidiária da JBS USA que garanta o endividamento relevante de qualquer mutuário ou qualquer subsidiária que seja fiadora. Após uma Cura de Garantia (conforme descrito abaixo), cada subsidiária integral de cada mutuário é obrigada a se tornar um fiador.

Covenants. A linha de crédito rotativa sênior sem garantia contém representações e garantias usuais, convênios e eventos de inadimplência. Além disso, a Linha de Crédito Rotativa Sênior Não Garantida e sujeita à Cura de Garantia descrita abaixo, inclui uma cláusula de manutenção financeira que exige o cumprimento de uma dívida total máxima para capitalização de 55,0%, que deve ser testada ao final de cada trimestre fiscal dos mutuários (o “Acordo de Manutenção Financeira”).

Collateral Cure. Após o final de qualquer trimestre fiscal, os mutuários podem notificar que não estarão em conformidade com o Acordo de Manutenção Financeira e, em vez disso, podem optar por fazer com que os mutuários, os fiadores e cada fiador subsidiário forneçam garantias reais na garantia que garantiu a linha de crédito rotativa com garantia anterior (a “Recuperação de garantia”). A partir da data da Recuperação de Garantia, o Acordo de Manutenção Financeira não estará mais em vigor e a disponibilidade sob a Facilidade Rotativa Sem Garantia Sênior será limitada e sujeita a cobertura de garantia utilizando uma taxa de adiantamento de 75% sobre contas a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

receber dos EUA e um adiantamento de 50% taxa sobre o estoque dos EUA, sujeito a certas exceções.

PPC Credit Facility

Em 9 de agosto de 2021, a PPC e algumas de suas subsidiárias celebraram um Quinto Contrato de Crédito Alterado e Reformulado (a “*Credit Facility* PPC”), com CoBank, ACB, como agente administrativo e agente de garantia, e as outras partes credoras. A Linha de Crédito PPC fornece: (1) uma linha de crédito rotativo no valor principal agregado de US\$ 800,0 milhões sujeito a uma base de empréstimo (o “Empréstimo Rotativo 2026”); e (2) um compromisso de empréstimo a prazo de até US\$ 700,0 milhões (fornecendo um compromisso de empréstimo a prazo atrasado de aproximadamente US\$ 268,7 milhões) (o “Empréstimo a prazo de 2026”). A Linha de Crédito PPC também inclui um recurso sanfonado que permite à PPC, a qualquer momento, aumentar o empréstimo rotativo agregado e os compromissos de empréstimo a prazo em um valor que não exceda a soma de (i) US\$ 500,0 milhões mais (ii) o valor máximo isso resultaria em um índice de alavancagem sênior garantido pro forma da PPC de não mais que 3,00:1,00, sujeito ao cumprimento de certas condições, incluindo a obtenção do acordo dos credores para participar do aumento. O compromisso do Empréstimo Rotativo 2026 e o Empréstimo a Prazo 2026 vencem em 9 de agosto de 2026. A partir de 4 de janeiro de 2022, o Empréstimo a Prazo 2026 será pago em parcelas trimestrais iguais a 1,25% do principal em aberto no fechamento, com todo o principal restante e juros devidos no vencimento.

A Linha de Crédito PPC inclui um sublimite de US\$80,0 milhões para empréstimos swingline e um sublimite de US\$ 125,0 milhões para cartas de crédito. Empréstimos pendentes sob o Empréstimo Rotativo de 2026 e o Empréstimo a Prazo de 2026 incorrem em juros a uma taxa anual igual a (1) no caso de empréstimos LIBOR, LIBOR aplicável mais margens aplicáveis com base no índice de alavancagem garantida sênior líquido da PPC, entre LIBOR mais 1,25% e LIBOR mais 2,75%, e (2) no caso de empréstimos com taxa básica alternativa, taxa preferencial aplicável mais margens aplicáveis com base no índice de alavancagem garantida sênior líquida da PPC, entre a taxa básica mais 0,25% e a taxa básica mais 1,75%.

Todas as obrigações sob a Linha de Crédito PPC são garantidas incondicionalmente por algumas das subsidiárias não mexicanas e não europeias da PPC e são garantidas por uma garantia de primeira prioridade sobre substancialmente todos os ativos da PPC e suas subsidiárias não mexicanas e não europeias que são fiadores.

Em 31 de dezembro de 2022, a PPC tinha empréstimos a prazo de 2026 totalizando US\$ 480,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, a PPC tinha cartas de crédito em aberto e empréstimos disponíveis sob o compromisso de crédito rotativo de US\$ 35,0 milhões e US\$ 765,0 milhões, respectivamente.

JBS S.A. Certificados de Recebíveis do Agronegócio

De outubro de 2019 a outubro de 2022, a JBS S.A. emitiu várias séries de debêntures não conversíveis e sem garantia, para colocação privada, com vencimentos variando de 2023 a 2037. Essas debêntures são emitidas em reais e rendem juros a diferentes taxas usando diferentes indexadores, como CDI e IPCA, com taxa de juros média anual de 6,10% em 31 de dezembro de 2021. Essas debêntures fazem parte de uma securitização de recebíveis do agronegócio que resultou na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), para ofertas públicas no Brasil. Os recursos líquidos das emissões dessas debêntures foram utilizados principalmente na aquisição de gado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Sustainability-Linked CRAs

Em dezembro de 2021, a JBS S.A. emitiu debêntures subjacentes a duas séries de CRAs vinculadas à sustentabilidade com vencimento em 2031 e 2036, respectivamente, no valor principal agregado de R\$ 1,1 bilhão. Essas debêntures são emitidas em reais e rendem juros a taxas de 5,8376% ao ano e 6,1977% ao ano, respectivamente.

Conforme descrito abaixo, esses CRAs e as debêntures subjacentes contêm uma meta de desempenho de sustentabilidade que, se não for atendida, resultará em um aumento na taxa de juros a pagar sobre os CRAs e as debêntures subjacentes. No entanto, os CRAs e as debêntures subjacentes podem não atender às exigências de um investidor ou a quaisquer padrões futuros legais, quase legais ou outros para investimento em ativos com características de sustentabilidade, e a JBS S.A. não se comprometeu a (i) alocar os recursos líquidos especificamente para projetos ou atividades de negócios que atendam aos critérios de sustentabilidade ou (ii) estejam sujeitas a quaisquer outras limitações ou requisitos que possam estar associados a instrumentos verdes, instrumentos sociais ou instrumentos de sustentabilidade ou outros instrumentos financeiros em qualquer mercado específico.

A meta de desempenho de sustentabilidade aplicável às debêntures e CRAs são exclusivamente adaptadas aos negócios, operações e capacidades da JBS S.A. e não se prestam facilmente a comparações com metas de desempenho de sustentabilidade semelhantes e o desempenho relacionado de outras empresas. Além disso, como atualmente não existe uma definição geralmente aceita (legal, regulatória ou outra), nem um consenso de mercado sobre quais critérios um determinado instrumento financeiro deve atender para se qualificar como “verde”, “social”, “sustentável” ou “sustentabilidade-linked” (e, além disso, os requisitos de qualquer rótulo podem evoluir de tempos em tempos), nenhuma garantia foi ou poderia ser dada aos investidores pela JBS S.A., o emissor dos CRAs ou quaisquer provedores de opinião de segunda parte ou qualquer prestador de serviços de garantia ou atestado de terceiros nomeado pela JBS S.A. (“Verificador Externo”) de que as debêntures ou os CRAs atenderão a todas ou quaisquer expectativas dos investidores em relação às debêntures ou aos CRAs ou à meta de desempenho de sustentabilidade qualificada como “verde”, “social”, “sustentável” ou “ligado à sustentabilidade” ou que quaisquer impactos sociais adversos e/ou outros não ocorrerão em conexão com a JBS S.A. se esforçando para atingir a meta de desempenho de sustentabilidade ou o uso dos recursos líquidos da oferta das debêntures ou dos CRAs.

Além disso, nenhuma garantia ou representação foi dada pela JBS S.A., o emissor dos CRAs, quaisquer provedores de opinião de terceiros ou qualquer Verificador Externo quanto à adequação ou confiabilidade para qualquer finalidade de qualquer opinião, relatório ou certificação de terceiros em conexão com a oferta dos CRAs e as debêntures subjacentes ou as respectivas metas de desempenho de sustentabilidade para atender a qualquer critério verde, social, de sustentabilidade, vinculado à sustentabilidade e/ou outros.

Não há garantia de até que ponto a JBS S.A. será bem-sucedida em diminuir significativamente seu desempenho de sustentabilidade globalmente. Embora a falha em atingir a meta de desempenho de sustentabilidade dê origem a um ajuste para cima da taxa de juros relativa aos CRAs e às debêntures subjacentes, tal falha não será um evento de inadimplência sob os CRAs ou as debêntures subjacentes nem seus emissores ser obrigado a recomprar ou resgatar os CRAs ou as debêntures subjacentes em tais circunstâncias.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em outubro de 2021, a JBS S.A. adotou uma Estrutura Vinculada à Sustentabilidade estabelecendo seu compromisso com uma cadeia de suprimentos livre de desmatamento no Brasil, garantindo que todos os fornecedores cumpram sua política de tolerância zero para desmatamento ilegal e outros critérios socioambientais descritos em sua Política de Compras Responsáveis. Como parte desse objetivo, a JBS S.A. estabeleceu uma Meta de Desempenho em Sustentabilidade para ter o número de cabeças de gado relacionadas aos fornecedores diretos cadastrados em sua Plataforma Pecuária Transparente até o final de 2025 igual a 100% do número de cabeças de gado abatidas pelo JBS S.A. no Brasil em 2024.

A JBS S.A. desenvolveu um sistema de monitoramento de fornecedores que usa imagens de satélite e dados de georreferenciamento das fazendas fornecedoras para tentar garantir que a empresa compre matéria-prima apenas de produtores que atendam plenamente aos seus critérios socioambientais, incluindo tolerância zero ao desmatamento ilegal e invasão de áreas protegidas, como terras indígenas ou áreas de preservação ambiental; não possuir áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e não estar na Lista Suja do Trabalho Forçado do Ministério da Economia. O sistema também bloqueia a compra de gado de fazendeiros envolvidos em violência rural ou conflitos de terra. Como resultado, a JBS S.A. bloqueou mais de 11.000 fazendas fornecedoras de gado por não conformidade até o momento. Em 2020, a JBS S.A. assumiu um compromisso mais forte com a sustentabilidade no bioma Amazônia, ao lançar sua própria plataforma blockchain de financiamento privado, a Transparent Livestock Platform, que permite à JBS avançar na rastreabilidade do gado e monitorar toda a sua cadeia de fornecimento de gado, incluindo fornecedores dos nossos fornecedores. Os fornecedores diretos de gado foram solicitados a fornecer informações sobre seus fornecedores por meio da Plataforma Pecuária Transparente, que analisa os fornecedores de conformidade das fazendas de nossos fornecedores, que serão validados por terceiros. O resultado da análise será enviado diretamente ao fornecedor JBS, que poderá visualizar a conformidade socioambiental em toda a sua cadeia de fornecimento. É nosso objetivo, por meio da tecnologia blockchain, manter o compromisso com a segurança e confidencialidade das informações de terceiros durante todo o processo. Os fornecedores diretos são responsáveis por cadastrar seus próprios fornecedores (ou seja, nossos fornecedores secundários) na plataforma. Os fornecedores diretos coletarão seus dados por meio de um aplicativo específico – desenvolvido por nós – que fará a triagem das informações necessárias dos documentos oficiais para a plataforma. A plataforma enviará automaticamente os resultados da análise socioambiental da propriedade dos fornecedores secundários para os fornecedores diretos, permitindo que eles gerenciem sua própria cadeia de suprimentos, de acordo com a Política de Compras Responsáveis da JBS S.A.

A partir de 1º de janeiro de 2026, será obrigatório para todos os fornecedores diretos de gado da JBS S.A. aderir à Plataforma Pecuária Transparente e demonstrar que sua própria cadeia de suprimentos atende à Política de Compras Responsáveis da JBS S.A. Os fornecedores que não cooperarem e cumprirem serão impedidos de vender para a JBS S.A. Um roteiro transparente com metas intermediárias para avaliar o progresso de agora até 2025 também foi desenvolvido. Isso inclui metas anuais baseadas no abate total do ano anterior e expressas em número de cabeças de gado para cada período, para garantir o progresso incremental. As metas anuais serão verificadas anualmente por terceiros.

Nos termos dos CRAs vinculados à sustentabilidade, caso a JBS S.A. não cumpra a Meta de Desempenho de Sustentabilidade e confirme isso por um Verificador Externo até 31 de maio de 2026, a taxa de juros a pagar sobre os CRAs e debêntures

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

subjacentes será aumentada em 25 pontos base de e incluindo 31 de maio de 2026 até e incluindo as respectivas datas de vencimento.

Seara Export Prepayment Facility

Em 23 de setembro de 2019, a Seara, na qualidade de devedora, e a Companhia, na qualidade garantidora, celebraram o *Seara Export Prepayment Facility Agreement*. Os empréstimos no âmbito do *Seara Export Prepayment Facility Agreement* foram desembolsados em duas parcelas, sendo uma em setembro de 2019, e outra em outubro de 2019, no valor agregado de US\$650,0 milhões. Os empréstimos possuem juros a uma taxa anual equivalente à taxa LIBOR (duração de seis meses), acrescidos de uma margem aplicável que varia de 2,5% a 5,0% a depender da razão entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia. O valor principal em aberto do empréstimo será pago em nove parcelas semestrais, se iniciando no ano seguinte da data de desembolso. Os empréstimos vencem em setembro de 2024. O *Seara Export Prepayment Facility Agreement* contém obrigações (*negative covenants*) costumeiros que podem limitar a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias, incluindo a Seara, de, entre outros, contrair endividamento adicional, criar certos ônus adicionais, e vender, arrendar ou alienar determinados ativos. O contrato prevê ainda eventos de inadimplemento costumeiros, como inadimplemento nos pagamentos, falha no cumprimento de obrigações ou termos previstos no contrato. Os empréstimos são garantidos por penhor de estoques e ativos biológicos da Seara. Em 31 de dezembro de 2022, o valor principal agregado em aberto referente ao *Seara Export Prepayment Facility Agreement* era de US\$294,0 milhões.

Obrigações Contratuais

A tabela seguinte sumariza os empréstimos e financiamentos, juros estimados sobre empréstimos e financiamentos, pagamentos relacionados à aquisição de plantas, obrigação de arrendamento financeiro, obrigações de arrendamento operacional e outras obrigações de compra em 31 de dezembro de 2022 que têm impacto significativo na liquidez da Companhia.

Obrigações Contratuais (em milhões de reais)	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores e fornecedores risco sacado	34.080,6	-	-	-	34.080,6
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	8.228,6	4.252,7	12.503,4	67.369,5	92.354,1
Juros estimados empréstimos e financiamentos ⁽²⁾	4.823,0	9.587,5	7.749,4	23.172,5	45.332,3
Passivos financeiros derivativos	559,5	-	-	-	559,5
Arrendamentos a pagar	1.788,4	2.611,7	1.634,5	225,3	6.259,7
Contratos de compra futura - Commodities ⁽³⁾	48.875,7	61.024,3	52.367,3	8.261,4	170.528,6
Outros passivos circulantes e não circulantes	33,9	27,8	0,3	-	62,0

(1) Inclui juros acumulados e não pagos em 31 de dezembro de 2022.

(2) Inclui juros sobre o saldo de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2022. Pagamentos em moeda estrangeira são estimados com base nas taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2022.

(3) Inclui contratos de compra de bens ou serviços que são exigíveis e legalmente vinculantes e que especifiquem todos os termos significantes, incluindo quantidades mínimas ou fixas de compra; provisões mínimas ou variáveis de preços; e o cronograma aproximado. Os valores de obrigações de compra incluem itens como a compra futura de animais vivos, grãos, e pagamentos a integrados. Os valores excluem os compromissos futuros de contratos que são autorizados, canceláveis ou que contenham cláusulas de encerramento sem penalidades. Mínimos futuros de obrigações não canceláveis com prazos acima de um ano.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras com o objetivo de manter a condução normal de seus negócios, como convênios com instituições financeiras com o objetivo de promover o acesso ao crédito de produtores rurais parceiros responsáveis pela criação de frangos e suínos para financiar a expansão e melhoria de suas operações, além de convênios com instituições financeiras para o pagamento de salários e benefícios de seus colaboradores.

Adicionalmente, a Companhia possui convênios com algumas instituições financeiras com o objetivo de melhorar sua gestão do capital de giro por meio da venda de créditos detidos por ela a determinados clientes dos mercados interno e externo, e também por meio da facilitação da antecipação de créditos que seus fornecedores possuem contra a Companhia.

A Companhia ainda pode utilizar operações de derivativos com a finalidade de proteger sua exposição a determinadas variações de mercado.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre os empréstimos e financiamentos quirografários da Companhia. Os empréstimos e financiamentos que possuem garantias reais contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em 31 de dezembro de 2022, uma parcela dos empréstimos e financiamentos, no montante de R\$3.561,0 milhões apresentava garantias reais. Na mesma data, uma parcela dos empréstimos e financiamentos, no montante de R\$88.793,1 milhões, era constituída por contratos quirografários.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a JBS está em conformidade com todas as obrigações constantes nos seus contratos de empréstimos e financiamentos.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a JBS possuía um total de R\$92.354,1 milhões em empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a JBS USA possui US\$2.750,9 milhões disponíveis em linhas de crédito rotativas e garantidas, equivalentes a R\$14.353,5 milhões ao câmbio de 31 de dezembro de 2022 e a JBS SA possuía US\$450 milhões disponíveis em linhas de crédito rotativas e garantidas, equivalentes a R\$2.348,0 milhões ao câmbio de 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

DRE Consolidada (R\$ milhões)	31.12.2022	%ROL	31.12.2021	%ROL	Var (%)	Var (R\$)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	386.764,8	103,2%	361.413,6	103,1%	7,0%	25.351,2
Mercado interno	287.967,5	76,8%	270.274,2	77,1%	6,5%	17.693,4
Mercado externo	98.797,3	26,4%	91.139,5	26,0%	8,4%	7.657,9
DEDUÇÕES DE VENDAS	(11.913,2)	-3,2%	(10.718,1)	-3,1%	11,2%	(1.195,2)
Devoluções e descontos	(8.287,1)	-2,2%	(6.973,3)	-2,0%	18,8%	(1.313,9)
Impostos sobre as vendas	(3.626,1)	-1,0%	(3.744,8)	-1,1%	-3,2%	118,7
RECEITA LÍQUIDA	374.851,6	100,0%	350.695,6	100,0%	6,9%	24.156,0
Custo dos produtos vendidos	(315.373,5)	-84,1%	(284.510,6)	-81,1%	10,8%	(30.863,0)
LUCRO BRUTO	59.478,1	15,9%	66.185,0	18,9%	-10,1%	(6.706,9)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(34.902,4)	-9,3%	(34.007,4)	-9,7%	2,6%	(895,0)
Administrativas e gerais	(11.829,5)	-3,2%	(15.205,9)	-4,3%	-22,2%	3.376,4
Com vendas	(24.184,5)	-6,5%	(19.167,3)	-5,5%	26,2%	(5.017,1)
Outras despesas	(517,9)	-0,1%	(177,2)	-0,1%	192,3%	(340,7)
Outras receitas	1.629,5	0,4%	543,0	0,2%	200,1%	1.086,5
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	24.575,7	6,6%	32.177,6	9,2%	-23,6%	(7.601,9)
Receitas financeiras	4.215,1	1,1%	2.304,1	0,7%	82,9%	1.911,0
Despesas financeiras	(10.567,5)	-2,8%	(7.382,7)	-2,1%	43,1%	(3.184,7)
Resultado Financeiro Líquido	(6.352,3)	-1,7%	(5.078,7)	-1,4%	25,1%	(1.273,7)
Resultado de equivalência patrimonial	60,5	0,0%	92,5	0,0%	-34,6%	(32,0)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18.283,9	4,9%	27.191,5	7,8%	-32,8%	(8.907,6)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.587,1)	-0,7%	(7.573,1)	-2,2%	-65,8%	4.986,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	504,5	0,1%	911,3	0,3%	-44,6%	(406,9)
LUCRO LÍQUIDO	16.201,3	4,3%	20.529,7	5,9%	-21,1%	(4.328,4)
ATRIBUÍDO A:						
Participação dos controladores	15.457,8	4,1%	20.486,6	5,8%	-24,5%	(5.028,7)
Participação dos não controladores	743,4	0,2%	43,1	0,0%	1625,2%	700,3

Pelas razões descritas abaixo, a Companhia registrou lucro líquido de R\$16.201,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e lucro líquido de R\$20.529,7 milhões em 2021. O lucro líquido como percentual da receita foi de 4,3% no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro líquido como percentual da receita foi de 5,9%.

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2022	2021	R\$	%
Lucro líquido	16.201,3	20.529,7	(4.328,4)	-21,1%
Lucro bruto percentual da receita líquida	15,9%	18,9%	-	-3,0%p.p.
Lucro líquido percentual da receita líquida	4,3%	5,9%	-	-1,5%p.p.

Receita Líquida

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2022	2021	R\$	%
Receita líquida	374.851,6	350.695,6	24.156,0	6,9%
Receita líquida orgânica	379.498,7	350.695,6	28.803,1	8,2%
Impacto de aquisições	7.945,2	-	7.945,2	-
Efeito de variação cambial	(12.592,3)	-	(12.592,3)	-

A receita líquida da Companhia aumentou R\$24.156,0 milhões ou 6,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a 2021. A receita líquida foi impactada por:

- **Receita Líquida Orgânica** – A receita líquida orgânica foi impactada positivamente pelo aumento de preços médios de todos os segmentos em que a Companhia opera, compensada pela redução nos volumes vendidos em todos os segmentos, exceto por um leve aumento na Seara.
- **Impacto de Aquisições** – A receita líquida foi positivamente impactada pelas aquisições das operações da (1) aquisição da Rivalea na Austrália concluída em 4 de janeiro de 2022; (2) aquisição da TkiOak nos EUA, adquirida em 2 de dezembro de 2022; (3) aquisição da Sunnyvalley nos EUA, concluída em 01 de dezembro de 2021; (4) aquisição da Huon na Austrália, concluída em 17 de novembro de 2021; (5) aquisição da Pilgrim's Food Masters no Reino Unido, concluída em 24 de setembro de 2021 e; (6) aquisição da Vivera no Reino Unido, concluída em 17 de junho de 2021.
- **Efeito da Variação Cambial** – A receita líquida reduziu em R\$12.592,3 milhões como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano resultando em perdas na consolidação das operações nos Estados Unidos.

Custo dos Produtos Vendidos

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2022	2021	R\$	%
Custo dos Produtos Vendidos	315.373,5	284.510,6	30.863,0	10,8%
Lucro Bruto	59.478,1	66.185,0	(6.706,9)	-10,1%
Custo dos produtos vendidos como percentagem da receita líquida	84,1%	81,1%	-	3,0%p.p.

O custo de produtos vendidos da Companhia aumentou R\$30.863,0 milhões, ou 10,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 se comparado a 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O custo de produtos vendidos foi principalmente impactado por: (1) um aumento dos custos operacionais, como resultado principalmente do aumento dos preços das matérias-primas em algumas regiões onde a Companhia opera; (2) um aumento dos custos operacionais relacionado ao aumento do volume produzido; e (3) pelo aumento relacionado as aquisições; esse aumento foi parcialmente compensado pelo (4) efeito da variação cambial, como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos.

Para a discussão dos custos operacionais por segmento, veja “Resultados dos Segmentos.”

Despesas Gerais e Administrativas e Outras Despesas

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação R\$	Variação %
	2022	2021		
Despesas gerais e administrativas	11.829,5	15.205,9	(3.376,4)	-22,2%
Despesas gerais e administrativas como porcentagem da receita líquida	3,2%	4,3%	-	-1,2%p.p.

As despesas gerais e administrativas da Companhia reduziram R\$3.376,4 milhões, ou 22,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 se comparado a 2021. A redução das despesas gerais e administrativas se devem (1) aos acordos antitruste firmados pela Companhia nos Estados Unidos, totalizando R\$516,4 milhões em 2022 e R\$4.254,7 milhões em 2021 (2) ao efeito da variação cambial, como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos. Essa redução foi parcialmente compensada pelo efeito das aquisições.

Despesas com Vendas

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação R\$	Variação %
	2022	2021		
Despesas de vendas	24.184,5	19.167,3	5.017,1	26,2%
Despesas de vendas como percentual da receita de vendas	6,5%	5,5%	-	1,0%p.p.

As despesas com vendas da Companhia aumentaram R\$5.017,1 milhões, ou 26,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 se comparado a 2021. As despesas com vendas foram impactadas por: (1) aumento das despesas com frete; (2) aumento com despesas de propaganda e marketing com o intuito de aumentar o *market share* das marcas da companhia e (3) aumento relacionado às aquisições. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo efeito da variação cambial, como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações internacionais.

Despesas Financeiras Líquidas

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação R\$	Variação %
	2022	2021		
Despesas financeiras líquidas	(6.352,3)	(5.078,7)	(1.273,7)	25,1%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado de variações cambiais ativas e passivas	2.206,6	(9,8)	2.216,5	-
Ajuste a valor justo de derivativos	(1.797,4)	254,5	(2.052,0)	-
Juros passivos	(6.930,5)	(5.264,6)	(1.665,9)	31,6%
Juros ativos	1.387,7	780,5	607,2	77,8%
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(1.218,8)	(839,3)	(379,5)	45,2%

As despesas financeiras líquidas aumentaram R\$1.273,7 milhões, ou 25,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 se comparadas a 2021, principalmente por:

- Ajuste a valor justo de derivativos: as atividades de gerenciamento de riscos geraram uma despesa de operações com derivativos de R\$1.797,4 milhões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma receita de R\$254,5 milhões em 2021. Esses valores resultam de operações com derivativos relacionadas à prática de proteger a exposição contra a desvalorização do real adotada pela Companhia;
- Juros Passivos – um aumento de 31,6% em despesas com juros, principalmente em função de um aumento nos juros de empréstimos de 15,2%.
- Impostos, Contribuições, tarifas e outros – um aumento de 45,2% em tarifas bancárias e outras despesas, principalmente como resultado dos pagamentos dos prêmios referentes, no Consolidado, ao resgate das Notas 5,75% JBS Lux 2028, Notas 6.75% JBS Lux 2028, Notas 6.50% JBS Lux 2029 e Term Loan JBS Lux 2026 no montante de R\$875.280 em 31 de dezembro de 2022 e R\$307.942 em 31 de dezembro de 2021.

Esse aumento foi parcialmente compensado por:

- Variação Cambial – a receita com variação cambial durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.206,6 milhões comparada com uma despesa com variação cambial de R\$9,8 milhões em 2021, como resultado principalmente de uma menor exposição à moeda estrangeira em 2022 em relação a 2021;
- Juros Ativos – um aumento de 77,8% em receitas de juros principalmente devido ao aumento dos juros sob aplicação financeira de 174,1%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2022	2021	R\$	%
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	18.283,9	27.191,5	(8.907,6)	-32,8%
Taxa nominal	-34%	-34%	-	-
Benefício (despesa) esperado	(6.216,5)	(9.245,1)	3.028,6	-32,8%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.587,1)	(7.573,1)	4.986,1	-65,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	504,5	911,3	(406,8)	-44,6%
Despesas totais de imposto	(2.082,6)	(6.661,8)	4.579,2	-68,7%

A alíquota nominal de imposto de renda no Brasil é de 34%, porém a taxa efetiva da Companhia pode variar de período para período com base principalmente nas flutuações do lucro tributável gerado por cada uma de suas subsidiárias no exterior, bem como diferenças nas alíquotas nominais e créditos fiscais gerados a partir dos impostos pagos em cada uma dessas subsidiárias no exterior, os quais podem ser utilizados para compensar imposto de renda e contribuição social sobre o lucro devidos no Brasil.

Adicionalmente, diferenças permanentes geradas durante o período também podem impactar a taxa efetiva da Companhia. Tais valores geralmente se referem a juros não tributáveis em subsidiárias estrangeiras, créditos de impostos pagos no exterior, amortização de ágio no Brasil e imposto pago no exterior sobre dividendos recebidos por subsidiárias não integrais.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as alíquotas efetivas do imposto de renda ficaram diferentes da alíquota nominal de imposto de renda no Brasil por conta do reconhecimento de algumas diferenças permanentes, tais como (1) subvenções para investimentos que a Companhia e suas controladas possuem concedidas pelos governos estaduais, a título de créditos de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Em outras jurisdições, a Companhia recebe subvenções de energia e treinamentos. Quando a redução da despesa de imposto de renda reflete a dedutibilidade de tais incentivos, todas as condições relacionadas às subvenções governamentais foram cumpridas. As subvenções são reconhecidas sob a rubrica "Deduções de vendas - Imposto sobre vendas" nas demonstrações do resultado; (2) imposto diferido não constituído em decorrência da redução das despesas financeiras e seguindo a política de análise de lucratividade futura, a subsidiária indireta Seara Alimentos registrou impostos diferidos de prejuízos fiscais não constituídos em anos anteriores, considerando a expectativa de lucros tributáveis futuros que estarão disponíveis para compensação de tais perdas. A Companhia espera que sua taxa efetiva continuará a flutuar no futuro por conta dos impactos das deduções dos financiamentos intercompanies e outros itens.

Demonstração do fluxo de caixa

(R\$ milhões, exceto %)	2022	2021	Variação R\$	Variação %
Caixa gerado pelas atividades operacionais	17.426,1	25.197,5	(7.771,4)	-30,8%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(13.124,8)	(18.858,4)	5.733,5	-30,4%
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(8.759,1)	(844,5)	(7.914,6)	937,2%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(1.506,6)	1.782,0	(3.288,6)	-
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa	(10.057,0)	3.559,4	(13.616,4)	-
Caixa e equivalentes de caixa inicial	23.239,2	19.679,7	3.559,4	18,1%
Caixa e equivalentes de caixa final	13.182,2	23.239,2	(10.057,0)	-43,3%

O fluxo de caixa gerado/consumido nas atividades operacionais pode variar de tempos em tempos de acordo com a flutuação das receitas de vendas, custo de vendas, despesas operacionais, mudanças nas atividades operacionais, juros pagos e recebidos e imposto de renda pago.

A redução de R\$7,7 bilhões no caixa gerado pelas atividades operacionais se deve principalmente a:

- uma geração de caixa menor de fornecedores de R\$1,3 bilhões em 2022, comparado com uma geração de R\$6,6 bilhões em 2021; e
- um consumo de caixa maior referente a impostos a recuperar de R\$3,7 bilhões em 2022, em comparação com um consumo de R\$24,8 milhões em 2021.

Essa redução foi parcialmente compensada por:

- menor consumo de caixa no contas a receber, sendo R\$1,3 bilhões em 2022, comparado com um consumo de R\$4,3 bilhões em 2021.
- menor consumo de caixa relacionado aos valores a pagar dos acordos DOJ e Antitruste de R\$873,1 milhões em 2022, em comparação com R\$4,1 bilhões em 2021.

Caixa consumido nas atividades de investimento

O fluxo de caixa fornecido por (usado em) atividades de investimento está relacionado principalmente a:

(1) aquisição de subsidiárias menos caixa líquido no momento da aquisição; (2) aquisição de bens, instalações e equipamentos; (3) aquisição de ativos intangíveis; e (4) recebimento de pagamento pela venda de bens, instalações e equipamentos.

Para 2022, o caixa líquido usado em atividades de investimento totalizou R\$13,1 bilhões, dos quais US\$11,2 bilhões foram usados em compras de ativos imobilizados e R\$2,0 bilhões foram usados em pagamentos de aquisições.

Para 2021, o caixa líquido usado em atividades de investimento totalizou R\$18,9 bilhões, dos quais R\$9,6 bilhões foram usados em compras de ativos imobilizados e R\$9,3 bilhões foram usados em pagamentos de aquisições.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O fluxo de caixa das atividades de financiamento inclui principalmente recursos de novos empréstimos e financiamentos e derivativos liquidados em dinheiro. O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento inclui principalmente pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos, pagamentos relativos a derivativos liquidados em dinheiro, pagamentos de compra de ações em tesouraria e pagamentos de dividendos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para 2022, o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$8,8 bilhões, sendo US\$ 38,4 bilhões em caixa usado em pagamentos de empréstimos e financiamentos, R\$3,6 bilhões em caixa usado na compra de ações em tesouraria e R\$4,4 bilhões em caixa usado em pagamentos de dividendos; parcialmente compensado por R\$40,9 bilhões em recursos de empréstimos e financiamentos.

Para 2021, o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$844,5 milhões, sendo R\$34,1 bilhões em caixa para pagamentos de empréstimos e financiamentos, R\$10,6 bilhões em caixa para compra de ações em tesouraria e R\$7,4 bilhões em caixa para pagamentos de dividendos; parcialmente compensado por R\$53,8 bilhões em caixa proveniente de empréstimos e financiamentos.

Resultados dos Segmentos

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2022	2021	R\$	%
Receita líquida	374.851,6	350.695,6	24.156,0	6,9%
Segmento Brasil	58.948,9	53.803,3	5.145,6	9,6%
Segmento Seara	42.967,8	36.523,5	6.444,3	17,6%
Segmento JBS Beef North America	113.979,2	115.617,2	(1.638,0)	-1,4%
Segmento JBS Australia	32.630,1	28.856,2	3.773,9	13,1%
Segmento JBS USA Pork	42.086,6	41.077,1	1.009,5	2,5%
Segmento Pilgrim's Pride	90.064,8	79.673,6	10.391,2	13,0%
Segmento Outros	4.340,8	3.848,1	492,7	12,8%
Eliminações	(10.166,6)	(8.703,6)	(1.463,1)	16,8%
Custos Operacionais	340.283,2	305.033,3	35.249,8	11,6%
Segmento Brasil	56.541,9	51.484,8	5.057,0	9,8%
Segmento Seara	38.362,0	32.662,8	5.699,1	17,4%
Segmento JBS Beef North America	103.267,1	91.372,0	11.895,0	13,0%
Segmento JBS Australia	30.348,2	27.091,3	3.256,9	12,0%
Segmento JBS USA Pork	38.164,6	36.836,0	1.328,6	3,6%
Segmento Pilgrim's Pride	79.373,9	70.564,3	8.809,6	12,5%
Segmento Outros	4.380,9	3.714,6	666,3	17,9%
Eliminações	(10.155,4)	(8.692,6)	(1.462,7)	16,8%
Ebitda	34.568,4	45.662,2	(11.093,8)	-24,3%
Segmento Brasil	2.407,0	2.318,5	88,6	3,8%
Segmento Seara	4.605,8	3.860,7	745,1	19,3%
Segmento JBS Beef North America	10.712,2	24.245,2	(13.533,0)	-55,8%
Segmento JBS Australia	2.281,9	1.764,9	517,0	29,3%
Segmento JBS USA Pork	3.922,0	4.241,1	(319,1)	-7,5%
Segmento Pilgrim's Pride	10.690,9	9.109,3	1.581,6	17,4%
Segmento Outros	(40,1)	133,5	(173,7)	-130,0%
Eliminações	(11,3)	(11,0)	(0,3)	2,9%

A Companhia mede sua rentabilidade dos segmentos por meio do EBITDA ajustado, que consiste no lucro ou o prejuízo antes dos impostos, aplicando as mesmas políticas contábeis descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, exceto pelos seguintes ajustes conforme descrito abaixo: exclusão de receitas e despesas financeiras, exclusão de despesas de depreciação e amortização; exclusão da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos; exclusão das despesas com DOJ e acordos antitruste; exclusão de doações e despesas com programas sociais; exclusão dos impactos dos créditos tributários extemporâneos; exclusão do reembolso leniência J&F; exclusão de doações ao Fundo JBS para a Amazônia e exclusão de algumas outras receitas (despesas). A Companhia revisa regularmente os custos operacionais totais em base de segmento por segmento. Para mais detalhes sobre como calculamos o EBITDA e todos os ajustes descritos acima, visite o item "2.5 medições não contábeis" deste documento.

Segmento JBS Brasil

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2022	2021	R\$	%
Receita líquida	58.948,9	53.803,3	5.145,6	9,6%
Receita líquida orgânica	52.585,1	48.343,6	4.241,5	8,8%
Efeito de eliminações	6.363,8	5.459,7	904,1	16,6%
Custos operacionais	56.541,9	51.484,8	5.057,0	9,8%
Ebitda	2.407,0	2.318,5	88,6	3,8%
Margem operacional (% da receita líquida)	4,1%	4,3%	(0,2)p.p.	-

Receita líquida: As variações na receita líquida do segmento Brasil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a 2021 se devem pelos seguintes fatores:

- **Receita líquida orgânica:** a receita líquida orgânica foi principalmente impactada pelo: (i) aumento de preços de venda em ambos os mercados, doméstico e internacional; parcialmente compensada pela (ii) redução do volume vendido em decorrência da diminuição do número de animais processados. No mercado doméstico, no ano de 2022, a receita líquida cresceu na categoria de carne bovina in natura, explicado por: (i) o maior número de clientes-chave por meio do programa de fidelidade Friboi+ (Açougue Nota 10); (ii) o crescimento do portfólio de maior valor agregado; (iii) o maior número de clientes no canal de food service; e (iv) a aproximação das marcas Friboi e Swift do varejo e dos consumidores finais. Já no mercado externo, em 2022, a receita líquida em dólares subiu principalmente por conta do aumento do preço médio. A China continuou sendo o principal destino das exportações em 2022.
- **Efeito de eliminações:** vendas intercompanies cresceram em R\$904,1 milhões, ou 16,6%, para R\$6.363,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 de R\$5.459,7 milhões no período correspondente de 2021.
- **Custos Operacionais:** Os custos operacionais aumentaram R\$5.057,0 milhões, ou 9,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a 2021, impactados principalmente pelo aumento nos custos de matéria-prima. Segundo dados publicados pelo CEPEA ESALQ, o preço do gado vivo durante o ano foi de R\$318 /arroba (+3,9%) em relação a 2021.
- **EBITDA:** Como resultado do mencionado acima, o EBITDA do segmento Brasil sofreu aumento de R\$88,6 milhões, ou 3,8%, de R\$2.407,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$2.318,5 milhões no período correspondente de 2021

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segmento Seara

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2022	2021	R\$	%
Receita líquida	42.967,8	36.523,5	6.444,3	17,6%
Receita líquida orgânica	42.083,9	36.081,9	6.002,1	16,6%
Efeito de eliminações	883,8	441,6	442,2	100,1%
Custos operacionais	38.362,0	32.662,8	5.699,1	17,4%
Ebitda	4.605,8	3.860,7	745,1	19,3%
Margem operacional (% da receita líquida)	10,7%	10,6%	(0,1)p.p.	-

Receita Líquida: As variações na receita líquida do segmento Seara no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a 2021 se devem principalmente a:

- Receita líquida orgânica: a receita líquida orgânica foi impactada principalmente pelo (i) aumento de preços no mercado doméstico como consequência de um ganho em penetração e preferência dos consumidores, principalmente na categoria de produtos preparados que registrou aumento de 14,6% nos preços médios, mantendo os volumes estáveis comparados ao ano anterior; (ii) aumento de volumes e preços no mercado internacional, sendo em 2022 um aumento de 18,2% nos preços médios em dólar e de 7,8% nos volumes em dólar em relação ao ano de 2021. Vale destacar que 2022 foi marcado por um ano de extrema volatilidade no mercado internacional, como consequência do aumento global da oferta de aves, gripe aviária em diversas regiões do mundo e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia.
- Efeito de eliminações: vendas intercompanies cresceram em R\$442,2 milhões, ou 100,1%, para R\$883,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 de R\$441,6 milhões em 2021.
- Custos Operacionais: Os custos operacionais aumentaram R\$5.669,1 milhões, ou 17,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a 2021, impactados principalmente pelo aumento dos custos de matéria-prima, principalmente soja. No ano de 2022, o milho caiu 4% comparado a 2021, enquanto o farelo de soja apresentou um crescimento de 9% no mesmo período. O aumento do custo vem sendo parcialmente compensado pelo repasse de preços, aliado a um melhor mix de mercados, canais e produtos, além do foco da gestão da Companhia em eficiência operacional.
- EBITDA: Como resultado do mencionado acima, o EBITDA do segmento Seara aumentou em R\$745,1 milhões, ou 19,3%, para R\$4.605,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 de R\$3.860,7 milhões em 2021.

Segmento JBS Beef North America

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2022	2021	R\$	%
Receita líquida	113.979,2	115.617,2	(1.638,0)	-1,4%
Receita líquida orgânica	117.106,1	113.831,5	3.274,6	2,9%
Efeito de eliminações	1.614,3	1.785,8	(171,4)	-9,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Impacto de aquisições	261,2	-	261,2	-
Efeito da variação cambial (1)	(5.002,4)	-	(5.002,4)	-
Custos operacionais	103.267,1	91.372,0	11.895,0	13,0%
Ebitda	10.712,2	24.245,2	(13.533,0)	-55,8%
Margem operacional (% da receita líquida)	9,4%	21,0%	(11,6)p.p.	-

(1) O impacto do efeito da variação cambial é computado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Receita Líquida: As variações na receita líquida do segmento JBS Beef North America no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a 31 de dezembro de 2021 resultam principalmente dos seguintes fatores:

- Efeito da variação cambial: A receita líquida reduziu em R\$5.002,4 milhões como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano resultando em perdas na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Receita líquida orgânica: A variação na receita líquida orgânica foi impactada: (i) pelo aumento do preço de venda tanto no mercado doméstico quanto no mercado externo; (ii) pelos fortes fundamentos econômicos no mercado doméstico Norte Americano, que continuam promovendo o consumo de carne bovina na região. Esse crescimento foi parcialmente compensado por uma redução no volume vendido dado cenário inflacionário desafiador.
- Efeito de eliminações: vendas intercompanies reduziram em R\$171,4 milhões, ou 9,6%, para R\$1.614,3 milhões no exercício social encerrado em 31 dezembro de 2022 de R\$1.785,8 milhões no período correspondente de 2021.
- Impacto de aquisições: a receita líquida deste segmento foi impactada pela aquisição da Vivera no Reino Unido, concluída em 17 de junho de 2021.
- Custos Operacionais: Os custos operacionais do segmento JBS Beef North America aumentaram em R\$11.895,0 milhões, ou 13,0%, de R\$91.372,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$103.267,1 milhões em 2022, e foram impactados principalmente por (i) aumento dos custos operacionais devido as mudanças nas condições de mercado, como consequência da redução do rebanho e da maior liquidação de fêmeas ao longo do ano. Assim, gerou-se uma maior disponibilidade de gado no curto prazo, mas que já apontava uma redução do gado futuro. Neste cenário, de acordo com o USDA, os preços do boi gordo permaneceram em patamares elevados, crescendo 18,1% em 2022, para US\$152/cwt, comparado com US\$144/cwt no ano de 2021. O aumento nos custos foi parcialmente compensado pelo efeito da variação cambial como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos.
- EBITDA: Como resultado do mencionado acima, o EBITDA do segmento JBS Beef North America reduziu em R\$13.533,0 milhões, ou 55,8%, de R\$24.245,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$10.712,2 milhões em 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segmento JBS Australia

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2022	2021	R\$	%
Receita líquida	32.630,1	28.856,2	3.773,9	13,1%
Receita líquida orgânica	31.795,2	28.856,2	2.938,9	10,2%
Efeito de eliminações	72,8	-	72,8	-
Impacto de aquisições	2.921,0	-	2.921,0	-
Efeito da variação cambial (1)	(2.158,8)	-	(2.158,8)	-
Custos operacionais	30.348,2	27.091,3	3.256,9	12,0%
Ebitda	2.281,9	1.764,9	517,0	29,3%
Margem operacional (% da receita líquida)	7,0%	6,1%	0,9 p.p.	-

(1) O impacto do efeito da variação cambial é computado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Receita Líquida: As variações na receita líquida do segmento JBS Australia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a 2021, resultam de:

- Efeito da variação cambial: A receita líquida reduziu em R\$2.158,8 milhões como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano resultando em perdas na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Impacto das aquisições: houve um aumento incremental vindo da aquisição da Huon em 17 de novembro de 2021 e da Rivalea em 4 de janeiro de 2022;
- Efeito de eliminações: em 2022 passamos a reportar o segmento operacional JBS Australia separadamente (antes era apresentado dentro do segmento Beef North America), e em decorrência dessa abertura, houve uma alteração nas eliminações entre os segmentos, que optamos por não demonstrar separadamente no comparativo de 2021 para a JBS Australia, por não haver alteração relevante;
- Receita líquida orgânica: A receita líquida orgânica foi impactada principalmente pelo aumento no preço médio de venda sendo: (i) O negócio de aquicultura segue crescendo em função de uma maior demanda, com reflexo em aumento de preços; (ii) A receita líquida do negócio de suínos cresceu como reflexo do programa de melhoria da sanidade do rebanho iniciado em 2021 e; (iii) melhor otimização da carcaça, e a Primo, unidade de alimentos preparados, que registrou aumento de 7,4% na receita líquida como resultado do melhor mix e retornando aos volumes ótimos de produção;
- Custos Operacionais: Os custos operacionais da Companhia aumentaram em R\$3.256,9 milhões, ou 12,0%, para R\$30.348,2 milhões no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2022 de R\$27.091,3 milhões em 2021, e foram impactados principalmente pelo custo dos bovinos, que permaneceu elevado como consequência da reconstrução do rebanho e da longa estação chuvosa nas regiões produtoras de gado. Esse aumento foi parcialmente compensado pelo efeito da variação cambial como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- EBITDA: Como resultado do mencionado acima, o EBITDA do segmento JBS Australia aumentou em R\$517,0 milhões, ou 29,3%, para R\$2.281,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.764,9 milhões em 2021.

Segmento JBS USA Pork

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2022	2021	R\$	%
Receita líquida	42.086,6	41.077,1	1.009,5	2,5%
Receita líquida orgânica	42.437,1	40.467,0	1.970,1	4,9%
Efeito de eliminações	516,4	610,1	(93,7)	-15,4%
Impacto de aquisições	791,3	-	791,3	-
Efeito da variação cambial (1)	(1.658,2)	-	(1.658,2)	-
Custos operacionais	38.164,6	36.836,0	1.328,6	3,6%
Ebitda	3.922,0	4.241,1	(319,1)	-7,5%
Margem operacional (% da receita líquida)	9,3%	10,3%	(1,0)p.p.	-

(1) O impacto do efeito da variação cambial é computado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Receita Líquida. As variações na receita líquida do segmento JBS USA Pork no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a 2021, resultam de:

- Efeito da variação cambial: A receita líquida reduziu em R\$1.658,2 milhões como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano resultando em perdas na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Efeito de eliminações: vendas intercompanies reduziram em R\$93,7 milhões, ou 15,4%, de R\$610,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$516,4 milhões no período correspondente de 2022;
- Impacto das aquisições: a receita líquida do segmento JBS USA Pork foi impactada pela aquisição da Sunnyvalley nos Estados Unidos, concluída em 1 de dezembro de 2021;
- Receita líquida orgânica: Em 2022, a receita líquida orgânica aumentou em R\$1.970,1 milhões ou 4,9% em comparação ao ano de 2021, como resultado principalmente do aumento no preço médio de venda de 5,6% no mercado interno e externo enquanto os volumes se mantiveram em patamares semelhantes na comparação anual;
- Custos Operacionais. Os custos operacionais da Companhia aumentaram em R\$1.318,6 milhões, ou 3,6%, de R\$36.836,0 milhões no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2021 para R\$38.164,6 milhões em 2022, e foram impactados principalmente pelo forte aumento do custo dado a menor disponibilidade de animais vivos, assim como o aumento dos custos dos grãos, mão de obra e logística. Esse aumento foi parcialmente compensado pelo efeito da variação cambial como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- EBITDA: Como resultado do mencionado acima, o EBITDA do segmento JBS USA Pork reduziu em R\$319,1 milhões, ou 7,5%, para R\$3.922,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 de R\$4.241,1 milhões em 2021.

Segmento Pilgrim's Pride

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2022	2021	R\$	%
Receita líquida	90.064,8	79.673,6	10.391,2	13,0%
Receita líquida orgânica	89.027,0	79.518,3	9.508,7	12,0%
Efeito de eliminações	217,6	155,3	62,3	40,1%
Impacto de aquisições	3.971,7	-	3.971,7	-
Efeito da variação cambial (1)	(3.151,5)	-	(3.151,5)	-
Custos operacionais	79.373,9	70.564,3	8.809,6	12,5%
Ebitda	10.690,9	9.109,3	1.581,6	17,4%
Margem operacional (% da receita líquida)	11,9%	11,4%	0,4 p.p.	-

(1) O impacto do efeito da variação cambial é computado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Receita Líquida: As variações na receita líquida do segmento Pilgrim's Pride no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a 2021 resultam principalmente dos seguintes fatores:

- Efeito da variação cambial: A receita líquida reduziu em R\$3.151,5 milhões como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano resultando em perdas na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Impacto de aquisições: A receita líquida foi positivamente impactada pela aquisição das operações da Pilgrim's Food Masters, que foi concluída em 27 de setembro de 2021;
- Receita líquida orgânica: A receita líquida orgânica foi impactada por um aumento nos preços de venda de 25,4% nos mercados doméstico e externo, parcialmente compensada por uma redução de 10% nos volumes vendidos, dado o cenário inflacionário desafiador.
- Custos Operacionais: Os custos operacionais da Companhia aumentaram em R\$8.809,6 milhões, ou 12,5%, para R\$79.373,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 de R\$70.564,3 milhões em 2021, sendo impactados, principalmente, devido ao aumento de 17,4% na matéria prima, majoritariamente milho e farelo de soja. Esse aumento foi parcialmente compensado pelo efeito da variação cambial como resultado principalmente da apreciação do real frente ao dólar americano, bem como ao efeito da aquisição das operações da Pilgrim's Food Masters em 2021.
- EBITDA: Pelos motivos mencionados acima, o EBITDA do segmento Pilgrim's Pride cresceu em R\$1.581,6 milhões, ou 17,4%, para R\$10.690,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 de R\$9.109,3 milhões em 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) *Resultados das operações do emissor:*

(i) **Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Receita Líquida.

- **Receita com venda de carne bovina no Brasil (Segmento Brasil).** Receita com venda de carne bovina no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos produzidos no Brasil: (i) cortes de carne bovina resfriada e congelada, incluindo cortes tradicionais, cortes nobres e miúdos; (ii) produtos com valor agregado e marca de carne bovina, incluindo carne bovina congelada cozida e pré-cozida, carne bovina enlatada cozida, carne bovina em cubos e produtos prontos para o consumo, como hambúrgueres e linguças. Adicionalmente, as operações de carne bovina no Brasil vendem couros e outros subprodutos animais (incluindo colágeno, biodiesel, produtos de higiene e limpeza, embalagens metálicas e envoltórios) e conta com uma transportadora, empresa de gestão de descartes e uma trading de produtos utilizados como matéria-prima e as lojas Mercado da Carne. As receitas são geradas a partir da venda de produtos predominantemente para redes de restaurantes, empresas de processamento de alimentos, distribuidores, redes de supermercados, supermercados atacadistas e outras importantes cadeias alimentares.
- **Receita com venda de produtos da Seara (Segmento Seara).** Receita com venda no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos produzidos no Brasil: (i) carne de frango resfriada e congelada, incluindo frango inteiro e cortes; (ii) carne suína resfriada e congelada, incluindo carcaça, cortes com osso, cortes desossados, barriga e miúdos; e (iii) produtos com valor agregado e marca de frango e carne suína, incluindo nuggets, frango em tiras, presunto, bacon, salsichas, frios e pratos prontos; e (iv) produtos preparados (incluindo pratos prontos, pizza congelada, lasanha, margarina e produtos *plant-based*). Adicionalmente, as receitas do segmento Seara consistem em uma variedade de produtos preparados produzidos pela Companhia e por terceiros, vendidos no mercado de varejo). As receitas são geradas a partir da venda de produtos predominantemente para redes de restaurantes, empresas de processamento de alimentos, distribuidores, redes de supermercados, supermercados atacadistas e outras importantes cadeias alimentares.
- **Receita com carne bovina na América do Norte e negócios à base de plantas (plant-based) na Europa. (Segmento JBS Beef North America).** Receita com venda de carne bovina no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos produzidos nos Estados Unidos e Canadá: (i) cortes de carne bovina resfriada e congelada, incluindo cortes tradicionais, cortes nobres e miúdos; (ii) produtos com valor agregado e marca de carne bovina, incluindo carne bovina congelada cozida e pré-cozida, carne bovina enlatada cozida, carne bovina em cubos e produtos prontos para o consumo, como hambúrgueres e linguças. Este segmento também vende subprodutos como carnes variadas, processamento de ração, fertilizantes, indústria automotiva e de alimentos para animais de estimação e também produz produtos de carne de valor agregado, incluindo recheio para pizzas. Finalmente, a Sampco LLC importa carnes processadas e outros alimentos, como conservas de peixe, frutas e legumes para o EUA e a Vivera produz e vende produtos de proteína à base de plantas na Europa.

2.2 Resultados operacional e financeiro

- **Receita com venda de carnes bovinas, suínas, ovinas e peixes frescos, congeladas e produtos com valor agregado na Austrália e Nova Zelândia (Segmento JBS Australia).** A maior parte de nossas receitas de carne bovina das operações na Austrália são geradas com a venda de produtos no mercado doméstico e de exportação, sendo: bovinos in natura (incluindo cortes frescos e congelados de acém, cortes de costela, cortes de lombo, carnes magras, carne moída, miúdos e outros produtos). São vendidos também produtos de carne bovina de marca e valor agregado (incluindo carne bovina cozida e pré-cozida congelada, carne cozida enlatada, cubos de carne bovina e produtos prontos para consumo, como hambúrgueres e salsichas). São incluídas também instalações de processamento de cordeiros, ovinos, suínos e peixes na Austrália e Nova Zelândia, incluindo as aquisições da Rivalea e Huon. A JBS Austrália também gera receitas por meio de seu negócio de alimentos preparados, através da Primo, e também pelo negócio de confinamento de gado.
- **Receita com venda de carne suína nos Estados Unidos (Segmento JBS USA Pork).** Receita com venda de carne suína no mercado doméstico e exportação de produtos produzidos nos Estados Unidos. As receitas são geradas predominantemente a partir da venda de produtos para varejistas de carne suína in natura, incluindo cortes como lombos, costeletas, paleta, ombros e costelas. Outros produtos suínos, incluindo presuntos, barrigas e guarnições, são vendidos predominantemente para outros processadores que, por sua vez, fabricam bacon, linguiça e frios e embutidos. Ainda, as receitas são geradas com a venda de produtos prontos. São conduzidas operações de produção de suínos, incluindo quatro granjas de suínos e cinco fábricas de ração, das quais a JBS USA busca suínos para suas operações de processamento de carne suína.
- **Receita com venda de carne de frango nos Estados Unidos e de carne de porco, de frango e alimentos preparados na Europa (Segmento Pilgrim's Pride).** Receita com venda no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos: (i) carne de frango resfriada e congelada, incluindo frango inteiro e cortes produzidos nos Estados Unidos, México, Porto Rico e Reino Unido; (ii) carne suína resfriada e congelada no Reino Unido; (iii) produtos com valor agregado e marca de frango, incluindo porções controladas de filés de peito de frango refrigeradas e congeladas, filetes e tiras de frango, nuggets, frango em tiras, e cortes de frango com osso, produzidos nos Estados Unidos, México, Reino Unido, França e Holanda; (iv) produtos com valor agregado e marca de suínos, incluindo bacon, linguiças, presunto, carne cozida e carne enlatada no Reino Unido; e (v) produtos preparados (incluindo pratos prontos, pizza congelada, lasanha) produzidos nos Estados Unidos, México, Reino Unido, França e Holanda.
- **Outros (Segmento Outros).** (i) Receita com venda no mercado doméstico e exportação dos nossos produtos globais de couros produzidos na Argentina, Uruguai, Itália, México e Vietnã; (ii) receita com venda e produtos de charcuteria de valor agregado e com marca, produzidos na Itália; e (iii) receita com venda dos nossos produtos de proteína por *tradings* no Reino Unido e Bélgica.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Principais fatores que afetam os resultados operacionais da Companhia

2.2 Resultados operacional e financeiro

A administração da Companhia monitora várias métricas e indicadores que afetam as operações em seus negócios, incluindo os seguintes:

- volume de produção;
- utilização da capacidade da planta;
- volume de vendas;
- preços de venda de carne bovina, suína e de frango;
- demandas e preferências do cliente;
- futuros preços de commodities para gado e matéria-prima;
- a diferença entre os preços do gado e os preços de venda de produtos acabados;
- preços e tendências dos serviços;
- disponibilidade de gado e ingredientes alimentares;
- rendimento de produção;
- sazonalidade;
- disponibilidade de mão-de-obra;
- o desempenho econômico dos países onde a Companhia vende seus produtos;
- concorrência e consolidação da indústria;
- tributação;
- valor das marcas detidas pela Companhia;
- flutuações da taxa de câmbio; e
- barreiras comerciais, controles cambiais, riscos políticos e outros riscos associados à exportação e operações.

Outros fatores que podem impactar os resultados das operações da Companhia incluem surtos de doenças animais, contaminação de produtos ou recall, a capacidade da Companhia em implementar seu plano de negócios (incluindo capacidade de providenciar financiamento, quando necessário e em termos razoáveis) e a implementação da estratégia de financiamento e plano de despesas da Companhia.

Impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia:

A guerra Rússia-Ucrânia começou em fevereiro de 2022. O impacto da guerra e das sanções em andamento não se limitará às empresas que operam na Rússia e na Ucrânia e pode impactar negativamente outros mercados econômicos globais, incluindo onde operamos. Os impactos incluíram e podem continuar a incluir, mas não estão limitados a preços mais altos de commodities, como produtos alimentícios, ingredientes e produtos energéticos, aumento da inflação em alguns países e interrupção do comércio e das cadeias de suprimentos. O conflito interrompeu os embarques de grãos, óleos vegetais, fertilizantes e produtos energéticos.

O impacto nos mercados agrícolas se enquadra em duas categorias principais: (i) o efeito na produção agrícola ucraniana, já que a região é fundamental na produção global de grãos; e (ii) a duração da interrupção nos fluxos comerciais. As preocupações de segurança e financiamento na região estão restringindo a execução das exportações, o que, por sua vez, está forçando a demanda de grãos e petróleo a encontrar alternativas de abastecimento. A duração da guerra e a volatilidade relacionada tornam os mercados globais extremamente sensíveis ao clima da estação de crescimento em outras regiões produtoras de grãos globais e levaram a um grande prêmio de risco nos preços futuros. A contínua volatilidade nos mercados globais como resultado da guerra afetou negativamente nossos custos, elevando os preços, aumentando a inflação e aumentando a pressão sobre o fornecimento de ingredientes para rações e produtos energéticos nos mercados globais. No terceiro trimestre de 2022, a Ucrânia retomou as exportações de origem hídrica e seus volumes de exportação continuam a subir. Suas

2.2 Resultados operacional e financeiro

restrições de fornecimento não tiveram um impacto material em nossos custos durante o terceiro trimestre.

Além disso, o governo dos EUA e outros governos nas jurisdições em que operamos impuseram sanções e controles de exportação contra a Rússia, Belarus e seus interesses e ameaçaram com sanções e controles adicionais. Nosso negócio pode ser impactado pelo aumento dos preços de energia e pela disponibilidade de energia durante os meses de inverno. O impacto dessas medidas, agora e no futuro, pode afetar adversamente nossos negócios, cadeia de suprimentos ou clientes.

Ainda, conforme destacado na nota explicativa 29 de instrumentos financeiros da demonstração financeira de 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas subsidiárias geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação da Comissão de Gestão de Riscos para posterior envio ao Conselho de Administração, que supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

Por fim, considerando todos os eventos subsequentes ocorridos até a data de divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos significativos que pudessem afetar a recuperabilidade dos ativos, ou alterar a mensuração de perdas esperadas dessas demonstrações.

Aquisições

Os resultados consolidados da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 têm comparabilidade limitada com os resultados consolidados para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, principalmente em decorrência das aquisições da (i) Vivera em 17 de junho de 2021, (ii) Pilgrim's Food Masters em 27 de setembro de 2021, (iii) aquisição da Huon em 17 de novembro de 2021, (iv) aquisição da Sunnyvalley em 01 de dezembro de 2021, (v) aquisição da Rivalea em 04 de janeiro de 2022 e (vi) aquisição da TiOak em 02 de dezembro de 2022.

Na análise dos resultados operacionais feita pela Companhia para a comparação entre os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a receita líquida de aquisições é deduzida da receita líquida orgânica. O valor da receita líquida de aquisições significantes que excluimos da receita orgânica dependerá do período de mensuração e da data de conclusão da aquisição. Por exemplo, em nossa comparação do período encerrado em 31 de dezembro de 2022 frente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, (i) a aquisição da Vivera que foi concluída em 17 de junho de 2021, o impacto dessa aquisição foi excluído da receita orgânica do período de 1 de janeiro de 2022 a 17 de novembro de 2022; (ii) a aquisição da Pilgrim's Food Masters que foi concluída em 27 de setembro de 2021, o impacto dessa aquisição foi excluído da receita orgânica do período de 1 de janeiro de 2022 a 27 de setembro de 2022, (iii) a aquisição da Huon foi concluída em 17 de novembro de 2021, o impacto dessa aquisição foi excluído da receita orgânica do período de 01 de janeiro de 2022 a 17 de novembro de 2022, (iv) a aquisição da Sunnyvalley foi concluída em 01 de dezembro de 2021, o impacto dessa aquisição foi excluído da receita orgânica do período de 01 de janeiro de 2022 a 01 de dezembro de 2022, (v) a aquisição da Rivalea foi concluída em

2.2 Resultados operacional e financeiro

04 de janeiro de 2022, o impacto dessa aquisição foi excluído da receita orgânica do período de 04 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, e (vi) a aquisição da TiOak que foi concluída em 02 de dezembro de 2022, o impacto dessa aquisição foi excluído da receita orgânica do período de 02 a 31 de dezembro de 2022.

Variação Cambial

Como uma empresa global com aproximadamente 88% da receita gerada fora do Brasil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os resultados operacionais da Companhia e a condição financeira foram e continuarão sendo afetados pela taxa de depreciação ou valorização do real em relação às moedas estrangeiras. Qualquer depreciação ou valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode afetar as receitas da Companhia, causando um aumento ou diminuição monetária, desde que as outras variáveis permaneçam inalteradas. Além disso, uma parcela substancial dos empréstimos e financiamentos da Companhia são estipulados em moedas estrangeiras. Por esse motivo, qualquer depreciação do real em relação a moedas estrangeiras pode aumentar significativamente as despesas financeiras da Companhia e seus empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes estipulados em reais. Por outro lado, qualquer valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode diminuir significativamente as despesas financeiras, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes determinados em reais.

O efeito da conversão de moeda afeta as receitas e despesas consolidadas geradas pelas subsidiárias da Companhia que possuem moedas funcionais diferentes do real, principalmente a JBS USA. O ajuste da receita é tal que a receita líquida orgânica é apresentada em uma base de moeda constante, o que isola o efeito das mudanças de moeda durante o período. O efeito da conversão de moeda é calculado multiplicando a linha de receita ou despesa determinada na moeda funcional no período atual pela diferença nas taxas de câmbio médias usadas para converter a linha de receita ou despesa nos períodos apresentados.

A média da taxa de câmbio do real/dólar foi de R\$5,16 por US\$ 1,00 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma apreciação do real de 4,5% em relação ao período correspondente em 2021. A média da taxa de câmbio do real/dólar foi de R\$5,39 por US\$ 1,00 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma depreciação do real de 4,4% em relação ao período correspondente em 2020.

A taxa final de câmbio real/dólar em 31 de dezembro de 2022 era de R\$5,22 por US\$ 1,00, representando uma apreciação do real de 7,0% em relação à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 6,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 374.851,6 milhões.

Comentários sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços são feitos acima na seção 2.1 (h) - alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxas de câmbio do real frente ao dólar americano a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2022, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis intermediárias. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir em R\$ mil.

Exposição do R\$	Risco	Câmbio fechamento	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
			Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		
			Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado	
Operacional	Apreciação	5,2177	5,3637	165.642	334.818	6,5221	1.479.514	2.990.599	7,8266	2.959.017	5.981.174
Financeira	Depreciação	5,2177	5,3637	(383.076)	(354.631)	6,5221	(3.421.633)	(3.167.565)	7,8266	(6.843.241)	(6.335.106)
Partes relacionadas	Depreciação	5,2177	5,3637	(46.487)	-	6,5221	(415.221)	-	7,8266	(830.438)	-
Derivativos	Depreciação	5,2177	5,3637	72	(64.951)	6,5221	639	(580.146)	7,8266	1.279	(1.160.288)
				(263.849)	(84.764)		(2.356.701)	(757.112)		(4.713.383)	(1.514.220)
Exposição do R\$	Risco	Câmbio fechamento	Câmbio	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%		Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%			
				Efeito no patrimônio líquido		Efeito no patrimônio líquido		Efeito no patrimônio líquido			
Divida líquida em controladas no exterior	Depreciação	5,2177	5,3637	(1.871.736)		6,5221	(16.718.357)		7,8266	(33.436.585)	

Na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Anuais de 2022 de número 29 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos - das Demonstrações Contábeis Intermediárias para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresenta a análise de sensibilidade de seus riscos cambiais associados com a suas exposições às demais moedas estrangeiras e também análise de sensibilidade de suas exposições às principais commodities.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Resultado Operacional

O desempenho operacional da Companhia pode ser afetado pelo custo de aquisição dos animais vivos e grãos para alimentação de frangos e suínos, que por sua vez são impactados pela oferta e demanda, e consequentemente pela inflação, vigente nos mercados onde a empresa atua. O custo de matéria-prima representou aproximadamente 75,8% e 75,5% do custo de produção em 2022 e 2021, respectivamente.

A receita bruta de vendas é afetada pela inflação uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte, ou a totalidade, dos aumentos nos custos para seus clientes nos mercados em que opera por meio de aumentos de preço. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As vendas nos mercados domésticos onde a Companhia atua diretamente representaram 74,5% e 74,8% da receita bruta de vendas em 2022 e 2021, respectivamente.

A receita bruta de vendas também pode ser afetada pela taxa de câmbio uma vez que uma parcela significativa das vendas da Companhia é destinada ao mercado externo. As exportações representaram 25,5% e 25,2% da receita operacional bruta de vendas em 2022 e 2021, respectivamente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Resultado Financeiro

As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e o endividamento, dado que a Companhia possui uma parte do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o endividamento denominado em moeda estrangeira era de R\$7.146,0 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$10.507,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 e representava 3,4% e 5,1% da soma do passivo e patrimônio líquido, respectivamente.

As exposições a risco de mercado da Companhia são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos.

Em 2022, a Companhia obteve despesas financeiras com derivativos de R\$1.797,4 milhões e receitas financeiras com variações cambiais de R\$2.206,6 milhões. Em 2021, a Companhia obteve receitas financeiras com derivativos de R\$254,5 milhões e despesas financeiras com variações cambiais de R\$9,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, uma parte do endividamento total da Companhia estava sujeita a flutuações nas taxas de juros, especificamente o *London Interbank Offered Rate*, ou LIBOR, e a taxa de depósito interbancário do Brasil (Certificado de Depósito Interbancário), ou CDI, conforme publicada pela CETIP e a Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP.

Taxas de Inflação

A maioria dos países e regiões em que operamos, incluindo Estados Unidos, Brasil, Austrália, México e Europa, estão atualmente enfrentando uma inflação acentuada. Nenhum dos locais em que operamos está passando por hiperinflação. Todos os segmentos tiveram inflação nos custos operacionais, especialmente em mão de obra, frete e transporte de alguns materiais. Também vivenciamos altos preços médios de venda impactados pelo atual ambiente inflacionário. Respondemos aos desafios inflacionários em 2022 continuando com as negociações com os clientes para recuperar os custos extraordinários que enfrentamos. Também continuamos a nos concentrar em iniciativas operacionais que visam oferecer eficiência de mão de obra, melhor desempenho agrícola e melhores rendimentos.

Variação dos principais insumos e produtos

Nossas principais matérias-primas são gado e ingredientes de ração para nossas operações de frango e porco. As matérias-primas representaram a maior parte do custo total dos produtos vendidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Alterações no preço de bovinos, suínos e ingredientes para rações tem impacto direto nos custos operacionais e são baseadas em fatores fora do controle de nossa administração, como clima, volume de oferta, custos de transporte, políticas agrícolas e outros. Procuramos proteger o preço pago pelo gado adquirido por meio de instrumentos financeiros, a fim de tentar nos proteger das variações de preço entre a data de compra e a data de entrega. Nosso departamento de gestão de riscos é responsável por mapear as exposições a preços de *commodities* do Grupo JBS e propor estratégias ao nosso comitê de gestão de riscos, a fim de mitigar tais exposições. Os ativos biológicos são

2.2 Resultados operacional e financeiro

uma matéria-prima muito importante utilizada por nós. A fim de manter o fornecimento futuro desses materiais, participamos de contratos a termo para antecipar compras com fornecedores. Para complementar essas compras a termo, utilizamos instrumentos derivativos para mitigar cada exposição específica, principalmente contratos futuros, para mitigar o impacto das flutuações de preço em estoques e contratos de venda. Usamos o valor médio histórico gasto com matéria-prima como uma indicação do valor operacional a ser protegido por contratos firmes de compra. O preço de bovinos, suínos e ingredientes de rações nos mercados domésticos flutuaram significativamente no passado, e acreditamos que continuará a flutuar nos próximos anos. Qualquer aumento no preço de bovinos, suínos e ingredientes para ração e, conseqüentemente, nos custos de produção pode afetar adversamente nossas margens brutas e nossos resultados operacionais se não formos capazes de repassar esses aumentos de preços aos nossos clientes. Por outro lado, qualquer redução no preço do gado, suínos e ingredientes para ração e, conseqüentemente, nossos custos de produção, pode impactar positivamente nossas margens brutas e nossos resultados operacionais.

Câmbio

Como uma empresa global, nossos resultados operacionais e condição financeira foram e continuarão a ser expostos a flutuações nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras.

Qualquer depreciação ou valorização da taxa de câmbio da moeda estrangeira pode impactar nossas receitas, custos e despesas causando aumento ou diminuição monetária, desde que as demais variáveis permaneçam inalteradas. Além disso, uma parcela de nossos empréstimos e financiamentos é denominada em moedas estrangeiras. Por esta razão, qualquer movimento da taxa de câmbio pode aumentar ou diminuir significativamente nossas despesas financeiras e nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes. Além disso, uma parte de nossos ativos, passivos e receitas, custos e despesas são convertidos para os Estados Unidos. Dólares para fins de relatório.

Nosso departamento de gestão de risco contrata instrumentos derivativos previamente aprovados por nosso conselho de administração para proteger ativos e passivos financeiros e fluxo de caixa futuro de atividades comerciais e investimentos líquidos em operações estrangeiras. Nosso conselho de administração aprovou instrumentos financeiros para proteger nossa exposição a empréstimos, investimentos, fluxos de caixa de pagamentos de juros, estimativa de exportação, aquisição de matéria-prima e outras transações, sempre que forem cotadas em moedas diferentes da nossa ou da moeda funcional de nossas subsidiárias. As principais exposições ao risco de taxa de câmbio estão nos EUA. Dólares, Euros, Libras Esterlinas, Pesos Mexicanos e Dólares Australianos.

Taxa de Juros

A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), LIBOR (London Interbank Offer Rate), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SOFR (Secured Overnight Financing Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia. A Comissão de Gestão de Riscos gerencia e monitora a transição da Companhia para taxas de transição. A Comissão avalia a extensão que os contratos fazem referência aos fluxos de caixa da LIBOR, e se estes

2.2 Resultados operacional e financeiro

contratos precisarão ser alterados como resultado da reforma da LIBOR e como gerenciar a comunicação sobre a reforma com as contrapartes. Assim, a Comissão disponibiliza relatórios periódicos à Administração do risco de taxa de juros e dos riscos decorrentes da reforma da LIBOR.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Comentários dos Diretores sobre mudanças nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases no relatório do auditor

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opiniões modificadas ou ênfases no relatório do auditor independente da Companhia com relação as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

a) *introdução ou alienação de segmento operacional*

A partir de 2022, a Companhia alterou sua estrutura de gestão, e as informações por segmentos passaram a ser elaboradas considerando a JBS Australia como um segmento individual. Antes de 2022, a JBS Australia estava inserida dentro do segmento operacional JBS Beef North America.

b) *constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

É parte da estratégia de negócios da Companhia, a aquisição de empresas, porém a empresa mantém seu atual foco no ganho de eficiência, tanto operacional como financeira, de suas operações. Desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas.

Eventos operacionais relevantes:

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Geralmente, todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição numa base de aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como "Ganho de barganha".

Em 19 de abril de 2021, a JBS celebrou um acordo para aquisição da totalidade das ações da Vivera, terceira maior produtora de produtos *plant-based* na Europa, por um valor de empresa (*enterprise value*) de €341 milhões. A aquisição foi concluída em 17 de junho de 2021.

Em 8 de junho de 2021, a JBS firmou acordo para adquirir 100% da Rivalea Holdings Pty Ltd e 100% da Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd (em conjunto, "Rivalea"), líder na criação e processamento de suínos na Austrália, por um valor de empresa (*enterprise value*) de AU\$175 milhões. A aquisição foi concluída em 04 de janeiro de 2022.

Em 17 de junho de 2021, a Pilgrim's Pride Corporation, subsidiária indireta da Companhia, celebrou um acordo para adquirir os negócios de alimentos preparados ("Kerry Meats") e refeições ("Kerry Meals") da Kerry Consumer Foods no Reino Unido e na Irlanda, que foi renovameada como Pilgrim's Food Masters, por um valor de empresa

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(enterprise value) de £680 milhões. A aquisição foi concluída em 27 de setembro de 2021.

Em 6 de agosto de 2021, a JBS celebrou um acordo com a Huon Aquaculture Group Limited, segunda maior empresa de aquicultura de salmão da Austrália, para adquirir todas as suas ações emitidas, representando um valor de mercado de AU\$425 milhões. A aquisição foi concluída em 17 de novembro de 2021.

Em 15 de outubro de 2021, a Swift Prepared Foods, sociedade de bens de alimentos e subsidiária indireta da JBS anunciou que chegou a um acordo para adquirir a Sunnyvalley Smoked Meats, Inc., empresa de produtos preparados nos Estados Unidos da América, por um valor de US\$90 milhões.

Em 17 de novembro de 2021, a JBS Global Luxembourg S.à r.l., controlada da JBS celebrou um acordo para aquisição do controle da sociedade espanhola BioTech Foods, S.L, marcando o ingresso da Companhia no mercado de proteína cultivada. A aquisição foi concluída em 09 de maio de 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, a Rigamonti, subsidiária da JBS, assinou acordo para aquisição de 100% do Grupo King's, produtora de especialidades italianas, com o investimento de €82 milhões. A aquisição foi concluída em 07 de fevereiro de 2022.

Em 02 de dezembro de 2022, a JBS USA, subsidiária controlada indireta da Companhia, celebrou acordo para a aquisição da TriOak Foods, que opera em múltiplos estados dos Estados Unidos, no processamento de carne suína e comercialização de grãos.

São apresentados abaixo a receita líquida e lucro líquido na data de aquisição até o final do exercício das referidas aquisições:

Companhia	2022		2021	
	Receita líquida	Lucro (prejuízo)	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
BioTech	6.232	(13.211)	-	-
King's	493.960	(34.109)	-	-
Rivalea	1.445.995	223.760	-	-
Sunnyvalley	-	-	68.333	3.496
Huon	-	-	207.477	(29.430)
PFM	-	-	1.584.007	12.549
Vivera	-	-	278.988	(35.122)

Informações consolidadas pro-forma

As receitas líquidas e lucros líquidos apresentados como pro-forma, somam as aquisições realizadas no período como se tivessem ocorrido desde o início do exercício de cada aquisição, demonstrados abaixo:

	2022(*)	2021(*)
Receita líquida pro-forma ⁽¹⁾	374.889.872	356.973.692
Lucro líquido pro-forma ⁽¹⁾	15.201.387	20.381.550

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Os ativos adquiridos e passivos assumidos nessas combinações de negócio foram inicialmente mensurados pelos seus valores justos, conforme estabelecido abaixo:

	Consolidado									
	USD		EUR		GBP		MXN		AUD	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
OPERACIONAL										
Caixa e equivalentes de caixa	3.848.527	8.926.659	209.670	327.045	63.667	178.753	639.627	1.018.335	37	268
Contas a receber de clientes	6.124.137	5.624.652	712.099	757.240	267.677	368.040	657.623	594.625	449	6.485
Pedidos de venda	3.116.512	4.008.456	218.958	120.774	69.810	73.845	-	-	-	-
Fornecedores	(805.002)	(1.601.754)	(481.445)	(402.598)	(98.088)	(2.263)	(273.126)	(1.383.188)	(616)	(15.443)
Provisão para riscos processuais	-	(40.159)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedidos de compra	(321.825)	(334.615)	(63.557)	(299.587)	-	-	-	-	-	-
Subtotal operacional	11.962.349	16.583.239	595.725	502.874	303.066	618.375	1.024.124	229.772	(130)	(8.690)
FINANCEIRO										
Caixa margem	1.402	165.855	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a clientes	(188.904)	(2.808.487)	(4.468)	(32.648)	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(7.108.978)	(10.460.179)	(26.017)	(44.760)	-	-	-	-	-	-
Subtotal financeiro	(7.296.480)	(13.102.811)	(30.485)	(77.408)	-	-	-	-	-	-
Subtotal operacional financeiro	4.665.869	3.480.428	565.240	425.466	303.066	618.375	1.024.124	229.772	(130)	(8.690)
Partes relacionadas, líquido	-	(11.292.257)	1.510.817	1.444.362	-	-	-	-	-	2.378.956
Total da exposição	4.665.869	(7.811.829)	2.076.057	1.869.828	303.066	618.375	1.024.124	229.772	(130)	2.370.266
DERIVATIVOS										
Contratos futuros	2.557	1.909.106	(539.980)	-	-	-	-	-	-	-
Deliverable Forwards (DF's)	(2.417.731)	(1.008.129)	438.355	785.321	(27.174)	(50.029)	(1.520.318)	(1.215.299)	4.920	(36.597)
NDF's	15.804	3.645.065	(61.746)	(202.410)	(103.107)	(157.197)	-	-	-	-
Swap	78.793	442.902	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos derivativos	(2.320.577)	4.988.944	(163.371)	582.911	(130.281)	(207.226)	(1.520.318)	(1.215.299)	4.920	(36.597)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	2.345.292	(2.822.885)	1.912.686	2.452.739	172.785	411.149	(496.194)	(985.527)	4.790	2.333.669
Dívida líquida em controladas ⁽¹⁾	(66.873.170)	(48.894.979)	-	-	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Para fins de proteção cambial a Companhia inclui em sua exposição a dívida líquida de controladas no exterior. Embora essas dívidas não gerem exposição cambial no resultado da Companhia (por estarem no exterior, e na moeda funcional de cada país), essas dívidas na consolidação sofrem efeito do câmbio, impactando o patrimônio líquido como variação cambial de investimento, influenciando o endividamento consolidado da Companhia, e consequentemente os indicadores de alavancagem.

c) eventos ou operações não usuais

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante noticiando a celebração de acordo para encerrar o Procedimento Arbitral CAM nº 186/2021, em que a J&F Investimentos S.A. se obrigou a pagar à Companhia o montante de R\$ 543.164.722,88 (quinhentos e quarenta e três milhões, cento e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos).

Foi formado um Comitê Independente Ad Hoc, composto por cinco integrantes independentes do Conselho de Administração, que analisou os fatos atinentes à arbitragem e negociou o acordo ao longo de 6 meses, tendo ao final recomendado sua aprovação por unanimidade.

A transação envolveu quitação mútua quanto a indenizações decorrentes dos fatos narrados nos Acordos de Colaboração celebrados pelos controladores e ex-administradores da Companhia com o Ministério Público Federal, e encerrou todas as pretensões formuladas no procedimento, inclusive pedidos relacionados à incorporação da Bertin S.A. pela Companhia, o tema Blessed Holdings, bem como os pedidos contrapostos formulados contra a Companhia em valor muito superior, e foi homologada pelo Tribunal Arbitral competente.

Cabe ressaltar, que o Comitê Independente Ad Hoc foi devidamente assessorado por advogados externos contratados de forma independente em todas as fases de suas atividades, incluindo na análise e negociação do acordo. O acordo foi aprovado, também por unanimidade, no Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2022.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medições não contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis

Em 2022, a Companhia utilizou o EBITDA Ajustado como forma de medição não contábil, assim como em 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA Ajustado da Companhia foi apurado no valor de R\$34.568,4 milhões, enquanto nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 foi R\$ 45.662,2 milhões.

Ainda assim, a Companhia informa que se utiliza de indicadores econômicos e financeiros em suas análises de resultado e divulgações ao mercado, entretanto tais indicadores não são detalhados nessa seção do formulário de referência, pois a Administração não entende que esses indicadores são medições não contábeis.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Ebitda Ajustado

Em R\$ Milhões	2022	2021
Lucro líquido do exercício (incluindo participação dos minoritários)	16.201,3	20.529,7
Resultado financeiro líquido	6.352,3	5.078,7
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	2.082,6	6.661,8
Depreciação e amortização	9.853,8	9.027,8
Resultado de equivalência patrimonial	(60,5)	(92,5)
Outras receitas / despesas operacionais	(7,4)	152,3
Impactos tributários extemporâneos	0,0	(101,1)
Doações e programas sociais	117,4	100,9
Fundo JBS pela Amazônia	5,5	50,0
Acordos SEC, DOJ e antitruste	516,4	4.254,7
Indenização J&F - líquido de PIS/COFINS	(492,9)	0,0
(=) EBITDA Ajustado	34.568,4	45.662,2

O EBITDA Ajustado, que pode ser definido como lucros antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de equivalência patrimonial e outros resultados não recorrentes, é utilizado como uma medida de desempenho da Administração da Companhia.

A Companhia utiliza como medida não contábil o EBITDA Ajustado (conforme Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022) ajustando o resultado de equivalência patrimonial, e outros resultados não recorrentes.

O resultado de equivalência patrimonial está alocado sob a rubrica específica da demonstração do resultado.

Dos outros resultados não recorrentes, os saldos ajustados estão alocados na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 sob as seguintes rubricas: "Outras receitas" decorrentes dos débitos e créditos tributários extemporâneos e Indenização J&F – líquido de PIS/COFINS, já as "outras despesas" referente a gastos de consultoria com reestruturações societárias. Os demais resultados não recorrentes estão alocados sob a rubrica de "despesas gerais e administrativas", "custo dos produtos vendidos" e "despesas com vendas".

2.5 Medições não contábeis

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderia, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia.

Em uma visão geral, o EBITDA Ajustado é uma informação adicional às nossas demonstrações financeiras e não devem ser utilizadas em substituição aos resultados auditados, e podem não ser comparáveis com os mesmos indicadores divulgados por outras empresas.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não foram verificados eventos subsequentes relevantes para a Companhia na data e após a emissão das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 que as alterassem substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Política de destinação dos resultados

	2022	2021
a. regras sobre retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas; (c) do saldo remanescente uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento); (d) o lucro líquido remanescente, após as deduções legais e dividendos mínimos, serão destinados em parcela anual, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado à formação da Reserva Estatutária de Investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas; (c) do saldo remanescente uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento); (d) o lucro líquido remanescente, após as deduções legais e dividendos mínimos, serão destinados em parcela anual, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado à formação da Reserva Estatutária de Investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.</p>
a.i. Valores das retenções de lucros	R\$ 8.843.185.000,00	R\$ 14.582.910.000,00

2.7 Destinação de resultados

<p>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) Dividendos Intermediários e Intercalares, equivalentes a 33,43% do lucro líquido ajustado, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, de modo que não há saldo adicional a ser pago aos acionistas a título de dividendos. O valor já foi integralmente distribuído pela Companhia aos acionistas por meio de dividendos Intermediários e intercalares declarados em 11 de maio e em 11 de novembro de 2022 e pagos, respectivamente, em 24 de maio e 24 de novembro de 2022. e (iii) 28,7% foram destinados ao pagamento de dividendos Intermediários e Intercalares; e (iiii) 32,87% foram destinados à reserva estatutária para investimento.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) Dividendos Intercalares, equivalentes a 25,10% do lucro líquido ajustado, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, de modo que não há saldo adicional a ser pago aos acionistas a título de dividendos. O valor já foi integralmente distribuído pela Companhia aos acionistas por meio de dividendos intercalares declarados em 11 de agosto e em 10 de novembro de 2021 e pagos, respectivamente, em 24 de agosto e 24 de novembro de 2021. e (iii) 23,8% foram destinados ao pagamento de dividendos Intercalares; e (iiii) 46,1% foram destinados à reserva estatutária para investimento.</p>
<p>b. regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>

2.7 Destinação de resultados

<p>c. periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar o pagamento de dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar o pagamento de dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.</p>
<p>d. restrições à distribuição de dividendos</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, o Estatuto Social da Companhia previa que 5% (cinco por cento) do lucro líquido fosse, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderia ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembleia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, o Estatuto Social da Companhia previa que 5% (cinco por cento) do lucro líquido fosse, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderia ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembleia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.</p>
<p>e. política de destinação de resultados</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

a) *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, não possuía ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constassem de suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b) *natureza e propósito da operação*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, não possuía ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constassem de suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c) *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, não possuía ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constassem de suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10. Plano de Negócios

a) **Investimentos, incluindo:**

(i) **descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia pretende investir R\$ 8 bilhões na Seara até 2025, visando a estar preparada para atender o aumento da demanda por proteína no país e no exterior.

(ii) **fontes de financiamento dos investimentos**

As fontes de financiamentos dos investimentos da Companhia são, principalmente, a própria geração de caixa das atividades operacionais da Companhia e captações de empréstimos e financiamentos junto à bancos comerciais e ao mercado de capitais.

(iii) **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não existem desinvestimentos relevantes previstos em plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos além dos investimentos para a manutenção dos ativos já pertencentes à Companhia.

b) **Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não existe aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes em andamento ou previstos.

c) **novos produtos ou serviços, indicando:**

A Companhia investe constantemente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(i) **Pesquisas em andamento**

A Companhia investe constantemente em pesquisa relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(ii) **Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

No ano de 2022, a Companhia incorreu em despesas com pesquisa e desenvolvimento internos, na Controladora de R\$1.426 milhões (R\$398 mil em 31 de dezembro de 2021), e no Consolidado de R\$42.922 milhões (R\$59.113 milhões em 31 de dezembro de 2021).

(iii) **Projetos em desenvolvimento já divulgados**

A Companhia investe constantemente em pesquisa relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

2.10 Planos de negócios

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No ano de 2022, a Companhia incorreu em despesas com pesquisa e desenvolvimento internos, na Controladora de R\$1.426 milhões (R\$398 mil em 31 de dezembro de 2021), e no Consolidado de R\$42.922 milhões (R\$59.113 milhões em 31 de dezembro de 2021).

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava envolvida em iniciativas ASG que geraram oportunidades em seus negócios, dentre elas, podemos citar a economia circular, que se caracteriza como um conceito estratégico que visa garantir a redução, a reutilização, a recuperação e a reciclagem de materiais e energias, criando um ciclo econômico conduzido pelo menor descarte e desperdício possível.

Na JBS, existe uma divisão – Novos Negócios – com uma Presidência independente, que gerencia diversos negócios focados em soluções disruptivas que permeiam a economia circular e contribuem para a perenidade da Companhia.

Essa divisão, faz parte, portanto, do nosso modelo de negócios, influenciando a tomada de decisão de longo prazo, em um sistema de ciclo fechado que prevê o reaproveitamento e a reciclagem de resíduos ou subprodutos.

Um exemplo de como a economia circular é aplicada nos nossos negócios está na cadeia bovina. Ao longo das últimas duas décadas, desenvolvemos uma série de iniciativas para dar um destino adequado e sustentável e gerar valor aos resíduos do processamento do boi, como o sebo, a pele e o soro bovino, entre outros. Esses subprodutos são transformados, por exemplo, em biodiesel, colágeno para a indústria alimentícia e de dermocosméticos, sabonetes e envoltório para alimentos, contribuindo para o uso sustentável dos recursos naturais e beneficiando o meio ambiente.

Esse esforço se traduz em grandes números. Somos um dos maiores produtores mundiais verticalizados de biodiesel a partir de sebo bovino.

Também exportamos para mais de 40 países outro insumo, o colágeno funcional, empregado na indústria de alimentos, com bases proteicas para atender a diferentes tipos de segmentos – como embutidos e pães.

Outro setor em que atuamos é o de materiais de higiene e limpeza, no qual somos líderes na produção de sabonetes em barra no segmento B2B no Brasil.

Somos, ainda, líderes globais no segmento de reaproveitamento de couro bovino – atividade que tem como impacto positivo social a geração de renda para grupos vulneráveis, e somos pioneiros no Brasil a utilizar resíduos orgânicos gerados em nossas fábricas para produzir fertilizantes orgânicos e organominerais.

E por fim, através da JBS Ambiental, gerenciamos nossos resíduos pós-industriais. Na cadeia do plástico, vamos mais além reciclando esse resíduo e transformando-os em um novo produto que é reinserido na cadeia da JBS. Podemos citar como exemplo, a produção do piso verde a base de resina plástica reciclada, aplicado nas lojas da Swift.

2.10 Planos de negócios

Na JBS USA, quase 100% dos subprodutos não comestíveis são destinados à produção de sebo e farinha de sangue e ossos, que são vendidos a outras empresas para serem utilizados na fabricação de cosméticos e produtos farmacêuticos, e na ração animal.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras ou que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens deste anexo.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

- (a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

- (b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

- (c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.1. Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, participação no mercado, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e as suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou hoje considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os atuais e/ou potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter e/ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação da Companhia no mercado, na reputação, nos negócios atuais e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a) *Riscos relacionados ao emissor*

O crescimento (orgânico e inorgânico) da Companhia pode exigir capital substancial e investimentos de longo prazo.

A competitividade e o crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de financiar suas despesas de capital. A Companhia não pode garantir que será capaz de financiar suas despesas de capital a custos razoáveis devido a condições macroeconômicas adversas, seu desempenho ou outros fatores externos, que podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode realizar novas aquisições, que podem aumentar seu endividamento e afetar de forma adversa sua situação financeira caso a Companhia não consiga integrar satisfatoriamente as operações das sociedades adquiridas.

A Companhia pretende continuar a buscar e aproveitar oportunidades de crescimento selecionadas, no futuro, à medida que forem surgindo. Aquisições estão sujeitas a certos riscos tais como o aumento de alavancagem e limites de endividamento e à combinação da cultura de negócio e instalações de duas ou mais empresas, o que pode ter um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais, principalmente imediatamente após essas aquisições. Para a conclusão de aquisições, a Companhia pode precisar contrair novas dívidas ou levantar capital próprio, o que não pode garantir que conseguirá fazer. Adicionalmente, aquisições envolvem inúmeros riscos e desafios, incluindo:

- desvio da atenção da administração;
- possível incapacidade de manter ou contratar pessoal-chave das sociedades adquiridas;
- aumento das despesas e limites de capital de giro;
- falha dos ativos adquiridos em alcançar os resultados esperados;
- falha em integrar com sucesso quaisquer entidades adquiridas nos negócios da Companhia; e
- possível incapacidade de obter sinergias e/ou economias de escala previstas.

Essas oportunidades também podem expor a Companhia a responsabilidade relacionada a procedimentos judiciais que envolvam quaisquer entidades adquiridas, suas respectivas administrações ou passivos contingentes incorridos antes do envolvimento da Companhia e poderá expor a Companhia a passivos associados a operações em andamento, particularmente se não for capaz de adequar e gerenciar com segurança as operações adquiridas. Essas transações também podem ser estruturadas de maneira a resultar em assunção de obrigações ou passivos não identificados durante a auditoria prévia à aquisição.

Qualquer um desses fatores pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de obter fluxos de caixa previstos nas operações adquiridas ou obter outros benefícios previstos das aquisições, o que pode afetar adversamente sua reputação e ter um efeito adverso relevante para a Companhia.

O nível de endividamento da Companhia pode prejudicar seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um total de empréstimos e financiamentos consolidados em aberto de R\$92.354 milhões, dos quais R\$8.228 milhões foram classificados como empréstimos e financiamentos circulantes e R\$84.125 milhões foram classificados como empréstimos e financiamentos não circulantes. Se a Companhia não for capaz de reembolsar ou refinar seus empréstimos e financiamentos correntes ou não correntes à medida que vencem, sua condição financeira será adversamente afetada. O endividamento consolidado pode:

- dificultar o cumprimento de obrigações, incluindo pagamentos de juros sobre obrigações de dívida;
- limitar a capacidade de obter financiamento adicional para operar os negócios;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- exigir que a Companhia dedique uma parte substancial da sua geração de caixa para redução e cumprimento do serviço de dívidas, reduzindo sua capacidade para capital de giro, investimentos e outras necessidades empresariais em geral;
- limitar sua flexibilidade de planejamento e reação a mudanças nos negócios e no setor em que a Companhia opera;
- diminuir as eventuais vantagens competitivas da Companhia com relação a alguns de seus concorrentes com dívida menor do que a sua;
- aumentar a vulnerabilidade da Companhia às taxas de juros, podendo resultar em maiores custos financeiros relacionados à dívida pós fixada; e
- aumentar a vulnerabilidade a condições econômicas e setoriais adversas, incluindo alterações nas taxas de juros, preços de animais vivos e grãos ou desaquecimento do seu negócio ou da economia.

Além disso, qualquer negócio que a Companhia adquira por meio de empréstimos adicionais poderá aumentar sua alavancagem e dificultar o cumprimento de suas obrigações, limitar sua capacidade de obter financiamento adicional para operar seus negócios, exigir que dedique uma parte substancial da sua geração de caixa para redução e cumprimento do serviço de suas dívidas, reduzindo a capacidade de usá-la para capital de giro, investimentos e outras necessidades empresariais em geral, e colocando a Companhia em desvantagem competitiva com relação a alguns de seus concorrentes com dívida menor.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants) de acordo com os seus títulos de dívida que podem limitar sua capacidade operacional e seus negócios.

Os contratos financeiros da Companhia preveem, dentre outros, compromissos restritivos (covenants) à capacidade de financiar operações futuras ou de se envolver com outras atividades, limitando a capacidade da Companhia de:

- contrair endividamento adicional;
- onerar ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou resgatar capital social;
- fazer pagamentos restritos;
- criar ou permitir restrições à capacidade de subsidiárias de pagar dividendos ou fazer outras distribuições;
- celebrar transações com partes relacionadas; e
- participar de fusões, incorporações e determinadas alienações de ativos.

Além disso, algumas das linhas de crédito exigem que a Companhia e algumas de suas subsidiárias mantenham índices financeiros especificados, o que pode exigir que tomem medidas para reduzir sua dívida ou agir de maneira contrária aos objetivos de negócios. Eventos fora do controle da Companhia, incluindo mudanças nos negócios e nas condições econômicas gerais, podem afetar sua capacidade de atender a esses índices financeiros.

A Companhia pode não atender a esses índices, e seus credores podem não renunciar a qualquer falha no cumprimento desses índices. A violação de qualquer uma dessas cláusulas ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

a falta de manutenção desses índices pode resultar em um evento de inadimplência ou de vencimento antecipado, o que, por sua vez, pode desencadear o vencimento antecipado cruzado (*cross default*) de outros instrumentos.

Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem comprometer suas operações e impactá-la adversamente.

A Companhia depende dos sistemas de tecnologia da informação para elementos significativos de suas operações, incluindo o armazenamento de dados e a recuperação de informações críticas de negócios. Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia são vulneráveis a danos de várias fontes, incluindo falhas de rede, atos humanos maliciosos e desastres naturais. Além disso, alguns dos servidores da Companhia são potencialmente vulneráveis a invasões físicas ou eletrônicas, vírus de computador e problemas semelhantes. Falhas ou interrupções significativas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia ou utilizados por seus provedores de serviços terceirizados podem impedi-la de conduzir suas operações comerciais em geral. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação dos quais dependem aspectos críticos de suas operações pode ter um efeito adverso sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Além disso, a Companhia armazena informações altamente confidenciais em seus sistemas de tecnologia da informação, incluindo informações relacionadas aos seus produtos. Se seus servidores ou servidores de terceiros nos quais seus dados estão armazenados forem atacados por uma invasão física ou eletrônica, vírus de computador ou outra ação humana maliciosa, suas informações confidenciais poderão ser roubadas ou destruídas. Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indébita, perda ou outra divulgação não autorizada, ou uso de informações confidenciais dos seus fornecedores, clientes ou terceiros, seja pela Companhia ou por terceiros, pode (i) sujeitar a Companhia a penalidades civis e criminais, (ii) ter um impacto negativo em sua reputação ou (iii) expor a Companhia à responsabilidade perante seus fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses desenvolvimentos pode ter um impacto adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas favoráveis com seus funcionários e do seu cumprimento das leis trabalhistas. Qualquer deterioração em tais relações ou o aumento dos custos trabalhistas poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha mais de 260.000 colaboradores em todo o mundo. Alguns desses funcionários são representados por organizações trabalhistas e o relacionamento da Companhia com esses funcionários é regido por acordos de negociação coletiva. Com a expiração dos acordos de negociação coletiva existentes ou de outros acordos trabalhistas, a Companhia pode não conseguir negociar novos acordos sem a ação sindical e esses novos acordos podem não estar em termos satisfatórios para a Companhia. Além disso, quaisquer novos acordos podem durar menos do que os acordos anteriores. Além disso, quaisquer novos contratos podem durar menos do que os contratos históricos. Ainda, grupos adicionais de funcionários atualmente não sindicalizados podem buscar representação sindical no futuro. Se a Companhia não conseguir negociar acordos de negociação coletiva aceitáveis,

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderá ficar sujeita a interrupções de trabalho iniciadas pelo sindicato, incluindo greves. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com os funcionários, desacelerações ou paralisações em qualquer um de dos locais da Companhia, seja devido a atividades sindicais, rotatividade de funcionários ou outros fatores, pode ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos, antitruste ou arbitrais e investigações governamentais podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

A Companhia é ré em processos judiciais, administrativos, antitruste, de mercado e de arbitragem decorrentes da conduta comum dos negócios da Companhia, particularmente com relação a ações cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais, que podem ser decididas em prejuízo da Companhia, e está envolvida em várias investigações governamentais. Para mais informações a respeito dos processos judiciais ou administrativos da Companhia, vide seção 4.4 deste Formulário de Referência. Além disso, não é possível garantir que novos processos (judiciais ou administrativos de qualquer natureza) ou investigações contra a Companhia, seus acionistas controladores e administradores não surgirão. A legislação e a regulamentação aplicáveis podem sujeitar a Companhia a penalidades civis e criminais, incluindo a rescisão de contratos celebrados com a administração pública, que podem afetar material e adversamente as vendas, a reputação, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia. Decisões adversas que têm impactos econômicos relevantes nos negócios da Companhia ou que impeçam a execução de seu plano de crescimento podem afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais. Para determinados processos, a Companhia não é obrigada e não estabeleceu nenhuma provisão em suas demonstrações financeiras, ou provisionou apenas parte dos valores em disputa, com base em seus julgamentos ou opiniões de consultores jurídicos quanto à probabilidade de vitória desses processos.

A Companhia pode estar sujeita a multas, penalidades ou danos à reputação adicionais como resultado de alegações que possam surgir devido a investigações e procedimentos relacionados aos Acordos de Colaboração e ao Acordo de Leniência.

Relatórios são frequentemente divulgados à mídia, alegando casos novos ou adicionais de má conduta, incluindo casos de suborno, não divulgados inicialmente de acordo com os Acordos de Colaboração e o Acordo de Leniência. Os relatos da mídia geralmente se referem a casos de má conduta já divulgados de acordo com ou derivados dos Acordos de Colaboração e do Acordo de Leniência, e essa cobertura repetida ou reciclada de notícias pode trazer danos à reputação continuados, além de qualquer dano à reputação já sofrido pela Companhia. Além disso, a Companhia não pode garantir que novas alegações não serão levantadas no futuro e que tais possíveis alegações futuras não sujeitarão a Companhia aos processos civis ou criminais, que podem resultar em multas, penalidades ou ter um efeito adverso na sua reputação, o que poderia ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Para mais informações sobre investigações e procedimentos envolvendo os acionistas controladores da Companhia, ver item 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em seu capital social.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e pode optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que tais distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os seus acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia.

Os titulares de ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia, deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 36, parágrafo 1º, item (b) do seu Estatuto Social, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio. Os acionistas da Companhia podem optar por distribuir o montante mínimo e usar o balanço restante para outros fins, que não a distribuição de dividendos. Adicionalmente, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia somente pode realizar a distribuição de dividendos após compensar prejuízos acumulados. Assim, mesmo que a Companhia tenha um resultado financeiro positivo no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023 ou nos exercícios sociais subsequentes, os lucros somente poderão ser distribuídos aos seus acionistas após a absorção total de prejuízos acumulados registrados e após alocação da reserva legal. Adicionalmente, a Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso seu Conselho de Administração determine que a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio sejam incompatíveis com a sua situação financeira da Companhia. Além disso, a Companhia também pode estar sujeita a restrições na distribuição de dividendos decorrente de restrições contratuais impostas por covenants em seus contratos financeiros.

b) *Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores*

A J&F celebrou um Acordo de Leniência com autoridades brasileiras pelo qual assumiu a obrigação de estabelecer uma investigação independente no Brasil relacionada à colaboração com autoridades brasileiras, e o resultado dessas investigações por autoridades brasileiras podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. (“J&F”), controladora das empresas pertencentes ao “Grupo J&F”, celebraram acordos de colaboração (“Acordos de Colaboração”) com a Procuradoria Geral da República (“PGR”). As informações e documentos reportados por estes executivos e ex-executivos do Grupo J&F no âmbito dos Acordos de Colaboração, objetivou o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento das investigações em torno de eventos contrários à lei.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em junho de 2017, a J&F, celebrou Acordo de Leniência (“Acordo de Leniência”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017.

No Acordo de Leniência, a J&F comprometeu-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados. O Acordo de Leniência prevê o pagamento de R\$8 bilhões ao longo dos próximos 25 anos, com o vencimento a partir de dezembro de 2017, acrescido de R\$2,3 bilhões na execução de projetos sociais. A Companhia, e suas controladas brasileiras celebraram em 06 de setembro de 2017 o termo de adesão ao Acordo de Leniência.

Em 17 de dezembro de 2018 o STF, decidiu que não há vínculo necessário entre a eventual rescisão dos Acordos de Colaboração e o Acordo de Leniência, e que a rescisão dos Acordos de Colaboração não invalidaria automaticamente o Acordo de Leniência, ressaltando não haver relação de causa e efeito necessária que vincule eventual rescisão dos Acordos de Colaboração a uma possível rescisão do Acordo de Leniência. Importante ressaltar, contudo, que muito embora o STF, já tenha decidido que não há relação de causa e efeito necessária que vincule eventual rescisão dos Acordos de Colaboração a uma possível rescisão do Acordo de Leniência, a Companhia não pode garantir que o Acordo de Leniência não será afetado pela rescisão de nenhum dos Acordos de Colaboração ou que o MPF não continuará argumentando no STF que a anulação dos Acordos de Colaboração pelo STF deve impactar o Acordo de Leniência. Se o Acordo de Leniência for rescindido ou anulado, os fatos por ele abrangidos podem ser expostos a possíveis processos e sanções pelo MPF, ou outras autoridades, que podem gerar um efeito adverso relevante nos negócios, reputação e condição financeira da Companhia.

A J&F conduziu uma investigação interna conforme estabelecido no Acordo de Leniência e contratou consultores especializados, externos e independentes, incluindo assessores legais, para (1) apurar os fatos relacionados à Companhia, no Brasil e no exterior, divulgados no Acordo de Leniência, nos Acordos de Colaboração e demais processos em curso, inclusive no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); (2) comunicar com as autoridades norte-americanas relevantes sobre as conclusões factuais dessa investigação.

No melhor conhecimento da Companhia, em setembro de 2020, a J&F realizou a entrega dos relatórios de investigação e, com base nos resultados apresentados pelos profissionais especializados e relatórios disponibilizados ao MPF, a Administração da Companhia considerou que todos os eventos relatados foram mensurados e devidamente reconhecidos e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e que, portanto, não há outros eventos que já não tenham sido reconhecidos, ou divulgados, ou que possam impactar estas demonstrações contábeis até o presente momento.

Em decorrência dos riscos e incertezas envolvidos neste tipo de processo é possível que outros fatos não indicados, sejam descobertos no futuro. Caso isso ocorra, as autoridades brasileiras podem propor ações e impor sanções, multas e outras penalidades em relação a esses fatos adicionais descobertos, e podem utilizar-se de tais fatos para tentar invalidar ou rescindir o Acordo de Leniência ou os Acordos de Colaboração.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os controladores indiretos e/ou direto da Companhia são partes em processos administrativos e/ou administrativos sancionadores instaurados pela CVM.

Os controladores indiretos e/ou direto da Companhia são partes em processos administrativos e/ou processos administrativos sancionadores instaurados pela CVM. Os assuntos sob investigação em relação aos controladores, seja na qualidade de acionistas, seja na qualidade de ex-administradores, abarcam possíveis violações das leis brasileiras acerca dos seguintes temas: uso de informação privilegiada em operações de mercados regulados, dever de diligência da administração em relação a controles internos quanto ao uso de ativos da Companhia e conflito de interesses na aprovação de contas da administração.

Em 25 de setembro de 2018, o Colegiado da CVM rejeitou a proposta de termo de compromisso apresentada em conjunto pelos controladores indiretos, pela JBS e demais réus para encerrar os procedimentos administrativos relacionados ao uso de informação privilegiada em operações de mercados regulados e dever de diligência da administração em relação a controles internos. Como resultado, as defesas das partes seguiram para apreciação dos respectivos relatores.

No mesmo sentido, em 03 de dezembro de 2019, rejeitou a proposta de termo de compromisso apresentada para encerramento do processo administrativo sancionador sobre o dever de diligência da administração em relação ao uso de ativos da Companhia. Nesse caso, os controladores indiretos foram condenados pelo Colegiado da CVM, sendo que no momento a questão encontra-se em fase recursal, mas ainda sem data para análise pelo Conselho Sistema Financeiro Nacional.

Quaisquer desenvolvimentos adversos adicionais nesses ou em outros assuntos que envolvam os controladores indiretos e/ou direto da Companhia ou outras partes relacionadas à Companhia (incluindo, sem limitação, qualquer dos seus conselheiros, diretores, executivos, funcionários, agentes ou acionistas) podem sujeitar a Companhia a possíveis multas ou sanções, o que pode afetar adversamente sua percepção ou reputação pública e pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, incluindo (i) potencialmente desencadear inadimplemento de covenants em contratos financeiros da Companhia, o que pode acelerar o seu endividamento; (ii) ameaçar sua capacidade de obter novos financiamentos, o que pode prejudicar sua capacidade de operar seus negócios; e (iii) mudar o foco da administração para tais assuntos, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de atingir seus objetivos estratégicos. Além disso, a Companhia não pode garantir que seu programa de compliance será suficiente para detectar ou impedir atividades práticas de corrupção e suborno.

Quaisquer procedimentos que exijam que a Companhia faça pagamentos substanciais, que afetem a reputação da Companhia ou interfiram com as operações comerciais podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que não estará sujeita a novas investigações por autoridades governamentais brasileiras, norte-americanas ou internacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que, apesar do Acordo de Leniência e dos Acordos de Colaboração, que o MPF ou outras autoridades governamentais brasileiras, que não o MPF, não investigarão a Companhia. A Companhia não pode garantir, por exemplo, que os governos estaduais brasileiros que anteriormente concederam certos benefícios e isenções fiscais à Companhia, não determinarão que tais isenções ou benefícios foram concedidos a Companhia sem o conhecimento completo de qualquer má conduta anterior descoberta e, portanto, rescindir retroativamente quaisquer benefícios fiscais ou isenções e solicitar pagamentos retroativos de impostos e juros. Além disso, a Companhia não pode garantir que quaisquer autoridades governamentais de outros países, além do Brasil e dos Estados Unidos, também não iniciarão investigações ou procedimentos legais contra a Companhia por conta de alegações de irregularidades ou má conduta prévia. A título de exemplo, dois senadores norte-americanos escreveram recentemente uma carta ao Secretário do Tesouro dos EUA (U.S. Treasury Secretary) solicitando que o Comitê de Investimentos Estrangeiros nos Estados Unidos (Committee on Foreign Investment) revise certas aquisições de sociedades americanas pela Companhia e/ou suas subsidiárias, em particular as aquisições da Swift & Co. em 2007, Smithfield Beef em 2008 e PPC em 2009.

O resultado dessas investigações em potencial por quaisquer autoridades governamentais brasileiras, norte-americanas ou outras autoridades governamentais internacionais adicionais seria imprevisível. Portanto, a Companhia também não pode separar reservas para o pagamento de possíveis multas ou sanções adicionais decorrentes de tais investigações e procedimentos já que desenvolvimentos adversos relacionados a essas investigações, incluindo qualquer expansão do escopo das investigações, podem afetar negativamente e desviar os esforços e a atenção da administração da Companhia.

A Companhia não pode estimar a duração, o escopo, os resultados ou os custos para a Companhia à luz de qualquer potencial investigação imprevista ou processo legal proposto por essas autoridades. Qualquer um desses procedimentos ou investigações podem resultar em multas ou penalidades, ou afetar materialmente adversamente a percepção ou reputação pública da Companhia, e pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, incluindo (i) potencialmente desencadear inadimplemento de covenants em contratos financeiros da Companhia, o que pode acelerar o seu endividamento; (ii) ameaçar sua capacidade de obter novos financiamentos, o que pode prejudicar sua capacidade de operar seus negócios; e (iii) mudar o foco da administração para tais assuntos, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de atingir seus objetivos estratégicos.

Além disso, em 14 de outubro de 2020, a Companhia foi informada por seu acionista controlador J&F, que a J&F celebrou um acordo com o Department of Justice dos Estados Unidos com que abrange violações das leis Americanas derivadas dos mesmos fatos e condutas que foram objeto do Acordo de Leniência celebrado entre a J&F e o Ministério Público Federal. Para informações adicionais sobre este acordo, veja o item ao item 4.5 deste Formulário de Referência.

c) *Riscos relacionados à suas controladas e coligadas*

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os riscos relacionados às controladas e coligadas já estão cobertos nos demais subitens deste item 4.1.

d) *Riscos relacionados aos seus administradores*

A perda de pessoas chave da administração da Companhia ou a incapacidade de atrair ou reter pessoas chave qualificadas poderá ter efeito adverso nas operações.

A capacidade da Companhia em manter sua posição competitiva depende em grande parte do desempenho da equipe da alta administração da Companhia, principalmente devido ao modelo de negócios e estratégia de aquisição da Companhia. Como resultado de fatores como fortes condições econômicas globais, a Companhia pode perder funcionários-chave ou enfrentar problemas na contratação de funcionários-chave qualificados. Para que a Companhia tenha capacidade para reter essas pessoas chave em seu quadro de colaboradores, poderá ser necessária alteração substancial na política de remuneração a fim de fazer frente com eventuais propostas a serem oferecidas pelo mercado, o que poderá acarretar em aumento nos custos da Companhia. Não há garantia de que a Companhia será bem-sucedida em atrair ou reter pessoas chave para sua administração. A perda dos serviços de qualquer membro da alta administração da ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado pode ter um efeito adverso sobre a Companhia.

e) *Riscos relacionados aos seus fornecedores*

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente impactados por flutuações dos preços e pela disponibilidade de animais vivos e grãos.

As margens operacionais da Companhia dependem, entre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas (principalmente de animais vivos e grãos) e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, incluindo o fornecimento e a demanda de carne bovina, suína e de frango e o mercado de outros produtos proteicos. As matérias-primas representaram a maioria do custo total dos produtos vendidos entre o período de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022. A oferta e o mercado de animais vivos dependem de uma série de fatores, acerca dos quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, incluindo surtos de doenças, tais como a febre aftosa e a gripe aviária, o custo da alimentação, as condições econômicas e meteorológicas.

Os preços de bovino e suíno apresentam uma natureza cíclica de acordo com a época do ano, e no decorrer dos anos, refletindo a oferta e a procura do bovino e suíno no mercado e o mercado para outras fontes de proteína, como peixe.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Esses custos são determinados por forças de mercado e outros fatores sobre os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle. Esses outros fatores incluem: (i) regulamentos ambientais, de saúde e segurança ocupacional e de conservação; (ii) restrições à importação e exportação; (iii) conjuntura econômica; (iv) doenças; e (v) alteração dos níveis de estoque de gado e grãos.

A Companhia geralmente não celebra contratos de longo prazo de venda com seus clientes com preços fixos e, como um resultado disso, os preços pelos quais a Companhia vende seus produtos são determinados em grande parte por condições de mercado. A maior parte dos bovinos e dos suínos da Companhia é comprada de produtores independentes que vendem animais nos termos de contratos de fornecimento ou no mercado aberto. A diminuição significativa dos preços dos produtos de carne bovina, suína, de aves ou de peixes durante um período longo poderia afetar adversamente a receita líquida de vendas da Companhia e seus lucros operacionais.

Parte dos contratos a termo de compra e venda da Companhia são marcados a mercado, de modo que as perdas realizadas relacionadas a eles são reportadas nos resultados trimestrais. Portanto, as perdas sobre esses contratos podem afetar adversamente os resultados da Companhia e podem causar uma volatilidade significativa nos resultados trimestrais.

A rentabilidade na indústria de processamento é materialmente afetada pelos preços das *commodities* de ingredientes para ração animal, como o milho e a soja. A produção de ingredientes alimentares pode ser positiva ou negativamente afetada, por diversos fatores, em especial, pelo nível global de estoques de suprimentos e demanda de ingredientes para ração animal, pelas políticas agrícolas dos Estados Unidos, Brasil e governos estrangeiros e pelos padrões climáticos em todo o mundo.

Os preços de mercado de ingredientes para rações continuam voláteis. O preço alto de ingredientes para ração pode ter um efeito adverso material no resultado operacional da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de repassar o aumento de seus custos, no todo ou em parte, aos consumidores de seus produtos. Ademais, se a Companhia não celebrar e mantiver contratos ou parcerias com produtores e agricultores independentes, suas operações de produção poderão ser interrompidas, causando um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Nesse contexto, de acordo com as demonstrações financeiras do 1º trimestre do exercício social de 2022, vale destacar que em referência ao conflito entre Rússia e Ucrânia, a Companhia segue monitorando a evolução, desdobramento e seus potenciais impactos sobre suas operações. A Companhia está acompanhando os efeitos econômicos no setor e em suas operações como reflexo desse conflito e até a data da apresentação anual deste formulário de referência não foram identificados impactos representativos.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores de matérias-primas estejam em conformidade com todas as leis e regulamentos ambientais e trabalhistas aplicáveis, o que poderia afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais

4.1 Descrição dos fatores de risco

A criação de gado e outros animais pode estar associada ao desmatamento, invasão de terras indígenas e áreas de proteção ambiental e outras preocupações ambientais e de direitos humanos. A maioria dos bovinos que a Companhia processa são criados por seus fornecedores. Caso a Companhia não consiga garantir que os fornecedores de gado estejam em conformidade com todas as leis e regulamentos ambientais e de direitos humanos aplicáveis, a Companhia pode estar sujeita a multas e outras penalidades que podem afetar adversamente sua imagem, reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Por exemplo, em 20 de março de 2017, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“**IBAMA**”) fechou 15 plantas de processamento de carne bovina localizadas nos estados do Pará, Bahia e Tocantins, das quais, 2 plantas são da Companhia no Pará. Após uma investigação de um ano sobre processadores de carne bovina acusados de comprar gado originário de fazendas anteriormente embargadas por desmatamento ilegal da floresta amazônica. Esta investigação foi denominada “Operação Carne Fria”. Segundo o IBAMA, a Companhia supostamente violou os termos do seu acordo com o Estado do Pará de não comprar gado de fazendas que não cumprem toda a legislação ambiental aplicável. O IBAMA solicitou que a Companhia expandisse seu programa de monitoramento (que inclui sistemas que usam imagens de satélite de propriedades e documentos públicos para monitorar que os pecuaristas que fornecem seu gado não operam em áreas protegidas) para incluir os fornecedores dos pecuaristas (ou seja, os agricultores que fornecem bezerros e gado a esses fazendeiros). Até o momento, no entanto, o governo brasileiro teve acesso exclusivo às informações necessárias para rastrear a localização e o movimento do gado antes de chegarem às fazendas, impossibilitando que a Companhia e outros frigoríficos cumprissem com o monitoramento de todos os elos da cadeia produtiva. Se a Companhia não puder atender à solicitação do IBAMA ou obter uma renúncia ou outra isenção de conformidade, ela pode estar sujeita a multas e outras penalidades que podem afetar adversamente sua imagem, reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Embora em 24 de março de 2017, um tribunal federal do Estado do Pará concedeu uma liminar da Companhia, suspendendo efetivamente os embargos que o IBAMA impôs às instalações de processamento de carne bovina da Companhia no estado, a Companhia não pode prever o resultado da investigação da “Operação Carne Fria”, que pode acarretar em custos adicionais e potencial responsabilidade da Companhia, além de resultar na necessidade de suspender operações, multas ou outras sanções impostas por autoridades governamentais. A investigação da “Operação Carne Fria” ou quaisquer desenvolvimentos adicionais neste assunto podem afetar adversamente a percepção ou a reputação do público do Grupo JBS ou de seus executivos, diretores ou afiliados e pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira e nos resultados das operações e perspectivas da Companhia.

f) Riscos relacionados aos seus clientes

A consolidação de um número significativo de clientes da Companhia poderá ter impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Muitos dos clientes da Companhia, tais como supermercados, clubes atacadistas e distribuidores de alimentos, realizaram consolidações nos últimos anos. Essas consolidações resultaram em organizações de grande porte, sofisticadas, com maior poder de compra, e, portanto, mais aptas a operar com estoques menores, opondo-se a aumentos de preços e exigindo preços menores, aumento de programas promocionais e produtos personalizados. Esses clientes também podem usar espaço atualmente destinado para exposição dos produtos da Companhia para exposição de produtos de suas marcas próprias que são, em geral, vendidos a preços mais baixos. Além disso, em períodos de incerteza econômica, os consumidores tendem a comprar mais marcas próprias com preços mais baixos ou de outras marcas. Na medida em que isso ocorra, a Companhia pode experimentar uma redução no volume de vendas de seus produtos com margens mais altas ou uma mudança no *mix* de produtos para ofertas com margens mais baixas. Em decorrência dessa tendência, talvez seja necessário diminuir os preços ou aumentar os gastos promocionais dos produtos da Companhia. A perda de um cliente significativo ou uma redução significativa nas vendas ou alteração adversa nos termos de negociação com um cliente significativo podem afetar material e adversamente as vendas dos produtos, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Mudanças nas preferências do consumidor podem prejudicar o negócio da Companhia.

Em geral, a indústria alimentícia está sujeita a tendências, demandas e preferências dos consumidores. Os produtos da Companhia concorrem com outras fontes de proteína, como peixes e ovos. Vale mencionar, que no ano de 2021, a Companhia adquiriu a Huon, a segunda maior empresa de aquicultura de salmão da Austrália, agregando mais um tipo de proteína no portfólio de produtos da JBS. Além disso, a Companhia compete com produtos de origem vegetal, pois a demanda do consumidor por alternativas de proteínas à base de vegetais aumentou devido às preocupações percebidas pelos consumidores relacionadas à saúde humana, mudanças climáticas, conservação de recursos e bem-estar animal das proteínas de origem animal. Nesse contexto, vale mencionar que a Companhia adquiriu em 2021 a Vivera, a terceira maior produtora de produtos *plant-based* na Europa. As tendências do setor alimentício mudam frequentemente e a Companhia pode não conseguir prever, identificar ou reagir a essas mudanças de tendências, o que poderia acarretar a redução da demanda e dos preços de seus produtos, podendo ter um efeito adverso relevante sobre o seu negócio, sua situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia também pode ser afetada adversamente caso os consumidores percam a confiança na segurança e qualidade de seus produtos ou ingredientes alimentares ou no sistema de segurança alimentar em geral. Percepções negativas prolongadas em relação às implicações para a saúde de certos produtos ou ingredientes alimentares ou perda de confiança no sistema de segurança alimentar em geral, podem influenciar as preferências do consumidor e a aceitação de alguns dos produtos e programas de marketing da Companhia.

Percepções negativas contínuas e falha em satisfazer as preferências do consumidor podem afetar material e adversamente as vendas de produtos, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

g) *Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atua*

4.1 Descrição dos fatores de risco

A deterioração da conjuntura econômica poderá causar impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

O negócio da Companhia poderá ser prejudicado por alterações da conjuntura econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxas de juros, valorização ou desvalorização de moedas, disponibilidade dos mercados de capital, taxas de gastos do consumidor, disponibilidade de energia e custos (inclusive sobretaxas de combustível) e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a conjuntura econômica. Quaisquer das referidas alterações poderiam prejudicar a demanda de produtos nos mercados doméstico e externo ou o custo e a disponibilidade das matérias-primas que a Companhia necessita ingredientes culinários e materiais de embalagem, prejudicando, dessa forma, os resultados financeiros da Companhia.

As interrupções nos mercados de crédito e em outros mercados financeiros e a deterioração da conjuntura econômica nacional e mundial poderão, entre outras coisas: (i) ter impacto negativo sobre a demanda global por produtos proteicos, o que poderia acarretar a redução de vendas, lucro operacional e fluxos de caixa; (ii) dificultar ou encarecer a obtenção de financiamento para as operações ou investimentos ou refinanciamento da dívida da Companhia no futuro; (iii) fazer com que os credores modifiquem suas políticas de risco de crédito e dificultem ou encareçam a concessão de qualquer renegociação ou dispensa nos termos dos contratos de dívida, caso a Companhia venha a pleiteá-las no futuro; (iv) prejudicar a situação financeira de alguns clientes ou fornecedores da Companhia; e (vi) diminuir o valor dos investimentos da Companhia.

A Companhia enfrenta intensa concorrência em seus setores de negócios, o que pode afetar sua participação de mercado e rentabilidade.

Os setores de carne bovina, suína e de aves são altamente competitivos. A concorrência existe tanto na compra de gado bovino, suíno e de grãos, quanto na venda de carne bovina, suína e de frango. Além disso, os produtos de carne bovina, suína e frango da Companhia concorrem com outras fontes de proteína, como por exemplo, peixes. A Companhia concorre com diversos produtores de carne bovina, de carne suína e de frango nos países em que opera.

Os principais fatores competitivos nas indústrias de processamento de proteína animal são a eficiência operacional e a disponibilidade, qualidade e custo de matérias-primas e mão-de-obra, preço, qualidade, segurança alimentar, distribuição de produto, inovações tecnológicas e fidelidade à marca. A capacidade da Companhia de concorrer de forma eficaz depende de sua capacidade de concorrer sob essas condições. Além disso, alguns dos concorrentes da Companhia podem ter maior disponibilidade de recursos financeiros. A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficazmente com empresas concorrentes, caso em que sua participação de mercado e, conseqüentemente, suas operações e resultados, poderão ser afetados de maneira adversa.

Riscos sanitários possíveis ou efetivos relacionados à indústria de alimentos poderão prejudicar a capacidade de venda de produtos da Companhia. Caso seus produtos fiquem contaminados, a Companhia poderá estar sujeita a processos e recalls de seus produtos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos que afetam a indústria de alimentos de forma geral, inclusive relacionados a:

- deterioração ou contaminação de alimentos;
- processos pelo consumidor por responsabilidade pelo produto;
- adulteração de produtos;
- provável indisponibilidade e custos para obtenção de seguro de responsabilidade de produto; e
- custos e interrupção de operações causados por recall de produto.

Os produtos da Companhia estiveram no passado e poderão ficar no futuro expostos a contaminação por organismos, tais como *E. coli*, *Listeria monocytogenes* e *Salmonella*. Esses organismos em geral são encontrados no meio ambiente e, por esse motivo, há risco de que possam estar presentes nos produtos da Companhia. Esses organismos também podem ser introduzidos em produtos da Companhia por adulteração ou em decorrência de manipulação incorreta no processamento ou preparação. Produtos contaminados podem causar doença ou morte caso não sejam corretamente preparados antes do consumo ou caso os organismos não sejam eliminados no processamento.

Por exemplo, no quarto trimestre de 2018, a JBS Tolleson Inc., subsidiária integral da Companhia com uma instalação de processamento de carne em Tolleson, Arizona, retirou aproximadamente 12,1 milhões de libras de vários produtos de carne bovina *in natura* produzidos em suas instalações que podem ter sido contaminados por salmonela. Os produtos de carne bovina *in natura* foram embalados em várias datas entre 26 de julho de 2018 e 7 de setembro de 2018 e incluíram produtos vendidos sob várias marcas. Os produtos foram enviados para locais e instituições de varejo em todo o país. A Companhia trabalhou com o Serviço de Inspeção e Segurança Alimentar do Departamento de Agricultura dos EUA e comoveu os clientes do serviço de alimentos afetados para investigar o surto e recuperar e/ou remover todos os produtos objeto do recall.

Em março de 2019, o *Centers for Disease Control and Prevention (CDC)*, publicou atualização final relatando que o surto parece ter terminado, com mais de 400 indivíduos de 30 estados relatando doenças causadas pelo surto.

Os sistemas projetados para monitorar riscos de segurança de alimentos podem não ser eficazes para eliminar os riscos relacionados à segurança de alimentos. A Companhia tem pouco ou nenhum controle sobre os procedimentos de manuseio, uma vez que seus produtos são enviados para distribuição. Se algum dos produtos da Companhia estiver contaminado, estragado ou rotulado inadequadamente, com ou sem culpa, a Companhia poderá, voluntariamente, fazer um *recall* ou ser obrigada a fazer um *recall*. Um *recall* generalizado de produtos pode resultar em perdas significativas devido aos custos de um *recall*, a destruição do estoque do produto e a perda de vendas devido à indisponibilidade do produto por um período de tempo. A Companhia também pode estar sujeita a um risco aumentado de exposição a reivindicações de responsabilidade pelo produto e processos governamentais, que podem resultar em multas, medidas cautelares e fechamento de fábricas. Qualquer uma dessas ocorrências pode ter um efeito adverso nos resultados financeiros da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode ser responsabilizada caso o consumo de qualquer de seus produtos cause lesões, doenças ou morte. Essa responsabilização pode advir de medidas administrativas ou judiciais ingressadas por quaisquer autoridades competentes no mundo, incluindo agências de defesa do consumidor ou diretamente por consumidores, agindo individualmente. Mesmo um envio inadvertido de produtos contaminados pode ser uma violação da lei. Tais medidas podem acarretar em pagamento pela Companhia de indenizações consideráveis à administração pública ou aos próprios consumidores e o valor dessas indenizações poderá exceder os limites das apólices de seguro da Companhia.

Além disso, a publicidade negativa com relação a qualquer risco sanitário percebido ou real associado aos produtos da Companhia também poderia fazer com que os clientes perdessem a confiança na segurança e qualidade de seus produtos alimentícios, o que poderia prejudicar a capacidade de venda de produtos da Companhia. A Companhia pode, ademais, ser prejudicada por riscos sanitários percebidos ou reais associados a produtos similares fabricados por terceiros, na medida em que esses riscos façam com que os clientes percam a confiança na segurança e qualidade desse tipo de produto em geral.

A Companhia está exposta a riscos de países emergentes e em desenvolvimento.

As operações da Companhia em países emergentes e em desenvolvimento estão sujeitas aos riscos habituais de operar nesses países, que incluem incerteza política e econômica em potencial, crises de dívida do governo, aplicação de controles de câmbio, dependência de investimento estrangeiro, nacionalização ou expropriação, crime e falta de lei em execução, insurreição política, terrorismo, agitação religiosa, interferência externa, flutuações cambiais e mudanças na política do governo.

No Brasil, por exemplo, o governo federal intervém frequentemente na economia e suas ações para controlar a inflação e outras regulamentações e políticas envolvem, entre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas tributárias, controles de preços, desvalorizações cambiais, controle e limites de importação, entre outros. Devido à exposição da Companhia no Brasil, esses fatores podem afetá-la mais do que a seus concorrentes com menos exposição a países emergentes e em desenvolvimento, e qualquer declínio geral nos países emergentes e em desenvolvimento como um todo pode impactar a Companhia desproporcionalmente em comparação aos seus concorrentes.

Tais fatores podem afetar os resultados da Companhia, causando interrupções nas operações, aumentando os custos de operação nesses países ou limitando a capacidade de repatriar os lucros desses países. Essas circunstâncias podem afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

O surto de doenças de animais poderá afetar a capacidade da Companhia de conduzir as suas operações e a reduzir a demanda por seus produtos.

A oferta e a demanda de produtos da Companhia podem ser adversamente afetadas por surtos de doenças animais, o que pode ter um impacto significativo nos resultados financeiros. Um surto

4.1 Descrição dos fatores de risco

de doença que afete o gado, como a Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como “doença da vaca louca”) (“**BSE**”), febre aftosa e diversos outros tipos de *influenza*, que podem ser causadas por fatores fora do controle da Companhia, ou preocupações de que essas doenças possam ocorrer e se espalhar no futuro, poderão afetar significativamente a demanda por produtos da Companhia, a percepção do consumidor de certos produtos proteicos, a disponibilidade de gado para compra pela Companhia e na capacidade da Companhia de conduzir suas operações, inclusive como resultado de cancelamento de pedidos pelos clientes da Companhia. Além disso, surtos de doenças animais podem ter um efeito significativo sobre o gado que a Companhia detém, exigindo, entre outras coisas, que a Companhia destrua qualquer gado infectado, o que pode acarretar em publicidade negativa que possa ter um efeito adverso material na demanda dos clientes pelos produtos da Companhia. Por fim, se os produtos dos concorrentes da Companhia forem contaminados, a publicidade adversa associada a esse evento poderá diminuir a demanda do consumidor pelo produto da Companhia.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita a várias leis anticorrupção, incluindo a norte-americana, U.S. Foreign Corrupt Practices Act), a britânica U.K. Bribery Act e a Lei Anticorrupção Brasileira

A Companhia está sujeita a diversas leis anticorrupção em várias jurisdições, entre outras a lei norte-americana *Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme alterada, ou (“**FCPA**”), a lei britânica *Bribery Act of 2010* (“**U.K. Bribery Act**”) e a Lei Federal nº 12.846/13 (“**Lei Anticorrupção**”).

A FCPA e leis similares contra o suborno, de modo geral, proíbem funcionários e intermediários de subornar ou de fazer pagamentos ilícitos a funcionários públicos ou outras pessoas para conseguir ou manter negócios ou obter vantagens em seus negócios. Algumas dessas leis têm efeito legal fora das jurisdições em que são adotadas sob certas circunstâncias. A FCPA exige manutenção de práticas adequadas de manutenção de registros e contabilidade interna para refletir com precisão as transações. De acordo com a FCPA, as empresas que operam nos Estados Unidos podem ser responsabilizadas por ações tomadas por seus parceiros ou representantes estratégicos ou locais.

O U.K. Bribery Act tem escopo mais amplo que a FCPA, na medida em que proíbe diretamente o suborno comercial (suborno de outros que não sejam funcionários do governo), além de suborno de funcionários do governo, e não reconhece certas exceções, principalmente para pagamentos de facilitação, permitidas pela FCPA. O U.K. Bribery Act. abrange qualquer ofensa cometida no Reino Unido, mas também é possível instaurar um processo se uma pessoa que tem uma conexão estreita com o Reino Unido cometer os atos ou omissões relevantes fora do Reino Unido. O U.K. Bribery Act define uma pessoa com conexão estreita com o Reino Unido como cidadãos britânicos, indivíduos residentes no Reino Unido e entidades constituídas no Reino Unido.

O U.K. Bribery Act também estabelece que qualquer organização que conduz parte de seus negócios no Reino Unido, tenha sido constituída no Reino Unido, ou não, pode ser processada

4.1 Descrição dos fatores de risco

pelo crime corporativo de não impedir suborno por uma pessoa a ela associada, mesmo que o suborno tenha ocorrido inteiramente fora do Reino Unido, e a pessoa associada não tenha conexão com o Reino Unido. Outras jurisdições em que a Companhia opera adotaram leis similares anticorrupção, suborno e antipropina às quais a Companhia está sujeita. Penalidades civis e criminais podem ser impostas por violações dessas leis.

A Lei Anticorrupção estabelece que o suborno, entre outros atos contra a administração pública e estrangeira, é ilegal e sujeita as empresas envolvidas nessas irregularidades a penas severas. As sociedades estão sujeitas a uma responsabilidade objetiva, ou seja, que independe de culpa do causador do dano. No caso de uma empresa violar as disposições da Lei Anticorrupção, poderá sofrer a imposição de sanções administrativas, como multa, que pode variar de 0,1% a 20% de sua receita bruta no ano anterior ao início do processo administrativo. As sociedades também podem estar sujeitas a sanções judiciais, tais como perda de ativos, direitos ou lucros advindos direta ou indiretamente do ato ilícito; suspensão ou interdição parcial de suas atividades; dissolução obrigatória da pessoa jurídica e proibição de receber incentivos, subsídios, doações, ou empréstimos de instituições financeiras públicas.

Além disso, as sociedades podem estar sujeitas a penalidades de Reputação, como a inclusão do nome no Cadastro Nacional de Empresas Punidas. De acordo com a Lei Anticorrupção, as sociedades controladoras e controladas, bem como as empresas que fazem parte de um consórcio, são solidariamente responsáveis pelas penalidades, sendo essas, indenizações e multas.

A Companhia opera em alguns países considerados de alto risco para corrupção. A Companhia não pode garantir que seus diretores, executivos, funcionários, agentes, terceiros e as empresas para as quais terceirizam algumas de suas operações comerciais, cumprirão essas leis e as políticas anticorrupção, e a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer descumprimento. Se a Companhia, ou qualquer de seus administradores, violar leis anticorrupção, ou outras leis que regem a condução de negócios com entidades governamentais (incluindo leis locais), a Companhia, ou seus administradores, podem estar sujeitos a penalidades civis e criminais, ou outras medidas coercitivas, que poderiam prejudicar sua reputação, e ter um impacto adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas. Qualquer investigação sobre real ou suposta violação de referidas leis também podem prejudicar a reputação da Companhia ou ter um impacto adverso em seus negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas.

A Companhia está sujeita a auditorias regulares nas jurisdições em que opera e alterações nas leis tributárias e passivos fiscais não previstos, ambos os casos podem afetar adversamente os impostos pagos pela Companhia e, portanto, sua condição financeira e resultados operacionais

Como uma empresa global, a Companhia está sujeita a auditorias regulares nas jurisdições em que opera, incluindo auditorias atualmente conduzidas pelas autoridades fiscais aplicáveis no Brasil, Austrália e Reino Unido. A conclusão dessas auditorias permanece incerta e a Companhia não estabelece reservas para qualquer possível responsabilidade relacionada a essas ou a outras auditorias, pois a Companhia acredita que um resultado desfavorável é mais do que

4.1 Descrição dos fatores de risco

remoto, porém menos do que provável. É possível que a Companhia possa, no futuro, incorrer em passivos fiscais não previstos decorrentes dessas ou de outras auditorias, que podem impactar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

Além disso, a Companhia está sujeita a tributação em vários países, estados e outras jurisdições. Leis tributárias, tratados tributários, regulamentos e práticas administrativas ou sua interpretação em várias jurisdições, incluindo a Convenção Multilateral para Implementar Medidas Relacionadas ao Tratado Tributário para Prevenir a Erosão Básica e a Transferência de Lucros (*Multilateral Convention to Implement Tax Treaty Related Measures to Prevent Base Erosion and Profit Shifting*), que foi ratificada por diversos países onde a Companhia opera, pode estar sujeita a alterações significativas, com ou sem aviso prévio, devido a condições econômicas, políticas, dentre outras, e um julgamento adequado é necessário na aplicação das disposições relevantes da legislação tributária.

Se tais mudanças forem adotadas ou se as autoridades fiscais das jurisdições onde a Companhia opera contestarem a aplicação das disposições relevantes das leis tributárias aplicáveis, a condição financeira e de resultado das operações da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a políticas governamentais e extensa regulamentação que afetam as indústrias de carne bovina, suína e de aves.

A produção de animais vivos e os fluxos comerciais são significativamente afetados por políticas e regulamentações governamentais. As políticas governamentais que afetam a pecuária, tais como impostos, tarifas, subsídios e restrições à importação e à exportação de produtos de origem animal, podem influenciar a rentabilidade da indústria, o uso dos recursos da terra, a localização e o tamanho da produção pecuária, a negociação de commodities, sendo estas processadas ou não processadas, e o volume e tipos de importações e exportações.

As plantas da Companhia e suas subsidiárias e seus produtos são submetidos a inspeções periódicas por parte das autoridades federais, estaduais e municipais, como do USDA nos Estados Unidos, do Serviço de Inspeção Fiscal (SIF) no Brasil, e o Australian Quarantine Inspection Service na Austrália, além da extensa regulamentação de alimentos, incluindo controles sobre alimentos processados. As operações da Companhia e suas subsidiárias estão sujeitas à extensa regulamentação e supervisão do estado, autoridades locais e estrangeiras, referente ao processamento, embalagem, armazenamento, distribuição, publicidade e rotulagem dos seus produtos, incluindo as normas de segurança alimentar. A falha em cumprir com essas regulamentações pode resultar na necessidade de *recall* de produtos ou multas impostas por essas autoridades. Os produtos exportados da Companhia e suas subsidiárias são frequentemente inspecionados pelas autoridades estrangeiras de segurança alimentar, e qualquer violação descoberta durante estas inspeções podem resultar em um retorno parcial ou total de um carregamento, destruição parcial ou total da encomenda e custos referentes aos atrasos nas entregas de produtos para clientes. Por exemplo, desde dezembro de 2017, a Rússia suspendeu todas as importações de carne de porco brasileira, depois que as autoridades russas supostamente encontraram ractopamina, um estimulador de crescimento muscular proibido na Rússia, em certos embarques de carne de porco do Brasil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As políticas governamentais nas jurisdições em que a Companhia opera podem afetar adversamente a oferta, a demanda e os preços dos produtos pecuários, restringir a capacidade da Companhia de fazer negócios nos mercados doméstico e de exportação existentes e direcionados e afetar adversamente seus resultados operacionais. As tarifas de importação e/ou outros mandatos impostos pela atual administração presidencial nos Estados Unidos podem levar a uma guerra comercial com outros governos estrangeiros e aumentar significativamente os preços dos produtos exportados dos Estados Unidos, como carne de porco e frango. Por exemplo, tarifas recentemente decretadas na China e no México sobre certos produtos suínos exportados dos Estados Unidos para esses países impactaram negativamente as exportações de produtos suínos da Companhia dos EUA.

A Companhia está sujeita a vários riscos relacionados à segurança do trabalhador

Dada a natureza de suas operações, a Companhia está sujeita a vários riscos relacionados à segurança do trabalhador. A Companhia não pode garantir que acidentes não ocorrerão. Neste caso, se a Companhia não conseguir reduzir a frequência e o número de acidentes de trabalho de forma bem sucedida, a Companhia pode ficar sujeita a ações judiciais, multas e penalidades a seus negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

As exportações da Companhia representam riscos especiais para seus negócios e operações

As exportações representam uma parte significativa das vendas da Companhia, representando 25,5% da receita bruta da Companhia nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2022. As operações no exterior sujeitam a Companhia a fatores de risco que estão fora de seu controle em seus principais mercados de vendas, incluindo:

- mudanças nas taxas de câmbio de moeda estrangeira;
- deterioração das condições econômicas;
- imposição de tarifas e outras barreiras comerciais e/ou sanitárias;
- controles de câmbio e restrições às operações de câmbio;
- greves ou outros eventos que possam afetar portos e transporte;
- conformidade com diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros; e
- embargos comerciais.

Por exemplo, entre 21 e 31 de maio de 2018, o Brasil sofreu uma extensa greve nacional de caminhões. Com os caminhões parados e bloqueando as rodovias, os suprimentos de combustível, alimentos e suprimentos médicos deixaram de ser entregues nos pontos de distribuição. A paralisação começou a diminuir em 27 de maio de 2018, depois que representantes da indústria de caminhões e do governo brasileiro chegaram a um acordo

4.1 Descrição dos fatores de risco

O futuro desempenho financeiro da Companhia irá depender significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos seus principais mercados operacionais e de vendas. Consequências negativas relacionadas a esses riscos e incertezas podem comprometer ou limitar a capacidade da Companhia de realizar negócios em um ou mais dos mercados em que opera ou em outros mercados em desenvolvimento e podem, materialmente, afetar adversamente a Companhia.

j) Riscos relacionados às questões sociais

O impacto à saúde e ao meio ambiente do consumo de carne de origem animal pode influenciar negativamente o consumo dos seus produtos de origem animal da Companhia.

O interesse do consumidor por proteínas de origem vegetal, principalmente entre as gerações *millennial* e mais jovens, foi motivado em parte por uma percepção crescente dos impactos adversos à saúde e ao meio ambiente do consumo de carne de origem animal. Os consumidores têm acesso a níveis vultosos de informações divulgadas pela internet e pelos canais de mídia social, e a Companhia acredita no crescimento da conscientização global dessas questões, o que pode ter um impacto negativo na demanda dos consumidores pelos produtos da Companhia à base de carne de origem animal.

Os esforços para cumprir com as leis de imigração e/ou a introdução da nova legislação sobre imigração pode dificultar ou tornar mais custosa a contratação de novos empregados, bem como afetar adversamente as operações da Companhia e a sujeitar a penalidades civis e possivelmente criminais.

A reforma das leis de imigração nos Estados Unidos continua a atrair atenção significativa do público e dos governos nos mercados em que a Companhia atua, inclusive os Estados Unidos. Por exemplo, se a nova legislação federal sobre imigração for promulgada, essas leis poderão conter disposições que podem tornar mais difícil ou custosa a contratação de trabalhadores imigrantes legais. As políticas de imigração norte-americanas, por exemplo, se tornaram mais rigorosas após a eleição presidencial dos Estados Unidos em 2016 e alterações relacionadas na agenda política dos Estados Unidos. Mudanças adicionais nas leis de imigração ou autorização de trabalho podem aumentar as obrigações da Companhia de *compliance* e supervisão, o que pode sujeitar a Companhia a custos adicionais e potencial responsabilidade e tornar seu processo de contratação mais oneroso, além de reduzir a disponibilidade de possíveis empregados. Custos adicionais com mão de obra e outros custos relacionados aos negócios podem ter um efeito substancial adverso sobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia não pode garantir que todos os seus funcionários são pessoas legalmente autorizadas a trabalhar nas jurisdições em que opera. A Companhia não pode garantir que seu quadro de funcionário e operações, e uma ou mais fabricas, não serão interrompidas pelos esforços de execução da lei pelas autoridades governamentais, o que impactaria negativamente seus negócios. No futuro, esforços de execução da lei pelas autoridades governamentais podem ocorrer, os quais podem incluir penalidades civis ou possivelmente criminais, e a Companhia pode enfrentar interrupções em seus quadros de funcionários ou em suas operações em uma ou mais unidades, gerando, dessa forma, um impacto negativo em seus negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

k) Riscos relacionados às questões ambientais

O cumprimento de exigências ambientais existentes ou em fase de alteração, relacionados às operações atuais e/ou descontinuadas da Companhia, poderá resultar em custos significativos e a inobservância de tais exigências poderá resultar em responsabilidade civil por perdas e danos, bem como sanções criminais e administrativas.

As operações da Companhia estão sujeitas a extensas e cada vez mais rigorosas leis e regulamentos federais, estaduais, locais e estrangeiros, referentes à proteção do meio ambiente, incluindo aqueles relacionados ao descarte de substâncias no meio ambiente, manipulação, tratamento e descarte de resíduos, bem como contaminação do solo e de águas subterrâneas. O não cumprimento desses requisitos pode ter sérias consequências para a Companhia, incluindo penalidades criminais, civis e administrativas, condenações por danos à propriedade, ferimentos pessoais e danos a recursos naturais e publicidade negativa. As atividades da Companhia podem também ser afetadas por acordos internacionais de proteção ao meio ambiente que entrem em vigor no futuro.

Em geral, as leis e regulamentos ambientais se tornaram cada vez mais rigorosos ao longo do tempo. Como resultado de possíveis novos requisitos ambientais, uma interpretação ou aplicação cada vez mais rigorosa dos mesmos ou outros eventos imprevisíveis, a Companhia pode ter que incorrer em despesas adicionais para cumprir com essas regras e regulamentos ambientais, que podem afetar adversamente a disponibilidade de recursos para despesas de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, conseqüentemente, na redução do seu lucro.

l) Riscos relacionados às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Desastres naturais, mudanças climáticas, mudanças de regulamentos relativos às mudanças climáticas, condições meteorológicas adversas e efeito estufa podem impactar adversamente as operações da Companhia e os mercados em que atua.

Há um crescente consenso político e científico de que as emissões de gases de efeito estufa (“GEE”), continuam a alterar a composição da atmosfera global de forma a afetar, e provavelmente continuará afetando, o clima global. Alterações climáticas, incluindo o impacto do aquecimento global, criam riscos físicos e financeiros. Riscos físicos da mudança climática incluem o aumento no nível do mar e mudanças nas condições climáticas, tais como um aumento das mudanças de precipitação e eventos climáticos extremos. A mudança climática pode ter um efeito material adverso sobre os resultados operacionais, situação financeira e de liquidez da Companhia. Desastres naturais, incêndios, bioterrorismo, pandemias, secas, mudanças nos padrões de chuva ou condições climáticas extremas, incluindo inundações, frio ou calor extremos, furacões ou outras tempestades, podem prejudicar a saúde ou crescimento da pecuária ou interferir nas operações da Companhia por meio de falta de energia, falta de

4.1 Descrição dos fatores de risco

combustível, danos à produção e instalações ou interrupção dos meios de transporte, entre outras coisas. Além disso, se as ondas de calor e as secas ocorrerem com maior frequência e intensidade nos locais onde a Companhia opera, a Companhia pode incorrer em gastos adicionais para manter seus produtos e matéria-prima em condições adequadas, ou movê-los para outros locais. Qualquer desses fatores, bem como interrupções nos sistemas de informação, poderia ter um efeito adverso sobre os resultados financeiros da Companhia de forma individual ou agregada.

A Companhia está sujeita a legislações e regulamentações relacionadas à mudança climática, e a conformidade com as normas relacionadas pode ser difícil e onerosa. Partes interessadas nos países em que a Companhia opera, tais como agências governamentais, legisladores e reguladores, acionistas e organizações não-governamentais, bem como empresas que operam em muitos setores, estão considerando formas de reduzir as emissões de GEE. A Companhia pode incorrer em um aumento de custos com energia, custos ambientais e outros investimentos para cumprir com as restrições existentes ou novas de emissão de GEE.

A Companhia pode ainda incorrer em custos adicionais relacionados à defesa em processos e outros litígios relacionados à mudança climática e suposto impacto de suas atividades nas mudanças climáticas. Além disso, uma atenção crescente ao impacto ambiental e mudanças climáticas relacionados à produção de carne bovina, em particular, podem resultar em (1) ações legislativas ou regulamentares destinadas a reduzir as emissões de GEE de gado, o que pode aumentar materialmente o custo de produção de carne bovina; ou (2) a alteração nas preferências do consumidor e a demanda geral por carne bovina, que podem afetar materialmente o consumo dos produtos da Companhia.

Riscos físicos

Os riscos físicos identificados pela JBS são locais e globais e estão divididos por ativos físicos, cadeia de suprimentos e estrutura do negócio. Algumas instalações da JBS Brasil e USA estão localizadas em áreas de escassez de água. A escassez de água, devido à falta de uma estação chuvosa constante atribuída, entre outros, às alterações climáticas, é um fenômeno que a Companhia tem enfrentado nos últimos anos, principalmente no Brasil, influenciando negativamente seus negócios.

Riscos de transição

A JBS está trabalhando para criar ferramentas e mecanismos de controle que lhe permitam mitigar sua exposição a riscos reputacionais e de imagem quanto ao efeito de suas atividades em das Alterações Climáticas. Os riscos de imagem que podem afetar a JBS estão relacionados à segurança alimentar, pecuária e sua ampla cadeia produtiva, o que pode causar desmatamento para criar novas pastagens. O desmatamento é um assunto muito sensível não apenas no Brasil, mas também com grande alcance em todo o mundo, principalmente no Bioma Amazônia.

Essas informações são publicadas no formulário CDP de Mudanças Climáticas: <https://jbs.com.br/storage/2023/02/-2022-climate-change.pdf>

4.1 Descrição dos fatores de risco

m) Riscos relacionados à outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Consequentemente a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia têm levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo. A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e com ações contra seu sucessor e sua equipe. As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

O governo brasileiro exerce, e continuará a exercer, influência significativa sobre a economia brasileira. Essas influências, assim como as condições políticas e econômicas do país, poderiam afetar negativamente as atividades da Companhia.

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia do país e ocasionalmente implementa mudanças políticas e regulatórias significativas. As ações do governo para controlar a inflação e outras regulamentações e políticas têm envolvido, entre outras medidas, aumentos ou diminuição nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorizações e valorizações cambiais, controle de capitais, limites a importações, entre outras ações. As atividades da Companhia, assim como a situação financeira da Companhia e resultados operacionais, podem ser adversamente afetadas por mudanças em políticas e regulamentações governamentais envolvendo, ou afetando, fatores tais como:

- política monetária e taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas internacionais;
- flutuações na taxa de câmbio;
- mudanças fiscais e tributárias;
- liquidez do mercado financeiro e de capitais brasileiro;
- taxas de juros
- inflação;
- escassez de energia;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- política fiscal.

Incertezas relacionadas à possibilidade de o governo brasileiro implementar, no futuro, mudanças políticas e regulamentações que envolvam ou afetem os fatores mencionados acima, entre outros, podem contribuir para um cenário de incerteza econômica no país e de alta volatilidade no mercado nacional de valores mobiliários, assim como em valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras no exterior. Essa incerteza e outros eventos futuros que afetem a economia brasileira, além de outras medidas adotadas pelo governo, podem afetar negativamente as operações da Companhia e seus resultados operacionais.

A Companhia não pode prever se, ou quando, novas políticas fiscais, monetárias e de taxas de câmbio serão adotadas pelo governo brasileiro, ou mesmo se tais políticas irão de fato afetar a economia do país, as operações, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. A conjuntura econômica nesses países pode ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de recursos do Brasil e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil.

Qualquer um desses fatores pode afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários e tornar mais difícil para a Companhia o acesso aos mercados de capitais e o financiamento de operações em termos aceitáveis.

As flutuações do mercado podem impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia, uma vez que a Companhia protege referidas transações

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os negócios da Companhia estão expostos a possíveis alterações no valor de seus instrumentos derivativos, causados principalmente por flutuações nas taxas de câmbio e nos preços de commodities. Essas flutuações podem resultar de mudanças nas condições econômicas, sentimento dos investidores, políticas monetárias e fiscais, liquidez dos mercados globais, eventos políticos internacionais e regionais e atos de guerra ou terrorismo. A Companhia pode celebrar transações de hedge, incluindo transações de taxa de câmbio e commodities, para reduzir sua exposição a diversos riscos de mercado, incluindo mudanças nos preços de commodities, taxas de juros e taxas de câmbio. O uso de tais instrumentos financeiros derivativos pode, em última análise, limitar a capacidade da Companhia de se beneficiar de preços favoráveis de commodities.

Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial no negócio da Companhia e nos preços de mercado das suas ações.

Uma parcela da dívida da Companhia está sujeita a flutuações nas taxas de juros, incluindo: (1) a Taxa Interbancária de Londres, ou LIBOR, e a Taxa Interbancária de Euro, ou EURIBOR; e (2) taxas do mercado financeiro brasileiro ou taxas de inflação, como o Certificado de Depósito Interbancário, ou a taxa CDI, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, e a Taxa de Juros de Longo Prazo, ou a TJLP brasileira (taxa de juros de longo prazo publicada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional). A Companhia também está exposta ao risco de taxa de câmbio, uma vez que possui ativos, passivos, fluxos de caixa e ganhos futuros denominados em moedas não funcionais.

Se as taxas de juros, como o CDI brasileiro, TJLP brasileiro, LIBOR ou EURIBOR, aumentarem significativamente, as despesas financeiras aumentarão e a capacidade da Companhia de obter financiamentos poderá diminuir, o que pode afetar adversamente materialmente os seus resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1º Os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente impactados por flutuações dos preços e pela disponibilidade de animais vivos e grãos.

As margens operacionais da Companhia dependem, entre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas (principalmente de animais vivos e grãos) e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, incluindo o fornecimento e a demanda de carne bovina, suína e de frango e o mercado de outros produtos proteicos. As matérias-primas representaram a maioria do custo total dos produtos vendidos entre o período de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022. A oferta e o mercado de animais vivos dependem de uma série de fatores, acerca dos quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, incluindo surtos de doenças, tais como a febre aftosa e a gripe aviária, o custo da alimentação, as condições econômicas e meteorológicas.

Os preços de bovino e suíno apresentam uma natureza cíclica de acordo com a época do ano, e no decorrer dos anos, refletindo a oferta e a procura do bovino e suíno no mercado e o mercado para outras fontes de proteína, como peixe.

Esses custos são determinados por forças de mercado e outros fatores sobre os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle. Esses outros fatores incluem: (i) regulamentos ambientais, de saúde e segurança ocupacional e de conservação; (ii) restrições à importação e exportação; (iii) conjuntura econômica; (iv) doenças; e (v) alteração dos níveis de estoque de gado e grãos.

A Companhia geralmente não celebra contratos de longo prazo de venda com seus clientes com preços fixos e, como um resultado disso, os preços pelos quais a Companhia vende seus produtos são determinados em grande parte por condições de mercado. A maior parte dos bovinos e dos suínos da Companhia é comprada de produtores independentes que vendem animais nos termos de contratos de fornecimento ou no mercado aberto. A diminuição significativa dos preços dos produtos de carne bovina, suína, de aves ou de peixes durante um período longo poderia afetar adversamente a receita líquida de vendas da Companhia e seus lucros operacionais.

Parte dos contratos a termo de compra e venda da Companhia são marcados a mercado, de modo que as perdas realizadas relacionadas a eles são reportadas nos resultados trimestrais. Portanto, as perdas sobre esses contratos podem afetar adversamente os resultados da Companhia e podem causar uma volatilidade significativa nos resultados trimestrais.

A rentabilidade na indústria de processamento é materialmente afetada pelos preços das *commodities* de ingredientes para ração animal, como o milho e a soja. A produção de ingredientes alimentares pode ser positiva ou negativamente afetada, por diversos fatores, em especial, pelo nível global de estoques de suprimentos e demanda de ingredientes para ração animal, pelas políticas agrícolas dos Estados Unidos, Brasil e governos estrangeiros e pelos padrões climáticos em todo o mundo.

Os preços de mercado de ingredientes para rações continuam voláteis. O preço alto de ingredientes para ração pode ter um efeito adverso material no resultado operacional da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A Companhia pode não ser capaz de repassar o aumento de seus custos, no todo ou em parte, aos consumidores de seus produtos. Ademais, se a Companhia não celebrar e mantiver contratos ou parcerias com produtores e agricultores independentes, suas operações de produção poderão ser interrompidas, causando um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Nesse contexto, de acordo com as demonstrações financeiras do 1º trimestre do exercício social de 2022, vale destacar que em referência ao conflito entre Rússia e Ucrânia, a Companhia segue monitorando a evolução, desdobramento e seus potenciais impactos sobre suas operações. A Companhia está acompanhando os efeitos econômicos no setor e em suas operações como reflexo desse conflito e até a data da apresentação anual deste formulário de referência não foram identificados impactos representativos.

2º O surto de doenças de animais poderá afetar a capacidade da Companhia de conduzir as suas operações e a reduzir a demanda por seus produtos.

A oferta e a demanda de produtos da Companhia podem ser adversamente afetadas por surtos de doenças animais, o que pode ter um impacto significativo nos resultados financeiros. Um surto de doença que afete o gado, como a Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como “doença da vaca louca”) (“**BSE**”), febre aftosa e diversos outros tipos de *influenza*, que podem ser causadas por fatores fora do controle da Companhia, ou preocupações de que essas doenças possam ocorrer e se espalhar no futuro, poderão afetar significativamente a demanda por produtos da Companhia, a percepção do consumidor de certos produtos proteicos, a disponibilidade de gado para compra pela Companhia e na capacidade da Companhia de conduzir suas operações, inclusive como resultado de cancelamento de pedidos pelos clientes da Companhia. Além disso, surtos de doenças animais podem ter um efeito significativo sobre o gado que a Companhia detém, exigindo, entre outras coisas, que a Companhia destrua qualquer gado infectado, o que pode acarretar em publicidade negativa que possa ter um efeito adverso material na demanda dos clientes pelos produtos da Companhia. Por fim, se os produtos dos concorrentes da Companhia forem contaminados, a publicidade adversa associada a esse evento poderá diminuir a demanda do consumidor pelo produto da Companhia.

3º Riscos sanitários possíveis ou efetivos relacionados à indústria de alimentos poderão prejudicar a capacidade de venda de produtos da Companhia. Caso seus produtos fiquem contaminados, a Companhia poderá estar sujeita a processos e recalls de seus produtos.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam a indústria de alimentos de forma geral, inclusive relacionados a:

- deterioração ou contaminação de alimentos;
- processos pelo consumidor por responsabilidade pelo produto;
- adulteração de produtos;
- provável indisponibilidade e custos para obtenção de seguro de responsabilidade de produto; e
- custos e interrupção de operações causados por recall de produto.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os produtos da Companhia estiveram no passado e poderão ficar no futuro expostos a contaminação por organismos, tais como E. coli, Listeria monocytogenes e Salmonella. Esses organismos em geral são encontrados no meio ambiente e, por esse motivo, há risco de que possam estar presentes nos produtos da Companhia. Esses organismos também podem ser introduzidos em produtos da Companhia por adulteração ou em decorrência de manipulação incorreta no processamento ou preparação. Produtos contaminados podem causar doença ou morte caso não sejam corretamente preparados antes do consumo ou caso os organismos não sejam eliminados no processamento.

Por exemplo, no quarto trimestre de 2018, a JBS Tolleson Inc., subsidiária integral da Companhia com uma instalação de processamento de carne em Tolleson, Arizona, retirou aproximadamente 12,1 milhões de libras de vários produtos de carne bovina *in natura* produzidos em suas instalações que podem ter sido contaminados por salmonela. Os produtos de carne bovina *in natura* foram embalados em várias datas entre 26 de julho de 2018 e 7 de setembro de 2018 e incluíram produtos vendidos sob várias marcas. Os produtos foram enviados para locais e instituições de varejo em todo o país. A Companhia trabalhou com o Serviço de Inspeção e Segurança Alimentar do Departamento de Agricultura dos EUA e comoveu os clientes do serviço de alimentos afetados para investigar o surto e recuperar e/ou remover todos os produtos objeto do recall.

Em março de 2019, o *Centers for Disease Control and Prevention (CDC)*, publicou atualização final relatando que o surto parece ter terminado, com mais de 400 indivíduos de 30 estados relatando doenças causadas pelo surto.

Os sistemas projetados para monitorar riscos de segurança de alimentos podem não ser eficazes para eliminar os riscos relacionados à segurança de alimentos. A Companhia tem pouco ou nenhum controle sobre os procedimentos de manuseio, uma vez que seus produtos são enviados para distribuição. Se algum dos produtos da Companhia estiver contaminado, estragado ou rotulado inadequadamente, com ou sem culpa, a Companhia poderá, voluntariamente, fazer um *recall* ou ser obrigada a fazer um *recall*. Um *recall* generalizado de produtos pode resultar em perdas significativas devido aos custos de um *recall*, a destruição do estoque do produto e a perda de vendas devido à indisponibilidade do produto por um período de tempo. A Companhia também pode estar sujeita a um risco aumentado de exposição a reivindicações de responsabilidade pelo produto e processos governamentais, que podem resultar em multas, medidas cautelares e fechamento de fábricas. Qualquer uma dessas ocorrências pode ter um efeito adverso nos resultados financeiros da Companhia.

A Companhia pode ser responsabilizada caso o consumo de qualquer de seus produtos cause lesões, doenças ou morte. Essa responsabilização pode advir de medidas administrativas ou judiciais ingressadas por quaisquer autoridades competentes no mundo, incluindo agências de defesa do consumidor ou diretamente por consumidores, agindo individualmente. Mesmo um envio inadvertido de produtos contaminados pode ser uma violação da lei. Tais medidas podem acarretar em pagamento pela Companhia de indenizações consideráveis à administração pública ou aos próprios consumidores e o valor dessas indenizações poderá exceder os limites das apólices de seguro da Companhia.

Além disso, a publicidade negativa com relação a qualquer risco sanitário percebido ou real associado aos produtos da Companhia também poderia fazer com que os clientes perdessem a confiança na segurança e qualidade de seus produtos alimentícios, o que poderia prejudicar a

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

capacidade de venda de produtos da Companhia. A Companhia pode, ademais, ser prejudicada por riscos sanitários percebidos ou reais associados a produtos similares fabricados por terceiros, na medida em que esses riscos façam com que os clientes percam a confiança na segurança e qualidade desse tipo de produto em geral.

4º Mudanças nas preferências do consumidor podem prejudicar o negócio da Companhia.

Em geral, a indústria alimentícia está sujeita a tendências, demandas e preferências dos consumidores. Os produtos da Companhia concorrem com outras fontes de proteína, como peixes e ovos. Vale mencionar, que no ano de 2021, a Companhia adquiriu a Huon, a segunda maior empresa de aquicultura de salmão da Austrália, agregando mais um tipo de proteína no portfólio de produtos da JBS. Além disso, a Companhia compete com produtos de origem vegetal, pois a demanda do consumidor por alternativas de proteínas à base de vegetais aumentou devido às preocupações percebidas pelos consumidores relacionadas à saúde humana, mudanças climáticas, conservação de recursos e bem-estar animal das proteínas de origem animal. Nesse contexto, vale mencionar que a Companhia adquiriu em 2021 a Vivera, a terceira maior produtora de produtos *plant-based* na Europa. As tendências do setor alimentício mudam frequentemente e a Companhia pode não conseguir prever, identificar ou reagir a essas mudanças de tendências, o que poderia acarretar a redução da demanda e dos preços de seus produtos, podendo ter um efeito adverso relevante sobre o seu negócio, sua situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia também pode ser afetada adversamente caso os consumidores percam a confiança na segurança e qualidade de seus produtos ou ingredientes alimentares ou no sistema de segurança alimentar em geral. Percepções negativas prolongadas em relação às implicações para a saúde de certos produtos ou ingredientes alimentares ou perda de confiança no sistema de segurança alimentar em geral, podem influenciar as preferências do consumidor e a aceitação de alguns dos produtos e programas de marketing da Companhia.

Percepções negativas contínuas e falha em satisfazer as preferências do consumidor podem afetar material e adversamente as vendas de produtos, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

5º A Companhia enfrenta intensa concorrência em seus setores de negócios, o que pode afetar sua participação de mercado e rentabilidade.

Os setores de carne bovina, suína e de aves são altamente competitivos. A concorrência existe tanto na compra de gado bovino, suíno e de grãos, quanto na venda de carne bovina, suína e de frango. Além disso, os produtos de carne bovina, suína e frango da Companhia concorrem com outras fontes de proteína, como por exemplo, peixes. A Companhia concorre com diversos produtores de carne bovina, de carne suína e de frango nos países em que opera.

Os principais fatores competitivos nas indústrias de processamento de proteína animal são a eficiência operacional e a disponibilidade, qualidade e custo de matérias-primas e mão-de-obra, preço, qualidade, segurança alimentar, distribuição de produto, inovações tecnológicas e fidelidade à marca. A capacidade da Companhia de concorrer de forma eficaz depende de sua capacidade de concorrer sob essas condições. Além disso, alguns dos concorrentes da Companhia podem ter maior disponibilidade de recursos financeiros. A Companhia pode não ser

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

capaz de concorrer eficazmente com empresas concorrentes, caso em que sua participação de mercado e, conseqüentemente, suas operações e resultados, poderão ser afetados de maneira adversa.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Sem prejuízo destes riscos, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem afetar adversamente a Companhia.

A. Risco da variação cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações podem fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Euro (€), Libra Esterlina (£), Peso Mexicano (MEX\$) e Dólar Australiano (AUD).

As variações nas taxas de câmbio podem ocorrer devido a crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco.

A seguir são apresentadas as principais exposições ao risco de variação cambial dado a relevância dessas moedas nas operações da Companhia, e as análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a B3 e a Bolsa de Chicago (Chicago Mercantile Exchange).

	Controladora					
	USD		EUR		GBP	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
OPERACIONAL						
Caixa e equivalentes de caixa	1.646.583	2.239.377	150.768	89.317	1.045	19.555
Contas a receber de clientes	2.797.281	2.509.942	255.159	280.361	57.115	70.158
Pedidos de venda	1.691.501	3.760.704	170.821	51.628	69.810	73.845
Fornecedores	(217.330)	(156.661)	(28.843)	(34.364)	-	(109)
Subtotal operacional	5.918.035	8.353.362	547.905	386.942	127.970	163.449
FINANCEIRO						
Empréstimos e financiamentos	(5.299.683)	(7.961.049)	(26.017)	(42.361)	-	-
Subtotal financeiro	(5.299.683)	(7.961.049)	(26.017)	(42.361)	-	-
Subtotal operacional financeiro	618.352	392.313	521.888	344.581	127.970	163.449
Partes relacionadas, líquido	(1.660.877)	(10.643.909)	-	-	-	-
Total da exposição	(1.042.525)	(10.251.596)	521.888	344.581	127.970	163.449
DERIVATIVOS						
Contratos futuros	2.557	412.646	(539.980)	-	-	-
Non Deliverable Forwards (NDF's)	-	1.116.100	-	-	-	-
Swap	-	429.078	-	-	-	-
Total dos derivativos	2.557	1.957.824	(539.980)	-	-	-
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(1.039.968)	(8.293.772)	(18.092)	344.581	127.970	163.449
Dívida líquida em controladas	(66.873.170)	(48.894.979)	-	-	-	-

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Abaixo são apresentados os instrumentos de proteção utilizados e suas características:

a. Dólar americano

	Consolidado									
	USD		EUR		GBP		MXN		AUD	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
OPERACIONAL										
Caixa e equivalentes de caixa	3.848.527	8.926.659	209.670	327.045	63.667	178.753	639.627	1.018.335	37	268
Contas a receber de clientes	6.124.137	5.624.652	712.099	757.240	267.677	368.040	657.623	594.625	449	6.485
Pedidos de venda	3.116.512	4.008.456	218.958	120.774	69.810	73.845	-	-	-	-
Fornecedores	(805.002)	(1.601.754)	(481.445)	(402.598)	(98.088)	(2.263)	(273.126)	(1.383.188)	(616)	(15.443)
Provisão para riscos processuais	-	(40.159)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedidos de compra	(321.825)	(334.615)	(63.557)	(299.587)	-	-	-	-	-	-
Subtotal operacional	11.962.349	16.583.239	595.725	502.874	303.066	618.375	1.024.124	229.772	(130)	(8.690)
FINANCEIRO										
Caixa margem	1.402	165.855	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a clientes	(188.904)	(2.808.487)	(4.468)	(32.648)	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(7.108.978)	(10.460.179)	(26.017)	(44.760)	-	-	-	-	-	-
Subtotal financeiro	(7.296.480)	(13.102.811)	(30.485)	(77.408)	-	-	-	-	-	-
Subtotal operacional financeiro	4.665.869	3.480.428	565.240	425.466	303.066	618.375	1.024.124	229.772	(130)	(8.690)
Partes relacionadas, líquido	-	(11.292.257)	1.510.817	1.444.362	-	-	-	-	-	2.378.956
Total da exposição	4.665.869	(7.811.829)	2.076.057	1.869.828	303.066	618.375	1.024.124	229.772	(130)	2.370.266
DERIVATIVOS										
Contratos futuros	2.557	1.909.106	(539.980)	-	-	-	-	-	-	-
Deliverable Forwards (DF's)	(2.417.731)	(1.008.129)	438.355	785.321	(27.174)	(50.029)	(1.520.318)	(1.215.299)	4.920	(36.597)
NDF's	15.804	3.645.065	(61.746)	(202.410)	(103.107)	(157.197)	-	-	-	-
Swap	78.793	442.902	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos derivativos	(2.320.577)	4.988.944	(163.371)	582.911	(130.281)	(207.226)	(1.520.318)	(1.215.299)	4.920	(36.597)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	2.345.292	(2.822.885)	1.912.686	2.452.739	172.785	411.149	(496.194)	(985.527)	4.790	2.333.669
Dívida líquida em controladas ⁽¹⁾	(66.873.170)	(48.894.979)	-	-	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Para fins de proteção cambial a Companhia inclui em sua exposição a dívida líquida de controladas no exterior. Embora essas dívidas não gerem exposição cambial no resultado da Companhia (por estarem no exterior, e na moeda funcional de cada país), essas dívidas na consolidação sofrem efeito do câmbio, impactando o patrimônio líquido como variação cambial de investimento, influenciando o endividamento consolidado da Companhia, e consequentemente os indicadores de alavancagem.

			Controladora					
			31.12.22			31.12.21		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Quantidade	Nocional (R\$)	Valor justo	Quantidade	Nocional (R\$)	Valor justo
Futuro B3	Dólar Americano	Compra	51	2.557	(4.506)	1.479	412.646	(15.756)
			Consolidado					
			31.12.22			31.12.21		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Quantidade	Nocional (R\$)	Valor justo	Quantidade	Nocional (R\$)	Valor justo
Futuro B3	Dólar Americano	Compra	51	2.557	(4.506)	6.842	1.909.106	(51.188)
			Controladora					
			31.12.22			31.12.21		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
NDF's	Dólar Americano	Compra	-	-	-	200.000	1.116.100	(12.976)
			Consolidado					
			31.12.22			31.12.21		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Americano	Venda	(463.371)	(2.417.731)	67.658	(180.652)	(1.008.129)	33.399
NDF's	Dólar Americano	Compra	3.029	15.804	(339)	653.179	3.645.065	(43.726)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

b. Euro

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Controladora					
			31.12.22			31.12.21		
			Quantidade	Nocional (R\$)	Valor justo	Quantidade	Nocional (R\$)	Valor justo
Futuro B3	Euro	Venda	9.700	(539.980)	(2.872)	-	-	-

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.22			31.12.21		
			Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Euro	Compra	78.708	438.355	17.965	124.240	785.321	(15.570)
NDF's	Euro	Venda	(11.087)	(61.746)	47	(32.022)	(202.410)	2.288

c. Libra Esterlina

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.22			31.12.21		
			Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(4.328)	(27.174)	(193)	(6.649)	(50.029)	(301)
NDF's	Libra Esterlina	Venda	(16.422)	(103.107)	1.357	(20.892)	(157.197)	(5.011)

d. Peso Mexicano

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.22			31.12.21		
			(MXN)	Nocional (R\$)	Valor justo	(MXN)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Peso Mexicano	Venda	(5.700.480)	(1.520.318)	(30.362)	(4.451.645)	(1.215.299)	(19.615)

e. Dólar Australiano

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.22			31.12.21		
			Nocional (AUD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (AUD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Australiano	Compra	1.388	4.920	5	-	-	-
Deliverable Forwards	Dólar Australiano	Venda	-	-	-	(9.048)	(36.597)	363

Análise de Sensibilidade

a. Dólar americano

Exposição do R\$	Risco	Câmbio fechamento	Câmbio	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%		Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%			
				Efeito no resultado		Efeito no resultado		Efeito no resultado			
				Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		
Operacional	Apreciação	5,2177	5,3637	165.642	334.818	6,5221	1.479.514	2.990.599	7,8266	2.959.017	5.981.174
Financeira	Depreciação	5,2177	5,3637	(383.076)	(354.631)	6,5221	(3.421.633)	(3.167.565)	7,8266	(6.843.241)	(6.335.106)
Partes relacionadas	Depreciação	5,2177	5,3637	(46.487)	-	6,5221	(415.221)	-	7,8266	(830.438)	-
Derivativos	Depreciação	5,2177	5,3637	72	(64.951)	6,5221	639	(580.146)	7,8266	1.279	(1.160.288)
				(263.849)	(84.764)		(2.356.701)	(757.112)		(4.713.383)	(1.514.220)

Exposição do R\$	Risco	Câmbio fechamento	Câmbio	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%		Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%	
				Efeito no patrimônio líquido		Efeito no patrimônio líquido		Efeito no patrimônio líquido	
				Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Dívida líquida em controladas no exterior	Depreciação	5,2177	5,3637	(1.871.736)	6,5221	(16.718.357)	7,8266	(33.436.585)	

b. Euro

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Exposição do R\$	Risco	Câmbio fechamento	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
			Efeito no resultado			Efeito no resultado			Efeito no resultado		
			Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	5,5694	5,4049	(16.185)	(17.598)	4,1771	(136.976)	(148.931)	2,7847	(273.953)	(297.862)
Financeira	Depreciação	5,5694	5,4049	769	901	4,1771	6.504	7.621	2,7847	13.009	15.243
Partes relacionadas	Apreciação	5,5694	5,4049	-	(44.630)	4,1771	-	(377.704)	2,7847	-	(755.408)
Derivativos	Depreciação	5,5694	5,4049	15.951	4.826	4,1771	134.995	40.843	2,7847	269.990	81.686
				<u>535</u>	<u>(56.501)</u>		<u>4.523</u>	<u>(478.171)</u>		<u>9.046</u>	<u>(956.341)</u>

c. Libra Esterlina

Exposição do R\$	Risco	Câmbio fechamento	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
			Efeito no resultado			Efeito no resultado			Efeito no resultado		
			Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	6,2785	6,0899	(3.844)	(9.104)	4,7089	(31.992)	(75.766)	3,1393	(63.985)	(151.533)
Derivativos	Depreciação	6,2785	6,0899	-	3.914	4,7089	-	32.570	3,1393	-	65.140
				<u>(3.844)</u>	<u>(5.190)</u>		<u>(31.992)</u>	<u>(43.196)</u>		<u>(63.985)</u>	<u>(86.393)</u>

d. Peso Mexicano

Exposição do R\$	Risco	Câmbio fechamento	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%		Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%	
			Efeito no resultado		Efeito no resultado		Efeito no resultado	
			Câmbio	Consolidado	Câmbio	Consolidado	Câmbio	Consolidado
Operacional	Apreciação	0,2667	0,2731	24.614	0,3334	256.050	0,4001	512.063
Derivativos	Depreciação	0,2667	0,2731	(36.540)	0,3334	(380.108)	0,4001	(760.159)
				<u>(11.926)</u>		<u>(124.058)</u>		<u>(248.096)</u>

e. Dólar Australiano

Exposição do R\$	Risco	Câmbio fechamento	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%		Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%	
			Efeito no resultado		Efeito no resultado		Efeito no resultado	
			Câmbio	Consolidado	Câmbio	Consolidado	Câmbio	Consolidado
Operacional	Depreciação	3,5459	3,4519	3	2,6594	33	1,7730	65
Derivativos	Apreciação	3,5459	3,4519	(130)	2,6594	(1.230)	1,7730	(2.460)
				<u>(127)</u>		<u>(1.197)</u>		<u>(2.395)</u>

B. Risco de taxas de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, 16,9% dos empréstimos e financiamentos da Companhia, no montante de R\$15.635 milhões eram sujeitos a flutuações das taxas de juros, incluindo flutuações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A seguir são apresentadas as principais exposições ao risco de variação de taxas de juros e as análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:				
CDB-DI	151.963	143.670	3.532.181	5.416.483
Títulos públicos	124.046	-	124.046	-
Caixa margem	80.444	-	387.344	276.252
Partes relacionadas	(8.371.733)	3.586.210	7.839	-
Nota de crédito - exportação	(1.753.795)	(1.055.709)	(2.301.658)	(1.997.684)
CRA	(30.692)	(34.452)	(30.692)	(34.452)
Custeio pecuário	-	-	-	(60.959)
Custeio pecuário - Pré	-	-	(4.176)	-
Subtotal	(9.799.767)	2.639.719	1.714.884	3.599.640
Derivativos (<i>Swap</i>)	(6.788.487)	(3.709.102)	(6.368.342)	(2.880.833)
Total	(16.588.254)	(1.069.383)	(4.653.458)	718.807
Exposição de passivos à taxa LIBOR:				
Linha de crédito PPC - Term loan	-	-	(2.498.841)	(2.811.171)
Pré-pagamento	-	-	(1.524.660)	(2.420.172)
FINIMP	(14.729)	(310.605)	(14.729)	(310.605)
<i>Term loan JBS Lux 2026</i>	-	-	-	(10.276.798)
Capital de giro - Dólares Americanos	(16.645)	(19.366)	(16.645)	(19.366)
Outros	-	-	-	(391)
Subtotal	(31.374)	(329.971)	(4.054.875)	(15.838.503)
Derivativos (<i>Swap</i>)	-	-	1.541.061	10.348.414
Total	(31.374)	(329.971)	(2.513.814)	(5.490.089)
Exposição líquida de passivos e ativos à IPCA:				
Caixa margem	-	168.808	79.500	289.516
CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	(8.398.599)	(5.451.159)	(8.398.599)	(5.451.159)
Partes relacionadas	543.165	-	543.165	-
Títulos públicos	-	139.586	77.049	139.586
Subtotal	(7.855.434)	(5.142.765)	(7.698.885)	(5.022.057)
Derivativos (<i>Swap</i>)	7.122.166	3.763.522	7.122.166	3.763.522
Total	(733.268)	(1.379.243)	(576.719)	(1.258.535)
Exposição de passivos à TJLP:				
Capital de giro - Reais	(3.378)	(52.760)	(3.378)	(52.760)
Total	(3.378)	(52.760)	(3.378)	(52.760)
Exposição de passivos à SOFR:				
Pré-pagamento	(528.230)	-	(842.188)	-
Total	(528.230)	-	(842.188)	-
Exposição de ativos à CPI:				
Caixa margem	-	-	211.155	227.802
Total	-	-	211.155	227.802

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Instrumentos de proteção utilizados:

Controladora										
			31.12.22				31.12.21			
Instrumento	Objeto de proteção	Vencimento	Notional	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Valor justo	Notional	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Valor justo
	PRÉ USD	2022	-	-	-	-	431.850	429.078	(458.544)	(29.466)
	IPCA	2024	537.534	646.186	(513.673)	132.513	537.534	623.743	(522.002)	101.741
	IPCA	2027	387.000	418.991	(417.549)	1.442	387.000	414.279	(419.802)	(5.523)
	IPCA	2028	442.000	481.768	(489.234)	(7.466)	442.000	481.443	(490.512)	(9.068)
Swap	IPCA	2030	1.400.000	1.546.027	(1.603.211)	(57.184)	1.400.000	1.553.349	(1.621.874)	(68.525)
	IPCA	2031	1.430.000	1.480.425	(1.568.962)	(88.537)	630.000	690.707	(718.370)	(27.663)
	IPCA	2032	900.000	927.182	(972.097)	(44.915)	-	-	-	-
	IPCA	2036	100.000	101.869	(111.699)	(9.830)	-	-	-	-
	IPCA	2037	1.272.000	1.519.718	(1.625.735)	(106.017)	-	-	-	-
			6.468.534	7.122.166	(7.302.160)	(179.994)	3.828.384	4.192.599	(4.231.104)	(38.504)

Consolidado										
			31.12.22				31.12.21			
Instrumento	Objeto de proteção	Vencimento	Notional	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Valor justo	Notional	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Valor justo
	PRÉ USD	2022	-	-	-	-	431.850	429.078	(458.544)	(29.466)
	LIBOR	2022	-	-	-	-	2.301.956	2.303.670	(2.304.217)	(547)
	LIBOR	2023	-	-	-	-	5.580.500	5.625.334	(5.602.934)	22.400
	CDI	2023	400.000	420.145	(404.637)	15.508	800.000	828.269	(795.802)	32.467
	LIBOR	2024	1.507.335	1.541.061	(1.462.267)	78.794	3.224.289	2.419.410	(2.405.586)	13.824
	IPCA	2024	537.534	646.186	(513.673)	132.513	537.534	623.743	(522.002)	101.741
Swap	IPCA	2027	387.000	418.991	(417.549)	1.442	387.000	414.279	(419.802)	(5.523)
	IPCA	2028	442.000	481.768	(489.234)	(7.466)	442.000	481.443	(490.512)	(9.068)
	IPCA	2030	1.400.000	1.546.027	(1.603.211)	(57.184)	1.400.000	1.553.349	(1.621.874)	(68.525)
	IPCA	2031	1.430.000	1.480.425	(1.568.962)	(88.537)	630.000	690.707	(718.370)	(27.663)
	IPCA	2032	900.000	927.182	(972.097)	(44.915)	-	-	-	-
	IPCA	2036	100.000	101.869	(111.699)	(9.830)	-	-	-	-
	IPCA	2037	1.272.000	1.519.718	(1.625.735)	(106.017)	-	-	-	-
			8.375.869	9.083.372	(9.169.064)	(85.692)	15.735.129	15.369.282	(15.339.643)	29.640

Análise de Sensibilidade

Exposição de contratos	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (II) Variação da taxa em 25%			Cenário (III) Variação da taxa em 50%		
			Taxa	Efeito no resultado		Taxa	Efeito no resultado		Taxa	Efeito no resultado	
				Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
CDI	Aumento	13,65%	13,75%	(16.185)	(4.540)	17,06%	(566.157)	(158.823)	20,48%	(1.132.148)	(317.598)
LIBOR	Aumento	5,48%	5,49%	(2)	(199)	6,85%	(430)	(34.461)	8,22%	(860)	(68.900)
IPCA	Aumento	5,90%	5,93%	(199)	(156)	7,38%	(10.816)	(8.507)	8,85%	(21.631)	(17.013)
TJLP	Aumento	7,20%	7,20%	-	-	9,00%	(61)	(61)	10,80%	(122)	(122)
SOFR	Aumento	4,30%	4,31%	(59)	(95)	5,38%	(5.678)	(9.054)	6,45%	(11.357)	(18.107)
CPI	Redução	7,10%	7,09%	-	(30)	5,33%	-	(3.748)	3,55%	-	(7.496)
				(16.445)	(5.020)		(583.142)	(214.654)		(1.166.118)	(429.236)

C. Risco do preço de COMMODITIES

A Companhia atua globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo de soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Parte significativa dos insumos da Companhia são ativos biológicos.

a. Preço do Gado – Controladora

O ramo de atuação da JBS S.A. (“Controladora”) está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. As compras a termo de gado podem ser negociadas com preço em aberto (preços marcados ao preço atual no dia de entrega) ou preços fixos. A Companhia apresenta abaixo sua exposição às flutuações do preço do gado em 31 de dezembro de 2022:

EXPOSIÇÃO em Commodities (boi)	Controladora	
	31.12.22	31.12.21
Contratos firmes de compra de boi	14.988	78.133
Subtotal	14.988	78.133
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	(2.007)	(74.461)
Subtotal	(2.007)	(74.461)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	12.981	3.672

Instrumentos de proteção utilizados:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Controladora					
			31.12.22			31.12.21		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro B3	Commodities (Boi)	Venda	21	(2.007)	(99)	663	(74.461)	(192)

Análise de Sensibilidade:

Exposição	Risco	Preço fechamento	Preço	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia	Cenário (II) Variação da @ em 25%	Cenário (III) Variação da @ em 50%			
				Efeito no resultado		Efeito no resultado		Efeito no resultado	
				Preço	Controladora	Preço	Controladora	Preço	Controladora
Operacional	Depreciação	286,85	270,09	(876)	215,14	(3.747)	143,43	(7.494)	
Derivativos	Apreciação	286,85	270,09	117	215,14	502	143,43	1.004	
				(759)		(3.245)		(6.490)	

b. Preço dos grãos – Seara Alimentos

O ramo de atuação da Seara Alimentos está exposto à volatilidade dos preços de grãos, cuja variação resulta de fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A Companhia apresenta abaixo sua exposição às flutuações do preço de grãos em 31 de dezembro de 2022:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

EXPOSIÇÃO em Commodities (Grãos):	Seara Alimentos	
	31.12.22	31.12.21
OPERACIONAL		
Pedidos de compras	1.172.761	1.934.054
Subtotal	1.172.761	1.934.054
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	(4.947)	(96.085)
Prêmio porto	-	19.765
NDF's	(161.694)	(1.129.356)
Subtotal	(166.641)	(1.205.676)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	1.006.120	728.378

Instrumentos de proteção utilizados:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Seara Alimentos					
			31.12.22			31.12.21		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro B3	Commodities (Grãos)	Venda	520	(4.947)	(12.774)	1.577	(96.085)	(59.565)
Prêmio do Porto	Commodities (Grãos)	Compra	-	-	-	215.000	19.765	(1.918)
NDF's	Commodities (Grãos)	Venda	4.000	(161.694)	3.571	28.500	(1.129.356)	57.431

Análise de Sensibilidade:

Exposição	Risco	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
		Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
			Seara Alimentos		Seara Alimentos		Seara Alimentos
Operacional	Depreciação	(1,48)%	(17.333)	(25,00)%	(293.190)	(50,00)%	(586.381)
Derivativos	Apreciação	(1,48)%	2.463	(25,00)%	41.660	(50,00)%	83.321
			(14.870)		(251.530)		(503.060)

c. Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities da JBS USA

A subsidiária integral da Companhia, JBS USA, está sujeita ao risco de variação do preço de commodities. A Companhia apresenta abaixo sua exposição ao risco de variação do preço de commodities da subsidiária integral JBS USA em 31 de dezembro de 2022:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

EXPOSIÇÃO em Commodities:	JBS USA	
	31.12.22	31.12.21
OPERACIONAL		
Contratos firmes de compra de boi	13.120.065	15.085.588
Subtotal	13.120.065	15.085.588
DERIVATIVOS		
Deliverable Forwards	(804.976)	(2.919.550)
Subtotal	(804.976)	(2.919.550)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	12.315.089	12.166.038

Instrumentos de proteção utilizados:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.22			31.12.21		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Commodities (Boi)	Venda	(154.278)	(804.976)	(162.698)	(523.170)	(2.919.550)	(224.565)

Análise de Sensibilidade:

Exposição	Risco	Preço	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
			Efeito no resultado		Efeito no resultado		Efeito no resultado	
			JBS USA		JBS USA		JBS USA	
Operacional	Depreciação	(1,99)%	(261.483)	(25,00)%	(3.280.016)	(50,00)%	(6.560.033)	
Derivativos	Apreciação	(1,99)%	16.043	(25,00)%	201.244	(50,00)%	402.488	
			(245.440)		(3.078.772)		(6.157.545)	

D. Risco de crédito

A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos recebíveis de seus clientes às contas de créditos detidos por instituições financeiras derivadas de seus investimentos de curto prazo.

Caso os clientes ou contrapartes nos instrumentos financeiros detidos pela Companhia venham a descumprir suas obrigações, a condição financeira da Companhia e seus resultados operacionais, bem como sua capacidade de pagamentos, poderão ser negativamente afetados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Controladora					
	31.12.22			31.12.21		
	Taxa de perda (Média Ponderada)	Valor	Perda por ajuste ao valor recuperável	Taxa de perda (Média Ponderada)	Valor Contábil	Perda por ajuste ao valor recuperável
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.096.334	-	-	2.654.374	-
Caixa Margem	-	80.434	-	-	168.808	-
Contas a receber de clientes	(5,77)%	4.380.011	(252.719)	(6,16)%	4.259.402	(262.431)
Créditos com empresas ligadas	-	1.103.125	-	-	4.032.213	-
		7.659.904	(252.719)		11.114.797	(262.431)

	Consolidado					
	31.12.22			31.12.21		
	Taxa de perda (Média Ponderada)	Valor	Perda por ajuste ao valor recuperável	Taxa de perda (Média Ponderada)	Valor Contábil	Perda por ajuste ao valor recuperável
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.182.158	-	-	23.239.150	-
Caixa Margem	-	679.391	-	-	1.245.354	-
Contas a receber de clientes	(2,13)%	20.235.112	(431.170)	(2,31)%	19.877.408	(459.378)
Créditos com empresas ligadas	-	951.021	-	-	417.702	-
		35.047.682	(431.170)		44.779.614	(459.378)

E. Risco de Liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia poderá ter em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora									
	31.12.22					31.12.21				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	5.561.549	-	-	-	5.561.549	5.986.789	-	-	-	5.986.789
Empréstimos e financiamentos	4.999.929	2.992.141	849.530	6.857.983	15.699.583	8.739.280	2.501.682	12.672	4.508.506	15.762.140
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	1.217.565	1.984.740	1.671.359	3.710.473	8.584.137	1.094.329	1.558.281	1.373.714	2.891.231	6.917.555
Passivos financeiros derivativos	278.227	-	-	-	278.227	285.837	-	-	-	285.837
Arrendamentos a pagar	27.675	33.141	2.247	4.160	67.223	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes e não circulantes	5.180	-	-	-	5.180	10.189	-	-	-	10.189

	Consolidado									
	31.12.22					31.12.21				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	34.080.614	-	-	-	34.080.614	32.905.175	-	-	-	32.905.175
Empréstimos e financiamentos	8.228.557	4.252.661	12.503.378	67.369.465	92.354.061	11.914.284	5.207.529	12.357.523	63.038.818	92.518.154
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	4.822.959	9.587.500	7.749.370	23.172.460	45.332.289	3.933.558	7.004.031	6.588.390	10.148.817	27.674.796
Passivos financeiros derivativos	559.536	-	-	-	559.536	773.279	-	-	-	773.279
Arrendamentos a pagar	1.788.353	2.611.660	1.634.458	4.452.019	10.486.490	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes e não circulantes	33.903	27.793	268	-	61.964	37.187	53.963	84	-	91.234

⁽¹⁾ Inclui juros sobre o saldo de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Pagamentos em moeda estrangeira são estimados com base nas taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos não sigilosos relevantes

Nos termos da regulamentação em vigor, a Companhia esclarece que os critérios de relevância adotados para a seleção dos processos a seguir descritos foram os seguintes: (i) processos que individualmente ou em conjunto (na hipótese de similaridades de matérias) possuam prognóstico de perda considerado como provável e/ou possível e que envolvam valores superiores a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos); (ii) processos contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia; e (iii) processos que a administração da Companhia entende que possam causar riscos de imagem inerentes a uma certa prática.

A Companhia é parte em diversas ações judiciais oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais.

A Companhia possui valores de contingências, os quais estão sendo discutidos judicialmente, e que incluem processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, o valor consolidado das provisões constituídas em face das contingências consideradas como de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia foi no montante total de R\$ 2.230.512 milhares de reais.

Destacam-se, abaixo, os processos judiciais e administrativos de maior relevância dos quais a Companhia é parte.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava como parte em 5.926 ações de natureza trabalhista, cuja grande maioria corresponde a reclamações trabalhistas ordinárias, que não são considerados relevantes para o desempenho das atividades da Companhia. A Companhia possui provisão suficiente para fazer frente a eventuais perdas nestas demandas trabalhistas, cujo valor, em 31 de dezembro de 2022, corresponde a R\$ 252.392 milhares de reais.

De uma maneira geral, os processos trabalhistas da Companhia e suas controladas estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia, e de suas controladas, versam sobre jornada de trabalho, adicional de insalubridade e outros temas ligados a jornada de trabalho e seus encargos. Além disso, alguns processos versam sobre a suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério Público do Trabalho com temas relacionados ao setor como, por exemplo, segurança e medicina do trabalho,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

quotas de aprendizagem e de PCD's, observância de requisitos legais de folha e/ou outras demandas semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022, a Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 11.940 ações de natureza trabalhista, possuindo sólida provisão para fazer frente a eventuais perdas, cujo valor, em 31 de dezembro de 2022, corresponde a R\$ 265.134 milhares de reais.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em 2.375 ações de natureza cível. Na avaliação da administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda era de R\$ 77.765 milhares de reais, sendo que este montante está provisionado em 31 de dezembro de 2022. A Seara Alimentos e suas controladas eram parte de 3.615 ações de natureza cível e administrativa e com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, em 31 de dezembro de 2022 havia registrou de provisões no montante de R\$ 175.497 milhares de reais, para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que são partes. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por dano moral coletivo, danos morais por protesto indevido, reparação de danos por rescisão de contratos de parceria avícola ou integração de suínos, anulação de marca de indústria ou comércio e reclamação de consumidor – qualidade do produto.

Segue abaixo a descrição dos principais processos destas naturezas envolvendo a Companhia ou suas controladas:

Estado do Pará Operação Carne Fria – IBAMA	
a. juízo	IBAMA
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	21/03/2017
d. partes no processo	IBAMA e JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 24.718.500,00 (valor histórico).
f. principais fatos	<p>Refere-se à operação deflagrada pelo IBAMA, em março de 2017, para combater o desmatamento ilegal na região Sul do Pará. A operação resultou no embargo de, praticamente, todos os frigoríficos localizados nesta região, entre eles os frigoríficos da Companhia localizados nas cidades de Santana do Araguaia e Redenção, sob alegação de que adquiriam gado de áreas desmatadas e embargadas pelo IBAMA.</p> <p>A Companhia obteve medida liminar favorável em mandado de segurança para suspensão das ordens de embargo, medida está confirmada em sentença judicial.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>Atualmente, aguarda-se julgamento de apelação do IBAMA no TRF1.</p> <p>Além dos embargos, pelo mesmo motivo, foram lavrados 31 autos de infração, no valor total de R\$24.718.500,00. A Companhia apresentou defesa em todos os autos.</p> <p>Em sua defesa, a JBS explica que sua política de aquisição de gado é regida pelos TACs firmados com o Ministério Público Federal (reportados nos itens acima), que fiscaliza seu cumprimento, e que não houve aquisição irregular. Até dezembro de 2022, a Companhia havia sido notificada que das defesas administrativas apresentadas em 13 delas foram indeferidas, sendo mantidas as penalidades aplicadas. Em face destas decisões, a Companhia apresentou os competentes recursos administrativos, os quais aguardam julgamento. Logo, ainda não há decisão administrativa definitiva.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Apesar de todos os esclarecimentos prestados pela empresa de que seu monitoramento socioambiental está limitado aos seus fornecedores diretos, uma vez que não dispõe de acesso legal da documentação de trânsito animal (GTAs), o IBAMA alega, nos casos em que já foi proferida decisão de 1ª. instância administrativa, que a empresa deveria ter ciência de que o gado adquirido transitou, por algum momento, por área embargada. Com isso, o IBAMA afastou a alegação de nulidade arguida por ausência de tipicidade.
h. estágio do processo	Em todos os casos ainda não há decisão administrativa definitiva, estando pendentes de julgamento de 1ª. ou 2ª. instância administrativa.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O assunto é considerado relevante pois a JBS possui um sistema de monitoramento socioambiental rigoroso que restringe e bloqueia a compra de gado de fornecedores diretos que possuem irregularidades ambientais. A simples alegação de que a empresa poderia ter adquirido gado de fazendas irregulares viola inúmeros compromissos assumidos pela empresa e tem impacto direto na cotação das ações da companhia.
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto reputacional e impacto financeiro previsto de R\$ 54.085.575,35

Processo nº 0027644-31.2007.8.26.0564

a. juízo	7ª Vara Cível de São Bernardo do Campo
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	15/06/2007
d. partes no processo	BASF S.A., Tinto Holding, JBS S/A e outros
e. valores, envolvidos bens ou direitos	R\$ 48.713.228,20 (valor histórico)
f. principais fatos	Inclusão da JBS no pólo passivo de execução de dívida de R\$48.713.228,20 da Xinguleder. O caso foi julgado no STJ de maneira desfavorável à companhia e

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	encontra-se pendente de julgamento de embargos de divergência
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Recurso especial da BASF provido para reformar acórdão de apelação da JBS S/A, que reconhecer o cerceamento de defesa suscitada por JBS S/A e declarar a impossibilidade do oferecimento de nos embargos à execução da JBS S/A.
h. estágio do processo	Embargos de divergência pendentes de julgamento no STJ.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido no processo
k. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro estimado em discussão: R\$ 314.676.540,40

Processos de natureza tributária e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em 1.093 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e mantinha provisão no montante de R\$ 148.028 milhões, para suportar eventuais contingências discutidas nesses processos. A Companhia destaca que os processos tributários classificados como de perda provável estão devidamente provisionados. No mesmo período, Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 838 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto, sendo que àquelas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 395.268 milhares de reais.

Segue abaixo a descrição dos principais processos desta natureza envolvendo a Companhia ou suas controladas:

Processo nº 16561.720077/2020-36	
a. juízo	CARF
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	24/11/2020
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil e JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.596.156.963,28
f. principais fatos	<p>Trata-se de Autos de Infração para cobrança de IRPJ e CSLL, , relativos ao ano-calendário de 2015, exigidos no contexto da suposta ausência de adição de lucros auferidos por controladas no exterior ao resultado da controladora brasileira, bem como da indevida dedução de créditos decorrentes do imposto de renda recolhido no exterior.</p> <p>Apresentada defesa administrativa com as seguintes linhas de argumentação: (I) é indevida a vedação à consolidação levada a efeito pela fiscalização; (II) óbice indevido ao aproveitamento</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>de guias pagas no exterior, cujos pagamentos preencheram requisitos legais; (III) impossibilidade de concomitância com multa de ofício; (IV) apuração que leva em consideração crédito tributário constituído em outro lançamento de ofício ainda não julgado; (V) Descabimento da exigência de juros sobre multa de ofício; e (VI) violação à inteligência do artigo 161 do CTN.</p> <p>Em primeira instância administrativa, nossa defesa foi julgada improcedente, o que ensejou a interposição de recurso voluntário.</p> <p>Em sessão realizada em 14/03/2023, o CARF deu provimento ao recurso voluntário da empresa para anular a decisão de primeira instância e determinar o retorno dos autos à DRJ de Brasília para a realização de novo julgamento, considerando a integralidade dos argumentos suscitados pela empresa.</p> <p>Aguarda-se a realização do novo julgamento.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância administrativa julgou desfavoravelmente. 2ª instância administrativa anulou a decisão anterior determinando novo julgamento.
h. estágio do processo	Processo retornou à primeira instância administrativa
i. chance de perda	Possível: R\$ 2.970.084.815,09 e Remoto: R\$ 626.072.148,19
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda	Ajuizamento de ação judicial / pagamento / parcelamento Valor total envolvido: R\$ 3.596.156.963,28

Processo nº 17459.720047/2021-41	
a. juízo	CARF
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	24/11/2021
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil e JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.743.364.754,50
f. principais fatos	<p>Trata-se de Autos de Infração para cobrança de IRPJ e CSLL, , relativos ao ano-calendário de 2016, exigidos no contexto da suposta ausência de adição de lucros auferidos por controladas no exterior ao resultado da controladora brasileira, bem como da indevida dedução de créditos decorrentes do imposto de renda recolhido no exterior.</p> <p>Apresentada defesa administrativa com as seguintes linhas de argumentação: (I) é indevida a vedação à consolidação levada a efeito pela fiscalização; (II) óbice indevido ao aproveitamento de guias pagas no exterior, cujos pagamentos preencheram requisitos legais; (III) impossibilidade de concomitância com multa de ofício; (IV) apuração que leva em consideração crédito</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>tributário constituído em outro lançamento de ofício ainda não julgado; (V) Descabimento da exigência de juros sobre multa de ofício; e (VI) violação à inteligência do artigo 161 do CTN.</p> <p>Em primeira instância administrativa, nossa defesa foi julgada improcedente, o que ensejou a interposição de recurso voluntário.</p> <p>Aguarda-se a distribuição e julgamento do recurso voluntário pelo CARF.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância administrativa julgou desfavoravelmente.
h. estágio do processo	CARF
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda	Ajuizamento de ação judicial/pagamento/parcelamento. Valor total : R\$ 2.743.364.754,50

Processo nº 16561.720038/2020-39	
a. juízo	CARF
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	29/07/2020
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil e JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.025.904.248,95
f. principais fatos	<p>Trata-se de Autos de Infração para cobrança de IRPJ e CSLL, , relativos ao ano-calendário de 2015, exigidos sob o amparo das seguintes acusações fazendárias: (I) Impossibilidade de utilização do imposto de renda pago no exterior no decorrer do ano-calendário de 2014, para a compensação escritural das estimativas de IRPJ e de CSLL apuradas nos meses de agosto e setembro de 2015. Necessidade de se apurar o imposto de renda pago no exterior de forma individualizada; e (II) Impossibilidade de utilização do ágio em montante superior a 1/60 por mês e, havendo aproveitamento inferior ou igual a zero em determinado mês, impossibilidade de amortização ao percentual de 12/60 ao ano.</p> <p>Apresentada defesa administrativa com as seguintes linhas de argumentação: (I) expressa autorização legal e normativa à utilização do imposto de renda pago no exterior para a liquidação de estimativas apuradas no ano-subsequente; (II) regularidade da forma de apuração do ágio realizada pela empresa.</p> <p>Em primeira instância administrativa, nossa defesa foi julgada improcedente, o que ensejou a interposição de recurso voluntário.</p> <p>Em sessão realizada em 14/03/2023, o CARF deu provimento ao recurso voluntário da empresa para cancelar aproximadamente 80% da autuação</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	fiscal, reconhecendo a subsistência da forma pela qual a companhia aproveitou a dedutibilidade do ágio, mas mantendo a glosa das guias utilizadas (redução de R\$ 1.053.542.371,75 para R\$ 186.182.391,60). Aguarda-se intimação da empresa sobre o acórdão para a interposição do recurso cabível.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância administrativa julgou desfavoravelmente. 2ª instância administrativa julgamento parcialmente favorável para cancelar a quase integralidade dos autos de infração (redução de R\$ 1.053.542.371,75 para R\$ 186.182.391,60 – atualizado para data-base: mar/23).).
h. estágio do processo	CARF
i. chance de perda	Possível I: R\$ 652.367.274,74 e Remoto: 373.536.974,21.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda	Ajuizamento de ação judicial/pagamento/parcelamento. Valor total envolvido: R\$ 1.025.904.248,95

Processo nº 15746.720333/2022-26	
a. juízo	CARF
b. instância	Primeira Instância Administrativa
c. data de instauração	20/04/2022
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil e JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 503.160.728,35
f. principais fatos	<p>Trata-se de autos de infração lavrados para a glosa dos créditos básicos e presumidos da sistemática da não cumulatividade do PIS e da COFINS relativos ao 4º trimestre de 2016 que, no entender da Fiscalização, teriam sido indevidamente apropriados pela JBS S/A, determinando a retificação de sua escrita fiscal, a partir da exclusão do saldo glosado. O valor e expressivo em razão do reconhecimento extemporâneo de créditos presumidos da agroindústria pela empresa..</p> <p>Apresentada defesa administrativa com as seguintes linhas de argumentação: (I) vícios formais na labratura dos autos de infração; e (II) subsistência dos créditos pleiteados, especialmente do crédito presumido extemporâneo. Conjuntamente à defesa administrativa, apresentamos laudo pericial de auditoria externa validando a subsistência documental dos créditos pleiteados.</p> <p>Aguarda-se apreciação da defesa administrativa apresentada pela empresa.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não há decisão de mérito
h. estágio do processo	1ª instância administrativa
i. chance de perda	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda	Ajuizamento de ação judicial/pagamento/parcelamento. Valor total: R\$ 503.160.728,35

Processo nº 3.145.904	
a. juízo	TIT/SP
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	08/2012
d. partes no processo	Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo e JBS S.A. –Lins
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 591.015.778,59
f. principais fatos	<p>Trata-se de acusação fiscal que envolve, principalmente, infração na transferência de crédito de ICMS, uma vez que, na visão do Fisco, tal crédito deveria ter acompanhado a atividade econômica geradora do crédito, ao ter sido transferida para outro estabelecimento. A acusação fiscal tangencia outros aspectos, mas, essencialmente, essa transferência de crédito irregular teria implicado infrações de (i) transferência irregular de crédito; (ii) ausência de pagamento, por insuficiência de crédito, já que recebido de maneira irregular e (iii) obrigações acessórias pertinentes.</p> <p>A JBS figura no polo passivo da cobrança na medida em que é qualificada como sucessora da empresa que cometeu as infrações (Tinto Holding, anteriormente denominada Bracol Holding Ltda, e denominada Bertin Ltda. à época dos fatos). A Tinto Holding figura como responsável solidária na autuação. Em primeira instância administrativa, foi mantida a cobrança, ensejando a interposição de recurso pela empresa. Em julgamento perante a segunda instância administrativa, foi proferida decisão cancelando parcialmente a cobrança. Em face de tal decisão, foram interpostos recursos por ambas as partes (empresa e Fisco), em cujo julgamento restou anulada a decisão de segunda instância.</p> <p>Aguarda-se novo julgamento perante a segunda instância administrativa.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Possível
h. estágio do processo	R\$ 591.015.778,59
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 591.015.778,59

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Outros Processos

Processo Administrativo Sancionador CVM 5388/2017	
a. juízo	Comissão de Valores Mobiliários – CVM
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	08/12/2017.
d. partes no processo	CVM, JBS S.A., Seara, Wesley Mendonça Batista e Eldorado Brasil Celulose S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não há.
f. principais fatos	<p>Iniciado para apuração de eventual uso de informação privilegiada por parte da Companhia em negócios com contratos de dólar futuro, nos mercados de bolsa e balcão regulados pela CVM, em abril e maio de 2017. Foi anexado ao presente processo o Inquérito Administrativo 19957.006589/2017-35, aberto para analisar a atuação da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Seara Alimentos Ltda. Em negociações com contratos de derivativos cambiais em mercados de bolsa e balcão organizado regulados pela CVM, em maio de 2017. Em setembro de 2018, as partes apresentaram defesa e pedido de produção de provas, as quais permanecem com o Relator Diretor Henrique Machado para apreciação. Em sessão de julgamento do dia 29.05.2023, o Diretor Otto Lobo votou pela absolvição de Wesley Mendonça Batista, JBS S.A., Seara Alimentos Ltda., e Eldorado Brasil Celulose S.A. da acusação de infração ao inciso II, 'd', da Instrução CVM 8. O Diretor Alexandre Rangel acompanhou as conclusões do Diretor Relator no sentido de absolver os acusados. Porém, apresentou manifestação de voto para evidenciar os pontos de divergência e convergência em relação a parte dos fundamentos que suportam a absolvição dos acusados Wesley Batista, JBS e Seara. O Diretor João Accioly acompanhou as conclusões do Diretor Relator, tendo também apresentado manifestação de voto com as suas considerações sobre o caso. A sessão foi suspensa devido ao pedido de vista realizado pela Diretora Flávia Perlingeiro. O Presidente da CVM, João Pedro Nascimento, se declarou impedido e não participou do julgamento.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	O Colegiado da CVM, por 3x0, formou maioria para absolver todos os acusados neste PAS.
h. estágio do processo	A sessão foi suspensa devido ao pedido de vista realizado pela Diretora Flávia Perlingeiro.
i. chance de perda	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera que este processo poderia causar danos a sua imagem.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso a conclusão fosse pela caracterização do uso privilegiado de informações, seriam aplicáveis as penalidades previstas na Lei 6385/76 e pagamento de R\$ 11.711.000,00

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não aplicável, tendo em vista que não há processos relevantes dentre aqueles descritos no item 4.4. acima.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Processos sigilosos relevantes

A adoção de medidas pela Companhia para defender direitos e interesses, inclusive quanto à responsabilização de determinados administradores, ex-administradores e acionistas controladores por perdas supostamente causadas à Companhia.

Logo após terem vindo a público os fatos relacionados aos Acordos de Colaboração Premiada e de Leniência, a Companhia, provocada por seu acionista minoritário BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“**BNDESPAR**”), de forma diligente, convocou assembleia geral dos acionistas da Companhia, para o dia 1 de setembro de 2017 (“**AGE de Setembro**”) para deliberar sobre a responsabilização de determinados administradores, ex-executivos e acionistas controladores por perdas supostamente causadas à Companhia.

Em 14 de agosto de 2017, o BNDESPAR divulgou manifestação de voto sobre as matérias constantes da ordem do dia da AGE de Setembro, tendo antecipado que votaria favoravelmente à “(i) *promoção, pela Companhia, em até 90 (noventa) dias da realização da AGE, de ação de responsabilidade civil contra o administrador da Companhia Wesley Mendonça Batista e contra os ex- administradores da Companhia Joesley Mendonça Batista, Florivaldo Caetano de Oliveira e Francisco de Assis e Silva, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio em razão dos atos ilícitos confessados no âmbito do Acordo de Colaboração Premiada e do Acordo de Leniência celebrados junto ao Ministério Público Federal, nos termos do artigo 159 da Lei nº 6.404/76, com o conseqüente impedimento das referidas pessoas e substituição do administrador com mandato ainda em vigor, nos termos do § 2º deste mesmo artigo; (ii) promoção, pela Companhia, em até 90 (noventa) dias da realização da AGE, de ação de responsabilidade civil contra os seus acionistas controladores, nos termos do artigo 246 Lei nº 6.404/76, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio em razão dos atos ilícitos confessados no âmbito do Acordo de Colaboração Premiada e do Acordo de Leniência celebrados junto ao Ministério Público Federal; e (iii) contratação de auditoria forense externa independente e renomada para realizar*

(iii.1) quantificação dos danos gerados em função de tais ilícitos confessados e (iii.2) a identificação de eventuais outros responsáveis pelos danos”.

A AGE de Setembro, todavia, não chegou a ser realizada em decorrência de disputas judiciais iniciadas entre os acionistas controladores da Companhia, o BNDESPAR e a Caixa Econômica Federal, sobre o direito de voto dos acionistas controladores na AGE de Setembro ou em outras sobre o mesmo tema.

A Companhia tem em seu estatuto cláusula arbitral para resolução de disputas desta natureza, especificamente na Câmara do Mercado (“**CAM**”). Como resultado de ordens judiciais da Justiça federal de São Paulo e do Tribunal Federal regional da 3ª Região, a AGE de Setembro foi formalmente suspensa até que o conflito sobre o exercício do direito de voto pelos acionistas controladores fosse analisado e uma sentença arbitral fosse proferida.

A seguir, é apresentado um resumo dos procedimentos judiciais e arbitrais mencionados.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 30 de agosto de 2017, o BNDESPAR e a Caixa Econômica Federal ajuizaram um pedido de tutela de urgência em caráter antecedente, perante a 8ª Vara Cível Federal da Seção Judiciária de São Paulo, com base na tese de *"conflito de interesses"*, para impedir que a FB Participações S.A. ("**FB Participações**") (posteriormente sucedida por incorporação pela J&F), o Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A. votassem na AGE de Setembro, sobre a adoção de medidas pela Companhia para defender seus direitos e interesses, tendo em vista os fatos narrados nos Acordos de Colaboração e Acordo de Leniência ("**Ação Cautelar**").

Na Ação Cautelar, em 31 de agosto de 2017, foi deferido o pedido liminar pela Justiça Federal do Estado de São Paulo para determinar que os réus se abstivessem de votar e de se manifestar nos assuntos a eles concernentes na AGE de Setembro. Na mesma ocasião, foi determinada a instauração de arbitragem, sob pena de revogação da liminar.

Em 01 de setembro de 2017, nova liminar foi concedida, determinando a suspensão da realização da AGE de Setembro pelo prazo de 15 (quinze) dias, durante o qual deveria ser comprovada a instauração de procedimento arbitral para a solução de controvérsia a respeito da caracterização de impedimento de voto da acionista controladora da Companhia.

Em 15 de setembro de 2017, nova decisão judicial confirmou a liminar anteriormente concedida e determinou a suspensão da AGE de Setembro até que o conflito fosse analisado em definitivo em sede de arbitragem.

Neste entretempo, um acionista minoritário, com participação, adquirida após a assinatura dos Acordos de Delação Premiada e Leniência, ajuizou outro pedido de tutela de urgência em desfavor da própria Companhia, da FB Participações (posteriormente sucedida por incorporação pela J&F) e outros, perante a 2ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo com objeto bastante similar à Ação Cautelar. O pedido liminar foi indeferido, o processo foi extinto e o acionista minoritário foi condenado ao pagamento dos ônus sucumbenciais.

Em atenção às decisões judiciais proferidas na Ação Cautelar, em 11 de setembro de 2017, a FB Participações (sucessida pela J&F), o Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A. iniciaram um processo de arbitragem contra o BNDESPAR e a Caixa Econômica Federal, perante a CAM, com base na tese de *"inexistência de conflito de interesses"* para reconhecer o seu direito de voto na AGE de Setembro ("**Arbitragem nº 94/17**"). A Companhia figurou apenas como parte interessada neste processo. No curso da arbitragem, a Caixa Econômica Federal deixou de ser acionista da Companhia e, por isso, deixou de fazer parte na disputa.

Em fevereiro de 2020, o Tribunal Arbitral proferiu sentença na Arbitragem nº 94/17, tendo decidido, entre outras matérias, que *"a J&F está impedida de votar em qualquer AGE da JBS que venha a deliberar sobre a matéria objeto do item 'ii' da ordem do dia do edital de convocação da AGE originalmente convocada para o dia 1º de setembro de 2017"*.

Apresentados pedidos de esclarecimentos, em agosto de 2020, o Tribunal Arbitral emitiu nova decisão complementar, chegando à sentença definitiva, sem alteração do resultado, tendo a disputa assim se encerrado.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Diante do resultado da Arbitragem nº 94/17, o BNDESPAR notificou o Conselho de Administração da Companhia para que fosse convocada assembleia para deliberar sobre a propositura de ação de responsabilidade em face de ex- administradores, determinados colaboradores da Justiça e, ainda, do controlador direto e/ou indireto da Companhia, na forma dos artigos 159 e 246 da Lei das S.A.

Em 23 de setembro de 2020, a JBS divulgou fato relevante sobre o recebimento da solicitação do BNDESPAR e a convocação de reunião do seu Conselho de Administração para tratar do tema.

Em 29 de setembro de 2020, a Companhia publicou edital de convocação de assembleia geral para 30 de outubro de 2020 ("**AGE de Outubro**"), tendo como parte de sua ordem do dia, a deliberação sobre propositura de ação de responsabilidade, nos seguintes termos:

"(vi) por requerimento apresentado pela acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, com fundamento no artigo 123, parágrafo único, 'c' da Lei das S.A., deliberar sobre o ingresso de ação de responsabilidade em face de Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista, ex-administradores da Companhia, e do controlador direto e/ou indireto da Companhia, na forma do artigo 159 e 246 da Lei nº 6.404/76, com vistas à defesa de seus direitos e interesses, inclusive com relação às responsabilidades por prejuízos causados à Companhia por administradores, ex- administradores e controladores envolvidos nos atos ilícitos confessados nos Acordos de Colaboração Premiada e outros acordos cuja celebração foi divulgada em Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes publicados pela JBS;"

"(vii) por requerimento apresentado pela acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, com fundamento no artigo 123, parágrafo único, 'c' da Lei das S.A., deliberar sobre o ingresso de ação de responsabilidade em face de Florivaldo Caetano de Oliveira e Francisco de Assis e Silva, ex-administradores da Companhia, na forma do artigo 159 da Lei n. 6.404/76, com vistas à defesa de seus direitos e interesses, inclusive com relação às responsabilidades por prejuízos causados à Companhia por administradores, ex-administradores e controladores envolvidos nos atos ilícitos confessados nos Acordos de Colaboração Premiada e outros acordos cuja celebração foi divulgada em Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes publicados pela JBS;"

Na mesma AGE de Outubro, outra questão deveria ser tratada, em razão da existência de duas "**Outras Arbitragens Societárias**" (Arbitragens nº 93/17 e nº 110/18), iniciadas à revelia da Companhia e por conta e risco de dois acionistas minoritários que adquiriram participações acionárias diminutas após a assinatura dos Acordos de Colaboração e Leniência. Por isso, caso a AGE de Outubro aprovasse a adoção das medidas elencadas nos itens (vi) e (vii) da ordem do dia, seria necessário decidir também se a Companhia iniciaria, em nome próprio, um novo procedimento arbitral, ou apenas aderiria às Outras Arbitragens Societárias.

Para solucionar essa questão, a administração da Companhia incluiu o item (viii) na ordem do dia, que conferia aos administradores da Companhia certa discricionariedade para definir qual seria a melhor estratégia a ser seguida:

4.6 Processos sigilosos relevantes

"(viii) na hipótese de aprovação da deliberação objeto do item (vi) e/ou do item (vii), deliberar que caberá à administração avaliar e tomar as medidas pertinentes a essa matéria segundo o interesse social, inclusive avaliar a propositura de novas demandas ou a participação da Companhia nos Procedimentos CAM 93/17 e 110/18 em curso perante a Câmara de Arbitragem do Mercado."

Na AGE de Outubro, com exceção de um único voto contrário proferido por um acionista minoritário, (um dos requerentes das Outras Arbitragens Societárias), os itens (vi) e (vii) da ordem do dia foram aprovados pela integralidade dos acionistas que estavam autorizados a votar. O conclave contou com a presença de 256 acionistas, que detinham mais de 72,24% do capital social.

Por outro lado, em relação ao item (viii), os acionistas reunidos em assembleia decidiram retirá-lo de pauta em virtude do envio de nova manifestação pela BNDESPAR à Companhia, tornada pública antes de realizada a AGE de Outubro. Em resumo, por ampla maioria, os acionistas decidiram que a Companhia deveria iniciar procedimento arbitral autônomo para a responsabilização na forma dos itens (vi) e (vii) da ordem do dia, também decidindo não votar a possibilidade de a Companhia apenas aderir às Outras Arbitragens Societárias.

Dessa forma, os administradores da Companhia ficaram obrigados a adotar todas as medidas necessárias para instaurar novo procedimento arbitral, em nome da própria Companhia, para perseguir a indenização pelos eventuais prejuízos sofridos em decorrência dos fatos narrados nos Acordos de Colaboração e de Leniência.

Registra-se: a decisão tomada pelos acionistas da Companhia contrariou a recomendação de voto de sua própria administração, conforme apresentada e justificada na Proposta da Administração, no sentido de que a alternativa que melhor atendia aos interesses sociais era a de se aderir às Outras Arbitragens Societárias, posição que, contudo, não prevaleceu.

Nesse contexto, para dar fiel cumprimento à deliberação da assembleia, o Conselho de Administração da Companhia decidiu criar um comitê independente *ad hoc* ("**Comitê Independente**"), composto por membros sem qualquer vínculo com os acionistas controladores da Companhia, que atendem aos requisitos de independência descritos no §1º do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado.

O Comitê Independente foi criado para que a decisão tomada na AGE de Outubro fosse implementada de forma imparcial e adequada, sem sofrer eventuais (e indevidas) interferências daqueles que seriam demandados no procedimental arbitral.

O Comitê Independente se reuniu diversas vezes para tratar do assunto e, desde novembro de 2020, passou a analisar todas as alternativas e desmembramentos para que pudessem tomar a melhor decisão para implementar o ajuizamento da ação de responsabilidade civil, sempre no melhor interesse da Companhia.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 08 de janeiro de 2020, após analisar todos os aspectos relevantes, o Comitê Independente recomendou ao Conselho de Administração a imediata instauração de um novo procedimento arbitral, nos exatos termos das deliberações da AGE de Outubro, o que veio a ocorrer efetivamente em [27] de janeiro de 2021, com o protocolo, pela Companhia, do respectivo requerimento de arbitragem em desfavor de J&F, Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, Francisco de Assis e Silva e Florisvaldo Caetano de Oliveira perante a CAM ("**Arbitragem nº 186/21**").

O Tribunal da Arbitragem nº 186/21 foi válida e legitimamente formado e as partes firmaram Termo de Arbitragem estabelecendo um cronograma provisório para a submissão das manifestações escritas.

Em estrito cumprimento à deliberação da AGE de Outubro, a Companhia buscou, entre outros, a condenação conjunta e solidária de seus ex-administradores e controladores ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados que tenham sido causados, direta e indiretamente, ao seu patrimônio, em decorrência dos fatos narrados nos Acordos de Colaboração, a serem apurados ao longo da instrução ou na fase de liquidação da Arbitragem nº 186/21.

Por outro lado, a J&F, acionista controladora da Companhia, alegou que os fatos narrados nos Acordos de Colaboração que estão no escopo do procedimento arbitral foram, em parte, praticados pela própria Companhia e, por essa razão, apresentou pedido contraposto subsidiário pela J&F, para que, na hipótese de o Tribunal Arbitral entender que a J&F é responsável por indenizar a Companhia, que "*condene a JBS a ressarcir a J&F pela parcela da multa de R\$ 10,3 bilhões prevista na cláusula 16 do acordo de leniência que é de sua responsabilidade, com incidência de correção monetária e juros de mora a partir da data de cada pagamento efetuado pela J&F*".

Após alguns questionamentos apresentados por 2 acionistas minoritários da Companhia, em junho de 2022, o STJ, por unanimidade, declarou o Procedimento Arbitral nº 186/21 como competente para julgar a ação de responsabilidade contra os acionistas controladores pelos eventuais prejuízos sofridos em decorrência dos fatos narrados nos Acordos de Colaboração.

Em dezembro de 2022, o Procedimento Arbitral nº 186/21 foi encerrado mediante a celebração, e homologação pelo Tribunal Arbitral, de um instrumento de transação entre as partes. Os termos do encerramento foram comunicados ao mercado por meio de fato relevante divulgado em 22 de dezembro de 2022.

Outras Arbitragens Societárias

Processos de Arbitragem nº 93/17, e nº 110/18: referidos procedimentos foram instaurados à revelia da Companhia e por conta e risco de dois acionistas minoritários, com participação acionária adquirida após a assinatura dos Acordos de Colaboração e Leniência mencionados acima, com base em demandas de cunho societário (ação de responsabilização de controlador por perdas e danos), supostamente decorrentes dos Acordos de Colaboração e de Leniência.

4.6 Processos sigilosos relevantes

A Companhia figura nestas Outras Arbitragens Societárias apenas como parte interveniente-anuente, não tendo participado da formação do Tribunal Arbitral, deduzido pedidos, apresentado objeções ou mesmo produzido provas.

Até o momento, o Tribunal das Outras Arbitragens Societárias decidiu apenas questões preliminares, não tendo adentrado ainda no mérito da discussão.

Após o início da Arbitragem nº 186/21, a Companhia informou o fato nas Outras Arbitragens Societárias. A Companhia pediu, ainda, a extinção das Outras Arbitragens Societárias, especialmente em razão de entendermos que houve perda superveniente da legitimação extraordinária dos acionistas minoritários, para que a matéria seja como um todo discutida na Arbitragem nº 186/21, conforme deliberado pela AGE de Outubro, o que, a princípio, não foi acolhido pelo Tribunal Arbitral das Outras Arbitragens Societárias. Desde então, a validade e a possibilidade de continuidade desses procedimentos são objeto de discussão entre as partes em todas as esferas de exercício de direitos aplicáveis ao caso. Nesse sentido, não há expressão econômica que possa ser associada ou estimada aos casos nesse momento.

Em março de 2022, os Procedimentos arbitrais nº 93/17 e 110/18 foram suspensos por decisão do presidente do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em análise de conflito de competência.

Em 22 de junho de 2022, o STJ julgou pela extinção dos Procedimentos Arbitrais nº 93/17 e 110/18.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes

Processos relevantes em outras jurisdições

A Companhia apresenta, a seguir, um resumo sobre as principais contingências aplicáveis às suas controladas JBS USA e Pilgrim's Pride Corporation.

JBS USA

Processos da Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana ("EEOC")

Em setembro de 2008, aproximadamente 100 (cem) funcionários muçulmanos da JBS USA das unidades em Greeley, Colorado, se retiraram do trabalho quando souberam que não poderiam fazer uma pausa para orar ao pôr do sol para marcar o final do jejum de um dia, uma exigência religiosa durante o período do Ramadan. Aproximadamente 100 (cem) funcionários foram demitidos de unidades em Greeley após não voltarem ao trabalho dias depois. As queixas em nome da maioria dos funcionários demitidos foram registradas na EEOC, alegando, entre outras coisas, discriminação no emprego e omissão em acomodar as solicitações religiosas de funcionários.

Em 31 de agosto de 2009, a EEOC concluiu que os reclamantes haviam demonstrado motivo razoável para acreditar que a JBS USA violou determinação da lei de direitos civis ao proibir certas formas de discriminação no emprego, negar acomodação religiosa e retaliar contra trabalhadores que se queixaram de discriminação.

Após tentativa de conciliação, em 31 de agosto de 2010, a EEOC entrou com uma ação no Colorado contra a JBS USA, alegando discriminação e assédio racial e religioso. Processos separados foram iniciados em nome de outros funcionários, "intervenientes" supostamente afetados pelas ações da JBS USA. O caso foi dividido em duas fases. A Fase I consiste nas alegações da EEOC de que a Companhia empreendeu em prática de discriminação. A Fase II envolve reivindicações individuais dos intervenientes, incluindo os funcionários que foram demitidos, entre outros. O julgamento da Fase I ocorreu em agosto de 2017 perante o Tribunal Federal de Denver, Colorado. Em 24 de setembro de 2018, o tribunal de primeira instância emitiu as suas conclusões quanto à Fase I, rejeitando as reivindicações da EEOC. Em outubro de 2018, a JBS USA e a EEOC apelaram a decisão proferida no âmbito da Fase I. Em setembro de 2019, o Tribunal julgou improcedentes os recursos interpostos pelas partes, dando-se início a Fase II da lide. Existem aproximadamente 400 demandantes individuais no Colorado buscando indenização na Fase II. Na data deste Formulário de Referência, a JBS USA estima um potencial acordo no valor de USD 5,5 milhões (devidamente refletido em suas demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal finalizado em 27 de dezembro de 2020).

Reclamações Antitruste

Entre 28 de junho de 2018 e 23 de julho de 2018, nove processos judiciais coletivos foram movidos contra a JBS USA. Produtores de carne suína e a Agri Stats, Inc. no Tribunal Distrital de Minnesota, EUA, em nome de compradores diretos e indiretos de suínos, alegaram violações

4.7 Outras contingências relevantes

de leis antitruste federais e estaduais, concorrência desleal, enriquecimento ilícito, práticas comerciais enganosas e infração às leis de proteção ao consumidor. Em 17 de agosto de 2018, os autores nas ações apresentaram queixas em conjunto em nome de três pretendidas classes de autores, nomeando a JBS USA Holding para compor o polo passivo da ação. Em 7 de setembro de 2018, todas as ações foram remetidas ao mesmo juiz. Todos os réus, incluindo a JBS USA e a JBS USA Holding, apresentaram pedido de extinção do processo (*Motions to Dismiss*). A sustentação oral dos pedidos de extinção do processo (*Motions to Dismiss*) foi realizada em 28 de janeiro de 2019. Em 8 de agosto de 2019, o Tribunal concedeu o pleito dos réus e sem prejuízo rejeitou cada uma das reclamações consolidadas. Cada classe de reclamantes consolidadas protocolou queixas aditadas em 6 de novembro de 2019. Em 6 de dezembro de 2019, os demandantes diretos, a Comunidade de Porto Rico e os requerentes Winn-Dixie entraram com aditamentos aos pedidos. A JBS USA permanece como ré de todas as queixas, mas a JBS USA Holdings foi voluntariamente dispensada de todas as ações. Em 15 de janeiro de 2020, os réus remanescentes, incluindo a JBS USA, entraram com pedidos para extinção de todas as reclamações consolidadas, bem como das queixas aditadas protocoladas pelos demandantes diretos. A sustentação oral dos pedidos de extinção do processo (*Motions to Dismiss*) foi realizada em 13 de maio de 2020 e o Tribunal ainda decidirá sobre tais pedidos.

Em 3 de novembro de 2020, foi celebrado um acordo entre os compradores diretos de suínos, demandantes dos processos acima, e a JBS USA Food Company, JBS USA Food Company Holdings e a Swift Pork Company. O acordo ainda está sujeito à aprovação judicial. A Companhia poderá extinguir o acordo, caso mais de 15% do total das vendas de suínos efetuadas pelos réus nos EUA entre 2015 e 2019 optem por não se vincularem ao acordo.

Entre 23 de abril de 2019 e 22 de maio de 2019, cinco supostas ações judiciais coletivas foram movidas no Tribunal Distrital de Minnesota, Estados Unidos, no Tribunal do Distrito Norte de Illinois e no Tribunal do Distrito Oeste do Missouri em face da JBS USA Food Company, a Swift Beef Company, a JBS Packerland, Inc., a JBS SA e alguns outros processadores de carne bovina que compram gado. As ações no Distrito Norte de Illinois e no Distrito Oeste do Missouri foram julgadas improcedentes e dois dos três processos movidos no Distrito de Minnesota foram encerrados administrativamente. Em 15 de julho de 2019, uma queixa foi registrada no processo, com a denominação *In Re Cattle Antitrust Litigation*, processo nº 19-cv-01222-JRT-HB no distrito de Minnesota, pretendendo reivindicar pedidos em nome de supostas classes de pessoas ou entidades que vendem gado e pessoas que negociam contratos de futuros e/ou de opções de gado vivo na *Chicago Mercantile Exchange* ou em outra bolsa dos EUA. A queixa alega enriquecimento sem causa e alega violações da *Sherman Antitrust Act*, da *Packers and Stockyards Act* e da *Commodity Exchange Act*. Em 13 de setembro de 2019, todos os réus protocolaram pedido de extinção do processo (*Motions to Dismiss*). Em 4 de outubro de 2019, os autores apresentaram uma Segunda Reclamação Alterada Consolidada. Essa Segunda Reclamação Alterada Consolidada pretende reivindicar pedidos em nome de supostas classes de pessoas ou entidades que vendem gado alimentado e pessoas que negociam em futuros de gado vivo e/ou opções na *Chicago Mercantile Exchange* ou em outra bolsa dos EUA. A Segunda Reclamação Alterada Consolidada alega violações à *Sherman Antitrust Act*, à *Packers and Stockyards Act* e à *Commodity Exchange Act*. Em 13 de novembro de 2019, os réus apresentaram pedidos para rejeitar a Segunda Reclamação Alterada Consolidada e em 8 de junho de 2020 foi realizada sustentação oral. Em 28 de setembro de 2020, o Tribunal O Tribunal

4.7 Outras contingências relevantes

aceitou os pedidos e rejeitou as reclamações. No entanto, o Tribunal deu permissão para que, no prazo de 90 dias, os reclamantes aditem os seus pedidos (o que provavelmente farão).

Em 26 de abril de 2019, foi proposta uma ação coletiva em face da JBS USA Food Company Holdings, diversos outros frigoríficos e a Agri Stats, Inc. no Tribunal Distrital do Distrito de Minnesota por compradores diretos e indiretos de carne bovina, alegando violações de leis federais e estaduais antitruste, concorrência desleal, enriquecimento sem causa, práticas comerciais fraudulentas e violação a legislação consumerista. Em 11 de julho de 2019, os autores emendaram a inicial, excluindo a Agri Stats, Inc. do polo passivo da ação. Em 13 de setembro de 2019, a JBS USA Food Company Holdings apresentou pedido de extinção do processo (*Motions to Dismiss*) à Reclamação Aditada. Foi realizada sustentação oral em 8 de junho de 2020 e em 28 de setembro de 2020 o Tribunal aceitou os pedidos e rejeitou as reclamações. O Tribunal deu permissão para que os reclamantes aditassem os seus pedidos - o que fizeram em 28 de dezembro de 2020. A JBS USA está analisando os argumentos para um segundo pedido de extinção do processo (*Motion to Dismiss*) que deve ocorrer em 2021.

Em 6 de junho de 2020 e 18 de junho de 2020, duas ações coletivas foram movidas contra a JBS USA Holdings e diversos outros frigoríficos, perante o Tribunal Distrital de Minnesota, em nome de compradores diretos e indiretos de carne, alegando violações à *Sherman Antitrust Act*, de 1 de janeiro de 2015 até hoje, e, entre outros pedidos, buscam indenizações triplas e medidas preventivas. A JBS USA Food Company Holdings peticionará pedidos de extinção das ações (*Motions to Dismiss*).

Em dezembro de 2020, a Divisão de Antitruste do DOJ iniciou uma demanda civil investigativa (CID) com relação aos mercados de gado e de carne bovina. A CID pede informações relacionadas à aquisição e ao processamento de gado e à venda de produtos de carne bovina. A JBS USA está cooperando com o DOJ, mediante a disponibilização de documentação ao CID.

Subsequentemente, o Advogado Geral do Texas (Texas AG) deu início a outro CID relacionado aos mesmos temas acima mencionados. A JBS USA também está colaborando com o Texas AG, mediante a disponibilização de documentação.

Em 19 de outubro de 2020, o DOJ notificou a JBS USA sobre uma investigação criminal (*criminal subpoena*). A investigação trata de temas de antitruste e recursos humanos e com alcance, em primeira instância, a uma planta de suínos da JBS USA.

A JBS USA acredita ter forte defesa para cada uma das investigações e processos acima mencionados e pretende contestá-los com vigor. A JBS USA não pode prever quais serão os resultados de tais ações nem quando as mesmas serão extintas. Caso os demandantes sejam bem-sucedidos em seus pedidos ou se o DOJ detectar as supostas violações por meio de suas investigações, a JBS USA poderá ser responsabilizada por danos ou multas que poderiam gerar efeito material adverso às suas condições financeiras e aos seus resultados operacionais.

Ações e processos tributários

4.7 Outras contingências relevantes

Em 2017 o *Australian Tax Office (ATO)* abriu uma revisão da JBS Australia referente ao imposto de renda dos anos de 2015 a 2017. Em 30 de setembro de 2020, o ATO emitiu um aditivo ao procedimento administrativo para o imposto de renda do ano de 2015 por valor imaterial. A JBS Australia tem a intenção de contestar esta investigação. Nenhuma perda foi registrada pelos valores considerados no período investigado.

Pilgrim's Pride Corporation ("PPC")

Ações e processos tributários

Uma subsidiária mexicana da PPC está atualmente apelando de um ajuste tributário desfavorável proposto pelas autoridades fiscais mexicanas devido a uma transação específica realizada pela subsidiária mexicana durante os exercícios fiscais de 2009 e 2010. Os valores em discussão são de US\$ 24,3 milhões e US\$ 16,1 milhões para os exercícios sociais de 2009 e 2010, respectivamente. Na data deste Formulário de Referência, nenhuma perda foi registrada para esses valores.

In re Broiler Chicken Antitrust Litigation

Entre 2 de setembro de 2016 e 13 de outubro de 2016, uma série de ações judiciais coletivas em âmbito federal denominadas *In re Broiler Chicken Antitrust Litigation*, Processo nº 1:16-cv-08637 foram propostas perante o Tribunal Distrital do Distrito Norte de Illinois em face da PPC e de 19 outros réus por e/ou em nome de produtores e compradores diretos e indiretos de frango, alegando violações a leis federais e estaduais antitruste e de leis que versam sobre a concorrência desleal.

As ações buscam, dentre outras providências, o pagamento de danos triplicados por suposto conluio entre os réus para reduzir a produção e aumentar os preços dos frangos desde o período de janeiro de 2008 em diante. Os autores apresentaram três reclamações em conjunto: uma em nome de compradores diretos e duas em nome de grupos distintos de compradores indiretos. Entre 8 de dezembro de 2017 e 15 de janeiro de 2021, mais de 60 reclamações individuais foram apresentadas perante o Tribunal de Illinois por compradores diretos e individuais, nomeando a PPC como ré. As alegações refletem, em grande parte, as mesmas constantes das *class actions*.

Em 1 de setembro de 2020, o Procurador Geral do Novo México apresentou uma queixa perante o Primeiro Tribunal do Condado de Santa Fé, no México. A queixa apresenta as mesmas alegações constantes do *In re Broiler Chicken Antitrust Litigation*, sob a legislação do Novo México. Em 17 de dezembro de 2020, o Tribunal do Novo México exigiu que a PPC e todos os demais réus respondam a reclamação até o dia 1 de fevereiro de 2021.

Em 14 de outubro de 2020, a Companhia divulgou um fato relevante informando que a PPC celebrou um acordo com a Divisão Antitruste do *Department of Justice* dos Estados Unidos ("*Antitrust Division*") no que se refere à investigação sobre vendas de frangos de corte nos Estados Unidos. No acordo, que está sujeito à aprovação do *District Court* do Colorado, a PPC e a *Antitrust Division* concordaram em uma multa de US\$ 110.524.140 por restrições à

4.7 Outras contingências relevantes

competição (*restraint of competition*) que afetou três contratos de venda de produtos de frango de corte a um cliente nos Estados Unidos. O acordo não recomenda monitoramento, restituição ou período condicional (*probationary period*), e prevê que a *Antitrust Division* não apresentará acusações adicionais contra a Pilgrim's com relação a este tema, condicionado a que a Pilgrim's cumpra com os termos e condições do acordo.

Em 11 de janeiro de 2021 a PPC anunciou que celebrou um acordo para encerrar todas as reclamações da Classe Requerente de Compra Direta (*Direct Purchaser Plaintiff Class*) e que o acordo está sujeito à aprovação do tribunal. A PPC concordou em pagar ao requerente o equivalente a US\$ 75 milhões. Referido montante foi reconhecido como despesa, refletida nas demonstrações financeiras da PPC relativas ao exercício fiscal de 2020.

Outros processos

Em 10 de outubro de 2016, Patrick Hogan, demandando em nome próprio e em nome de uma classe de pessoas que adquiriram ações da PPC entre o período de 21 de fevereiro de 2014 e 6 de outubro de 2016, propôs uma ação coletiva perante o Tribunal Distrital do Distrito do Colorado em face da PPC e seus administradores. Alega o autor, entre outras coisas, que os registros da PPC na SEC continham declarações materialmente falsas e enganosas, incorrendo a PPC em descumprimento do dever de informar que: (i) a PPC estaria de conluio com vários de seus concorrentes da indústria para fixar preços no mercado de frangos, conforme alegado no litígio denominado *In re Broiler Chicken Antitrust Litigation*; (ii) sua conduta violou leis federais antitruste, (iii) as receitas auferidas pela PPC durante o referido período foram resultado de conduta ilegal; e (iv) que a PPC não possuía controle interno eficaz sobre os relatórios financeiros. A ação também afirma que a indústria da PPC era anticompetitiva. Em 4 de abril de 2017, o Tribunal determinou a inclusão do acionista George James Fuller no polo ativo da demanda. Em 11 de maio de 2017, o autor apresentou uma emenda à inicial, que prorrogou a data final para 17 de novembro de 2017. PPC e os outros réus apresentaram pedido de extinção do processo (*Motions to Dismiss*) em 12 de junho de 2017, e o autor apresentou sua resposta em 12 de julho de 2017. A PPC e os outros réus apresentaram contestação (*Reply*) em 1 de agosto de 2017. Em 14 de março de 2018, a Corte julgou improcedente o pedido do autor e proferiu sentença favorável à PPC e aos outros réus. Em 11 de abril de 2018, o autor interpôs recurso de apelação (*Motion to Reconsider*) perante o Tribunal e requereu a apresentação de uma segunda emenda à ação (*Second Amended Complaint*). Em 25 de abril de 2018, a PPC e os outros réus apresentaram suas contrarrazões ao recurso de apelação interposto pelo autor.

Em 19 de novembro de 2018, o Tribunal negou provimento ao recurso de apelação, porém concedeu permissão para que o autor apresente uma segunda emenda à ação (*Second Amended Complaint*). Até a data deste formulário de referência, não foi apresentada a segunda emenda à ação (*Second Amended Complaint*) requerida pelo autor.

Em 27 de janeiro de 2017, criadores de frangos propuseram uma ação coletiva em face da PPC e quatro outros produtores no Distrito Leste de Oklahoma, alegando, entre outras coisas, um conluio entre os réus para reduzir a concorrência por serviços de produtores e diminuir o preço pago aos cultivadores. Os autores alegam violações da *Sherman Act* e ao *Packers and*

4.7 Outras contingências relevantes

Stockyards Act e buscam a devida reparação dos danos supostamente suportados, dentre outras providências. Referida ação foi reunida a outra ação coletiva subsequentemente proposta, denominada *In re Broiler Chicken Grower Litigation*, Caso nº CIV-17-033-RJS ou *Grower Litigation*. Os réus (incluindo PPC), em conjunto, protocolaram pedido de extinção do processo (*motion do dismiss*) em 9 de setembro de 2017. O Tribunal de Oklahoma ordenou uma conferência de status para o dia 12 de fevereiro de 2021.

Em 9 de março de 2017, uma ação movida por acionistas da PPC, denominada DiSalvio v. Lovette, et al., foi interposta contra todos os diretores da PPC, no Tribunal Distrital do Condado de Weld, no Colorado. A denúncia alega, entre outras coisas, que os réus violaram seus deveres fiduciários ao não impedirem a PPC e seus funcionários de se envolverem em atividades antitruste, como alegado no litígio da *In re Broiler Chicken*, e de emitir declarações falsas e enganosas, como alegado em o litígio de ação coletiva de Hogan. Em 17 de abril de 2017, uma ação interposta por acionistas, denominado Brima v. Lovette, et al., foi instaurado contra todos os diretores da PPC no Tribunal Distrital do Condado de Weld, no Colorado. A ação de Brima contém basicamente as mesmas alegações da ação de DiSalvio. Em 4 de maio de 2017, as ações de DiSalvio e Brima foram transferidas para: (i) reunir os dois casos dos acionistas, (ii) manter a ação consolidada até a resolução do pedido de extinção da ação coletiva de títulos da Hogan, e (iii) nomear um advogado principal. O Tribunal concedeu a pedido em 8 de maio de 2017, mantendo o processo pendente de resolução do pedido de arquivamento da ação de Hogan.

Em 24 de janeiro de 2018, uma ação movida por acionistas da PPC, denominada Sciabacucchi v. JBS S.A. et al., foi interposta contra todos os diretores da PPC, Companhia JBS USA Holding e vários membros da família Batista, na *Court of Chancery* do Estado de Delaware. A denúncia alega, entre outras coisas, que os réus violaram seus deveres fiduciários decorrentes da aquisição da Moy Park pela PPC no mês de maio de 2017. Em 24 de maio de 2018, o Employees Retirement System da cidade de St. Louis apresentou uma queixa incidental, que era praticamente idêntica à queixa de Sciabacucchi. Em 2 de julho de 2018, o *Court of Chancery* decidiu pela consolidação dos casos e fazer da primeira queixa (Sciabacucchi) a ação principal. Também por determinação judicial, vários réus foram retirados do processo. Os demais réus são JBS S.A., JBS USA Holding e os diretores Lovette, Nogueira de Souza, Tomazoni e Molina. A PPC também permaneceu como ré. Em 15 de março de 2019, a Chancery Court negou o pedido dos réus de arquivamento da ação. Como resultado, o caso está avançando para a instrução e o julgamento está programado para começar em novembro de 2020. Em 3 de outubro de 2019, as partes firmaram um acordo concordando em resolver a lide por: (i) um pagamento em dinheiro à PPC pelos réus que não são da PPC de US\$ 42,5 milhões, deduzidos os honorários devidos ao advogado dos autores, bem como quaisquer taxas aplicáveis; e (ii) mudanças na governança corporativa a serem implementadas pela PPC. Nenhuma parte do valor acordado será pago pela PPC aos réus que não sejam acionistas da PPC. O acordo está sujeito à homologação do Tribunal do *Court of Chancery*, com uma audiência sobre a imparcialidade do acordo, prevista para 28 de janeiro de 2020. Em 2 de março de 2020, o valor do acordo foi transferido à PPC e a PPC reconheceu em suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 27 de dezembro de 2020 uma receita líquida de USD 34,6 milhões relativa a tal acordo.

4.7 Outras contingências relevantes

Entre 30 de agosto de 2019 e 16 de outubro de 2019, foram movidas no Tribunal do Distrito de Maryland quatro ações judiciais coletivas em face da PPC e vários outros produtores de aves, bem como o WMS (Webber, Meng, Sahl and Company) e a Agri Stats, no distrito de Maryland. Os demandantes representam uma classe nacional de trabalhadores de produção e manutenção não supervisionados em nível de planta de processamento. Os autores alegam que os réus conspiraram para manipular e deprimir a compensação paga aos trabalhadores da fábrica em violação à *Sherman Act*. Os autores pleiteiam ressarcimento de danos desde 01 de janeiro de 2009 até o presente. Os quatro casos são *Jien v. Perdue Farms, Inc.*, Processo nº 19-cv-2521; *Earnest v. Perdue Farms, Inc. et al.*, Processo nº 19-cv-02680; *Robinson v. Tyson Foods, Inc. et al.*, Processo nº 19-cv-02960; e *Avila v. Perdue Farms, Inc., et al.*, Processo nº 19-cv-03018. A ação mais grave foi consolidada com a queixa de Jien por uma ordem judicial proferida em 8 de outubro de 2019. Os réus apresentaram pedidos de extinção da ação (*Motions to Dismiss*) em 22 de novembro de 2019. A PPC apresentou pedido de arquivamento e, em 16 de setembro de 2020, o Tribunal deferiu o pedido. Os demandantes ingressaram com reclamações alteradas em 2 de novembro de 2020, renomeando a PPC e outros réus. Os réus foram movidos em 18 de dezembro de 2020. A conclusão do caso está prevista para 25 de fevereiro de 2021.

Em 6 de julho de 2020, *United Food and Commercial Workers International Union Local 464A* ("UFCW"), agindo em seu nome e de uma classe de pessoas que compraram ações da PPC entre 9 de fevereiro de 2017 e 3 de junho de 2020, ingressou com uma ação coletiva perante o Tribunal do Colorado contra a PPC e os Srs. Penn Lovette e Fabio Sandri. A reclamação alega, entre outras coisas, que as declarações públicas da PPC sobre seus negócios e as premissas de seus resultados financeiros eram falsos e enganosos devido à suposta falha dos réus em divulgar a sua participação em uma conspiração antitruste, conforme alegado no litígio de *Broiler* e na acusação (abaixo mencionada). Em 4 de setembro de 2020, o UFCW e o Conselho de Investimento do Estado do Novo México entraram com moções concorrentes para ser nomeado o autor principal de acordo com a Lei de Reforma de Litígio Privado. Uma decisão sobre o reclamante principal está atualmente pendente.

A PPC acredita ter forte defesa para cada um dos litígios acima mencionados e pretende contestá-los com vigor. A PPC não pode prever quais serão os resultados de tais ações nem quando as mesmas serão extintas. Caso os demandantes sejam bem-sucedidos em seus pedidos, a PPC poderá ser responsabilizada por danos ou multas que poderiam gerar efeito material adverso às suas condições financeiras e aos seus resultados operacionais.

Acusação contra o CEO da PPC

Em 3 de junho de 2020, a PPC teve conhecimento de uma acusação do Grand Jury do Distrito do Colorado contra Jayson Penn, então presidente e CEO da PPC, dois ex-empregados da PPC e um ex-empregado de outra companhia. A acusação alega que eles conspiraram para suprimir e eliminar a concorrência, por meio de conluio entre concorrentes, fixando preços e outras condições relacionadas à formação de preços para produtos de corte de frango vendidos nos EUA, violando a Seção 1 do Sherman Antitrust Act, 15 U.S.C.

Em 4 de junho de 2020, a PPC teve conhecimento de que o Sr. Penn se declarou inocente quanto às acusações. Em 15 de junho de 2020, o Sr. Penn iniciou uma licença remunerada. O Conselho

4.7 Outras contingências relevantes

de Administração da PPC indicou Fabio Sandri, até então CFO da PPC, para exercer interina e cumulativamente as funções de presidente e CEO interino da PPC. Em 23 de setembro de 2020, a PPC demitiu o Sr. Penn e nomeou o Sr. Sandri como seu presidente e CEO.

As consequências da acusação criminal em face do Sr. Penn, bem como as consequências de qualquer investigação governamental ou processo poderiam gerar efeitos materiais adversos nos negócios da PPC, em seus resultados operacionais e no preço de ações de sua emissão. Além disso, os resultados do *In re Broiler Chicken Antitrust Litigation*, da investigação antitruste do DOJ sobre as alegações de combinação de preço e outras condutas anticompetitivas na indústria de corte de frango e outros litígios são incertos, sendo que ações adversas, julgamentos ou acordos em alguns ou em todos os casos podem resultar em efeito material adverso, danos financeiros, multas, penalidades ou medidas cautelares contra a PPC. Qualquer reclamação ou litígio, ainda que integralmente indenizado ou segurado, podem prejudicar a reputação da PPC e a sua capacidade de competir e de contratar seguros no futuro.

Processos criminais

Operação Bullish

Investigação instaurada para apurar supostas irregularidades nos investimentos feitos pelo BNDESPAR na Companhia, em razão dos "achados" mencionados em acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no ano de 2015. Cabe mencionar que todas as irregularidades investigadas nesta operação foram descritas nos Acordos de Colaboração. Após o término da investigação, o MPF denunciou Joesley Mendonça Batista e outros indivíduos considerados envolvidos no caso por lavagem de dinheiro, crime contra o sistema financeiro nacional, administração fraudulenta, improbidade financeira e organização criminosa. No entanto, em 23 de maio de 2019, o juiz competente não recebeu a denúncia, alegando que Joesley Mendonça e outros indivíduos já haviam firmado Acordos de Colaboração a esse respeito. O ex executivo da Companhia e os demais indivíduos permanecem cooperando com as autoridades com as autoridades. O MPF recorreu da decisão de não recebimento da denúncia em face de Joesley Mendonça Batista. Na data deste Formulário de Referência, não foi proferida qualquer decisão sobre referido recurso. Importante ressaltar, que o procedimento judicial resultante da Operação Bullish é protegido por sigilo judicial e a Companhia não é parte da ação.

Operação Lama Asfáltica

Investigação instaurada em 2013 para apurar suposta formação de cartel por empresas do setor de construção civil, fraudes em procedimentos licitatórios e corrupção de servidores públicos. Em 10 de maio de 2016, a Polícia Federal do Brasil deflagrou a segunda etapa da "Operação Lama Asfáltica", com base em suspeitas sobre a realização de supostos pagamentos indevidos feitos a servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul em troca de certos incentivos fiscais no Estado de Mato Grosso do Sul. As investigações envolvendo os fatos relacionados à Companhia no Inquérito Policial nº 525/17 foram objeto de um relatório final que ensejou em duas ações penais (uma denúncia foi recebida e encontra-se em tramitação e outra foi rejeitada, atualmente aguardando julgamento do recurso interposto pelo MPF). Nenhum dos funcionários foi indiciado, tendo sido arrolados como testemunhas de acusação no processo criminal. Por fim,

4.7 Outras contingências relevantes

novamente importante ressaltar que, a Companhia não é parte deste procedimento, e as ações penais sobre o tema encontram-se acobertadas por sigilo judicial.

Operação Tendão de Aquiles

Investigação instaurada no ano de 2017 a partir da suspeita de cometimento dos delitos de *insider trading* e manipulação de mercado por parte de ex executivos da Companhia na realização de operações de compra de dólares e de ações de emissão da própria Companhia, a partir de informações privilegiadas relacionadas aos Acordos de Colaboração. Tal investigação ensejou o oferecimento de denúncia, pelo MPF, e início de Ação Penal em face dos ex executivos Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista. Em maio de 2019, o MPF ofereceu uma nova denúncia apenas em face do ex executivo Wesley Mendonça Batista com base nessa investigação, envolvendo fatos relacionados às empresas Seara Alimentos e Eldorado Celulose. Por fim, a Companhia não é parte nestes procedimentos e as ações penais sobre o tema encontram-se em fase de instrução criminal, sem prolação de sentença até a presente data e acobertadas por sigilo judicial.

Operação Porteira Aberta I e II

Investigação iniciada em 2015 para apurar supostos delitos de corrupção dentro da unidade frigorífica da JBS em Barra do Garças/MT, em razão de suspeitas de pagamentos indevidos por funcionários à servidores públicos federais do Serviço de Inspeção Federal - SIF. Os fatos investigados guardam relação com os fatos tratados na Operação Carne Fraca, relatados no âmbito das Colaborações Premiadas e tratados também no Acordo de Leniência. Em 10 de dezembro de 2019, as autoridades competentes iniciaram a fase II da investigação, buscando reunir evidências sobre informações divulgadas pelo ex executivo Wesley Mendonça Batista no seu Acordo de Colaboração Premiada. Por fim, a Companhia não é parte deste procedimento e as investigações sobre o tema encontram-se acobertadas por sigilo judicial.

Operação Carne Fraca

Investigação instaurada em março de 2017 para apurar suspeitas de pagamentos indevidos aos servidores públicos federais do Serviço de Inspeção Federal – SIF, realizados por várias empresas do setor frigorífico, pecuário e agrícola. Importante ressaltar que referido procedimento investigativo, ações penais derivadas, e os fatos apurados, estão acobertados pelo Acordo de Leniência firmado, com base nos relatos trazidos por colaborador da justiça (pessoa física), no âmbito das colaborações premiadas. Por fim, a Companhia não é parte nestes procedimentos e as ações penais e investigações sobre o tema encontram-se acobertadas por sigilo judicial.

Ações Populares

Operações Financeiras

Entre maio de 2017 e dezembro de 2017, várias ações populares foram movidas contra a Companhia, alegando conduta imprópria envolvendo transações financeiras relacionadas à Companhia. A seguir, é apresentado um resumo desses procedimentos.

4.7 Outras contingências relevantes

Em 29 de maio de 2017, uma ação popular foi ajuizada perante o Tribunal Federal do Estado de São Paulo contra a Companhia (AP 5007526-48.2017.4.03.6100 - 9ª Vara Cível Federal de São Paulo), alegando conduta ilícita envolvendo operações de câmbio, recompra de ações pela Companhia usando informações privilegiadas e irregularidades envolvendo operações financeiras com o BNDES. Em 18 de julho de 2017, o tribunal negou provimento à ação e os autores entraram com recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Até a data deste Formulário de Referência, a ação conta com sentença favorável à Companhia, está em grau de recurso, não apresenta expressão econômica e, dada a remota possibilidade de perda, essa referência será excluída na próxima atualização deste Formulário de Referência.

Em 29 de maio de 2017, uma ação popular foi ajuizada perante o Tribunal Federal do Estado de São Paulo contra a Companhia (AP 5007521-26.2017.4.03.6100 - 9ª Vara Cível Federal de São Paulo), alegando irregularidades no apoio financeiro concedido pelo BNDESPAR ao grupo da Companhia e favorecimento impróprio supostamente fornecido pelo BNDESPAR ao grupo da Companhia. Em 14 de dezembro de 2017, o tribunal negou provimento à ação, e os autores interpuseram recurso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Até a data deste Formulário de Referência a ação conta com sentença favorável à Companhia, está em grau de recurso, não apresenta expressão econômica e, dada a remota possibilidade de perda, essa referência será excluída na próxima atualização deste Formulário de Referência.

Em 22 de junho de 2017, uma ação popular foi ajuizada no Tribunal Federal do Estado do Maranhão contra a Companhia (AP 1001502-51.2017.401.3700), alegando irregularidades envolvendo contratos de empréstimos firmados com o BNDES. Em 15 de dezembro de 2017, o processo foi transferido para a 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo que, em 25 de setembro de 2018, declarou que não tinha jurisdição para julgar o caso e devolveu o processo ao Tribunal Federal do Estado do Maranhão. Em 13 de março de 2019, o Tribunal Federal do Estado do Maranhão ratificou sua decisão anterior, e o processo foi encaminhado novamente ao 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo para nova deliberação. Em 12 de setembro de 2019, o Superior Tribunal de Justiça, não conheceu do conflito de competência, o processo permanece, portanto, em São Paulo. A ação não apresenta expressão econômica e, dada a remota possibilidade de perda, essa referência será excluída na próxima atualização deste Formulário de Referência

Em 30 de junho de 2017, uma ação popular foi movida no 3º Vara da Fazenda Pública de Goiânia contra a Companhia (AP 5203744-56.2017.8.09.0051), alegando adesão indevida ao programa estabelecido pela Lei Estadual nº 18.459/14, conforme alterada pela Lei Estadual nº 18.709/14, que instituiu o Programa de Incentivo Fiscal à Regularização Fiscal de Empresas no Estado de Goiás (REGULARIZA). Em 16 de maio de 2018, foi proferida sentença julgando improcedente a ação popular. Processo extinto, sem julgamento de mérito, com decisão transitada em julgado, razão pela qual essa referência será excluída na próxima atualização deste Formulário de Referência.

Em 28 de dezembro de 2017, uma ação popular foi ajuizada no Tribunal Federal do Distrito Federal contra a Companhia (AP 1019930-11.2017.4.01.3400 - 14ª Vara Cível do Distrito Federal), alegando conduta ilícita envolvendo operações de câmbio, recompra de ações no

4.7 Outras contingências relevantes

mercado usando informações privilegiadas e irregularidades envolvendo operações financeiras com o BNDES. A ação foi transferida para o Tribunal Federal do Estado de São Paulo, e um processo de conflito de jurisdição foi submetido ao Superior Tribunal de Justiça, que decidiu por devolver o processo ao Tribunal Federal do Distrito Federal. O Tribunal Federal do Distrito Federal negou provimento à ação popular. Até a data deste Formulário de Referência a ação conta com sentença favorável à Companhia, está em grau de recurso, não apresenta expressão econômica e, dada a remota possibilidade de perda, essa referência será excluída na próxima atualização deste Formulário de Referência

Acordos de Regime Especial com o Estado do Mato Grosso do Sul

Em 5 de julho de 2017, uma ação popular foi movida contra a Companhia perante o Tribunal Estadual do Mato Grosso do Sul na tentativa de declarar a nulidade da aplicabilidade dos Acordos de Regime Especial (TARES) nº 1028/2014 e nº 1103/2016, bem como congelar propriedades de outros réus e da Companhia, até o valor equivalente às alegadas perdas sofridas pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Em 17 de novembro de 2017, o tribunal rejeitou as restrições impostas contra a propriedade da Companhia e dos demais acusados. Em 25 de abril de 2018, o tribunal reafirmou o efeito da liminar, determinando que a propriedade deveria ser liberada. Até a data deste Formulário de Referência, está pendente uma decisão de 1º grau sobre o processo principal.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado:

a) *se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política*

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de risco formalmente aprovada para todos os fatores mencionados no item 4.1. Entretanto, possui uma série de Instruções Normativas e Manuais de Procedimentos Internos, aprovados por cada plataforma de negócio ou diretoria, com o objetivo de descrever os procedimentos que devem ser adotados por todos seus colaboradores, mapeando possíveis riscos que a Companhia possa incorrer e definindo ainda as responsabilidades de cada colaborador da Companhia. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia aprovou documentos denominados Código de Conduta e Ética e Código de Conduta de Parceiros de Negócios, ambos globais, válidos e exigíveis em todas as regiões de atuação da Companhia.

A administração da Companhia criou uma área de conformidades legais voltada à segurança do trabalho. Composto por um grupo multidisciplinar, a área de conformidades legais é responsável por agir preventivamente em todas as unidades de produção do grupo para garantir a adequação das unidades às normas de segurança de trabalho vigentes no Brasil. O grupo de trabalho está ligado à Diretoria de Contencioso Trabalhista, que responde à Diretoria Executiva Jurídica de Contencioso Geral.

A JBS também possui uma política de relacionamento com entidades governamentais e agentes públicos, com o objetivo de gerenciar os riscos decorrentes de tratativas com órgãos governamentais. No início de 2020 foi publicada uma política global anticorrupção que traz diretrizes e orientações aos colaboradores, de acordo com as principais legislações sobre o tema.

Em 26 de maio de 2017, o conselho de administração da Companhia instituiu um Comitê de Governança e Remuneração, liderado pelo presidente do conselho, tendo como objetivo implementar as melhores práticas globais em governança corporativa e *compliance* na Companhia.

O Comitê de Governança e Remuneração do Conselho é um órgão interno de caráter consultivo e possui funções técnicas que têm por finalidade implementar práticas e políticas baseadas nos mais altos padrões globais de governança corporativa e *compliance*, bem como acompanhar o cumprimento de tais práticas e políticas pela Companhia. Para executar suas atribuições, o Comitê pode promover alterações no Código de Conduta e Ética e Código de Conduta de Parceiros de Negócios da Companhia e revisar periodicamente as políticas da Companhia, bem como Regimentos Internos dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia. As demais atribuições do Comitê estão especificadas no art. 11 do seu Regimento Interno.

O Comitê funciona em caráter permanente e pode ser composto por 3 a 5 membros, de mandato de prazo indeterminado, selecionados entre membros do Conselho de Administração, diretores ou executivos da companhia ou então profissionais externos com conhecimentos notórios. Dentre os membros, deve ser eleito um Presidente com atribuição de organizar e coordenar as atividades do Comitê.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Atualmente, o Comitê é composto por quatro membros. O cargo de Presidente do Comitê é exercido por Jeremiah O'Callaghan, Presidente do Conselho de Administração da JBS. Os demais membros são o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo (membro independente do Conselho de Administração da JBS), o Sr. Francisco Turra (membro independentedo Conselho de Administração da JBS). e o Sr. Gelson Luiz Merisio (membro independentedo Conselho de Administração da JBS).

O Código de Conduta e Ética e Código de Conduta de Parceiros da Companhia, ambos aprovados pelo Conselho de Administração em 24 de junho de 2020, foram originalmente escritos em português com uma linguagem clara e acessível a todos os níveis hierárquicos, sendo também traduzidos para outros 3 idiomas (inglês, espanhol e italiano). Os documentos estão disponíveis na rede mundial de computadores no site institucional de Compliance da Companhia (www.jbs.com.br/compliance), no site de Relação com Investidores e, além disso, no site do Linha Ética JBS. Ademais, ao público interno o Código de Conduta e Ética fica disponível na rede interna de comunicação, denominada Intranet JBS. Não existe hierarquia dentre as áreas responsáveis pela gestão de risco, sendo que todas se reportam ao Conselho de Administração.

Com relação ao item 4.3 a Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos de mercado, crédito e liquidez definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os desvios ou irregularidades de seus procedimentos internos ou com terceiros. A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos para o exercício de suas atividades. Os riscos abaixo são mitigados por meio de controles internos, treinamentos e da constante divulgação dos códigos de conduta e da Companhia tanto para seus parceiros de negócios quanto para seus colaboradores.

Através do Código de Conduta de Parceiros de Negócios aplicável aos seus parceiros de negócios ("CCPN"), a Companhia busca se proteger de riscos atrelados às violações de legislações e responsabilidade que lhe podem recair em decorrência da relação com seus parceiros. Através do CCPN a Companhia busca assegurar, por parte de seus parceiros, o cumprimento das leis (incluindo legislação de proteção ao meio ambiente, leis de defesa à concorrência, proteção contra práticas anticorrupção e anticoncorrenciais, legislação trabalhista, direitos humanos, leis de saúde e segurança do trabalho, entre outras). A Companhia busca ainda estabelecer diretrizes para prevenção de maus-tratos aos animais, bem como regular as práticas de doações, brindes e entretenimento, conflitos de interesse e contribuições políticas.

Através do CCPN a Companhia determina as diretrizes para tratamento de informações confidenciais e proteção de seus ativos.

Através do Código de Conduta e Ética aplicável aos colaboradores ("CCE") a Companhia busca se proteger de riscos atrelados às violações, pelos seus colaboradores das diretrizes previstas no CCE, incluindo:

- saúde e segurança no trabalho;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- diversidade no local de trabalho;
- ambiente livre de assédio;
- observação de regras trabalhistas e de imigração;
- segurança do alimento;
- proteção do meio ambiente e sustentabilidade;
- tratamento de conflito de interesse e transações com partes relacionadas;
- práticas anticorrupção e prevenção à lavagem de dinheiro;
- políticas de presentes, entretenimentos, contribuições políticas, doações filantrópicas e patrocínios;
- relacionamento com o governo e contratação com agentes públicos;
- relações com sindicatos;
- controles comerciais;
- práticas antitruste e concorrenciais;
- uso de informações privilegiadas;
- proteção de dados, propriedade intelectual, uso de ativos da Companhia e comunicações eletrônicas; e
- manutenção de livros e registros contábeis.

Por fim, a Companhia busca ainda proteção contra riscos das variações de taxas de câmbio, riscos de crédito, liquidez, taxas de juros e preços na compra de commodities.

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria de Controle de Riscos, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente pela Comissão de Gestão de Riscos e por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. As estratégias utilizadas pela Companhia vão desde análises detalhadas das demonstrações financeiras dos clientes da Companhia e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco à zeragem de exposições em mercados futuros em bolsa de valores e mercadorias. Uma vez identificadas as exposições financeiras da Companhia, as unidades de negócio precificam e zeram seus riscos junto à Diretoria de Controle de Riscos, que consolida esses riscos e busca proteção com operações no mercado de bolsa de valores. Esses riscos são monitorados diariamente para corrigir exposições adicionais ocasionadas por riscos de "gaps" e controles de margens e ajustes.

A discricionariedade da Diretoria de Controle de Riscos em determinar os limites de posição necessários para minimizar a exposição financeira da Companhia a moedas e/ou taxas de juros está limitada aos parâmetros de análise do VAR (Value at Risk) da carteira de derivativos.

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial (hedge), seguindo limitações e procedimentos dispostos em sua Política de Gestão de Riscos, buscando proteção para fatores de riscos relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. A gestão ativa e integrada dos riscos traz benefícios ao reduzir a volatilidade dos resultados consolidados, mas pode trazer resultados adversos quando da impossibilidade de proteção ao risco com uso de instrumento financeiro perfeitamente correlacionado, proteção parcial ou não realização de fluxo futuro projetado. Cada um dos fatores de riscos financeiros é analisado de forma profunda, levando em conta inclusive as suas correlações; desta forma, para acomodar e viabilizar proteção adequada, a Política de Gestão de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos permite que seja contratada desde nenhuma a uma vez e meia a necessidade de proteção contábil de cada fator, levando-se em consideração a existência de instrumentos líquidos e adequados, e sua correlação com o objeto de proteção para análise da efetividade de proteção.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção do risco

A Companhia utiliza do CCPN e do CCE, bem como de suas instruções normativas internas para informar preventivamente seus colaboradores e prestadores de serviços dos princípios gerais de conduta ética aceitável pela Companhia.

Para a proteção dos fatores de risco de mercado a Companhia utiliza os seguintes instrumentos:

Risco de taxas de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate), EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), e IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

Para esse fator de risco a Companhia utiliza instrumentos de proteção como futuros de taxa de juros e swaps para troca de indexador.

Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia.

Risco de variação cambial

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos às estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Conselho de Administração, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), DFs (Deliverable Forwards), contratos de opcionalidade e contratos de troca de indexador (swaps); visando à proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

denominados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Euro (€), Libra Esterlina (£), Peso Mexicano (MEX\$) e Dólar Australiano (AUD).

Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia.

Risco de Crédito

A Companhia é potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas a órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição definidos pela Comissão de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer aos limites descritos na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Risco de preço de commodities

A Companhia e suas controladas atuam globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e suas controladas e propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições. Observando a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e as limitações de alçada, a Comissão supervisiona a execução de tais estratégias e acompanha seus resultados.

Parte significativa dos insumos da Companhia e suas controladas são ativos biológicos sensíveis à estocagem. Visando manter o fluxo contínuo destes insumos, são utilizados contratos de compra a termo com os fornecedores. Para complementar a compra a termo, garantindo preço e volume mínimo de insumo comprado para um horizonte de planejamento pré-definido pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração, bem como para mitigar os riscos de oscilações de preços sobre estoques e vendas contratadas, a Companhia e suas controladas empregam o uso de instrumentos de proteção financeira adequados a cada situação, notadamente os contratos de futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), DFs (Deliverable Forwards) e contratos de opcionalidade

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de commodities, . A Companhia julga adequado assumir o valor médio gasto com os insumos como parâmetro indicativo de valor operacional a ser protegido pelos contratos firmes.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas poderão ter em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre EBITDA em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de Riscos

O gerenciamento dos temas presentes no CCPN e CCE é realizado pela Diretoria de Compliance com o suporte das áreas: (i) controles internos, responsável pelo mapeamento dos processos e dos possíveis riscos que a Companhia possa incorrer; (ii) recursos humanos, responsável por engajar, disseminar e assegurar a cultura de integridade na Companhia; (iii) jurídico, responsável por avaliar e, quando cabível, tomar as medidas legais pertinentes.

Não existe hierarquia dentre as áreas acima mencionadas, sendo que todas se reportam ao Conselho de Administração.

A Política de Gestão de Riscos da Companhia orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela Comissão de Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

O Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

O Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos auxilia o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária nas análises dos reflexos do cenário econômico mundial na política financeira da Companhia. O Comitê Financeiro atua no aprimoramento de regras e procedimentos para controle e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

gestão de riscos de mercado e de crédito. Para tanto, o órgão pode recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões pela Companhia, bem como analisar e revisar os índices econômico-financeiros e o fluxo de caixa. As demais atribuições do Comitê Financeiro estão especificadas em regimento interno próprio.

O Comitê Financeiro funciona em caráter permanente e será composto por 3 a 5 membros, de mandato de prazo indeterminado, selecionados entre membros do Conselho de Administração, diretores ou executivos da companhia ou então profissionais externos com conhecimentos notórios. Dentre os membros, deve ser eleito um Presidente com atribuição de organizar e coordenar as atividades do Comitê.

Este Comitê tem o auxílio da Diretoria de Administração e Controle, cabendo à esta Diretoria a supervisão independente da implementação da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities, verificando o enquadramento das operações financeiras executadas pela Diretoria de Controle de Riscos em relação à Diretriz de Proteção Vigente.

Por fim, cabe citar a o trabalho desempenhado pela auditoria corporativa, auxiliando a Diretoria Executiva na avaliação dos sistemas e processos garantindo a consistência dos processos

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que o CCPN e o CCE, suas instruções normativas e políticas internas, bem como sua estrutura organizacional indicada acima, são adequados para o gerenciamento dos riscos para os quais busca proteção. Além disso, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para conferir razoável segurança em seus processos e demonstrações financeiras.

A Companhia entende que, nos termos da Política de Gestão de Riscos (e de acordo com seu estágio atual de implantação), cabe ao Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria Executiva realizar a verificação da efetividade das práticas adotadas. Nesse contexto, a Diretoria reporta-se à Comissão de Gestão de Riscos. O Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos acompanha a implementação da política de hedge, auxiliando o Conselho de Administração na supervisão das atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a Diretoria Executiva. Desse modo, a Companhia entende adequada a sua estrutura operacional para verificação da efetividade da política adotada. A auditoria interna, na forma gradativa de sua estruturação, tem assumido o monitoramento das ações acima pontuadas.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atua no segmento do Novo Mercado da B3 e a efetividade dos controles é regularmente monitorada como parte da sua gestão. Destacamos em 2017 a criação da Diretoria Global de Compliance, cuja principal função foi a implementação de um programa de práticas antifraude e anticorrupção (maiores informações podem ser obtidas no item 5.3 deste Formulário de Referência). Abaixo uma breve descrição das principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia:

I. *Controles Internos*

O ambiente de controles internos abrange as atividades do Conselho de Administração, Comitês que assessoram o Conselho de Administração, Presidências, Diretorias, Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o objetivo de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas. Os processos, políticas e sistemas da Companhia são continuamente reavaliados e testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade e desempenho dos controles existentes relacionados a:

- demonstrações financeiras;
- gestão e obrigações chaves ao negócio;
- *compliance*, normas, regulamentos, políticas e procedimentos;
- monitoramento permanente do rígido respeito às leis;
- segregação de funções – evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos através da aderência aos controles da Companhia.

Além disso, a Companhia, com um contínuo trabalho de alinhamento às melhores práticas de mercado na gestão de controles internos e compliance, também aplica em vários ciclos de negócio a metodologia Control Self Assessment (CSA).

Em linha com a intenção de abrir o capital na bolsa de valores de Nova York (*New York Stock Exchange* – NYSE), a Companhia criou, em agosto de 2016, a Gerência de Controles Internos, cuja principal atribuição consiste em realizar o mapeamento e adequação dos processos relacionados com as demonstrações financeiras da companhia no Brasil às exigências da lei norte-americana Sarbanes-Oxley. Este trabalho foi realizado com o apoio de uma grande firma de consultoria reconhecida internacionalmente e seu escopo abrangeu a realização de fluxogramas, matrizes de riscos e avaliações dos controles (*walkthroughs*) em três níveis: controles corporativos da organização (*Entity Level Controls*), controles gerais dos sistemas de informação (ITGCs) e controles dos processos da Companhia (*Process Level Controls*).

II. *Sistemas de Informação*

A Companhia opera em suas mais distintas divisões de negócios com sistemas integrados, que registram as transações desde o pedido de venda até sua efetiva contabilização. As transações realizadas possuem registros de logs, possibilitando uma melhor análise de incidentes e a identificação do responsável pelo processo através de trilhas de auditoria.

5.2 Descrição dos controles internos

Os sistemas são parametrizados de acordo com as melhores práticas de governança, exigindo aprovação nos processos de compras de acordo com o nível hierárquico e controles de alçadas. Da mesma forma, as transações registradas com divergências em relação às políticas da empresa, exigem aprovação específica para a sequência do processo, composto por alçadas de acordo ao nível hierárquico.

No processo de gerenciamento de mudanças em seus sistemas, a Companhia conta com ambientes segregados para desenvolvimento, homologação e produção, garantindo que todas as alterações sejam testadas e monitoradas antes de sua implementação.

O acesso aos sistemas e seus módulos (inclusive o contábil) é realizado por perfil de acesso, que é definido de acordo com a função de cada colaborador dentro da organização. Desde 2013 a Companhia informatizou sua Matriz de SOD (*Segregation of Duties*) no Brasil, contribuindo para a automatização do processo de segregação de funções, através da identificação de acessos críticos e definições de prováveis conflitos de acesso, resultando em um método mais efetivo de controles de situações de conflitos de interesse. O controle de liberação de acessos e perfis é centralizado e realizado por uma área exclusiva pertencente à Diretoria Corporativa de Tecnologia da Informação. Todas as solicitações são registradas e, se aplicável, autorizadas eletronicamente através de aprovações de acordo ao nível hierárquico no sistema GCA (Gerenciador de Controle de Acesso) que possui integração com a matriz de SOD do Sistema ERP. Anualmente é realizada uma campanha de revisão de acessos através desta ferramenta.

Em 2017, a Companhia construiu um novo Data Center de alta disponibilidade abrangendo todos os negócios no Brasil, mitigando o risco de interrupções nos sistemas que suportam suas operações.

Cumprindo com os requisitos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados que estabelece regras específicas para o tratamento de dados pessoais), a Diretoria Corporativa de Tecnologia da Informação desenvolveu controles e estruturas para atender aos direitos dos titulares de dados pessoais. Foi criado o Escritório de Privacidade e também o Comitê de Privacidade, composto por diretores de diversas áreas. A Companhia desenvolveu políticas de privacidade para seus colaboradores e terceiros, política de retenção e descarte de dados, além da readequação de seus contratos com cláusulas específicas de privacidade de dados pessoais. Foram adquiridas ferramentas de gestão de consentimento, gestão de *cookies* e direitos do titular. Também foi disponibilizado na sua página na internet um canal para acolher solicitações de dados pessoais: jbs.com.br/contato/portal-de-privacidade

III. *Segurança da Informação*

As práticas de Segurança da Informação contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados, pelos ambientes de informática, documentos, arquivos, cópias de segurança de sistemas, acessos controlados aos sistemas e informações e proteção na geração e tráfego de dados, dentre outras ferramentas de gestão em segurança. Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas, focados na absoluta proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes internos, bem como das informações estratégicas da Companhia. Também foi implantado o Plano de Continuidade de TI, que formaliza as ações a serem adotadas para que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para a Companhia como para as partes interessadas.

Em linha com as melhores práticas de segurança disponíveis no mercado, anualmente a Companhia realiza um teste de invasão aos seus sistemas, o "Pentest", conduzido por empresas especialistas em segurança da informação, buscando identificar vulnerabilidades que possibilitem

5.2 Descrição dos controles internos

ataques através de hackers aos sistemas da Companhia. Os resultados destes testes são devidamente reportados à Auditoria Interna, Diretor Administrativo Estatutário e ao Diretor Presidente da Companhia.

IV. *Auditoria Interna*

A Auditoria Interna da Companhia avalia os processos e sistemas de forma independente, verificando sua conformidade com as políticas e normas adotadas através de uma abordagem padronizada e disciplinada, destinada a aprimorar as práticas de gerenciamento de riscos e controles internos, agregando valor à governança corporativa e servindo de referência na tomada de decisão. Além disso, investiga eventuais casos de fraude, desvio de recursos e/ou danos ao patrimônio.

A Auditoria Interna foi implantada em junho de 2004 visando o fortalecimento da governança corporativa, através dos seguintes princípios:

- riscos estejam devidamente identificados e controlados;
- informações financeiras, gerenciais e contábeis estejam íntegras e disponíveis;
- ações dos colaboradores estejam de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Companhia;
- recursos sejam adquiridos ao menor custo, usados de maneira eficiente e adequadamente protegidos; e
- aspectos relacionados com qualidade e melhoria contínua nos processos sejam estabelecidos.

O Departamento de Auditoria da Companhia utiliza uma metodologia de mapeamento de riscos baseada nos frameworks: COSO I ERM - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway, COBIT 4.1, ITIL 2.0 e ISO27001, obedecendo os seguintes critérios:

- identificar os riscos e controles;
- avaliar o impacto em caso de materialização;
- avaliar a frequência em que o risco pode se materializar.

Anualmente é realizado um plano plurianual, onde são definidos os ciclos de auditoria, sendo:

- Unidades ou processos de risco alto – Auditados anualmente com escopo completo;
- Unidades ou processos de risco médio – Auditados a cada 03 anos com escopo completo;
- Unidades ou processos de risco baixo – Auditados a cada 05 anos com escopo limitado.

Os testes de auditoria são realizados com base na matriz de riscos, matriz de controles internos e considerações da liderança (Presidente do Conselho de Administração, Presidentes das Divisões de Negócio e Diretores Executivos) e dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário. Além disso, o departamento de Auditoria também utiliza ferramentas de auditoria contínua, permitindo o monitoramento on-line dos mais diversos indicadores de riscos e possibilitando a demonstração tempestiva da evolução dos riscos para Alta Administração.

Os resultados dos trabalhos e planos de ação são reportados ao Presidente e ao Comitê de Auditoria Estatutário. Mensalmente, a Auditoria Interna acompanha o status dos planos de ação, visando a garantia da implementação e sua efetividade.

5.2 Descrição dos controles internos

V. *Ouvidoria*

A Ouvidoria da Companhia foi criada em 2010 e é o canal de comunicação disponibilizado a todos os colaboradores, clientes, fornecedores ou qualquer pessoa que possua algum relacionamento com o grupo JBS, para que possam compartilhar suas reclamações, sugestões ou elogios. Os assuntos reportados à Ouvidoria são analisados e encaminhados ao Diretor responsável para análise e providências cabíveis. Após tratativas, a Ouvidoria entra em contato com o reclamante a fim de informar sobre as ações realizadas. A partir de novembro de 2021 os canais de contato com a Ouvidoria foram unificados ao canal independente “Linha Ética” da Diretoria Global de Compliance, que também a partir desta data passou a ser responsável pela gestão e acompanhamento da Ouvidoria. Maiores informações sobre o canal de denúncias “Linha Ética” estão descritos no item 5.3 deste Formulário de Referência.

VI. *Compliance Corporativo*

Em 2017, a Companhia reestruturou seu departamento de *Compliance*. A área passou a contar com um Diretor Global, responsável pela implementação e supervisão das iniciativas da área em todas as regiões de atuação da Companhia. Maiores informações sobre este departamento estão descritos no item 5.3 deste Formulário de Referência.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

I. *Conselho de Administração*

O Conselho de Administração da Companhia toma decisões colegiadas, cuja vontade é expressada mediante deliberação e voto da maioria dos Conselheiros, não conferindo a seus membros, isoladamente, qualquer atribuição na administração da Companhia. É composto por 09 membros, dos quais 07 são independentes, correspondendo a 77% do total de sua formação.

Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração: determinar a orientação geral dos negócios da Companhia; aprovar políticas de gestão de riscos e financeiras; fiscalizar a gestão da diretoria e dos diretores; aprovar a criação de Comitês, seus respectivos regulamentos com regras específicas relativas aos trabalhos, competência, remuneração e procedimentos; escolher e destituir os auditores independentes. Com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança, em 2017 a Companhia reformulou a estrutura dos comitês que apoiam o Conselho de Administração. Atualmente conta com o apoio de seis comitês específicos que o auxiliam nas deliberações estratégicas para o negócio: Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão.

As reuniões ocorrem ordinariamente a cada 3 (três) meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração, exceto o Comitê de Auditoria Estatutário que possui reuniões bimestrais e o Comitê de Partes Relacionadas cujas reuniões são convocadas sempre que necessário.

II. *Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental*

Orienta o Conselho de Administração com relação aos riscos e oportunidades existentes nas ações de sustentabilidade e responsabilidade sócio ambiental. É responsável por cuidar e

5.2 Descrição dos controles internos

conectar todos os assuntos relacionados ao tema nos negócios da companhia, em seus aspectos globais, tais como: identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que resultem em riscos ou impacto nos negócios; acompanhamento e implementação de políticas, estratégias e ações específicas; e avaliação de propostas de investimentos em sustentabilidade e responsabilidade sócio ambiental.

III. *Comitê de Auditoria Estatutário*

Tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação à qualidade dos relatórios financeiros da Companhia, bem como com relação aos processos de gestão de riscos e às atividades dos auditores internos e independentes. O Comitê revisa os trabalhos conduzidos pela auditoria interna e aprova as diretrizes e os planos de ação para o exercício em curso, além de avaliar as demonstrações financeiras trimestrais e anuais e apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê, além de elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das suas atividades, que é enviado ao Conselho de Administração.

IV. *Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos*

Este Comitê auxilia o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária nas análises dos reflexos do cenário econômico mundial na política financeira da Companhia. Atua no aprimoramento de regras e procedimentos para controle e gestão de riscos de mercado e de crédito com o objetivo de diminuir o risco de oscilação de preços e gerar valor aos acionistas, além de contribuir para a mitigação de outros riscos que a companhia está naturalmente exposta.

V. *Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação*

É um órgão interno de caráter consultivo. Possui funções técnicas que têm por finalidade implementar práticas e políticas baseadas nos mais altos padrões globais de governança corporativa e *compliance*, bem como acompanhar o cumprimento de tais práticas e políticas pela Companhia.

VI. *Comitê de Partes Relacionadas*

O Comitê de Partes Relacionadas busca assegurar que as transações da Companhia e de suas controladas e coligadas, envolvendo partes relacionadas sejam realizadas levando em consideração em primeiro lugar o melhor interesse da Companhia, em condições ordinárias de mercado, negociadas de forma independente, mediante processo transparente, ético, em conformidade com a legislação vigente e em termos não menos favoráveis à Companhia do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são Partes Relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares.

VII. *Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão*

Assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação às regras e princípios de processos relacionados à gestão de pessoas, por meio da definição, implementação e gerenciamento de programas de diversidade e inclusão, incluindo mas não se

5.2 Descrição dos controles internos

limitando aos processos de recrutamento, contratação, treinamento, promoção e demissão promovendo um local de trabalho de inclusão, alinhados à estratégia, cultura e valores da Companhia para promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso e inclusivo; ser responsável pelo desenvolvimento de ações afirmativas, com base no trabalho que será desenvolvido por grupos internos dentro da Companhia, com o objetivo de realizar uma escuta ativa dos colaboradores e traçar planos de ação a partir das oportunidades de melhoria detectadas.

VIII. *Conselho Fiscal*

É um órgão societário independente da administração e dos auditores externos. Funciona de forma permanente, sendo composto por 04 membros efetivos e 04 membros suplentes. Dentre outras suas principais atribuições contemplam: fiscalizar os atos dos administradores, opinar sobre determinadas propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à Assembleia Geral para deliberação e analisar as demonstrações contábeis.

IX. *Diretor Presidente (CEO)*

Compete ao Presidente exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe, para tanto, organizar, coordenar e supervisionar as atividades dos Presidentes dos Negócios e Diretores Corporativos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

X. *Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos Corporativo*

Esta diretoria foi criada em outubro de 2017 e é responsável na América do Sul pela Gerência de Auditoria Interna e Gerência de Controles Internos. Reporta-se de forma independente ao Comitê de Auditoria Estatutário, fornecendo a este as informações técnicas necessárias relacionadas ao ambiente de controles internos da Companhia.

XI. *Compliance Corporativo*

Em 2017, com a criação da Diretoria Global de Compliance, o reporte do departamento foi alterado, passando a responder diretamente ao Conselho de Administração. Também foi criado o Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, responsável por auxiliar o Conselho no monitoramento das atividades da área.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A efetividade dos controles é regularmente monitorada como parte da gestão, já que um controle eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

5.2 Descrição dos controles internos

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras e pela avaliação da eficácia do controle interno. Conforme descrito nos itens 5.3(a) e 5.3(b), a eficiência dos controles internos é supervisionada pelos membros da Diretoria da Companhia, de forma individual, e pelo Conselho de Administração, de forma colegiada e consolidada.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Administração entende que as deficiências e recomendações sobre os controles internos da Companhia apontadas pelos auditores independentes, não causaram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O relatório circunstanciado do Auditor Independente não apontou deficiências materiais nos controles internos da Companhia e de suas controladas. As recomendações do Auditor Independente resumem-se em melhorias nos procedimentos de conciliação contábil com determinados relatórios financeiros, jurídico e tributário na Companhia e nas suas controladas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia reconhece os apontamentos pontuais que resultaram nas recomendações dos auditores sobre melhorias nas conciliações contábeis e entende que não representam deficiências significativas e que são rotineiramente monitorados pela contabilidade. As melhorias em controles de tecnologia da informação não representam riscos à segurança dos sistemas computacionais da Companhia.

5.3 Programa de integridade

5.3. Programa de integridade

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) *os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas*

O Programa de Compliance da JBS denominado “Faça Sempre o Certo”, possui um conjunto de mecanismos que visa a prevenção, detecção e remediação de desvios comportamentais, regulatórios, bem como de atos lesivos contra a administração pública nas relações que a Companhia mantém com outras organizações, indivíduos, governo e a sociedade. Auditado interna e externamente por auditores independentes, o programa é baseado em diretrizes e melhores práticas relacionadas às leis anticorrupção nacionais e estrangeiras. Os oito pilares de atuação do programa são:

- 1) Avaliação de riscos: a área de Compliance realiza a cada dois anos a avaliação de riscos de integridade da Companhia, que são identificados, classificados e monitorados através de uma matriz baseada em probabilidade e impacto, onde são estabelecidos planos de ação de modo a eliminar ou reduzir os riscos nas operações da Companhia.
- 2) Liderança e Governança: “tone at the top” é o princípio que guia o nosso programa e descreve o alinhamento e comprometimento da Alta Administração como fator fundamental para disseminar a cultura de integridade, garantindo que o Programa permeie os demais níveis da Companhia.
- 3) Políticas e Procedimentos: este pilar estabelece documentos complementares aos Códigos de Conduta e Ética e diversos outros temas relacionados ao Programa, em resposta ao processo de avaliação de riscos.
- 4) Canal de Denúncias: a Companhia disponibiliza o canal de denúncia, denominado “Linha Ética JBS”, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, via telefone ou internet em português, inglês, espanhol e italiano através do telefone ou internet, para todos os colaboradores, parceiros de negócios ou qualquer parte interessada, para reportar violação ou potencial violação aos Códigos de Conduta e Ética, das políticas e dos procedimentos internos ou da legislação vigente.
- 5) Controles: mediante situações de risco de integridade identificadas, o Compliance executa controles preventivos e detectivos, com o fim de mitigar potenciais violações ao Programa. Os controles são desenhados em conjunto com as áreas responsáveis e ocorrem nas formas de travas sistêmicas, monitoramentos eletrônicos, fluxos e alçadas de aprovação, dentre outros.
- 6) Treinamentos e Comunicação: baseado nos riscos identificados no Programa de Compliance, anualmente, é definido o Ciclo de Treinamentos de Compliance, com o objetivo de aprimorar e promover conhecimento aos colaboradores nas diretrizes estabelecidas nos Códigos de Conduta e Ética, políticas, procedimentos e nas legislações vigentes.

5.3 Programa de integridade

- 7) Due Diligence de terceiros: parceiros de negócios considerados de risco para a Companhia são diligenciados automaticamente à medida que são cadastrados nos sistemas contábeis.
- 8) Avaliação, Fiscalização e Disciplina: identificada violação às diretrizes da Companhia medidas disciplinares são aplicadas de acordo com a gravidade, podendo ser desde advertência verbal à rescisão do contrato.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Diretoria de Compliance, com o apoio da Alta Administração, é responsável por implementar, aplicar e aprimorar constantemente o Programa, provendo suporte às áreas de negócios. Reportando-se diretamente ao Conselho de Administração, atuando com autonomia e independência na execução das atividades possui recursos materiais, financeiros e profissionais adequados e dedicados exclusivamente às atribuições.

O Programa de Compliance possui na sua governança 8 Comitês de Ética, sendo: seis Comitês de Ética de Negócios, um Comitê de Ética Institucional e um Comitê Executivo Global de Compliance, estruturas permanentes de caráter consultivo, deliberativo e normativo, que em conjunto com a área de Compliance disseminam e aprimoram o Programa de Compliance.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Em 28 de março de 2018, na reunião do Conselho de Administração foram aprovados os Código de Conduta e Ética e o de Parceiros de Negócios, ambos globais, aplicáveis a todos os países em que a JBS atua, contendo diretrizes claras da nossa atuação ética, justa, íntegra e transparente com os nossos colaboradores, clientes, fornecedores e concorrentes.

5.3 Programa de integridade

Em 24 de junho de 2020, em reunião do Conselho de Administração os documentos foram revisados e aprimorados com questões voltadas à sustentabilidade e o bem-estar animal.

Os Códigos de Conduta e Ética e de Parceiros de Negócios são amplamente divulgados nas nossas páginas da internet no endereço <https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Conduta-Colaborador-Mobile-PT.pdf> e intranet https://intranetjbs.com.br/sites/Institucional/ProcessosOrganizacionais/Manuais/Documentos/Manual_de_conduta_etica.pdf.

Além disso, especificamente, o Código de Conduta e Ética está disponível em cinco idiomas (português, inglês, espanhol, italiano e francês) e o Conduta e Ética e de Parceiros de Negócios em quatro (português, inglês, espanhol e italiano). Versões físicas podem ser obtidas com o Departamento de Recursos Humanos e líderes de todas as nossas unidades, estando disponíveis também nas recepções e salas de reuniões.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

O Código de Conduta e Ética da JBS é aplicável a todos os colaboradores e líderes estabelecendo como responsabilidade a todos os seus colaboradores o dever de: (a) agir de forma ética, (b) ler, entender e cumprir o Código, (c) seguir todas as leis e regulamentos aplicáveis, (d) compreender as políticas, os procedimentos e processos aplicáveis em suas atividades e (e) realizar todos os treinamentos e obter as certificações necessárias.

Adicionalmente, atribui aos líderes a responsabilidade de criar um ambiente que promova o cumprimento deste Código, liderar pelo exemplo, sendo responsáveis por incentivar, bem como engajar suas equipes no cumprimento das diretrizes do Código, demonstrar com convicção a aplicação correta do Código e das políticas da JBS, monitorar a integridade do comportamento dos colaboradores, promover um ambiente onde os todos sejam encorajados a expressar opiniões contrárias e pedir orientação e suporte sobre o Código, políticas e os comportamentos éticos.

Desta forma, a JBS não tolerará violações aos Códigos, políticas e procedimentos e às leis vigentes, e o não cumprimento sujeitará ao infrator a aplicação de medidas disciplinares, que podem incluir rescisão do contrato de trabalho e outras consequências, conforme permitido por lei.

Nesse sentido, também possuímos previsões nas políticas: Global Antissuborno e Anticorrupção, Global e Local de Compliance e na local de Consequência de Denúncia

5.3 Programa de integridade

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

Informações acima

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- (i) *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*
- (ii) *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*
- (iii) *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*
- (iv) *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias*

Para assegurar o cumprimento e a efetividade do nosso Programa de Compliance (“Faça Sempre o Certo”) em todos os nossos 8 pilares, a JBS disponibiliza a “Linha Ética JBS” a todos os públicos (colaboradores, fornecedores, investidores, clientes, entre outros), de forma gratuita por meio dos contatos abaixo, 24 horas por dia, 7 dias por semana, disponíveis em 17 idiomas.

Trata-se de serviço prestado por empresas independentes e especializadas para relatar irregularidades ou comportamentos que estão em desacordo com o Código de Conduta e Ética, o Código de Conduta de Parceiros de Negócios da JBS, políticas e procedimento e da legislação vigente.

O relato de preocupações ou denúncias na Linha Ética JBS é parte fundamental do nosso Programa de Compliance. A JBS quer conhecer as preocupações dos colaboradores para que possa ter a oportunidade de abordá-las da forma correta e apoiamos e protegemos os nossos colaboradores no reporte de preocupações de boa-fé.

Todos os reportes de preocupações recebidas são tratados de forma confidencial e podem ser anônimo, sem medo de retaliação. A retaliação contra qualquer indivíduo que denuncie uma possível violação de conduta de forma sincera e de boa-fé ou que participe de um processo de investigação é estritamente proibida, conforme estabelecido no Código de Conduta e Ética da Companhia.

Adicionalmente, essa previsão consta expressamente na Política da Linha Ética, item 4.4 Não retaliação, reafirmando o nosso compromisso de "não tolerar nenhum ato de retaliação contra quaisquer denunciante que tenham relatado desvios de conduta ou irregularidades de boa-fé e com fornecimento de informações verdadeiras que colaborarem com as apurações dos casos;" (...) "pode sofrer qualquer medida disciplinar, medida retaliativa ou qualquer medida que importe em rebaixamento de função, perda de benefícios, ameaças, abuso ou discriminação, por ter levantado uma preocupação de modo honesto e de boa-fé, ter participado de uma investigação ou se recusado a fazer algo que viole o Código de Conduta e Ética da JBS, Código de Conduta

5.3 Programa de integridade

de Parceiros de Negócios, políticas e procedimentos da JBS ou até mesmo da legislação vigente;".

Por fim, o posicionamento da empresa é ratificado globalmente em dezembro de 2022 quando da publicação da Política Global de Não Retaliação, aprovada pelo Comitê Executivo Global de Compliance, com o objetivo: "Criar e manter um local de trabalho ético em que as pessoas possam, de boa-fé, relatar suas preocupações e possíveis violações de leis, regimentos e políticas internas sem medo de retaliação é fundamental para o sucesso de nossos negócios.", e dentre as suas disposições estabelece um rol exemplificativo de diversas condutas que podem configurar a prática de atos de retaliação.

Site: linhaeticajbs.com.br
Argentina 0800 666 1659
Brasil 0800 377 8055
Uruguai 000 401 90861

Site: jbsusa.ethicspoint.com
Alemanha 0-800-225-5288
Austrália 1-800-270-824
Bélgica 0-800-100-10
Canadá 1-888-536-1510
China Sul: 10-811
China Norte: 108-888
Estados Unidos 1-888-536-1510
França 0800-91-6908
Holanda 0800-0201706
México 001-800-462-4240
Nova Zelândia 0508-868-976
Reino Unido 0808-234-9445
República Checa 00-800-222-55288

Os meios utilizados para apuração de relatos recebidos na Linha Ética JBS estão estabelecidos no Procedimento de Apuração de Denúncias, que define o que segue:

“É responsabilidade da operadora da Linha Ética JBS:

- Receber e registrar a denúncia em sistema de gestão de casos e denúncias;
- Analisar a denúncia para categorização e classificação quanto ao risco, impacto e criticidade;

5.3 Programa de integridade

- Encaminhar a denúncia ao apurador, seguindo a matriz de alçada de apuração definida e detalhada abaixo:

Denunciado	Gestor da Denúncia
Membros do Conselho de Administração da JBS Membros do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração Diretores presidentes da JBS	Diretor de Compliance e diretor corporativo de RH
Diretor de Compliance	Presidente do Conselho de Administração da JBS e diretor corporativo de RH
Diretor corporativo de RH Membros da Diretoria	Diretor de Compliance e gerentes de Compliance

Denunciado	Gestor da Denúncia
Outro membro da área de Compliance	Diretor de Compliance e diretor corporativo de RH
Demais colaboradores, terceiros, fornecedores e clientes da JBS	Área de Compliance da JBS

3.4.2. É de responsabilidade da área de Compliance:

- Analisar as denúncias considerando os fatos alegados;
- Definir os apuradores, sendo, no mínimo, um principal e um substituto por área relevante, para apoio às investigações;
- Receber as denúncias com base no fluxo e as alçadas disponibilizadas pela operadora, conforme Anexo B;
- Analisar previamente a denúncia para verificar se há a necessidade de apuração, considerando os fatos alegados. As denúncias que não forem apuradas serão encerradas, via sistema, pela área de Compliance;
- Realizar questionamentos aos denunciantes, caso a denúncia seja incompleta e não possua elementos suficientes que impossibilitem a apuração. O prazo de complementação será de 7 dias corridos para as denúncias classificadas como de risco fraco ou médio e 14 dias para as denúncias classificadas como risco alto ou crítico. Transcorrido o prazo sem resposta do denunciante, encerrar a denúncia por motivo de “informações insuficientes”;
- Encaminhar as denúncias aos apuradores para investigação via sistema de gestão da Linha Ética;
- Monitorar os prazos de apuração em andamento;
- Revisar os relatórios elaborados pelos apuradores antes do envio da recomendação ou para a apreciação dos Comitês de Ética;

5.3 Programa de integridade

- Gerenciar os casos em andamento e definir o tratamento das denúncias via sistema de gestão da Linha Ética;
- Apurar os casos como definidos de sua responsabilidade, conforme previsto na tabela do Anexo B;
- Incluir o relatório e documentos relevantes no sistema de gestão da Linha Ética. No caso de o apurador ser um terceiro, disponibilizará o relatório e os documentos relevantes à área de Compliance, conforme o caso, para inclusão no sistema de gestão da Linha Ética;
- Recomendar à liderança imediata, com o suporte da área de Recursos Humanos, a gestão de consequências a ser aplicada ao caso apurado, conforme estabelecido no PROC-PRESI-CPL-0002-Procedimento de Consequências de Denúncias (restrito).

É de responsabilidade do apurador:

- Analisar a denúncia e elaborar o plano de apuração;
- Conduzir as ações de investigação interna para apuração da denúncia;
- Acionar, quando necessário, terceiros externos como consultorias, escritórios de advocacia e peritos;
- Cumprir os prazos estabelecidos no item 5.12;
- Elaborar o relatório de apuração contendo a descrição detalhada e completa dos fatos apurados, as evidências obtidas, o parecer da investigação, a recomendação e, se cabível, recomendações para melhoria de processos, sistemas e controles internos, visando a mitigação dos riscos identificados;
- Enviar o Plano de Investigação e o Relatório de Investigação, via sistema de gestão da Linha Ética, para a área de Compliance, antes de enviar para a liderança ou os Comitês de Ética.

É de responsabilidade dos Comitês de Ética:

- Receber somente as informações necessárias para aplicação da medida disciplinar ou contratual relacionada ao caso concreto, não sendo reveladas quaisquer outras informações relacionadas ao caso;
- Decidir pela continuidade das apurações, pelo arquivamento justificado do caso, ou definição, com base na Política de Gestão de Consequências ou contratuais aos envolvidos na denúncia, podendo seguir ou não, a seu critério, a recomendação contida no relatório;

5.3 Programa de integridade

- Se, excepcionalmente, o líder imediato se opuser à recomendação do Comitê de Ética, deverá comunicar formalmente à área de Compliance, através do seu diretor fundamentando-a. Somente o presidente do negócio envolvido ou um de seus diretores podem, mediante justificativa, tomar tal medida, assumindo também a responsabilidade pela decisão e suas eventuais consequências.

3.4.7. Cabe ao Comitê de Ética do negócio deliberar e decidir sobre denúncias (i) envolvendo o descumprimento dos documentos internos ou da lei, ocorridos dentro de sua unidade de negócio, salvo quando as questões envolverem um impacto institucional, hipótese de tratamento de competência do Comitê de Ética JBS;

3.4.8. Cabe ao Comitê de Ética da JBS deliberar e decidir sobre denúncias relativas a (i) fatos relevantes e fraudes materiais nos demonstrativos financeiros; (ii) corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; (iii) vazamento ou uso indevido de informações; (iv) violação de leis concorrenciais; (v) utilização de trabalho escravo, análogo ao escravo ou infantil; (vi) violação de leis ambientais com efeitos duradouros e geograficamente esparsos;

3.4.9. É de responsabilidade de todos os envolvidos na apuração de denúncias:

- Conduzir as suas ações de forma sigilosa, tendo em vista a sensibilidade das informações com as quais todos os envolvidos no processo de recebimento, análise e apuração de denúncias, lidarão. Logo, todos os envolvidos no processo deverão assinar o termo de confidencialidade (Anexo A desta política), no qual se obrigarão a manter sigilo de todos os assuntos tratados e relacionados às denúncias;
- Todas as comunicações entre os envolvidos no processo de recebimento, análise e tratamento de denúncias, bem como os relatórios, deverão seguir a instrução normativa IN-PRESI-TI - Política de Segurança da Informação e utilizar recursos de proteção adequados como senha.

5.2. Definição do apurador

5.2.1. Após a operadora da Linha Ética JBS disponibilizar a denúncia, a área de Compliance realiza a análise preliminar do relato, e pode redefinir o impacto da denúncia considerando as informações recebidas, a complexidade do caso, avaliando variáveis

5.3 Programa de integridade

como: tipo da denúncia, quantidade de envolvidos na denúncia, quantidade de alegações contidas na denúncia, geografias envolvidas e facilidade de acesso, disponibilidade de informação, rastreabilidade e histórico;

5.2.2. As apurações internas devem ser realizadas pelas áreas que possuem maior familiaridade com o tipo da denúncia, sendo a tabela abaixo referência para a definição:

Tipo de denúncia	Áreas responsáveis pela apuração
Assédio moral ou assédio sexual	Compliance / RH
Agressão física	RH
Desvio de comportamento	RH
Discriminação	Compliance / RH
Descumprimento de normas e políticas internas	Compliance / RH
Destruição ou dano ao patrimônio da JBS	Compliance
Favorecimento ou conflito de interesses	Compliance / Auditoria Interna

Tipo de denúncia	Áreas responsáveis pela apuração
Fraude	Compliance / Auditoria Interna
Pagamento ou recebimento impróprio (corrupção)	Compliance / Auditoria Interna
Relacionamento íntimo com subordinação direta	Compliance / RH
Roubo, furto ou desvio de materiais	Compliance / Auditoria Interna / Jurídico
Tráfico de substâncias proibidas	Compliance / Jurídico
Uso de substâncias proibidas	Compliance / Jurídico
Vazamento ou uso indevido de informações	Compliance
Violação às leis ambientais	Compliance
Leis trabalhistas	Compliance / RH
Violação às leis não explícitas nas demais categorias	Compliance

Se houver mais de uma área envolvida na apuração da denúncia, as áreas deverão trabalhar em conjunto para que haja uma apuração consistente;

5.2.4. A área de Compliance acionará a área Jurídica para o devido aconselhamento, e se necessário, a condução da apuração para que o privilégio de confidencialidade entre advogado-cliente seja configurado;

5.2.5. Se o relato for incompleto ou trazer poucos elementos que impossibilitem a apuração, a área de Compliance pode arquivar a denúncia. Para tanto, deve manter decisão fundamentada registrada no sistema de gestão da Linha Ética;

5.2.6. A área de Compliance e os apuradores priorizarão as denúncias com base no impacto, sensibilidade e criticidade para o negócio;

5.3 Programa de integridade

5.2.7. O apurador deve, então, elaborar o plano de apuração, de acordo com o M-PRESI-CPL-0001 - Manual de Procedimentos de Investigação Interna (restrito), considerando as informações e elementos existentes, bem como os recursos e ferramentas disponíveis, visando maximizar a possibilidade de sucesso do processo investigativo, e otimizando o uso do orçamento. O passo seguinte envolve a execução do plano de apuração, que deve zelar pelo sigilo e pela discrição;

5.2.8. Relatórios de status parciais poderão ser elaborados e apresentados pelo apurador à área de Compliance, visando o acompanhamento da evolução do processo de apuração e a definição de próximos passos e desdobramentos, quando aplicável. Os relatórios também serão importantes para ser utilizados como reporte às autoridades pelo Comitê de Ética da JBS, nos casos em que envolver denúncias de crimes pelos quais a JBS possa ser responsabilizada, e que existam fundamentos para fazer o relato;

5.2.9. O apurador, então, elabora um relatório contendo todas as informações relevantes que encontrou em sua investigação, e conclui, com base na apuração realizada, se a denúncia é ou não procedente, ou se a investigação foi inconclusiva. O apurador deverá seguir o M-PRESI-CPL-0001 - Manual de Procedimentos de Investigação Interna (restrito) para a elaboração do relatório de apuração da JBS. O relatório deverá mencionar, necessariamente, a recomendação de tratativa em relação ao investigado, que, em caso de sanções, será definida conforme o disposto no PROC-PRESI-CPL-0002 - Procedimento de Consequências de Denúncias (restrito);

5.2.10. O relatório deverá ser redigido e entregue em português, inglês ou espanhol, conforme a necessidade;

5.2.11. Caso, no curso de uma apuração, o apurador se depare com evidências físicas oriundas da investigação, deverá guardar tais objetos com zelo, e disponibilizar versão eletrônica à área de Compliance, para manutenção registro no sistema de gestão da Linha Ética;

5.2.12. O relatório gerado e as respectivas evidências coletadas devem ser registrados e mantidos no sistema de gestão da Linha Ética.

5.3 Programa de integridade

5.3. Após a conclusão do relatório, o apurador deve enviá-lo para a área de Compliance. Todavia, nos casos de competência dos comitês, a área de Compliance ou o gestor deverá revisar o relatório elaborado pelo apurador, antes do envio para o comitê competente. A revisão deve avaliar clareza, adequação técnica, sustentação e identificar eventuais oportunidades de aprofundamento, antes de sua apresentação;

5.4. É proibido solicitar ao apurador a exclusão de evidência ou de indícios válidos, a omissão de informações relevantes ou a alteração do seu parecer;

5.5. A área de Compliance, então, recebe o relatório do apurador. Em seguida, analisa a apuração explicitada no relatório, em conjunto com eventuais evidências. Se necessário, a área de Compliance aciona novamente o apurador para esclarecer eventual ponto. Além disso, se não se convencer sobre os argumentos contidos no relatório, pode convocar novamente o mesmo apurador, ou envolver outros, a seu critério, para melhor apurar a denúncia ou conduzir a investigação com outros meios e outro direcionamento. Poderá a área de Compliance, também, deliberar sobre a contratação de empresa especializada em investigação para dar andamento à apuração realizada pelo apurador, se concluir que o próprio apurador, por si só, não consegue evoluir na apuração;

5.6. A área de Compliance pode optar pelo arquivamento justificado do relatório, ou definir, com base na Política de Gestão de Consequências, as medidas disciplinares ou contratuais aos envolvidos na denúncia, podendo seguir ou não, a seu critério, a recomendação contida no relatório;

5.7. A área de Compliance, após definir a medida de gestão de consequências, a comunica, de forma fundamentada, ao líder imediato, ao apurador e ao Recursos Humanos, que avalia o melhor formato de execução, visando o respeito aos direitos do denunciado, e a preservação dos ativos da JBS, envolvendo áreas de suporte sempre que pertinente;

5.8. O líder imediato executa a gestão de consequências, com o suporte do RH, aplicando a medida disciplinar ou contratual definida em face do denunciado;

5.3 Programa de integridade

5.9. Se a liderança se opuser à aplicação da recomendação, o Comitê de Ética do Negócio será reunido, excepcionalmente, nos termos do seu Regimento Interno, para deliberação e definição. Todavia, se na qualidade de presidente do negócio ou sendo um de seus diretores, não quiser aplicar tal medida, deverá comunicar sua decisão, devidamente fundamentada, para o diretor de Compliance da JBS, responsabilizando-se pela sua decisão;

5.10. O líder imediato pode delegar a aplicação da penalidade para algum gestor do negócio;

5.11. Cabe ressaltar que alegações apuradas como falsas e relatadas de má-fé, aos seus denunciantes podem ser aplicadas medidas disciplinares cabíveis e de acordo com a gravidade do caso concreto;

5.12. Todos os envolvidos no processo de apuração das denúncias recebidas pela Linha Ética JBS devem observar e cumprir os prazos estabelecidos neste documento, a saber:

Etapas	Prazo (SLA)	Responsável
Definição do apurador e encaminhamento da denúncia	Em até 5 dias corridos	Compliance / Gestor da Denúncia
Elaboração do Plano de Apuração*	Em até 5 dias corridos	Apurador
Apuração	Em até 50 dias corridos	Apurador
Prazo (SLA) e meta total de apuração das denúncias: 90% em 60 dias		

5.12.1. Os prazos estabelecidos acima são sugestões para que as etapas possam ser realizadas com a análise técnica adequada, podendo ser antecipadas;

5.12.2. Caso a denúncia contenha fatos que descrevam a ocorrência de danos iminentes, sejam físicos ou financeiros, o Plano de Apuração deverá ser estabelecido em até 24 horas;

5.12.3. Para os casos em que não seja possível o cumprimento dos prazos, o apurador deve informar de forma fundamentada à área de Compliance, os motivos, buscando os alinhamentos necessários e uma solicitação de um novo prazo.

5.3 Programa de integridade

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Em 2021 registaram-se 2 denúncias relacionadas com corrupção pública (8852257 e 6569256), mas após investigação interna ambas as denúncias restaram não comprovadas.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável

5.4 Alterações significativas

5.4. Alterações significativas

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de seu desempenho. A Companhia acredita possuir elevado grau de controle sobre seus fornecedores, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Em relação aos riscos financeiros nos quais a Companhia incorre, a Companhia tenta geri-los por meio do uso de gestão de riscos e programas de hedge, incluindo futuros, opções e forwards, relativos ao risco de flutuação da moeda decorrente de vendas ou vendas antecipadas de nossos produtos acabados que são denominados em outras moedas que não dólares americanos. No entanto, tais estratégias não descaracterizam a incidência de tais riscos em sua totalidade.

Ao longo dos últimos anos a Companhia tem buscado formas alternativas financiamento, procurando operações com custo reduzidos. Parte significativa dessas operações se concentrou na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), notadamente indexadas ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a este item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR					
00.383.281/0001-09	Brasil	Sim	Não	16/02/2022	
Não					
461.661.101	20,813	0	0,000	461.661.101	20,813
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CAPITAL RESEARCH AND MANAGEMENT COMPANY					
07.729.560/0001-20	Estados Unidos	Não	Não	10/04/2024	
Sim					
	J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Juridica	33.851.205/0001-30	
112.413.766	5,068	0	0,000	112.413.766	5,068
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
J&F INVESTIMENTOS S.A.					
00.350.763/0001-62	Brasil	Sim	Sim	24/05/2022	
Não					
525.491.059	23,691	0	0,000	525.491.059	23,691
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JBS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.						
46.855.586/0001-77	Brasil	Não	Sim	10/01/2024		
Não						
549.928.839	24,793	0	0,000	549.928.839	24,793	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
568.615.605	25,635	0	0,000	568.615.605	25,635	
TOTAL						
2.218.110.370	100,000	0	0,000	2.218.110.370	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
J&F INVESTIMENTOS S.A.				00.350.763/0001-62	
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.					
07.704.144/0001-78	Brasil	Não	Sim	31/12/2013	
Não					
17.112.692	27,966	17.063.985	27,904	34.176.677	27,935
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PINHEIROS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA					
11.369.979/0001-96	Brasil	Não	Não	31/12/2013	
Não					
17.144.672	28,019	17.144.671	28,036	34.289.343	28,027
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.					
07.704.137/0001-76	Brasil	Não	Sim	31/12/2013	
Não					
17.112.692	27,966	17.063.985	27,904	34.176.677	27,935
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
J&F INVESTIMENTOS S.A.				00.350.763/0001-62	
ZMF PARTICIPAÇÕES					
08.706.916/0001-73	Brasil	Não	Sim	31/12/2013	
Não					
9.820.199	16,049	9.879.659	16,156	19.699.858	16,102
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
61.190.255	50,016	61.152.300	49,984	122.342.555	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JBS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.				46.855.586/0001-77		
JBS B.V.						
49.115.815/0001-05	Holanda	Não	Sim	10/01/2024		
Sim			Física			
549.928.839	100,000	0	0,000	549.928.839	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
549.928.839	100,000	0	0,000	549.928.839	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JBS B.V.				49.115.815/0001-05		
J&F INVESTMENTS LUXEMBOURG S.À R.L.						
53.137.639/0001-80	Luxemburgo	Não	Sim	10/01/2024		
Sim			Física			
549.928.839	100,000	0	0,000	549.928.839	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
549.928.839	100,000	0	0,000	549.928.839	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.144/0001-78		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2015		
Não						
669.835.859	99,999	0	0,000	669.835.859	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/12/2017		
Não						
7.101	0,001	0	0,000	7.101	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.144/0001-78		
669.842.960	100,000	0	0,000	669.842.960	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PINHEIROS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA				11.369.979/0001-96	
COLORADO INVESTMENT HOLDING LLC					
11.441.489/0001-53	Estados Unidos	Não	Sim	30/12/2013	
Não					
1.524.028	85,448	0	0,000	1.524.028	85,448
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.					
07.704.144/0001-78	Brasil	Não	Não	31/12/2013	
Não					
129.771	7,276	0	0,000	129.771	7,276
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.					
07.704.137/0001-76	Brasil	Sim	Não	31/12/2013	
Não					
129.770	7,276	0	0,000	129.770	7,276
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PINHEIROS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA				11.369.979/0001-96		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.783.569	100,000	0	0,000	1.783.569	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.137/0001-76		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2017		
Não						
7.101	0,001	0	0,000	7.101	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/12/2017		
Não						
669.835.859	99,999	0	0,000	669.835.859	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.137/0001-76		
669.842.960	100,000	0	0,000	669.842.960	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZMF PARTICIPAÇÕES				08.706.916/0001-73		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2015		
Não						
327.791.686	50,000	0	0,000	327.791.686	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/10/2016		
Não						
327.791.686	50,000	0	0,000	327.791.686	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZMF PARTICIPAÇÕES				08.706.916/0001-73		
655.583.372	100,000	0	0,000	655.583.372	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COLORADO INVESTMENT HOLDING LLC				11.441.489/0001-53		
Colorado Company Ltd						
00.000.000/0000-00	Brasil	Não	Não	31/10/2016		
Não						
200	100,000	0	0,000	200	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
200	100,000	0	0,000	200	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
J&F INVESTMENTS LUXEMBOURG S.À R.L				53.137.639/0001-80		
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA FORMOSA						
26.845.679/0001-03	Brasil	Não	Sim	10/01/2024		
Não						
82.269.354	14,960	0	0,000	82.269.354	14,960	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
J&F INVESTIMENTOS S.A.						
00.350.763/0001-62	Brasil	Não	Sim	10/01/2024		
Não						
467.659.485	85,040	0	0,000	467.659.485	85,040	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
J&F INVESTMENTS LUXEMBOURG S.À R.L				53.137.639/0001-80		
549.928.839	100,000	0	0,000	549.928.839	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Colorado Company Ltd				00.000.000/0000-00		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Não	31/10/2016		
Não						
3.000	50,000	0	0,000	3.000	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Não	31/10/2016		
Não						
3.000	50,000	0	0,000	3.000	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Colorado Company Ltd				00.000.000/0000-00		
6.000	100,000	0	0,000	6.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA FORMOSA				26.845.679/0001-03		
JMF FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES						
10.947.525/0001-92	Brasil	Não	Sim	31/12/2017		
Não						
1.400.704	100,000	0	0,000	1.400.704	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.400.704	100,000	0	0,000	1.400.704	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
J&F INVESTIMENTOS S.A.				00.350.763/0001-62	
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.					
07.704.144/0001-78	Brasil	Não	Sim	31/12/2013	
Não					
17.112.692	27,966	17.063.985	27,904	34.176.677	27,935
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PINHEIROS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA					
11.369.979/0001-96	Brasil	Não	Não	31/12/2013	
Não					
17.144.672	28,019	17.144.671	28,036	34.289.343	28,027
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.					
07.704.137/0001-76	Brasil	Não	Sim	31/12/2013	
Não					
17.112.692	27,966	17.063.985	27,904	34.176.677	27,935
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
J&F INVESTIMENTOS S.A.				00.350.763/0001-62	
ZMF PARTICIPAÇÕES					
08.706.916/0001-73	Brasil	Não	Sim	31/12/2013	
Não					
9.820.199	16,049	9.879.659	16,156	19.699.858	16,102
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
61.190.255	50,016	61.152.300	49,984	122.342.555	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.144/0001-78		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2015		
Não						
669.835.859	99,999	0	0,000	669.835.859	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/12/2017		
Não						
7.101	0,001	0	0,000	7.101	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.144/0001-78		
669.842.960	100,000	0	0,000	669.842.960	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JMF FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES				10.947.525/0001-92		
J&F INVESTIMENTOS S.A.						
00.350.763/0001-62	Brasil	Não	Não	30/05/2018		
Não						
2.502.764	100,000	0	0,000	2.502.764	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.502.764	100,000	0	0,000	2.502.764	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PINHEIROS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA				11.369.979/0001-96	
COLORADO INVESTMENT HOLDING LLC					
11.441.489/0001-53	Estados Unidos	Não	Sim	30/12/2013	
Não					
1.524.028	85,448	0	0,000	1.524.028	85,448
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JJMB PARTICIPAÇÕES LTDA.					
07.704.144/0001-78	Brasil	Não	Não	31/12/2013	
Não					
129.771	7,276	0	0,000	129.771	7,276
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.					
07.704.137/0001-76	Brasil	Sim	Não	31/12/2013	
Não					
129.770	7,276	0	0,000	129.770	7,276
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PINHEIROS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA				11.369.979/0001-96		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.783.569	100,000	0	0,000	1.783.569	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.137/0001-76		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2017		
Não						
7.101	0,001	0	0,000	7.101	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/12/2017		
Não						
669.835.859	99,999	0	0,000	669.835.859	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WWMB PARTICIPAÇÕES LTDA.				07.704.137/0001-76		
669.842.960	100,000	0	0,000	669.842.960	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZMF PARTICIPAÇÕES				08.706.916/0001-73		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2015		
Não						
327.791.686	50,000	0	0,000	327.791.686	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/10/2016		
Não						
327.791.686	50,000	0	0,000	327.791.686	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZMF PARTICIPAÇÕES				08.706.916/0001-73		
655.583.372	100,000	0	0,000	655.583.372	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COLORADO INVESTMENT HOLDING LLC				11.441.489/0001-53		
Colorado Company Ltd						
00.000.000/0000-00	Brasil	Não	Não	31/10/2016		
Não						
200	100,000	0	0,000	200	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
200	100,000	0	0,000	200	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
J&F INVESTIMENTOS S.A.				00.350.763/0001-62		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
61.190.255	100,000	61.152.299	100,000	122.342.554	100,000	
TOTAL						
61.190.255	50,016	61.152.299	49,984	122.342.554	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Colorado Company Ltd				00.000.000/0000-00		
JOESLEY MENDONÇA BATISTA						
376.842.211-91	Brasil	Não	Não	31/10/2016		
Não						
3.000	50,000	0	0,000	3.000	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WESLEY MENDONÇA BATISTA						
364.873.921-20	Brasil	Não	Não	31/10/2016		
Não						
3.000	50,000	0	0,000	3.000	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Colorado Company Ltd				00.000.000/0000-00		
6.000	100,000	0	0,000	6.000	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	107.100
Quantidade acionistas pessoa jurídica	784
Quantidade investidores institucionais	1.673

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	1.134.986.472	48,701%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	1.134.986.472	48,701%

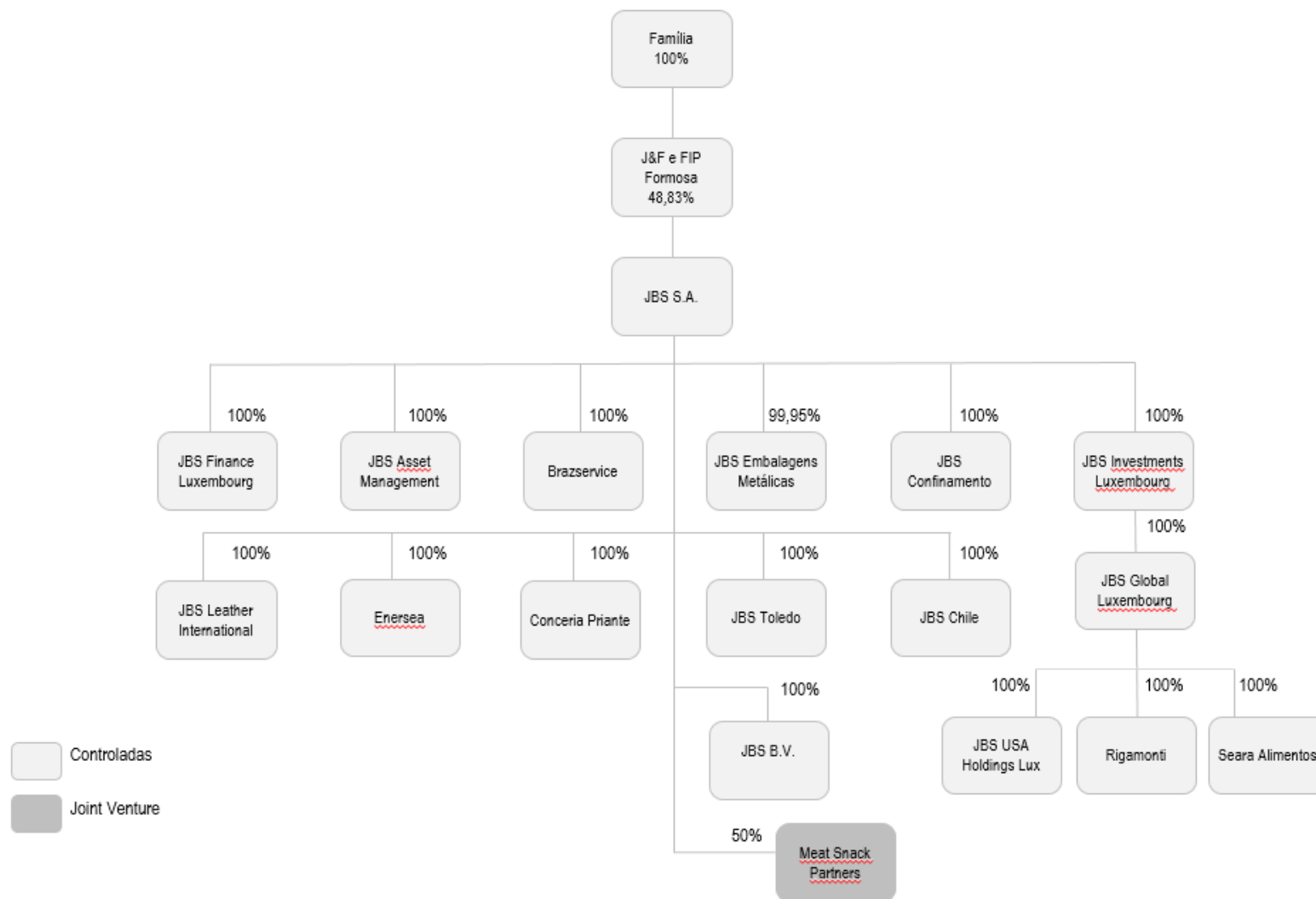
Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0%
-----------------------	---	----

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
JBS CONFINAMENTO LTDA	09.084.219/0001-90	99,990000
JBS EMBALAGENS METÁLICAS LTDA.	04.109.847/0001-60	99,900000
MEAT SNACK PARTNERS DO BRASIL LTDA.	13.171.927/0001-36	0,010000
MEAT SNACKS PARTNER LLC	00.000.000/0000-00	50,000000
JBS INVESTMENTS LUXEMBOURG S.À.R.L	00.000.000/0000-00	100,000000
JBS TOLEDO N.V.	00.000.000/0000-00	100,000000
JBS CHILE LIMITADA	00.000.000/0000-00	100,000000
CONCERIA PRIANTE S.P.A.	00.000.000/0000-00	100,000000
JBS LEATHER INTERNATIONAL B.V.	00.000.000/0000-00	100,000000

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7. Assembleia Geral e Administração

7.1. Principais características dos órgãos da administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária, conforme previsto no artigo 13 do seu Estatuto Social, além de um Conselho Fiscal permanente, de acordo com o Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

Além disso, a Companhia conta com seis órgãos de assessoramento vinculados diretamente ao seu Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Responsabilidade Socioambiental, o Comitê de Financeiro e de Gestão de Riscos, o Comitê de Partes Relacionadas, o Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação e o Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão. Os comitês de assessoramento são responsáveis por conduzir estudos sobre matérias que demandem uma análise aprofundada e técnica antes de serem levadas à deliberação do Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia, responsável pelo estabelecimento de suas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a sua estratégia de longo prazo, pelo controle e a fiscalização de desempenho da Companhia e pela supervisão da gestão dos diretores da Companhia.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), o Conselho de Administração será composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) assembleias gerais ordinárias, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por 9 (nove) membros efetivos. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (respectivamente, "Regulamento do Novo Mercado" e "B3") devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

Ainda, quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, conforme definido nos § 2º e 3º do artigo 16 do Estatuto Social.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que: (i) é acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; ou (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar. Ademais, é considerado conselheiro independente, porém, aquele eleito nos termos do artigo 141, Parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer a renúncia ou a vacância naqueles cargos.

No artigo 19 do Estatuto Social da Companhia estão previstas as competências do Conselho de Administração, sem prejuízo das demais que lhe são atribuídas por lei.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Diretoria

A Diretoria é o órgão administrativo executivo da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Os diretores executivos são os seus representantes legais e são responsáveis pela organização interna, processo deliberativo, operações diárias e implementação de políticas e diretrizes gerais estabelecidas periodicamente pelo Conselho de Administração. Nos termos do Estatuto Social, a Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor de Administração e Controle, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica. Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relação com Investidores são de preenchimento obrigatório. Os diretores terão prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, considerando-se ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixados pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 do Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia.

A Companhia será sempre representada, em todos os atos, pela assinatura isolada do Diretor Presidente; e, na sua ausência, pela assinatura de 2 Diretores em conjunto ou, na falta destes, pela assinatura de um ou mais procuradores especialmente nomeados para tanto de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

Conselho Fiscal

Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração e dos auditores externos. Funciona de forma permanente, sendo composto por 05 membros efetivos e 05 membros suplentes. Dentre outras suas principais atribuições contemplam: fiscalizar os atos dos administradores, opinar sobre determinadas propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à Assembleia Geral para deliberação e analisar as demonstrações contábeis.

Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos

O Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos é o órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições legais com relação às políticas, práticas e estratégias financeiras e de gestão de riscos da Companhia. O Comitê possui Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2017,

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

disponível no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>) e reporta-se ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. O Comitê, funciona em caráter permanente. O Comitê é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores e outros executivos da Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do Comitê. Atualmente é composto por quatro membros.

Comitê de Responsabilidade Socioambiental

O Comitê de Responsabilidade Socioambiental é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições legais com relação a sustentabilidade da Companhia. O Comitê possui Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2020 e disponível no site de relação com investidores da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>), e reporta-se ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. O Comitê, funciona em caráter permanente. O Comitê é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores e outros executivos da Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do Comitê. Atualmente é composto por seis membros.

Comitê de Partes Relacionadas

O Comitê de Partes Relacionadas é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições, visando assegurar que as transações da Companhia e de suas controladas e coligadas, envolvendo partes relacionadas ("Partes Relacionadas", conforme definidas na Política para Transação com Partes Relacionadas) sejam realizadas levando em consideração em primeiro lugar o melhor interesse da Companhia, em condições ordinárias de mercado, negociadas de forma independente, ética, em conformidade com a legislação vigente e em termos não menos favoráveis à Companhia do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são Partes Relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares. O Comitê possui Regimento Interno próprio aprovado e revisado pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2018 e 17 de fevereiro de 2022, respectivamente e disponível no site de relação com investidores da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>), e reporta-se ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. O Comitê, funciona em caráter permanente. O Comitê é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros,

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores e outros executivos da Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do Comitê. Atualmente é composto por quatro membros.

Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação

O Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação às regras e princípios de governança corporativa, remuneração e escolha e indicação de membros do Conselho de Administração e seus comitês, conforme estabelecidos na legislação aplicável, no Estatuto Social e nas melhores práticas de mercado, bem como com relação ao aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa e gestão da Companhia. O Comitê possui Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2020 e disponível no site de relação com investidores da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>), e reporta-se ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. O Comitê, funciona em caráter permanente. O Comitê é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores estatutários e outros executivos da Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do Comitê. Atualmente é composto por quatro membros.

Comitê Diversidade, Equidade e Inclusão

O Comitê Diversidade, Equidade e Inclusão tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação às regras e princípios de processos relativos à gestão de pessoas, por meio da definição, implementação e gerenciamento de programas de diversidade, equidade e inclusão, incluindo mas não se limitando aos processos de recrutamento, contratação, treinamento, promoção e demissão promovendo um local de trabalho de inclusão, alinhadas à estratégia, cultura e valores da Companhia para promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso e inclusivo; ser responsável pelo desenvolvimento de ações afirmativas, com base no trabalho que será desenvolvido por grupos internos dentro da Companhia, com o objetivo de realizar uma escuta ativa dos colaboradores e traçar planos de ação a partir das oportunidades de melhoria detectadas. O Comitê possui Regimento Interno próprio aprovado e revisado pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2021 e 21 de março de 2023, respectivamente e disponível no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>) e reporta-se ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. O Comitê, funciona em caráter permanente. O Comitê é

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores e outros executivos da Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do Comitê. Atualmente é composto por seis membros.

Comitê de Auditoria Estatutário

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário. Este Comitê é o órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração submetido à legislação e à regulamentação aplicáveis, ao disposto no Estatuto Social da Companhia que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação à qualidade dos relatórios financeiros da Companhia, bem como com relação aos processos de gestão de riscos e às atividades dos auditores internos e independentes. O Comitê, funciona em caráter permanente. Quanto à composição, o Comitê é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, considerando que (i) a maioria dos membros do CAE deverão ser membros independentes, conforme critério previsto no §4º do regimento interno do Comitê, (ii) ao menos 1 (um) dos membros deve ser membro independente do Conselho de Administração da Companhia, que não participe da Diretoria, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e (iii) ao menos 1 (um) dos membros deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Atualmente é composto por três membros.

a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado.

A Companhia possui uma Política de Indicação e Treinamento de Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e dos Comitês, que tem como objetivo determinar os critérios mínimos para indicação de membros ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e aos Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, pela transparência e pela diversidade.

Referida Política está publicada no site da Companhia e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

(i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência

A Companhia realiza a avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e da diretoria estatutária ao menos uma vez no período do mandato, conforme o art. 18 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Todos os cargos de supervisão, especialista, coordenação, gerência, diretoria e presidência são contemplados pela tabela corporativa utilizada pela Companhia, tendo sua revisão no mês de julho de cada ano com base no percentual de reajuste do acordo coletivo.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

O processo de avaliação consiste na (i) aplicação de questionários; (ii) consolidação das respostas; (iii) apresentação destas ao Conselho de Administração e discussão sobre sugestões de melhorias; e (iv) aplicação das ações de melhorias.

O questionário da avaliação é composto por uma auto avaliação e por questões que abordam: (i) foco estratégico; (ii) estratégias ESG; (iii) monitoramento de desempenho e implementação das estratégias; (iv) diversidade, independência e experiência dos membros do Conselho de Administração; (v) remuneração; (vi) fluxo de informações e comunicação; e (vii) organização e funcionamento do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e secretaria de governança.

A Companhia utiliza metodologia de pontos e comitês de avaliação para garantir sua correta classificação e cabe a área corporativa realizar a descrição das atribuições e perfil dos cargos. Toda promoção é avaliada pelo desempenho profissional e da área de negócio, bem como o desempenho da Companhia perante o mercado.

(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não contratou tais serviços.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação e da regulamentação aplicáveis à Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

A Companhia possui uma Política Global de Conflito de Interesse aprovada em 10 de outubro de 2019, que estabelece critérios e diretrizes para identificação e tratamento de conflitos de interesse.

d) Por órgão:

(i) Tabela mais abaixo, por se tratar de um item estruturado

(ii) Tabela mais abaixo, por se tratar de um item estruturado

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Categoria	Quantidade
Nacionalidade	2
Total	2

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal:

O processo de indicação de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração preza pelas melhores práticas de governança corporativa e transparência e considera, dentre outros, critérios: complementaridade, coerência e aderência das competências, disponibilidade de tempo para o exercício da função e diversidade.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima:

O combate às mudanças climáticas é uma agenda importante na Companhia, sendo um dos temas de destaque da sustentabilidade.

Em reuniões periódicas, os órgãos da administração da Companhia e os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em especial o Comitê de Responsabilidade Socioambiental, têm como prática debater sobre temas de sustentabilidade dos negócios da Companhia e recomendar que a Companhia adote políticas e medidas relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, incluindo iniciativas e avanços sociais em comunidades nos locais onde a Companhia possui atividades, além de contribuir com a elaboração de metas e objetivos, inclusive quanto às questões climáticas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	3	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	5	0	0	0
TOTAL = 24	4	20	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	9	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	5	0	0	0	0	0
TOTAL = 24	0	24	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Informações relacionadas ao Conselho de Administração, indicar:

a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Companhia conta com seis órgãos de assessoramento vinculados diretamente ao seu Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Responsabilidade Socioambiental, o Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, o Comitê de Partes Relacionadas, o Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação e o Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão. Os comitês de assessoramento são responsáveis por conduzir estudos sobre matérias que demandem uma análise aprofundada e técnica antes de serem levadas à deliberação do Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia.

b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração da Companhia acompanha no mínimo trimestralmente o trabalho realizado pela auditoria independente.

c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia possui o Comitê de Responsabilidade Socioambiental, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, que realiza, ao mínimo, reuniões trimestrais e debate questões estratégicas e aprofundadas aos temas relacionados a temas e práticas ASG.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome: ADRIAN LIMA DA HORA **CPF:** 372.365.394-49 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 02/02/1964

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, possui MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell e na Provar - USP. Forte vivência na indústria de proteína animal, com background relevante no arejo e em auditoria externa (Ernst amp; Young). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multi-localizadas e como membro do Conselho de Administração de empresas na Itália e em Mônaco. Possui conhecimento do mercado de emissão de dívidas e de processos junto ao CADE. Foi CFO da Seara (2015 a 2016) e CAO da Rodopa (2011 a 2015). Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS, da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Excelsior Alimentos S.A, do Comitê de Auditoria da Biosev S.A. e do Conselho de Administração da International School, Serviços de Ensino, Treinamento, Editoração Franqueadora S.A. A Excelsior Alimentos S.A. é controlada indiretamente pela JBS; e a Eldorado Brasil Celulose S.A. é controlada diretamente pela Jamp;F Investimentos S.A., controladora da JBS. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2023	Até a AGO de 2024	Pres. C.F.Eleito p/Controlador	Não exerce outros cargos ou funções no emissor.	24/04/2023	Sim	28/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: ALBA PETTENGILL **CPF:** 063.417.737-06 **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 08/08/1955

Experiência Profissional: Ingressou na indústria frigorífica, em 1985, como Diretora do Frigorífico Guarani, onde foi responsável pela implementação das normas de Qualidade ISO9000. Dedicada há mais de 30 (trinta) anos à indústria frigorífica é conhecedora de processos de produção. Alba foi fundadora e presidente da Câmara Paraguaia da Carne e foi premiada pelo governo do Paraguai pela implantação de energias renováveis. Atualmente, Alba é proprietária e administradora de terras no Paraguai, dedicando-se à pecuária com o aprimoramento de produção genética. Além disso, é membro da Comissão Diretiva da Associação Rural do Paraguai e da Comissão de Saúde Animal do Paraguai. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até a AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão, membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, e membro do Comitê de Partes Relacionadas	24/04/2023	Sim	30/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: ANDRÉ ALCANTARA OCAMPOS **CPF:** 273.340.808-90 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 14/04/1980

Experiência Profissional: Mais de 20 anos de experiência na área contábil e controladoria em empresas de médio e grande porte. Atuou como Gerente de Controladoria da Flora S.A. (Setembro/2011 a Outubro/2012) e Coordenador de Contabilidade da Syngenta (Abril/2001 a Setembro/2011). Foi Conselheiro Fiscal de Empresas do Setor de Energia. Atualmente é Diretor Vice-Presidente Corporativo da Jamp;F Investimentos S.A. A JBS é controlada diretamente pela Jamp;F Investimentos S.A. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2023	Até a AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	Não exerce outros cargos ou funções no emissor.	24/04/2023	Sim	30/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO **CPF:** 223.794.793-72 **Profissão:** Engenheiro e Economista **Data de Nascimento:** 04/08/1964

Experiência Profissional: Ex-Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil, o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo é engenheiro, mestre e doutor em Economia com forte experiência no mercado financeiro e político-econômico. Foi também Presidente da Cateno Gestão de Pagamentos (2021), Vicepresidente de Serviços, Infraestrutura e Operações do Banco do Brasil (2017-2018), Secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda (2016), além de ter ocupado posições de destaque no setor privado. Ainda, foi membro dos Conselhos de Administração da UBS BB Serviços, Banco Votorantim, Cielo, BB Seguridade e Neoenergia. Atualmente, o Sr. Vasconcelos é membro do Conselho de Administração da Brasilprev Seguros e Previdência e do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até a AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário, membro do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação e membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos	24/04/2023	Sim	14/01/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: CLEDORVINO BELINI **CPF:** 116.050.068-15 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 03/05/1949

Experiência Profissional: Formado em administração de empresas pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Finanças pela USP e MBA pelo FDC/INSEAD. Fez carreira de 44 anos na Fiat, tendo presidido a montadora no Brasil e na América Latina durante 11 anos, entre 2004 e 2015. Foi também presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea entre 2010 e 2013 e Diretor Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG entre Fevereiro/2019 a Janeiro/2020. O Sr. Cledorvino Belini foi conselheiro independente da JBS entre Outubro/2017 e Junho/2020 e entre Novembro/2021 e Abril/2023.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	20/07/2023	AGO de 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		20/07/2023	Não	20/07/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: DEMETRIUS NICHELE MACEI **CPF:** 787.870.509-78 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 26/12/1970

Experiência Profissional: Advogado, Pós-doutorado pela USP (2015), Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012), Mestre em Direito Econômico e Social (2004) e Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2000), Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1994). É professor de Direito Tributário da graduação, especialização, mestrado e doutorado da Faculdade de Direito Curitiba (UNICURITIBA), e foi professor da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (2006-2007) e da PUC/PR (2000-2006). Ocupou os cargos de Diretor Jurídico na JBS Argentina S.A., Gerente na Deloitte Auditores Independentes e, ainda, assessor jurídico na OCEPAR e do Conselho Fiscal da UNIMED Curitiba. Realizou Curso de Extensão em Direito Norte-Americano pela Fordham University, em Nova Iorque/EUA (2010). Publicou os livros "Tributação do Ato Cooperativo" e "A Verdade Material no Direito Tributário". Participa do Conselho Temático de Assuntos Tributários da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), da Comissão de Direito Tributário da OAB/PR e é associado e conselheiro certificado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Participou até 2016 do Conselho Fiscal da Vigor Alimentos S.A. Atuou como membro titular na Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais/Ministerio da Economia CARF/MO (2015/2019). Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Apsen Farmacêutica S.A., da Companhia Paranaense de Energia COPEL (presidente), da JBS, da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Excelsior Alimentos S.A. A Excelsior Alimentos S.A. é controlada indiretamente pela JBS; e a Eldorado Brasil Celulose S.A. é controlada diretamente pela Jamp;F Investimentos S.A., controladora da JBS. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2023	Até a AGO de 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Não exerce outros cargos ou funções no emissor.	24/04/2023	Sim	27/04/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: ELISEO SANTIAGO PEREZ FERNANDEZ **CPF:** 412.811.954-72 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 25/07/1964

Experiência Profissional: Eliseo Santiago Perez Fernandez é graduado em Administração de Empresas e Contabilidade pela Universidade Católica de Pernambuco. Além disso, é pós-graduado em administração de empresas pela FGV. Tem experiência de oito anos em empresa de auditoria e consultoria, e 10 anos em indústria de varejo. Iniciou na JBS em Agosto de 2005 e é atualmente o Diretor de Administração e Controle. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/05/2022	11/05/2025	Outros Diretores	Diretor de Administração e Controle	11/05/2022	Sim	11/11/2010

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: FRANCISCO SÉRGIO TURRA **CPF:** 005.190.810-72 **Profissão:** Comunicador Social **Data de Nascimento:** 16/09/1942

Experiência Profissional: Francisco Turra é formado em Comunicação Social pela PUC/RS e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Passo Fundo/RS. Possui domínio no setor de Agronegócio no mercado interno e no mercado financeiro, tendo ocupado a Vice-Presidência e a Diretoria de Operações do banco BRDE entre 2007 e 2008 e a Presidência do Banrisul de 1995 a 1996. Foi também Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Avicultura.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até a AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação e membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental	24/04/2023	Sim	28/10/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: GELSON LUIZ MERISIO **CPF:** 464.643.529-20 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 31/01/1966

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Xanxerê (ACIX), da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina (FACISC), do Conselho Deliberativo do SEBRAE/SC e vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). Representando a classe empresarial catarinense, foi deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, entre os anos de 2005 a 2018. Em 2010, tornou-se presidente da Assembleia Legislativa por unanimidade de votos, feito que repetiu em mais duas gestões (2011/12 e 2015/16). Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até a AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário, e Membro do Comitê de Partes Relacionadas	24/04/2023	Sim	13/08/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: GILBERTO TOMAZONI **CPF:** 341.840.159-72 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/08/1958

Experiência Profissional: Gilberto Tomazoni é engenheiro mecânico, com pós-graduação em Gestão, possui vasta experiência e conhecimento da indústria de alimentos. Trabalhou durante 27 anos na Sadia, onde iniciou como trainee e foi Diretor Presidente. Atuou por três anos como Vice-Presidente da Bunge Alimentos, gerindo os negócios de alimentos e ingredientes, respondendo também como Diretor Executivo para América do Sul e Central. Ingressou na JBS como Presidente Global do Negócio de Aves. Liderou como CEO a formação da Seara Alimentos. Em 2015, assumiu a Presidência Global de Operações e até 2017 foi COO Global da JBS. Atualmente, é Diretor Presidente da Companhia. Desde 2013, preside o Conselho da Pilgrim's Pride Corporation. Atualmente, é membro do Conselho Consultivo Internacional da Fundação Dom Cabral (FDC). Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/05/2022	11/05/2025	Diretor Presidente / Superintendente	Não há	11/05/2022	Sim	04/12/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI **CPF:** 010.981.437-10 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 11/11/1968

Experiência Profissional: Guilherme é graduado e mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Desde 2012, Guilherme atuava como Diretor de Finanças e Relações com Investidores na Fibria Celulose S/A. Anteriormente, ocupou a função de CFO e Diretor de relações com Investidores na Vale do Rio Doce e o cargo de Diretor de Tesouraria e Planejamento nas Organizações Globo. Ele obteve diversos prêmios e reconhecimentos, entre eles o de melhor CFO do setor de Papel e Celulose pela Institutional Investor magazine em todos os anos entre 2012 e 2016. O Sr. Guilherme Cavalcanti não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração de sociedades.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/05/2022	11/05/2025	Outros Diretores	Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	11/05/2022	Sim	04/12/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN **CPF:** 012.266.188-55 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 02/08/1953

Experiência Profissional: Nasceu em Cork, Irlanda em 1953. Estudou Engenharia na University College Cork e imigrou para o Brasil em 1979. Ingressou na indústria de carnes em 1983, desenvolvendo estratégias de comércio global para o setor de carne bovina brasileira. Trabalhou inicialmente na Mouran (1983 a 1989), depois na Bordon (1989 a 1995) e ingressou no Grupo JBS em 1996 para desenvolver a área de negócios internacionais. Atuou com Diretor de Relações com Investidores da Companhia e hoje é Diretor sem designação específica da Companhia. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até a AGO de 2025	Presidente do Conselho de Administração	Diretor sem designação específica, Coordenador do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, coordenador do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, e Coordenador do Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão.	24/04/2023	Sim	20/10/2017
Diretoria	11/05/2022	11/05/2025	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	11/05/2022	Sim	14/12/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: JOSÉ BATISTA SOBRINHO **CPF:** 052.970.871-04 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 23/03/1933

Experiência Profissional: Atual Vice-Presidente do Conselho de Administração, é o fundador do Grupo JBS, possuindo mais de 50 anos de experiência com produção de carne bovina. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até a AGO de 2025	Vice Presidente Cons. de Administração	Não exerce outros cargos ou funções no emissor.	24/04/2023	Sim	02/01/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO **CPF:** 386.730.294-49 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 14/04/1963

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco e Pós Graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Experiência de 17 anos como auditor independente e mais de 10 anos como diretor nas áreas de administração e finanças, onde atuou como Diretor de Administração e Controle da JBS S.A. (2009 – 2011) da Jamp;F Investimentos S.A. (2012 – 2014), holding do Grupo JBS e Conselheiro Fiscal da Vigor Alimentos S.A. (2014 – 2016). Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS, da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Companhia Paranaense de Energia - Copel. A Eldorado Brasil Celulose S.A. é controlada diretamente pela Jamp;F Investimentos S.A., controladora da JBS. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2023	Até a AGO de 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Não exerce outros cargos ou funções no emissor.	24/04/2023	Sim	30/04/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: KATIA REGINA DE ABREU GOMES **CPF:** 613.303.451-34 **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 02/02/1962

Experiência Profissional: A Sra. Kátia Regina de Abreu Gomes foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal entre 2021 e 2022, Senadora da República entre 2007 e 2021, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento entre 2015 e 2016, Deputada Federal entre 2003 e 2007, Deputada Federal suplente entre 2000 e 2002, Presidente de Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA entre 2009 e 2014, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins em 1996, Presidente do Sindicato Rural do Município de Gurupi/TO em 1994, além de ter participado de diversas comissões e missões no exterior e no Brasil.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	20/07/2023	AGO de 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		20/07/2023	Não	20/07/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: MARCOS ALBERTO PEREIRA MOTTA **CPF:** 008.528.317-73 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/04/1971

Experiência Profissional: Engenheiro civil com ênfase em Transportes pela UERJ, Mestre em Sistemas de Transportes pelo Instituto Militar de Engenharia, Pós-graduado em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UFRJ, possui MBA em Finanças pela COPPEAD/UFRJ e MBA em Business pelo IAG/PUC-RJ. Atualmente é Ph.D. Candidate do programa de doutoramento conjunto Universidades de Lisboa, Porto, Coimbra e MIT, sendo research fellow do MIT Portugal. Entrou no BNDES em 2023 e atuou no Departamento de Desenvolvimento Urbano, no Departamento de Infraestrutura e Logística e foi gerente do Departamento de Exportação de Serviços, sempre atuando na área de infraestrutura em todos os departamentos. Atuou ainda como Assessor da Diretoria onde tinha como foco as pautas ligadas a infraestrutura, mercado de capitais e comércio exterior. Atualmente é Assessor da Presidência do BNDES, atuando no assessoramento direto do presidente e coordenação de projetos estratégicos

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2023	Até a AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	Não exerce outros cargos ou funções no emissor.	24/04/2023	Não	24/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARCOS GODOY BROGIATO **CPF:** 949.583.438-49 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 19/09/1968

Experiência Profissional: Técnico em Contabilidade e graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Foi funcionário do Grupo Bordon (1973 - 2001), sendo os seguintes os últimos cargos exercidos: Gerente de Contabilidade Geral (1996 - 1998), reportando-se à Diretoria de Planejamento e Controle; Gerente Financeiro (1998 - 2001), reportando-se ao Diretor Presidente. Entre 2001 e 2006 prestou serviços de assessoria para o Grupo Bordon e, desde então, coordena a contabilidade de empresa vinculada ao grupo. Participou até 2016 no Conselho Fiscal da Vigor Alimentos S.A. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da JBS e da Excelsior Alimentos S.A. A Excelsior Alimentos S.A. é controlada indiretamente pela JBS. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2023	Até a AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		24/04/2023	Sim	24/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: ORLANDO OCTÁVIO DE FREITAS JÚNIOR **CPF:** 084.911.368-78 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 16/09/1962

Experiência Profissional: Bacharel em ciências contábeis pela universidade Mackenzie, registrado no CRC-SP e IBRACON-Instituto dos auditores independentes do Brasil. Possui 35 anos de experiência como profissional de auditoria em empresas de auditoria externa, Peat Marwick Mitchel, Trevisan Auditores e KPMG, sendo 23 anos como sócio e responsável técnico pelos trabalhos de auditoria. Membro do comitê executivo da Trevisan e KPMG por 15 anos. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2023	Até a AGO de 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	Membro do Comitê de Partes Relacionadas.	24/04/2023	Não	24/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: PATRICIA DA SILVA BARROS **CPF:** 072.576.167-95 **Profissão:** Engenheira de Produção **Data de Nascimento:** 08/10/1973

Experiência Profissional: Engenheira de Produção pela UFRJ, com especialização em Desenvolvimento Econômico e Social pelo Instituto de Economia da UFRJ. Possui mestrado e doutorado em Administração com concentração em Finanças pela COPPEAD. No BNDES, atuou em posições executivas na Área de Crédito, Área de Risco de Crédito, Auditoria Interna e inclusive como Superintendente da Área de Controladoria. Exerceu mandatos como Conselheira titular no Conselho Fiscal da FAPES entre 2009-2013 e 2015-2017. Desde maio de 2022 é membro do Comitê de Auditoria da FAPES.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2023	Até a AGO de 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	Não exerce outros cargos ou funções no emissor.	24/04/2023	Não	24/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: PAULO BERNARDO SILVA **CPF:** 112.538.191-49 **Profissão:** Aposentado **Data de Nascimento:** 10/03/1952

Experiência Profissional: O Sr. Paulo Bernardo Silva foi Ministro das Comunicações entre 2011 e 2014, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão entre 2005 e 2010, Deputado Federal pelo Paraná em três mandatos (1991-1995, 1995-1999 e 2003-2007). Foi também funcionário de carreira do Banco do Brasil (1975-2015), Secretário de Estado da Fazenda – Mato Grosso do Sul (1999 – 2000) e Secretário Municipal de Fazenda e de Planejamento – Londrina (2001-2002).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	20/07/2023	AGO de 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		20/07/2023	Sim	20/07/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: PAULO SÉRGIO DORTAS **CPF:** 219.961.055-15 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 30/06/1961

Experiência Profissional: Formado em contabilidade e economia, conta com mais de 30 anos de experiência em auditoria financeira e em revisão e avaliação de procedimentos de controles internos para companhias nacionais e globais. Também possui reconhecida experiência em contabilidade societária. Sua experiência inclui ainda a liderança em projetos de due diligence para fundos de private equity e venture capital. Foi sócio da área de Strategic Growth Markets (SGM) da Ernst & Young, focada no desenvolvimento de oportunidades para empresas de diferentes indústrias e também no processo de abertura de capital (IPOs). Dortas é também membro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). É membro do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2023	Até a AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	Não exerce outros cargos ou funções no emissor.	24/04/2023	Não	24/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: SANDRO DOMINGUES RAFFAI **CPF:** 064.677.908-71 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 02/01/1965

Experiência Profissional: Graduado em Contabilidade pela Faculdade Oswaldo Cruz e pós-graduado pela Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP em Gestão Tributária. Desde 2006 atua como assistente de controladoria do Escritório de Contabilidade F.F. Ltda. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da JBS S.A.e da Eldorado Brasil Celulose S.A. A Eldorado Brasil Celulose S.A. é controlada diretamente pela Jamp;F Investimentos S.A., controladora da JBS. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2023	Até a AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		24/04/2023	Sim	28/09/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO **CPF:** 389.569.918-71 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 04/12/1991

Experiência Profissional: Wesley Filho começou sua carreira como Trainee na planta de Greeley da JBS USA no Colorado. Após completar o Programa de Trainee, Wesley mudou-se para o Brasil, juntando-se à JBS S.A. Na América do Sul, trabalhou em várias posições de liderança, sendo o responsável pelas exportações para a Ásia, assumindo posteriormente a presidência das operações da JBS Uruguai e JBS Paraguai. Em 2014 assumiu a presidência das operações da JBS no Canadá e, desde 2016, liderava as operações de carne bovina no Canadá e Estados Unidos. Hoje é Diretor sem designação específica da Companhia e Presidente Global de Operações. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/05/2022	11/05/2025	Outros Diretores	Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos	11/05/2022	Sim	16/09/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: ALBA PETTENGILL **CPF:** 063.417.737-06 **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 08/08/1955

Experiência Profissional:

Ingressou na indústria frigorífica, em 1985, como Diretora do Frigorífico Guarani, onde foi responsável pela implementação das normas de Qualidade ISO9000. Dedicada há mais de 30 (trinta) anos à indústria frigorífica é conhecedora de processos de produção. Alba foi fundadora e presidente da Câmara Paraguaia da Carne e foi premiada pelo governo do Paraguai pela implantação de energias renováveis. Atualmente, Alba é proprietária e administradora de terras no Paraguai, dedicando-se à pecuária com o aprimoramento de produção genética. Além disso, é membro da Comissão Diretiva da Associação Rural do Paraguai e da Comissão de Saúde Animal do Paraguai. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/2022	Indeterminado	Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão		14/01/2022	Sim	14/01/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/2022	Indeterminado	Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental		14/01/2022	Sim	12/05/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/2022	Indeterminado	Comitê de Partes Relacionadas		14/01/2022	Sim	14/01/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: Cameron Bruett **Passaporte:** 00000000000 **Nacionalidade:** Estados Unidos **Profissão:** Cientista Político **Data de Nascimento:** 09/12/1974

Experiência Profissional: Cameron Bruett lidera assuntos corporativos e sustentabilidade na JBS USA desde 2012. Começou sua carreira na JBS em 2008, gerenciando as relações governamentais em Washington, D.C. Anteriormente, Cameron atuou no Comitê de Agricultura do Senado dos Estados Unidos. Ele é um ex-presidente da Global Roundtable for Sustainable Beef e membro do Conselho do Departamento de Ciências Agrícolas e Ambientais da Universidade de Tuskegee. Ele é graduado pela Tuskegee University e recentemente obteve seu MBA Executivo na Colorado State University. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/2022	Indeterminado	Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão		14/01/2022	Não	14/01/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO **CPF:** 223.794.793-72 **Profissão:** Engenheiro e Economista **Data de Nascimento:** 04/08/1964

Experiência Profissional:

Ex-Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil, o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo é engenheiro, mestre e doutor em Economia com forte experiência no mercado financeiro e político-econômico. Foi também Presidente da Cateno Gestão de Pagamentos (2021), Vicepresidente de Serviços, Infraestrutura e Operações do Banco do Brasil (2017-2018), Secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda (2016), além de ter ocupado posições de destaque no setor privado. Ainda, foi membro dos Conselhos de Administração da UBS BB Serviços, Banco Votorantim, Cielo, BB Seguridade e Neoenergia. Atualmente, o Sr. Vasconcelos é membro do Conselho de Administração da Brasilprev Seguros e Previdência e do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	14/01/2022	10 anos		Membro do Comitê de Auditoria	14/01/2022	Sim	14/01/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/2023	Indeterminado	Comitê de Partes Relacionadas		14/01/2022	Sim	10/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/2022	Indeterminado	Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos		14/01/2022	Sim	14/01/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/2022	Indeterminado	Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação		14/01/2022	Sim	14/01/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: CLEDORVINO BELINI **CPF:** 116.050.068-15 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 03/05/1949

Experiência Profissional:

Formado em administração de empresas pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Finanças pela USP e MBA pelo FDC/INSEAD. Fez carreira de 44 anos na Fiat, tendo presidido a montadora no Brasil e na América Latina durante 11 anos, entre 2004 e 2015. Foi também presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea entre 2010 e 2013 e Diretor Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG entre Fevereiro/2019 a Janeiro/2020. O Sr. Cledorvino Belini foi conselheiro independente da JBS entre Outubro/2017 e Junho/2020 e entre Novembro/2021 e Abril/2023.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/08/2023	Indefinido	Composição do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos		14/08/2023	Não	14/08/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: FRANCISCO SÉRGIO TURRA **CPF:** 005.190.810-72 **Profissão:** Comunicador Social **Data de Nascimento:** 16/09/1942

Experiência Profissional:

Francisco Turra é formado em Comunicação Social pela PUC/RS e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Passo Fundo/RS. Possui domínio no setor de Agronegócio no mercado interno e no mercado financeiro, tendo ocupado a Vice-Presidência e a Diretoria de Operações do banco BRDE entre 2007 e 2008 e a Presidência do Banrisul de 1995 a 1996. Foi também Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Avicultura.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/10/2021	Indeterminado	Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental		28/10/2021	Sim	28/10/2021

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/2022	Indeterminado	Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação	14/01/2022	Sim	14/01/2022
----------------	----------------------------	------------	---------------	--	------------	-----	------------

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: GELSON LUIZ MERISIO **CPF:** 464.643.529-20 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 31/01/1966

Experiência Profissional:

Formado em Administração de Empresas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Xanxerê (ACIX), da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina (FACISC), do Conselho Deliberativo do SEBRAE/SC e vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). Representando a classe empresarial catarinense, foi deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, entre os anos de 2005 a 2018. Em 2010, tornou-se presidente da Assembleia Legislativa por unanimidade de votos, feito que repetiu em mais duas gestões (2011/12 e 2015/16). Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/2022	10 anos			14/01/2022	Não	11/11/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/2023	Indeterminado	Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação		10/05/2023	Não	10/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/2023	Indeterminado	Comitê de Partes Relacionadas		14/01/2022	Não	10/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/2023	Indeterminado	Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos		14/01/2022	Não	10/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: GUILHERME MOTTA **CPF:** 006.821.781-10 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 09/12/1984

Experiência Profissional:

Guilherme ingressou no setor de couros em 2003 atuando na área comercial, expandindo o mercado internacional de couros brasileiros, participando de feiras e eventos internacionais pela empresa BMZ Couros.
Em 2009 inicia suas atividades na JBS, na Divisão Couros, compondo o time comercial de vendas sendo responsável pela segmento de couros automotivos, este sendo o principal segmento da divisão no Brasil.
Em 2016 assumiu a diretoria de operações de couros da JBS Estados Unidos liderando a unidade de Cactus, Texas expandindo o mercado para couros americanos. Em 2019 assumiu a função de presidente de operações global de couros com operações no Brasil, Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Itália, Vietnã. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/2022	Indeterminado	Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental		14/01/2022	Não	14/01/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI **CPF:** 010.981.437-10 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 11/11/1968

Experiência Profissional:

Guilherme é graduado e mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Desde 2012, Guilherme atuava como Diretor de Finanças e Relações com Investidores na Fibria Celulose S/A. Anteriormente, ocupou a função de CFO e Diretor de relações com Investidores na Vale do Rio Doce e o cargo de Diretor de Tesouraria e Planejamento nas Organizações Globo. Ele obteve diversos prêmios e reconhecimentos, entre eles o de melhor CFO do setor de Papel e Celulose pela Institutional Investor magazine em todos os anos entre 2012 e 2016. O Sr. Guilherme Cavalcanti não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração de sociedades.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	13/05/2019	Indeterminado	Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos		13/05/2019	Não	13/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN **CPF:** 012.266.188-55 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 02/08/1953

Experiência Profissional:

Nasceu em Cork, Irlanda em 1953. Estudou Engenharia na University College Cork e imigrou para o Brasil em 1979. Ingressou na indústria de carnes em 1983, desenvolvendo estratégias de comércio global para o setor de carne bovina brasileira. Trabalhou inicialmente na Mouran (1983 a 1989), depois na Bordon (1989 a 1995) e ingressou no Grupo JBS em 1996 para desenvolver a área de negócios internacionais. Atuou com Diretor de Relações com Investidores da Companhia e hoje é Diretor sem designação específica da Companhia. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	14/01/2022	Indeterminado	Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação		14/01/2022	Não	13/11/2017

Outros Comitês	Presidente do Comitê	10/11/2022	Indeterminado	Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão	14/01/2022	Não	10/11/2022
Outros Comitês	Presidente do Comitê	14/01/2022	indeterminado	Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental	14/01/2022	Não	13/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não aplicável

Nome: JURIANA SPERANDIO DOMINGUES **CPF:** 854.973.041-68 **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 31/01/1979

Experiência Profissional: Juriana Sperandio é formada em Psicologia pela Universidade de Cuiabá, pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos pela UNIVAG. Iniciou na JBS em 2006 como Gerente de RH da unidade de Araputanga, MT. Juriana foi expatriada para JBS USA em 2007 e liderou o RH das unidades bovinas e também a área corporativa de desenvolvimento Organizacional. Juriana retornou a JBS USA, depois de atuar 5 anos como Chief Human resources office da Ventura Foods na California. Atualmente Juriana é Head de RH da JBS North America e acumula a função de Diretora Global de RH.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2023	Indeterminado	Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão		21/03/2023	Não	21/03/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: KATIA REGINA DE ABREU GOMES **CPF:** 613.303.451-34 **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 02/02/1962

Experiência Profissional: A Sra. Kátia Regina de Abreu Gomes foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal entre 2021 e 2022, Senadora da República entre 2007 e 2021, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento entre 2015 e 2016, Deputada Federal entre 2003 e 2007, Deputada Federal suplente entre 2000 e 2002, Presidente de Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA entre 2009 e 2014, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins em 1996, Presidente do Sindicato Rural do Município de Gurupi/TO em 1994, além de ter participado de diversas comissões e missões no exterior e no Brasil.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/08/2023	Indeterminado	Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental		14/08/2023	Não	14/08/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/08/2023	Indeterminado	Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão		14/08/2023	Não	14/08/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: LIEGE VERGILI CORREIA NOGUEIRA **CPF:** 318.749.308-48 **Profissão:** Engenheira Agrônoma **Data de Nascimento:** 10/06/1986

Experiência Profissional: Engenheira agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), Liège Vergili Correia é diretora de Sustentabilidade da Friboi, empresa da JBS líder no segmento de carne bovina no Brasil da JBS, vice-presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e diretora da Fundação AGRISUS - Agricultura Sustentável. Anteriormente, foi diretora-executiva da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) e sócia da Agroconsult.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/2023	Indeterminado	Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental		10/05/2023	Não	10/05/2023

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	13/11/2023	Indeterminado	Comitê De Diversidade, Equidade e Inclusão	13/11/2023	Não	13/11/2023
----------------	----------------------------	------------	---------------	--	------------	-----	------------

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: MARCELA ROCHA **CPF:** 365.524.228-06 **Profissão:** Comunicóloga **Data de Nascimento:** 23/10/1986

Experiência Profissional: Diretora-executiva de Assuntos Corporativos da JBS e membro do seu Comitê de Diversidade amp; Inclusão no âmbito do Conselho de Administração, Marcela Rocha é responsável pela Comunicação, Relações Institucionais e Sustentabilidade da Companhia. Anteriormente, esteve à frente das áreas de comunicação e relações públicas da Jamp;F Investimentos. Formada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foi anteriormente diretora-executiva da Propeg, liderando o clientes como Petrobras, Lê Creuset, BNDES, governos estaduais e municipais, além de acumular passagem em veículos da grande imprensa, como TV Record e Terra.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/2022	Indeterminado	Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão		11/08/2022	Não	11/08/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: PAULO SÉRGIO DORTAS **CPF:** 219.961.055-15 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 30/06/1961

Experiência Profissional:

Formado em contabilidade e economia, conta com mais de 30 anos de experiência em auditoria financeira e em revisão e avaliação de procedimentos de controles internos para companhias nacionais e globais. Também possui reconhecida experiência em contabilidade societária. Sua experiência inclui ainda a liderança em projetos de due diligence para fundos de private equity e venture capital. Foi sócio da área de Strategic Growth Markets (SGM) da Ernst & Young, focada no desenvolvimento de oportunidades para empresas de diferentes indústrias e também no processo de abertura de capital (IPOs). Dortas é também membro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). É membro do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	23/02/2017	10 anos			23/02/2017	Não	23/02/2017
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/11/2020	Indeterminado	Comitê de Partes Relacionadas		11/11/2020	Não	11/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO **CPF:** 389.569.918-71 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 04/12/1991

Experiência Profissional:

Wesley Filho começou sua carreira como Trainee na planta de Greeley da JBS USA no Colorado. Após completar o Programa de Trainee, Wesley mudou-se para o Brasil, juntando-se à JBS S.A. Na América do Sul, trabalhou em várias posições de liderança, sendo o responsável pelas exportações para a Ásia, assumindo posteriormente a presidência das operações da JBS Uruguai e JBS Paraguai. Em 2014 assumiu a presidência das operações da JBS no Canadá e, desde 2016, liderava as operações de carne bovina no Canadá e Estados Unidos. Hoje é Diretor sem designação específica da Companhia e Presidente Global de Operações. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	13/11/2017	Indeterminado	Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos		13/11/2017	Não	13/11/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
Administrador do emissor ou controlada				
JOSÉ BATISTA SOBRINHO	052.970.871-04	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor Sem Designação Específica	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
José Batista Sobrinho é avó de Wesley Mendonça Batista Filho				

Administrador do emissor ou controlada				
JOSÉ BATISTA SOBRINHO	052.970.871-04	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
JOESLEY MENDONÇA BATISTA	376.842.211-91	J&F INVESTIMENTOS S.A.	00.350.763/0001-62	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
José Batista Sobrinha Sobrinho é Pai de Joesley Mendonça Batista				

Administrador do emissor ou controlada				
JOSÉ BATISTA SOBRINHO	052.970.871-04	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
WESLEY MENDONÇA BATISTA	364.873.921-20	J&F INVESTIMENTOS S.A.	00.350.763/0001-62	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
José Batista Sobrinho é pai de Wesley Mendonça Batista				

Administrador do emissor ou controlada				
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	
Diretor Sem Designação Específica	N/A		Brasileiro(a)	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Pessoa relacionada</u>				
JOSÉ BATISTA SOBRINHO	052.970.871-04	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
Wesley Mendonça Batista Filho é neto de José Batista Sobrinho				
<hr/>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	
Diretor Sem Designação Específica	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
WESLEY MENDONÇA BATISTA	364.873.921-20	J&F INVESTIMENTOS S.A.	00.350.763/0001-62	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
Wesley Mendonça Batista Filho é filho de Wesley Mendonça Batista				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2020Administrador do Emissor

GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI	010.981.437-10	Controle	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	95.426.862/0001-97		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Controle	Controlada Indireta
Diretor da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

MAFRIP - MATADOURO FRIGORÍFICO RIO PARDO S.A.	13.818.919/0001-39		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

BAUMHARDT COM. E PART. LTDA.	87.137.774/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração	341.840.159-72 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> EXCELSIOR ALIMENTOS S.A. Diretor	95.426.862/0001-97 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração	389.569.918-71 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> BAUMHARDT COM. E PART. LTDA. Diretor	87.137.774/0001-47 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração	389.569.918-71 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> MAFRIP - MATADOURO FRIGORÍFICO RIO PARDO S.A. Diretor	13.818.919/0001-39 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2021

<u>Administrador do Emissor</u> GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI	010.981.437-10	Subordinação	Controlada Indireta
---	----------------	--------------	---------------------

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	95.426.862/0001-97		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI	010.981.437-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SEARA Arabia Food Industrial Company			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI	010.981.437-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SEARA Arabia Food Trading Company Ltd			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI	010.981.437-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Malta Finance Limited			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI	010.981.437-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Swift Foods B.V.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SEARA Arabia Food Industrial Company			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SEARA Arabia Food Trading Company Ltd			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Investments II GMBH			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Brandenburg Finance S.à.r.l.			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Holding Luxembourg S.à.r.l.			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Asia Pacific Investments Ltd			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Investments Bantry Ltd			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Investments Cork Ltd			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Investments Galway Ltd			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Observação

Administrador do Emissor

JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Seara Japan Ltd.			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JBS Ansembourg Holding S.à r.l.			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JBS Aspelt S.à.r.l.			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	012.266.188-55 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS Beaufort Holding S.à.r.l. diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	012.266.188-55 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS Berg S.à.r.l. diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	012.266.188-55 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS Bettendorf S.à.r.l. diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	012.266.188-55 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
JBS Brandenburg Finance S.à.r.l. diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	012.266.188-55 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
JBS Clervaux Finance S.à.r.l. diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	012.266.188-55 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
JBS Dudelage S.à.r.l. diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	012.266.188-55 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
JBS Esch S.à.r.l. diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Global Luxembourg S.à.r.l.			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS La Rochette Finance S.à.r.l.			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Luxembourg S.à.r.l.			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS Mersch S.à.r.l. diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	012.266.188-55 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS Petrusse Finance S.à.r.l. diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	012.266.188-55 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS USA Holding Lux Sarl diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	012.266.188-55 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS Vianden Sarl			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Packerland Distribution Sarl			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Investments Luxembourg			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Meat UK, Luxembourg Branch			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Durham UK Ltd			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Investment UK Ltd			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Meat UK Ltd			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Melwood UK Limited			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Australia Finance 1 Pty Ltd			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Australia Finance Pty Ltd			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Investments Dublin Ltd			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JBS Bettendorf S.à.r.l.			
diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JBS AVES LTDA	08.199.996/0001-18		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SEARA ALIMENTOS	02.914.460/0112-76		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> SEARA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Diretor	83.044.016/0030-68 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS Global Meat Holding Pty Ltd Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Seara Food Europe Holding B.V. Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Baumhardt – Comércio e Participações Ltda. Diretor <u>Observação</u>	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<hr/>			
Administrador do Emissor GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A. Pessoa Relacionada Cattle Production Systems, Inc Diretor <u>Observação</u>	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<hr/>			
Administrador do Emissor GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A. Pessoa Relacionada Denver Processing, LLC Diretor <u>Observação</u>	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<hr/>			
Administrador do Emissor GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A. Pessoa Relacionada Empire Management Company, LLC Diretor <u>Observação</u>	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Administrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI
Diretor-Presidente da JBS S.A.

341.840.159-72
N/A

Subordinação
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Empire Packing Company, LP
Diretor

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

GILBERTO TOMAZONI
Diretor-Presidente da JBS S.A.

341.840.159-72
N/A

Subordinação
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Food Ventures North America, Inc.
Diretor

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

GILBERTO TOMAZONI
Diretor-Presidente da JBS S.A.

341.840.159-72
N/A

Subordinação
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Harris Mason Processing, LLC
Diretor

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

GILBERTO TOMAZONI

341.840.159-72

Subordinação

Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
International Food Packers LLC			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Carriers Inc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Empire Inc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Finco, Inc			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Foods Canada, Inc.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Foods Ontario Inc.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Greenbay Inc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Holding Brasil S.A.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Live Pork LLC			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Packerland, Inc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Plainwell Inc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Souderton Inc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Tolleson Inc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Trading USA (Tupman)			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Observação

Administrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JBS USA Finance Inc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JBS USA Food Company			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JBS USA Food Company Holdings, Inc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS USA Leather, Inc Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS USA Promontory Holdings I LLC Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS USA Promontory I LLC Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
JBS USA Promontory II LLC Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
JBS USA Promotory Holdings II LLC Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
JBS Wisconsin Properties Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Miller Brothers Co. Inc Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MOPA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	22.725.838/0001-85		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mopac of Virginia Inc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mountain View Rendering Co. LLC			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Moy Park (BondCo) Plc			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Moy Park (NewCo) Ltd			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Moy Park France HoldCo			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Moy Park Holdings (Europe) Limited			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Moy Park Limited			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Moyer Distribution LLC			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
O'Kane (Blue Rose Newco 1) Limited			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
O'Kane Poultry Limited			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Olympia Processing, LLC			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Planterra Foods Company			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Plumrose Holdings			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Plumrose USA, Inc.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Raymond Kelley amp; Associates, Inc.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ready Mile Trucking			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Observação

Administrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Rigamonti			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Samp;C Resale Company			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Sampco Holdings LLC			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Sampco, LLC Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Seara Holding (Europe) B.V. Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Sharonville Processing, LLC Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Skippack Creek Corp Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Swift amp; Company International Sales Corp Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Swift Beef Company Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor GILBERTO TOMAZONI Diretor-Presidente da JBS S.A.	341.840.159-72 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Swift Brands Company Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Administrador do Emissor

GILBERTO TOMAZONI
Diretor-Presidente da JBS S.A.

341.840.159-72
N/A

Subordinação
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Swift Foods B.V.
Diretor

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

GILBERTO TOMAZONI
Diretor-Presidente da JBS S.A.

341.840.159-72
N/A

Subordinação
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Swift Pork Company
Diretor

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

GILBERTO TOMAZONI
Diretor-Presidente da JBS S.A.

341.840.159-72
N/A

Subordinação
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

The Powerplants Company / F.K.A Jerky Snack
Diretor

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

GILBERTO TOMAZONI

341.840.159-72

Subordinação

Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor-Presidente da JBS S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Weddel Limited			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS CONFINAMENTO LTDA	09.084.219/0001-90		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BRAZSERVICE WET LEATHER S.A	06.945.520/0001-53		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS AVES LTDA	08.199.996/0001-18		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SEARA ALIMENTOS	02.914.460/0112-76		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	95.426.862/0001-97		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
MAFRIP - MATADOURO FRIGORÍFICO RIO PARDO S.A.	13.818.919/0001-39		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
MOPA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	22.725.838/0001-85		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SEARA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	83.044.016/0030-68		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Seara África Pty Ltd.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Seara Saudi Food for Consultancy and Research LLC			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SEARA Arabia Food Industrial Company			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SEARA Arabia Food Trading Company Ltd			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Mendoza			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Observação

Administrador do Emissor

WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JBS Investments GmbH			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JBS Investments II GMBH			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

JBS Toledo N.V			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor sem designação específica	389.569.918-71 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS Finance Ltd. II Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor sem designação específica	389.569.918-71 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS Chile Limitada Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor sem designação específica	389.569.918-71 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> JBS Food Trading (Shangai) Ltd. Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor sem designação específica	389.569.918-71 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
JBS Leather International B.V. Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor sem designação específica	389.569.918-71 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Seara Food Europe Holding B.V. Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor sem designação específica	389.569.918-71 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Holding Brasil S.A. Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor sem designação específica	389.569.918-71 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Enersea Comercializadora de Energia Ltda. Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Australia Finance 1 Pty Ltd			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Baumhardt – Comércio e Participações Ltda.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Climert Investments S.A.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Enersea Comercializadora de Energia Ltda.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Australia Finance 1 Pty Ltd			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS EMBALAGENS METÁLICAS LTDA.	04.109.847/0001-60		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JBS Global (UK) Ltd			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Holding Brasil S.A.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Leather Uruguay			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Seara Singapore Pte. Ltd.			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Asset Management Corporation			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JBS Australia Finance Pty Ltd			
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ELISEO SANTIAGO PEREZ FERNANDEZ	412.811.954-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor de Administração e Controle	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
MAFRIP - MATADOURO FRIGORÍFICO RIO PARDO S.A.	13.818.919/0001-39		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ELISEO SANTIAGO PEREZ FERNANDEZ	412.811.954-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Administração e Controle	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Pessoa Relacionada

JBS Investments GmbH

Diretor N/A Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Exercício Social 31/12/2022****Administrador do Emissor**

GILBERTO TOMAZONI

Diretor Presidente da JBS S.A.

341.840.159-72

N/A

Controle

Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

BAUMHARDT COM. E PART. LTDA.

Diretor 87.137.774/0001-47 N/A Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

GILBERTO TOMAZONI

Diretor Presidente da JBS S.A.

341.840.159-72

N/A

Controle

Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.

Diretor 95.426.862/0001-97 N/A Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A.

010.981.437-10

N/A

Controle

Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
EXCELSIOR ALIMENTOS S.A. Diretor	95.426.862/0001-97 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
JEREMIAH ALPHONSUS O'CALLAGHAN Diretor e Membro do Conselho de Administração da JBS S.A.	012.266.188-55 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
MAFRIP - MATADOURO FRIGORÍFICO RIO PARDO S.A. Diretor	13.818.919/0001-39 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor da JBS S.A.	389.569.918-71 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
BAUMHARDT COM. E PART. LTDA. Diretor	87.137.774/0001-47 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WESLEY MENDONÇA BATISTA FILHO Diretor da JBS S.A.	389.569.918-71 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
MAFRIP - MATADOURO FRIGORÍFICO RIO PARDO S.A. Diretor	13.818.919/0001-39 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de administradores aos seus conselheiros e diretores. O seguro tem por objetivo proteger o patrimônio dos administradores que ocupam cargos ou funções diretivas na empresa e o ressarcimento no caso de condenações pecuniárias provenientes de sentenças judiciais transitadas em julgado ou decisões arbitrais finais e acordos judiciais ou extrajudiciais negociados com o consentimento prévio da seguradora, bem como o pagamento dos custos de defesa incorridos em tais processos. A apólice de seguro tem vigência de 30 de setembro de 2022 até 30 de setembro de 2023 e sua cobertura abrange o mundo inteiro. O limite máximo de garantia para cobertura de responsabilidade civil contratada é de R\$100.000.000,00. O valor do prêmio de seguros contrato é de R\$ 1.557.868,56

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Outras informações relevantes

Em razão de não ser possível adicionar companhias estrangeiras no item 7.6, abaixo segue as companhias que não detêm CNPJ, mas possuem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle, que não foram informadas no item 7.6.

Gilberto Tomazoni - Diretor Presidente da JBS S.A. - CPF 341.840.159-72				
Pessoa relacionada	Cargo/Função na pessoa relacionada	CPF/CNPJ/ ID da pessoa relacionada	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
40 North Foods, Inc.	Diretor	81-4335636	Controle	Controlada indireta
Food Processors Water Chief Operating Officerperative, Inc.	Diretor	519991	Controle	Controlada indireta
Gold'n Plump Farms, LLC	Diretor	41-1446722	Controle	Controlada indireta
Gold'n Plump Poultry, LLC	Diretor	41-1940786	Controle	Controlada indireta
Hadgraft Industrial Properties, LLC	Diretor	18100635	Controle	Controlada indireta
JFC, LLC	Diretor	90-1027748	Controle	Controlada indireta
Merit Provisions, LLC	Diretor	20-8442876	Controle	Controlada indireta
Nacrail, LLC	Diretor	75-2934661	Controle	Controlada indireta
PFS Distribution Company	Diretor	20-0323381	Controle	Controlada indireta
Pilgrim's Pride Affordable Housing Corp.	Diretor	75-2810952	Controle	Controlada indireta

7.8 Outras informações relevantes

Pilgrim's Pride Corporation	Diretor	75-1285071	Controle	Controlada indireta
Pilgrim's Pride Corporation of West Virginia, Inc.	Diretor	55-0379497	Controle	Controlada indireta
Pilgrim's Pride of Nevada, Inc.	Diretor	91-2155267	Controle	Controlada indireta
Pilgrim's Pride, LLC	Diretor	20-5462447	Controle	Controlada indireta
Planterra Holdings B.V.	Diretor	8625.19.044	Controle	Controlada indireta
Poppsa 3, LLC	Diretor	20-2673532	Controle	Controlada indireta
Poppsa 4, LLC	Diretor	20-2673645	Controle	Controlada indireta
PPC Marketing, Ltd.	Diretor	75-2670462	Controle	Controlada indireta
PPC of Alabama, Inc.	Diretor	58-2014331	Controle	Controlada indireta
PPC Transportation Company	Diretor	20-0493743	Controle	Controlada indireta
To-Rico Distribution Ltd	Diretor	98-0506209	Controle	Controlada indireta
To-Rico Ltd	Diretor	98-0506210	Controle	Controlada indireta

7.8 Outras informações relevantes

Guilherme Perboyre Cavalcanti - Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. - CPF 010.981.437-10				
Pessoa relacionada	Cargo/Função na pessoa relacionada	CPF/CNPJ da pessoa relacionada	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
International Food Company Seara LLC	Diretor	492752	Controle	Controlada indireta

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan - Diretor e Membro do Conselho de Administração da JBS S.A. - CPF 012.266.188-55				
Pessoa relacionada	Cargo/Função na pessoa relacionada	CPF/CNPJ da pessoa relacionada	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
International Food Company Seara LLC	Diretor	597126	Controle	Controlada indireta

Wesley Mendonca Batista Filho - Diretor da JBS S.A. - CPF 389.569.918-71				
Pessoa relacionada	Cargo/Função na pessoa relacionada	CPF/CNPJ da pessoa relacionada	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
International Food Company Seara LLC	Diretor	310895136900003	Controle	Controlada indireta
Mountain View Rendering Co., LLC	Diretor	52-1548277	Controle	Controlada indireta

8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos Administradores

8.1. Política ou prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e os diretores estatutários e não estatutários tem como objetivo atrair e reter profissionais do mercado que apresentem qualificações, competências e perfil adequados às práticas e aos negócios da JBS.

A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão com os interesses da JBS. A política de remuneração da Companhia passa pela aprovação do seu Conselho de Administração, seguindo a recomendação do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação e a política de remuneração variável (PLR) tem como base o acordo com o sindicato.

Como parte da estrutura de acompanhamento da remuneração de executivos, o Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação da JBS analisa, conforme necessidades e demandas, as métricas de avaliação dos membros da administração.

As atuais diretrizes de remuneração da Companhia foram formalmente aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 11 de novembro de 2020. A Política de Remuneração da JBS está disponível para consulta nos *websites* da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação da Companhia submetem ao Conselho de Administração a proposta de remuneração anual global da administração. Depois de aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a proposta é submetida à aprovação da Assembleia Geral. Depois de aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral, a remuneração global anual da administração é segregada pelo Conselho de Administração entre os membros da administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária).

8.1 Política ou prática de remuneração

(ii) *critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos*

Com relação à remuneração fixa, a JBS se baseia em pesquisas de mercado realizadas por consultoria especializada, incluindo a reposição anual da inflação.

Assim como para todos os empregados da JBS, os indicadores de desempenho da administração são o alcance de metas operacionais e financeiras e o desempenho individual.

(iii) *com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor*

O Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, avalia as diretrizes e práticas de remuneração da Companhia, bem como formula recomendações ao Conselho de Administração e revisa periodicamente as políticas e práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia. O Conselho de Administração, por sua vez, recebe os reportes e recomendações do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação e avalia e delibera sobre as sugestões de adequações.

c) *composição da remuneração, indicando:*

(i) *descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:*

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa e variável pelo desempenho de suas funções.

A parte fixa é composta pelo salário mensal.

No que se refere à parcela variável da remuneração, corresponde a uma parcela em dinheiro indexada ao preço das ações de emissão da Companhia na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), paga *pro rata temporis* no final de cada mandato dos membros do Conselho de Administração. (“Remuneração Variável de Longo Prazo”).

O objetivo de cada elemento da remuneração dos membros do Conselho de Administração é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o seu comprometimento e, também, atrair e manter profissionais altamente qualificados.

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é determinada na respectiva assembleia geral que os elege e, nos termos do artigo 162, da Lei das S.A., corresponde a pelo menos 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos diretores estatutários da Companhia, não computados benefícios e demais parcelas variáveis. Os membros suplentes do Conselho Fiscal recebem remuneração por cada reunião de que participem.

Diretoria Estatutária

A remuneração global anual dos membros da diretoria estatutária é estabelecida pelo Conselho de Administração e é composta de uma parte fixa e outra variável.

A parte fixa é composta pelo salário e pelo plano de saúde.

No que se refere à parcela variável da remuneração da diretoria estatutária, esta é paga da seguinte forma: **(i)** uma remuneração variável a título de participação nos resultados da Companhia (“PLR”), composta por uma parcela em dinheiro à vista (“Remuneração Variável De Curto Prazo”), e **(ii)** a título de PLR, uma Remuneração Variável de Longo Prazo – observado que, no caso dos membros da Diretoria, a Remuneração Variável de Longo Prazo é pago na proporção de 1/3 ao ano, durante três anos.

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o seu comprometimento e, também, atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Comitês

Os membros externos que participam dos comitês fazem jus a uma remuneração fixa mensal. Os membros do Conselho de Administração que participam dos comitês recebem uma remuneração fixa adicional por participação nas reuniões.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	93%	23%	100%	0%
Remuneração Variável	7%	77%	0%	0%
Pós Emprego	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	0%	0%	0%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	19%	100%	0%
Remuneração Variável	0%	81%	0%	0%
Pós Emprego	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	0%	0%	0%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	27%	100%	0%
Remuneração Variável	0%	73%	0%	0%
Pós Emprego	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	0%	0%	0%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

A remuneração é reajustada considerando a inflação do período, a valorização das ações (parte da remuneração variável, conforme a seguir detalhada) e do cumprimento das metas, parte do processo de avaliação de desempenho.

Ainda, a remuneração fixa mensal da diretoria estatutária e não estatutária é reajustada, em todos os exercícios sociais, de acordo com os percentuais dos acordos coletivos e também podem ocorrer reajustes por mérito no desempenho de suas atividades. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração, quando realizada, é efetuada com base em estudos comparativos de mercado feitos por consultoria especializada.

A remuneração variável dos diretores da Companhia leva em consideração o lucro líquido ajustado apurado pela Companhia, bem como um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360º, no qual se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

O plano de saúde da diretoria estatutária, concedido pela Companhia, não possui metodologia de cálculo e reajuste específicos, sendo que seu reajuste é feito com base em determinação da companhia seguradora.

O plano de remuneração baseada na evolução do preço de ações, concedido aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, possui uma metodologia de cálculo própria, conforme descrito no item de remuneração variável de longo prazo.

8.1 Política ou prática de remuneração

- *principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG*

Com relação à remuneração fixa, a JBS se baseia em pesquisas de mercado realizadas por consultoria especializada.

Assim como para todos os empregados da Companhia, os indicadores de desempenho da administração são o alcance de metas operacionais e financeiras e o desempenho individual.

A remuneração variável dos membros dos diretores da Companhia leva em consideração o lucro líquido ajustado apurado pela Companhia, bem como um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360º, onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

Os indicadores utilizados para aferir o desempenho individual têm sido, a depender dos níveis hierárquicos e áreas de atuação: (i) geração de caixa livre; (ii) geração de caixa operacional; (iii) EBITDA; (iv) lucro bruto; (v) receita líquida; e (vi) desempenho da unidade de negócio do beneficiário. A companhia estuda métricas mensuráveis ligadas à questão ASG para aferição de desempenho de sua liderança.

- (ii) *razões que justificam a composição da remuneração*

A remuneração fixa está em linha com as práticas de mercado e é anualmente analisada com base em pesquisas realizadas por consultorias especializadas.

A remuneração variável incentiva a melhoria da gestão da Companhia e a retenção dos melhores profissionais do mercado, trazendo ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e o desempenho de curto prazo.

- (iii) *a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato*

Não há membros não remunerados.

- d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A totalidade da remuneração paga aos administradores é realizada de forma direta pela Companhia, não havendo membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, da Diretoria ou dos Comitês que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas.

- e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

8.1 Política ou prática de remuneração

A Companhia não possui qualquer tipo de remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,33	5	4	17,33
Nº de membros remunerados	8,33	5	4	17,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.780.000,00	23.466.725,72	1.877.338,06	32.124.063,78
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	4.580.000,00	0,00	0,00	4.580.000,00
Outros	2.272.000,00	6.783.483,20	375.467,61	9.430.950,81
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (6.570.538,20) e Plano de Saúde (212.800,00)	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	778.800,00	222.428.350,00	0,00	223.207.150,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	
Total da remuneração	14.410.800,00	252.678.558,92	2.252.805,67	269.342.164,59

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	5	4	18,00
Nº de membros remunerados	9	5	4	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.916.166,67	21.745.841,42	1.739.667,31	29.401.675,40
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	3.972.741,94	0,00	0,00	3.972.741,94
Outros	1.977.781,72	6.281.421,71	347.933,46	8.607.136,89
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (6.088.835,60) e Plano de Saúde (192.586,11)	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	876.150,00	96.000.000,00	0,00	96.876.150,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	
Total da remuneração	12.742.840,33	124.027.263,13	2.087.600,77	138.857.704,23

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	5	4	18,00
Nº de membros remunerados	9	5	4	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.400.000,00	18.606.784,72	1.483.031,00	25.489.815,72
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	2.068.000,00	0,00	0,00	2.068.000,00
Outros	1.493.600,00	4.488.729,00	296.606,26	6.278.935,26
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (4.335.381,00) e Plano de Saúde (153.348,00)	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	98.000.000,00	0,00	98.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	
Total da remuneração	8.961.600,00	121.095.513,72	1.779.637,26	131.836.750,98

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,91	5	4	17,91
Nº de membros remunerados	8,91	5	4	17,91
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.129.000,00	16.480.941,13	1.483.031,00	22.092.972,13
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	932.500,00	0,00	0,00	932.500,00
Outros	1.012.300,00	4.791.375,32	296.606,26	6.100.281,58
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (R \$4.614.642,538) e Plano de saúde (R\$ 176.711,80)	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	56.891.013,42	0,00	56.891.013,42
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP	
Total da remuneração	6.073.800,00	78.163.329,87	1.779.637,26	86.016.767,13

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,33	5	4	17,33
N° de membros remunerados	8,33	5	0	13,33
Esclarecimento			Sem remuneração	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	778.800,00	222.428.350,00	0,00	223.207.150,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	778.800,00	222.428.350,00	0,00	223.207.150,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	876.150,00	250.891.013,42	0,00	251.767.163,42

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	9	5	4	18,00
N° de membros remunerados	9	5	0	14,00
Esclarecimento			Sem remuneração	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.665.000,00	213.865.082,51	0,00	215.530.082,51
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	876.150,00	96.000.000,00	0,00	96.876.150,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	199.391.013,42	0,00	199.391.013,42

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	9	5	4	18,00
N° de membros remunerados	0	5	0	5,00
Esclarecimento	Sem remuneração		Sem remuneração	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	98.000.000,00	0,00	98.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	98.000.000,00	0,00	98.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	134.391.013,42	0,00	134.391.013,42

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,91	5	4	17,91
N° de membros remunerados	0	5	0	5,00
Esclarecimento	Sem remuneração		Sem remuneração	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	56.891.013,42	0,00	56.891.013,42
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	56.891.013,42	0,00	56.891.013,42
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	86.000.000,00	0,00	86.000.000,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações

a) *termos e condições gerais*

O Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014 (“**Plano**”), e é administrado pelo Conselho de Administração, que tem competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas no Plano.

No entanto, desde o exercício de 2018 não são outorgadas novas opções no âmbito do Plano, e, nesta data, não há previsão de novas outorgas.

Além disso, conforme mencionado no item 8.1 acima, desde o exercício de 2019 foi concedida à diretoria e aos principais executivos da Companhia, em caráter eventual e extraordinário, uma Remuneração Variável de Longo Prazo referenciada na precificação das ações da Companhia e paga de forma diferida, na proporção de 1/3 ao ano, durante três anos. Ainda, desde 2022 foi concedida aos membros do Conselho de Administração uma Remuneração Variável de Longo Prazo referenciada na precificação das ações da Companhia e paga no final do respectivo mandato dos membros do Conselho de Administração.

b) *data de aprovação e órgão responsável*

O Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014 (“**Plano**”), e é administrado pelo Conselho de Administração, que tem competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas no Plano.

c) *número máximo de ações abrangidas*

Não aplicável.

d) *número máximo de opções a serem outorgadas*

Não aplicável.

e) *condições de aquisição de ações*

Não aplicável.

f) *critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício*

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável.

h) forma de liquidação

A liquidação é realizada em dinheiro, na forma prevista nos itens 8.1 e 8.4(a) acima, em folha de pagamento junto ao pagamento o PPR.

i) restrições à transferência das ações

Não aplicável.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

No que se refere à remuneração variável a título de PLR, mencionada no item 8.1 e 8.4(a) acima, nas hipóteses de desligamento, falecimento, invalidez, aposentadoria serão observados os termos e condições constantes do Programa de Participação nos Resultados de 2022 e do Acordo Coletivo de Trabalho da JBS. Ainda, nas hipóteses de vencimento antecipado mencionadas no Acordo Coletivo de Trabalho da JBS serão aplicados os termos e condições de pagamento mencionados nos respectivos planos de remuneração variável de longo prazo.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No que se refere à remuneração variável a título de PLR, mencionada no item 8.1 e 8.4(a) acima, na hipótese de desligamento do administrador por iniciativa da Companhia em decorrência de justa causa, a Remuneração Variável de Longo Prazo que lhe tenha sido concedida, segundo as regras de reserva de direito, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram outorgadas opções de compra de ações nos últimos três exercícios sociais e não há previsão para realização de outorgas no exercício social corrente.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Outorga de opções de compra de ações

Não foram outorgadas opções de compra de ações nos últimos três exercícios sociais e não há previsão para realização de outorgas no exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7. Opções em aberto

Não havia opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Opções exercidas e ações entregues

Exercício social encerrado em 31/12/2022		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	N/A	N/A
Número de membros remunerados	N/A	N/A
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado de ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2021		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	N/A	5
Número de membros remunerados	N/A	1
Número de ações	N/A	51.282
Preço médio ponderado de exercício	N/A	9,75
Preço médio ponderado de mercado de ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2020		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	N/A	5
Número de membros remunerados	N/A	1
Número de ações	N/A	65.335
Preço médio ponderado de exercício	N/A	9,75
Preço médio ponderado de mercado de ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Remuneração baseada em ações, a serem entregues diretamente aos beneficiários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui e não possuiu, nos últimos três exercícios sociais, planos de outorga ações a serem entregues diretamente aos beneficiários (observado o disposto nos itens 8.5 a 8.8 acima).

8.10 Outorga de ações

8.10. Outorga de ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui e não possuiu, nos últimos três exercícios sociais, planos de outorga ações a serem entregues diretamente aos beneficiários (observado o disposto nos itens 8.5 a 8.8 acima).

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui e não possuiu, nos últimos três exercícios sociais, planos de outorga ações a serem entregues diretamente aos beneficiários (observado o disposto nos itens 8.5 a 8.8)

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Precificação das ações/opções

a) *modelo de precificação*

O valor para cálculo da Remuneração Variável de Longo Prazo é dado pela média dos últimos 30 pregões anteriores, ponderada pelo volume, das cotações das ações da JBS no fechamento da divulgação do resultado do anual.

b) *dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*

A premissa utilizada no modelo de precificação é o preço médio ponderado das ações: média ponderada da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões que antecedem a data da publicação do resultado anual.

c) *método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*

Não aplicável.

d) *forma de determinação da volatilidade esperada*

O valor unitário do incentivo de longo prazo é determinado pela média dos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data da publicação do resultado e não é influenciado pela volatilidade da ação.

e) *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

A Remuneração Variável de Longo Prazo é atrelada à valorização das ações da JBS, na forma de um valor unitário equivalente a uma quantidade de ações e não mais em formato de opções de compra de ações.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Participações detidas por órgão

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Órgão	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	140.707	0,01%
Diretoria	11.810.776	0,53%
Conselho Fiscal	0	0%

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

8.14 Planos de previdência

8.14. Planos de previdência

Não aplicável, uma vez que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários na data deste Formulário de Referência.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	5	5	5	9	9	8,91	4	4	4
Nº de membros remunerados	5	5	5	9	9	8,91	4	4	4
Valor da maior remuneração Real	55.940.575,07	52.686.389,00	33.783.980,00	792.000,00	720.000,00	558.000,00	521.900,00	443.984,00	443.984,00
Valor da menor remuneração Real	8.154.320,07	9.189.992,16	6.252.083,00	763.400,00	720.000,00	558.000,00	521.900,00	443.984,00	443.984,00
Valor médio da remuneração Real	24.805.452,63	24.219.102,71	15.632.665,97	788.822,00	720.000,00	556.094,00	521.900,00	444.909,00	443.984,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2021	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra 'b' do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.	
31/12/2020	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra 'b' do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2021	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra 'b' do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.	
31/12/2020	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra 'b' do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2021		A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra 'b' do item 13.2, observando que o conselheiro não reeleito em Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2021 recebeu o valor integral da remuneração de abril, equivalente a 30 dias, fazendo com que tal média fosse superior ao "valor da maior remuneração" indicado acima. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.
31/12/2020	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra 'b' do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**8.17. Percentual partes relacionadas na remuneração**

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	11,11%	20%	-*_-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	11,11%	20%	-*_-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	11,11%	20%	-*_ _

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	11,11%	20%	-*_-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	11,11%	20%	-*_-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	11,11%	20%	-*_-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	11,11%	20%	-*_-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	11,11%	20%	-*_-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	11,11%	20%	-*_-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	11,11%	20%	-*_-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	11,11%	20%	-*_-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	11,11%	20%	-*_-

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Remuneração – Outras funções

Não foi reconhecido no resultado da Companhia, nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão, para o exercício social corrente, de nenhum outro valor remuneratório para além das anteriormente informados no item 8.2

8.18 Remuneração - Outras funções

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Remuneração reconhecida no controlador/controlada

Não aplicável.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Outras informações relevantes

Foi submetida à deliberação da assembleia geral de acionistas da Companhia como proposta de montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o exercício social de 2023, em regime de competência, o valor de até R\$ 270.422.226,01 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos). Importante ressaltar, contudo, que tal valor abrange a remuneração de membros independentes do Comitê de Auditoria Estatutário que não são membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal da Companhia – de modo que a diferença entre **(i)** o valor submetido à assembleia geral e **(ii)** a projeção de remuneração para o exercício 2023 indicada no item 8.2 acima refere-se justamente à remuneração de tais membros independentes do Comitê de Auditoria Estatutário.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	011274		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	10.830.108/0001-65	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
03/04/2018	03/04/2018		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício a findar-se em de 31 de dezembro de 2018 até 2022 revisão das Informações Trimestrais – ITR para os trimestres a findarem em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018 até 2022 estritamente para as empresas JBS, preparadas de acordo com as normas nacionais e internacionais de contabilidade (CPC e as IFRS) e procedimentos pré-acordados no âmbito das ofertas públicas subsequentes de ações, com esforços restritos, de emissão da Companhia.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Conforme contrato de prestações de serviços para o exercício de 2022, os auditores independentes da Companhia, em contrapartida aos serviços de auditoria contábil, receberão honorários que totalizam o valor bruto de R\$ 10,4 milhões. Não serão recebidos quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável, uma vez que não houve substituição da Grant Thornton desde sua contratação.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável, uma vez que não houve substituição da Grant Thornton no período.			

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
31/03/2023	31/03/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício a findar-se em de 31 de dezembro de 2023 revisão das Informações Trimestrais – ITR para os trimestres a findarem em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023 estritamente para as empresas JBS, preparadas de acordo com as normas nacionais e internacionais de contabilidade (CPC e as IFRS) e procedimentos pré-acordados no âmbito das ofertas públicas subsequentes de ações, com esforços restritos, de emissão da Companhia.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
n.a			
Justificativa da substituição			
A Companhia esclarece que considerou a sinergia na escolha da mudança do auditor independente, visto que a KPMG já realiza serviços de auditoria independente nas maiores empresas subsidiárias da JBS			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
n.a			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 - Política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não aplicável, tendo em vista que a contratação dos auditores não englobam outros serviços além de auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 - Outras Informações relevantes

Conforme divulgado no dia 31/03/2023, via comunicado a mercado, a Companhia, após a manifestação favorável da totalidade dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração, em reunião realizada em 31 de março de 2023, aprovou a contratação da KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 57.755.217/0001-29, com sede na Rua Verbo Divino, 1400 – 4º andar Cep 04719-002 – São Paulo/SP (Código CVM nº 00418-9) ("KPMG"), em substituição à Grant Thornton Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.830.108/0001-65, com sede na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº105, Torre 4, Conjunto 121, Cidade Monções, São Paulo/SP, (Código CVM nº 1127-4) ("Grant Thorton") para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia. O início das atividades da KPMG se dará a partir da revisão das informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2023. A Companhia esclarece que considerou a sinergia na escolha da mudança do auditor independente, visto que a KPMG já realiza serviços de auditoria independente nas maiores empresas subsidiárias da JBS, o que atualmente corresponde a mais de 86% da receita líquida da JBS.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	6683	7160	0	0	19
Não-liderança	100051	144748	4	0	614
TOTAL = 259.279	106734	151908	4	0	633

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	157	7661	701	1428	23	3892	0
Não-liderança	5462	92854	27992	54934	2014	62161	0
TOTAL = 259.279	5619	100515	28693	56362	2037	66053	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	1421	9475	2966
Não-liderança	80101	118952	46364
TOTAL = 259.279	81522	128427	49330

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	311	242	1206	2775	1627	7701
Não-liderança	6690	4126	33952	39606	53344	107699
TOTAL = 259.279	7001	4368	35158	42381	54971	115400

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	1871	5130	0	0	0
Nordeste	1006	3362	0	0	0
Centro-Oeste	13621	21537	0	0	0
Sudeste	17898	24483	0	0	0
Sul	27497	27474	0	0	0
Exterior	44841	69922	4	0	633
TOTAL = 259.279	106734	151908	4	0	633

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	128	1557	629	4629	14	44	0
Nordeste	41	848	1056	2407	1	15	0
Centro-Oeste	563	10006	2191	21493	750	155	0
Sudeste	310	22360	4349	15057	33	272	0
Sul	887	36048	2935	11761	910	2430	0
Exterior	3690	29696	17533	1015	329	63137	0
TOTAL = 259.279	5619	100515	28693	56362	2037	66053	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	2951	3464	586
Nordeste	1172	2827	369
Centro-Oeste	13761	17305	4092
Sudeste	14317	22417	5647
Sul	21769	26030	7172
Exterior	27552	56384	31464
TOTAL = 259.279	81522	128427	49330

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

País	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Brasil	5.502	5.275	4.037
Argentina	0	0	0
Austrália	1.738	1.786	1.074
Estados Unidos	8.295	n.a	n.a
Europa	2.585	2.627	1.827
Outros (Uruguai, Paraguai, China, Hong Kong, Canadá, Vietnã e México) ¹	213	400	2.003
Total	18.333	10.088	8.941

(1) O valor indicado não inclui o número de terceirizados nos Estados Unidos, uma vez que a Companhia possui diversas plantas nessa localidade com colaboradores terceirizados.

(c) índice de rotatividade

A tabela abaixo mostra o índice de rotatividade para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Índice de Rotatividade (%)		
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
38	35	21

10.2 Alterações relevantes

10.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve alteração expressiva do número de colaboradores no exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 para 31 de dezembro de 2022.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) *política de salários e remuneração variável*

A Companhia possui uma Política de Remuneração, aprovada pelo comitê de remuneração, que define os critérios e responsabilidades no processo de pagamento remuneração aplicada à Companhia e visa proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais melhores qualificados. A política é válida para todos os níveis hierárquicos da empresa, de todas as filiais da Companhia. Conforme previsto na Política de Remuneração, a Companhia possui uma área corporativa de Remuneração e Benefícios que é responsável por (i) manter as estruturas salariais e de cargos atualizada, mediante estudos, distribuí-las no grupo da Companhia e aplicar suas regras; (ii) avaliar continuamente a aderência de todas as regras e sugerir eventuais alterações; e (iii) disponibilizar ferramentas e sistemas compatíveis com a necessidade da Companhia e capacitar os envolvidos no processo. A diretoria de Recursos Humanos do negócio é responsável por aprovar a Política de Remuneração e garantir sua aplicação, bem como sinalizar eventuais necessidades de mudança para a área corporativa.

b) *política de benefícios*

Além dos benefícios concedidos pela legislação aplicável, a Companhia oferece a todos os seus empregados no Brasil auxílio alimentação, auxílio-refeição e transporte e demais benefícios provenientes de acordos e convenções coletivas de trabalho, além dos benefícios citados a empresa oferece de livre escolha dos colaboradores plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida. A Companhia oferece a todos os seus empregados nos EUA e no México, além dos benefícios previstos em lei, plano de saúde, plano odontológico e plano de aposentadoria. Nos Estados Unidos e na Austrália, o grupo JBS proporciona certos benefícios a substancialmente todos os empregados assalariados. Eles incluem benefícios de saúde e bem-estar, seguro de incapacidade e de vida, reembolso de educação e instrução e programa de assistência ao empregado. A Companhia oferece a todos os seus empregados no México, além dos benefícios previstos em lei, plano de saúde, plano odontológico e plano de aposentadoria. A Companhia oferece a todos os seus empregados no Canadá, além dos benefícios previstos em lei, plano de saúde. Plano odontológico, seguro de vida. Na Europa oferece a todos os seus empregados, além dos benefícios previstos em lei, incluem benefícios de programas de saúde e preocupação com o bem-estar social. Além do descrito acima, a Companhia possui ainda empregados em números irrelevantes em outros países, de modo que a Companhia não constituiu uma política de benefícios específica para tais empregados, mas seguem os benefícios previstos na legislação de cada uma das localidades.

c) *características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:*

Para maiores informações, vide item 8.4 deste Formulário de Referência

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A maioria dos mais de 140 mil colaboradores da Companhia alocados em suas unidades produtivas no Brasil ocupam cargos operacionais e, portanto, com uma remuneração mais próxima ao piso salarial da categoria, definida por meio de acordo e/ou convenção coletiva e alinhada às demais remunerações de empresas do setor. A razão entre a maior remuneração individual reconhecida no resultado do emissor no último exercício social é 1.100 vezes maior do que remuneração individual dos empregados. Vale mencionar que a remuneração dos executivos leva em consideração desafios, desempenho e resultados atrelados à uma companhia de porte global, além dos requisitos técnicos, competências e experiência profissional para o pleno desempenho dos cargos. A Companhia ressalta que referida razão pode não refletir adequadamente a razão global da Companhia, na medida em que ele não contempla a remuneração paga nos demais países e continentes em que a Companhia opera (e.g. EUA, Canadá, México, Europa, Ásia).

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Relações entre o emissor e sindicatos

Em função de suas diversas áreas de atuação, a JBS está sujeita em âmbito nacional à vários Sindicatos da categoria que pertencem e salienta que não deixa de ouvir essas representações, porém, sem lançar mão da livre concorrência de mercado, da legislação vigente e da negociação direta com cada sindicato das localidades em que a empresa está presente, o que garante um relacionamento conforme. Acreditamos possuir boas e diretas relações com nossos colaboradores e com os sindicatos que os representam. Não temos histórico de greve efetiva nos últimos três exercícios sociais. Apenas para constar, no ano de 2021, tivemos apenas uma manifestação isolada conforme descrita no quadro abaixo, sem participação do Sindicato, durante um dos intervalos, acerca de pausas e que foi demonstrada que a situação estava adequada a legislação.

Quadro com referência aos movimentos paretistas na JBS, incluindo Seara:

Histórico	Ano	Divisão/Unidade	Mês	Período	Funcionamento Unidade	Motivação	Situação	Outros / % participantes
JBS S.A.	2014	Carnes-Diamantino	Maio	14 dias	Normal	Negociações salariais CCT	Condições aplicadas	aprox. 30% do quadro de empregados
		Carnes - Campo Grande I	Maio	1 dia	Normal	Negociações salariais CCT	Condições acordo no dissídio aplicadas	aprox. 7% quadro de empregados
		Carnes - São Miguel Guaporé	Setembro	14 dias	Normal	Negociações salariais ACT	Condições aplicadas	aprox. 20% do quadro de empregados
	2015	Couros - Lins	Outubro	37 dias	Normal	Negociações salariais CCT	Condições aplicadas	
SEARA	2014	Aves - Forquilha	Dezembro	8 dias	Parcial	Negociações salariais ACT	Condições aplicadas	
		Aves-Nova Veneza	Dezembro	1 dia	Parcial	Negociações salariais	Condições aplicadas	aprox. 100 empregados
	2015	Aves - Amparo	Junho	1 dia	1º e 2º turno	Negociações salariais	Condições aplicadas	-
	2016	Aves-Tangará da Serra	Abril	1 dia	Parcial	redução de horas extras	Condições aplicadas	50% do quadro do setor Granjas
			Maio	3 dias	Parcial	Negociações salariais ACT	Condições aplicadas	1º turno
				3 dias	Não operou	Negociações salariais ACT	Condições aplicadas	Horas descontadas 50%set e 50%Out
				1 dia	Parcial	Negociações salariais ACT	Condições aplicadas	Retomada das atividades. Horas compensadas.
	2021	Sidrolândia	Outubro	0	Normal	Pausas - questionamento	Dúvidas esclarecidas e procedimentos adequados a legislação.	Intervalo - sem impacto na operação. Aprox. 50 empregados

10.5 Outras informações relevantes

10.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 10.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia possui um Comitê de Partes Relacionadas, de assessoramento do Conselho de Administração, submetido à legislação e à regulamentação aplicáveis, ao disposto no Estatuto Social Companhia, ao Regimento Interno do Comitê de Partes Relacionadas e à Política para Transações com Partes Relacionadas, que visa a assegurar que as transações da Companhia e de suas controladas e coligadas, envolvendo partes relacionadas sejam realizadas levando em consideração em primeiro lugar o melhor interesse da Companhia, em condições ordinárias de mercado, negociadas de forma independente, ética, em conformidade com a legislação vigente e em termos não menos favoráveis à Companhia do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são partes relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares e de forma a assegurar a comutatividade das transações, com plena independência e absoluta transparência.

A Companhia adota uma Política para Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece diretrizes e consolida procedimentos e controles em conformidade com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas.

Em reunião realizada em 26 de junho de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política para Transações com Partes Relacionadas (“Política de Partes Relacionadas”) e em 11 de agosto de 2022, aprovou a alteração da Política de Partes Relacionadas que visa assegurar o melhor interesse da Companhia, a igualdade e a transparência aos seus acionistas, investidores e mercado em geral. A Política de Partes Relacionadas se aplica à Companhia e suas controladas, bem como aos seus colaboradores e administradores.

Conforme previsto na Política de Partes Relacionadas, as transações devem ser realizadas em condições de mercado e de acordo com as demais práticas utilizadas pela administração da Companhia, celebradas por escrito, especificando suas principais características e condições, demonstradas de forma expressa as razões que levaram a Companhia a não contratar com terceiros e estar claramente divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme os critérios de materialidade trazidos pelas normas contábeis. Deverão ser observados os seguintes critérios para a aprovação de Transações com Partes Relacionadas: (a) Deverão ser aprovadas pelo Diretor Executivo da área contratante as Transações com Partes Relacionadas de valor menor ou igual a R\$ 1.000.000,00, consideradas individual ou cumulativamente em uma mesma transação e no período de 12 meses; (b) Deverão ser aprovadas pelo Comitê de Partes Relacionadas as Transações com Partes Relacionadas de valor maior que R\$ 1.000.000,00 e igual ou inferior a R\$ 100.000.000,00 consideradas individual ou cumulativamente em uma mesma transação e no período dos últimos 12 meses; (c) Deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia as Transações com Partes Relacionadas de valor superior a R\$ 100.000.000,00 e igual ou inferior a mais de 50% do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado consideradas individual ou cumulativamente, em uma mesma transação e no período dos últimos 12 meses; (d) Deverão ser aprovadas pelos acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Transações com Partes Relacionadas caso

11.1 Regras, políticas e práticas

o valor da transação corresponda a mais de 50% do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

O Comitê visa assegurar que as transações da Companhia e de suas controladas e coligadas, envolvendo partes relacionadas (“Partes Relacionadas”, conforme definidas na Política de Partes Relacionadas) sejam realizadas levando em consideração em primeiro lugar o melhor interesse da Companhia, em condições ordinárias de mercado, negociadas de forma independente, ética, em conformidade com a legislação vigente e em termos não menos favoráveis à Companhia do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são Partes Relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares. Caso haja violação aos termos da Política de Partes Relacionadas, o Conselho de Administração da Companhia deve analisar suas condições e adotar a medida cabível à parte relacionada envolvida nos atos em desacordo com as diretrizes da Companhia. Tanto o Regimento Interno do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia quanto a Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia são documentos públicos e estão disponíveis para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>).

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
JBJ Agropecuária Ltda.	08/05/2013	961.500.705,42	4.625.410,76	961.500.705,42	Prazo Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por integrante da família dos maiores acionistas indiretos da Companhia, porém sem qualquer participação acionária na J&F Investimentos S.A., controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Fornecimento de gado às unidades de abate da Companhia. O valor das transações oscila conforme o número de animais abatidos e as condições de mercado. As transações são individualmente formalizadas por meio de notas de negociação, onde constam os valores, termos e condições específicos de casa negócio, incluindo data de entrega e unidade responsável pelo abate.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	A nota de negociação poderá ser rescindida pela Companhia nos casos de descumprimento das declarações e compromissos estabelecidos, fechamento de fronteiras interestaduais, problemas sanitários que impeçam o transporte dos bovinos ou do produto do abate.					
Natureza e razão para a operação	A compra de gado da JBJ está alinhada à estratégia comercial e supre parte da demanda por animais de altíssima qualidade, para direcionamento às marcas premium da Companhia, como Swift Black e 1953. Também garante estabilidade e segurança no abastecimento. As transações observam condições compatíveis com as praticadas com fornecedores em mercados internacionais, em qualquer caso, não há obrigação de exclusividade com a JBJ ou de aquisição de um número mínimo de cabeças em determinado período.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Eldorado Brasil Celulose S.A.	20/03/2011	8.883.413,23	320.540,76	8.883.413,23	Prazo Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela J&F Investimentos S.A., acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de produtos acabados (a exemplo de kits natalinos) e consumíveis para utilização em refeitórios de unidades da Eldorado; prestação de serviços de frete de celulose; aluguel de imóvel administrativo e serviços de data center. O valor das transações oscila conforme a curva de oferta e demanda dos produtos vendidos e fretes contratados.					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Rescisão em caso de recuperação judicial de qualquer das partes; atos do governo ou alteração de legislação que impeçam a execução dos contratos; Rescisão por descumprimento contratual, de natureza pecuniária ou não.					
Natureza e razão para a operação	As transações são recorrentes e efetuadas no curso normal dos negócios e condições de mercado.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Instituto Germinare	04/07/2013	178.830.981,95	0,00	178.830.981,95	Prazo Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Entidade civil sem fins lucrativos fundada pela J&F Investimentos S.A., controladora da Companhia.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Doações para manutenção do Instituto que oferece educação gratuita e de alta qualidade, com objetivo de formar futuros líderes. As doações são efetuadas conforme as necessidades do Instituto e a disponibilidade de recursos da Companhia.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A Companhia é a principal mantenedora do Instituto Germinare, escola de negócios voltada para jovens, cujo objetivo é formar futuros líderes, oferecendo educação gratuita e de alta qualidade.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.	26/04/2011	338.852.983,66	43.198.448,34	338.852.983,66	Industrialização: 01.01.2022 (renovação anual) Demais transações: Prazo Indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela J&F Investimentos S.A., acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Fornecimento de produtos (sebo, óleo de palmiste, óleo de babaçu, latas e sabonetes) e prestação de serviços de industrialização por encomenda de sabonetes pela Companhia à Flora. As transações são individualmente formalizadas por meio de pedidos de compra com termos e condições específicos de cada negócio. Com relação ao sebo, óleos e latas, o valor das transações oscila conforme a curva de oferta e demanda dos produtos vendidos e as condições de mercado. Para os sabonetes, os preços de venda correspondem a uma porcentagem do valor do produto final, variando em função do custo do produto. A prestação de serviços de industrialização terá duração até janeiro de 2021, as demais transações, possuem prazo indeterminado.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Para industrialização de produtos: rescisão automática em caso de recuperação judicial de qualquer das partes; atos do governo ou alteração de legislação que impeçam a execução do contrato; Rescisão por justa causa em função de descumprimento contratual. Rescisão imotivada com notificação prévia de 90 dias.					
Natureza e razão para a operação	As relações de fornecimento com a Flora, representam importante alternativa para o escoamento de matéria prima e produtos industrializados que integram o objeto social da Companhia. As transações com a Flora são realizadas conforme a curva de oferta e demanda e o preço de mercado, observando condições comerciais praticadas pela Companhia com seus demais clientes. Não há obrigação de exclusividade com a Flora.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Banco Original S.A.	16/06/2015	29.359.280.598,98	2.194.667.878,63	359.093.865,38	Prazo indeterminado	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Sociedade controlada por integrantes da família dos maiores acionistas controladores indiretos da Companhia, porém sem qualquer participação acionária na J&F Investimentos S.A., acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Antecipação de valores a receber, mediante cessão ao Banco Original dos recebíveis detidos contra determinados clientes, do mercado interno ou externo, sem coobrigação das cedentes. Manutenção de saldos e aplicações financeiras. O valor das transações oscila conforme as necessidades de capital de giro da Companhia, a demanda do Banco Original e a disponibilidade de recebíveis que preencham os requisitos para serem cedidos.					
Garantia e seguros	As cessões de crédito são implementadas por meio da formalização de termos de cessão, sem coobrigação da cedente.					
Rescisão ou extinção	Rescisão automática em caso de recuperação judicial de qualquer das partes; Resolução por justa causa em função de descumprimento contratual não sanado em até 30 dias após recebimento de notificação a esse respeito. Resolução imotivada com notificação prévia de 30 dias.					
Natureza e razão para a operação	A antecipação de faturamento mediante cessão de recebíveis é um mecanismo importante para a gestão do fluxo de caixa da Companhia. As cessões de crédito são efetuadas sem coobrigação, mediante a transferência definitiva dos riscos dos recebíveis ao Banco Original. Não há obrigação de exclusividade com o Banco Original. A taxa de desconto praticada com o Banco Original é mais vantajosa do que as demais alternativas disponíveis à Companhia.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Meat Snacks Partners do Brasil Ltda. ("MSPB")	29/11/2011	445.482.641,44	3.674.864,55	445.482.641,44	Prazo Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade empresária limitada constituída no Brasil, indiretamente controlada de forma compartilhada, pela Companhia e pela Link Snacks Inc. ("Link Snacks"), sociedade norte americana com sede no Estado de Wisconsin, nos termos do Joint Venture Agreement celebrado entre as partes em 2010 ("JV"). Ressalta-se que a Link Snacks, parceira na JV, não é uma parte relacionada da Companhia ou da J&F Investimentos S.A., acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Locação pela Meat Snack de 2 fábricas da Companhia no Brasil, equipadas para produzir beef jerky e snacks a base de proteína animal. A Companhia, e/ou suas controladas, fornecem matéria prima à Meat Snack, a preço de mercado, conforme demanda. A Meat Snack, por sua vez, processa a matéria prima e vende os produtos finais para Link Snacks reprocessar, embalar e distribuir nos EUA e outros destinos, incluindo o Brasil. Os preços de venda dos produtos finais pela Meat Snack, variam em função do custo de produção e da variação cambial. A Companhia é remunerada, portanto, (i) pela venda da matéria prima, (ii) pela locação das unidades de produção; e (iii) pelos dividendos proporcionais que recebe no âmbito da JV, a partir da operação da Meat Snack.					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Tendo em vista que a Meat Snack é resultado da JV, na qual a Companhia possui 50% de participação, as condições de rescisão estão sempre associadas à duração da parceria e do investimento.					
Natureza e razão para a operação	Transações efetuadas no curso normal dos negócios, a preço e demanda de mercado, conforme as necessidades da Companhia. Transações individualmente formalizadas em pedidos de compra, com termos e condições específicos de cada negócio. Não há obrigação de exclusividade de venda das matérias primas. Tendo em vista que a Meat Snacks é resultado da JV, as condições comutativas - serão sempre observadas como premissas das transações - e o desenvolvimento e a rentabilidade são os resultados almejados pela Companhia para esse investimento.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2

(n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Para tratar conflitos de interesse, adotamos práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, e do Regulamento do Novo Mercado.

A Companhia possui um Código de Conduta e Ética para os colaboradores que prevê que seus colaboradores devem atuar sempre no melhor interesse da Companhia e que as transações com partes relacionadas devem seguir as condições do mercado, realizadas com transparência e sempre no melhor interesse da Companhia.

De acordo com a Política para Transações com Partes Relacionadas, havendo Transações com Partes Relacionadas que necessitem de aprovação do Conselho de Administração da Companhia, caso haja algum membro do Conselho de Administração impedido de deliberar a respeito da matéria em virtude de potencial conflito de interesse, este deverá declarar-se impedido, explicando seu envolvimento na respectiva transação e fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a transação. Ainda, as recomendações dos membros do Comitê de Partes Relacionadas deverão ser tomadas visando os interesses da Companhia, de modo que os membros deverão ser independentes com relação à matéria objeto de recomendação. Aquele que não for independente da matéria em discussão deverá manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesses ou interesse particular, podendo outro membro manifestá-lo, caso o mesmo não o faça. (a) Independentemente de haver ou não o conflito de interesses, nenhum membro de Comitê poderá participar de deliberação que envolva parente ou empresa da qual seja, direta ou indiretamente, sócio, acionista, administrador ou, ainda, empregado ou prestador de serviços. (b) É vedado aos membros intervir e/ou deliberar em qualquer operação em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na recomendação a respeito do conflito de interesses tomada pelos demais membros do Comitê, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata a natureza e extensão do seu interesse. (c) Todas as matérias de deliberação do Conselho de Administração que envolvam situações de potencial conflito de interesses deverão ser pautadas para análise e recomendação do Comitê de Partes Relacionadas, não eximindo a possibilidade de ser pautada para análise e recomendação dos demais Comitês, quando relacionar-se às competências deste Comitê.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

(o) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações da Companhia observam caráter estritamente comutativo pois as cláusulas econômicas e financeiras de suas contratações são compatíveis com as praticadas no mercado em atos ou negócios jurídicos versando sobre bens ou serviços substitutos, cuja utilidade pode ser obtida com a mesma forma e intensidade e, desta forma, não geraram benefícios ou prejuízos indevidos às partes relacionadas envolvidas.

Adicionalmente, todas as transações com partes relacionadas são realizadas em condições semelhantes às transações com partes não relacionadas e são verificadas mediante a aplicação dos seguintes princípios: (i) da competitividade (preços e condições dos produtos e serviços compatíveis com os praticados no mercado à época de sua realização); (ii) da conformidade (aderência dos serviços prestados e produtos fornecidos aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); e (iii) da transparência e reporte adequado das condições acordadas em Transações com Partes Relacionadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia. Na negociação de Transações com Partes Relacionadas devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia e suas controladas e coligadas com terceiros, observando-se sempre o melhor interesse da Companhia.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
11/05/2022		23.631.071.304,24	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
2.218.116.370	0	2.218.116.370	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
11/05/2022		23.631.071.304,24	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
2.218.116.370	0	2.218.116.370	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
11/05/2022		23.631.071.304,24	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
2.218.116.370	0	2.218.116.370	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/04/2016		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.375.853.183	0	1.375.853.183	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros – Direitos e regras:

Não aplicável, tendo em vista que a companhia não é uma emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	9ª emissão simples de debêntures simples
Data de emissão	15/09/2022
Data de vencimento	11/09/2037
Quantidade	1.563.976
Valor nominal global R\$	1.563.976.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.606.463.682,56
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP. As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados nos termos da Instrução CVM nº 476 e depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>I) a partir de 15 de setembro de 2023 (inclusive), a seu exclusivo critério, sendo o valor a ser pago pela Devedora em relação a cada uma das Debêntures da respectiva série será equivalente ao valor indicado no item (a) ou no item (b) a seguir, dos dois o maior: a) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série; ou b) Valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série e da Remuneração das Debêntures da respectiva série, utilizando como taxa de desconto (a) a taxa interna de retorno da United States Treasury constant maturities ("Yield Treasury") com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Debêntures 1ª Série, segundo a cotação indicativa divulgada pelo Federal Reserve no mais recente relatório Federal Reserve Statistical Release H.15(519), disponível em sua página na rede mundial de computadores (https://www.federalreserve.gov/releases/h15) apurada no 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério das Debêntures 1ª Série, acrescida de 0,30% para as Debêntures 1ª série; (b) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximado equivalente à duration remanescente das Debêntures da respectiva série e (c) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximado equivalente à duration remanescente das Debêntures da respectiva série na data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no 2º Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério das Debêntures da respectiva série, calculado conforme fórmula constante na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série. II) a partir de 15 de setembro de 2023 (inclusive), em caso da não obtenção, pela Devedora, da prévia autorização dos Titulares do CRA reunidos em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, e, consequentemente, da Debenturista, para a realização de qualquer uma das operações descritas na Cláusula 8.2.1(xii) da Escritura de Emissão, seja em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Titulares dos CRA (em primeira ou segunda convocação) ou, uma vez instalada, da não obtenção do quórum de deliberação de que trata a Escritura de Emissão na referida assembleia ("Resgate Antecipado Facultativo Reorganização Societária" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, "Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento à Debenturistas do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 1ª Série e/ou do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 2ª Série e/ou do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 3ª Série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures aplicável sobre as Debêntures 1ª Série e/ou as Debêntures 2ª Série e/ou as Debêntures 3ª Série que serão objeto de resgate antecipado, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures 1ª Série e/ou das Debêntures 2ª Série e/ou das Debêntures 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) de um prêmio, incidente sobre o so</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Vencimento antecipado: As condições de vencimento antecipado encontram-se descritas na Cláusula 8.1 e 8.2 da Escritura de Emissão de Debêntures. Juros: A taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 1ª Série foi fixada em 4,7100% ao ano, com base em um ano de 360 dias corridos, a taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 2ª Série foi fixada em 6,3919% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis, e a taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 3ª Série foi fixada em 6,6614% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A debenturista poderá, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturista, que poderá ser conjunta ou individualizada por série das debêntures, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos titulares da debentures das respectivas série nos seguintes termos: (a) quando a matéria a ser deliberada referir interesses específicos de cada uma das séries das debêntures, quais sejam (i) alteração das características das respectivas séries; e (ii) demais assuntos específicos de cada uma das séries, então a respectiva assembleia geral será realizada separadamente, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instação e deliberação; e (b) quando a matéria a ser deliberada abranger interesses de todas as séries, os debenturistas, a qualquer tempo, reunir-se-ão em assembleia geral conjunta, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas de todas as séries.
Outras características relevantes	Não aplicável.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	8ª emissão simples de debêntures simples
Data de emissão	15/04/2022
Data de vencimento	13/04/2037
Quantidade	1.200.000
Valor nominal global R\$	1.200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.234.409.407,31
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP. As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados nos termos da Instrução CVM nº 476 e depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>I) a partir de 15 de abril de 2023 (inclusive), a seu exclusivo critério, sendo o valor a ser pago pela Devedora em relação a cada uma das Debêntures da respectiva série será equivalente ao valor indicado no item (a) ou no item (b) a seguir, dos dois o maior: a) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série; ou b) Valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série e da Remuneração das Debêntures da respectiva série, utilizando como taxa de desconto (a) a taxa interna de retorno da United States Treasury constant maturities ("Yield Treasury") com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Debêntures 1ª Série, segundo a cotação indicativa divulgada pelo Federal Reserve no mais recente relatório Federal Reserve Statistical Release H.15(519), disponível em sua página na rede mundial de computadores (https://www.federalreserve.gov/releases/h15) apurada no 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério das Debêntures 1ª Série, acrescida de 0,25% para as Debêntures 1ª série; (b) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2030 para as Debêntures 2ª Série ("NTNB 2030") e (c) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2035 para as Debêntures 3ª Série ("NTNB 2035"), ou na sua ausência, Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Debêntures da respectiva série na data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério das Debêntures da respectiva série, calculado conforme fórmula constante na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série. II) a partir de 15 de outubro de 2023 (inclusive), em caso da não obtenção, pela Devedora, da prévia autorização dos Titulares do CRA reunidos em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, e, consequentemente, da Debenturista, para a realização de qualquer uma das operações descritas na Cláusula Cláusula 8.2.1, (xi) da Escritura de Emissão, seja em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Titulares dos CRA (em primeira ou segunda convocação) ou, uma vez instalada, da não obtenção do quórum de deliberação de que trata a Escritura de Emissão na referida assembleia ("Resgate Antecipado Facultativo Reorganização Societária" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, "Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento à Debenturistas do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 1ª Série e/ou do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 2ª Série e/ou do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 3ª Série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures aplicável sobre as Debêntures 1ª Série e/ou as Debêntures 2ª Série e/ou as Debêntures 3ª Série que serão objeto de resgate antecipado, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures 1ª Série e/ou das Debêntures 2ª Série e/ou das Debêntures 3ª Série imediatamente anterior</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Vencimento antecipado: As condições de vencimento antecipado encontram-se descritas na Cláusula 8.1 e 8.2 da Escritura de Emissão de Debêntures. Juros: A taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 1ª Série foi fixada em 3,5300% ao ano, com base em um ano de 360 dias corridos, a taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 2ª Série foi fixada em 5,9626% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis, e a taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 3ª Série foi fixada em 6,0953% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A debenturista poderá, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturista, que poderá ser conjunta ou individualizada por série das debêntures, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos titulares da debentures das respectivas série nos seguintes termos: (a) quando a matéria a ser deliberada referir interesses específicos de cada uma das séries das debêntures, quais sejam (i) alteração das características das respectivas séries; e (ii) demais assuntos específicos de cada uma das séries, então a respectiva assembleia geral será realizada separadamente, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instação e deliberação; e (b) quando a matéria a ser deliberada abranger interesses de todas as séries, os debenturistas, a qualquer tempo, reunir-se-ão em assembleia geral conjunta, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas de todas as séries.
Outras características relevantes	Não aplicável.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	7ª emissão simples de debêntures simples
Data de emissão	15/12/2021
Data de vencimento	11/12/2036
Quantidade	1.148.844
Valor nominal global R\$	1.148.844.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.221.629.591,33
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP. As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados nos termos da Instrução CVM nº 476 e depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>I) a partir de 15 de dezembro de 2022 (inclusive), a seu exclusivo critério, sendo o valor a ser pago pela Devedora em relação a cada uma das Debêntures da respectiva série será equivalente ao valor indicado no item (a) ou no item (b) a seguir, dos dois o maior: a) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série; ou b) Valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série e da Remuneração das Debêntures da respectiva série, utilizando como taxa de desconto (a) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2030 para as Debêntures 1ª Série ("NTNB 2030") e (b) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2035 para as Debêntures 2ª Série ("NTNB 2035"), ou na sua ausência, Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Debêntures da respectiva série na data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério das Debêntures da respectiva série, calculado conforme fórmula constante na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série. II) a partir de 15 de junho de 2022 (inclusive), em caso da não obtenção, pela Devedora, da prévia autorização dos Titulares do CRA reunidos em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, e, conseqüentemente, da Debenturista, para a realização de qualquer uma das operações descritas na Cláusula 8.2.1, (xi) da Escritura de Emissão, seja em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Titulares dos CRA (em primeira ou segunda convocação) ou, uma vez instalada, da não obtenção do quórum de deliberação de que trata a Escritura de Emissão na referida assembleia ("Resgate Antecipado Facultativo Reorganização Societária" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, "Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento à Debenturistas do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 1ª Série e/ou do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 2ª Série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures aplicável sobre as Debêntures 1ª Série e/ou as Debêntures 2ª Série que serão objeto de resgate antecipado, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures 1ª Série e/ou das Debêntures 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) de um prêmio, incidente sobre o somatório do Valor Nominal Unitário Atualizado e da Remuneração devida, calculado nos seguintes termos ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Reorganização Societária" e, em conjunto com o Valor do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, "Valor do Resgate Antecipado Facultativo").</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Vencimento antecipado: As condições de vencimento antecipado encontram-se descritas na Cláusula 8.1 e 8.2 da Escritura de Emissão de Debêntures. Juros: A taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 1ª Série foi fixada em 5,8673% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis, e a taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 2ª Série foi fixada em 6,1977% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A debenturista poderá, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturista, que poderá ser conjunta ou individualizada por série das debêntures, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos titulares da debentures das respectivas série nos seguintes termos: (a) quando a matéria a ser deliberada referir interesses específicos de cada uma das séries das debêntures, quais sejam (i) alteração das características das respectivas séries; e (ii) demais assuntos específicos de cada uma das séries, então a respectiva assembleia geral será realizada separadamente, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instação e deliberação; e (b) quando a matéria a ser deliberada abranger interesses de todas as séries, os debenturistas, a qualquer tempo, reunir-se-ão em assembleia geral conjunta, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas de todas as séries.
Outras características relevantes	Não aplicável.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª emissão simples de debêntures simples
Data de emissão	15/04/2021
Data de vencimento	15/04/2031
Quantidade	1.650.000
Valor nominal global R\$	1.650.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.893.551.069,79
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP. As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados nos termos da Instrução CVM nº 476 e depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>I) a partir de 15 de abril de 2022 (inclusive), a seu exclusivo critério, sendo o valor a ser pago pela Devedora em relação a cada uma das Debêntures da respectiva série será equivalente ao valor indicado no item (a) ou no item (b) a seguir, dos dois o maior: a) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série; ou b) Valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série e da Remuneração das Debêntures da respectiva série, utilizando como taxa de desconto (a) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2028 para as Debêntures 1ª Série ("NTNB 2028") e (b) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2030 para as Debêntures 2ª Série ("NTNB 2030"), ou na sua ausência, Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Debêntures da respectiva série na data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério das Debêntures da respectiva série, calculado conforme fórmula constante na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série. II) a partir de 15 de outubro de 2021 (inclusive), em caso da não obtenção, pela Devedora, da prévia autorização dos Titulares do CRA reunidos em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, e, conseqüentemente, da Debenturista, para a realização de qualquer uma das operações descritas na Cláusula 8.2.1 (xi) da Escritura de Emissão, seja em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Titulares dos CRA (em primeira ou segunda convocação) ou, uma vez instalada, da não obtenção do quórum de deliberação de que trata a Escritura de Emissão na referida assembleia ("Resgate Antecipado Facultativo Reorganização Societária" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, "Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento à Debenturistas do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 1ª Série e/ou do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 2ª Série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures aplicável sobre as Debêntures 1ª Série e/ou as Debêntures 2ª Série que serão objeto de resgate antecipado, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Vencimento antecipado: As condições de vencimento antecipado encontram-se descritas na Cláusula 8.1 e 8.2 da Escritura de Emissão de Debêntures. Juros: A taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 1ª Série foi fixada em 4,9072% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis, e a taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 2ª Série foi fixada em 5,1323% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>A debenturista poderá, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturista, que poderá ser conjunta ou individualizada por série das debêntures, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos titulares da debentures das respectivas série nos seguintes termos:</p> <p>(a) quando a matéria a ser deliberada referir interesses específicos de cada uma das séries das debêntures, quais sejam (i) alteração das características das respectivas séries; e (ii) demais assuntos específicos de cada uma das séries, então a respectiva assembleia geral será realizada separadamente, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instação e deliberação; e (b) quando a matéria a ser deliberada abranger interesses de todas as séries, os debenturistas, a qualquer tempo, reunir-se-ão em assembleia geral conjunta, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas de todas as séries.</p>
Outras características relevantes	<p>Não aplicável.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª emissão simples de debêntures simples
Data de emissão	16/11/2020
Data de vencimento	18/11/2030
Quantidade	1.876.344
Valor nominal global R\$	1.876.344.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.229.593.405,35
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP. As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados nos termos da Instrução CVM nº 476 e depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>I) a partir de 16 de novembro de 2021 (inclusive), a seu exclusivo critério, sendo o valor a ser pago pela Devedora em relação a cada uma das Debêntures da respectiva série será equivalente ao valor indicado no item (a) ou no item (b) a seguir, dos dois o maior: a) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série; ou; ou b) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série e da Remuneração das Debêntures da respectiva série, utilizando como taxa de desconto (a) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2028 para as Debêntures 1ª Série ("NTNB 2028") e (b) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2030 para as Debêntures 2ª Série ("NTNB 2030"), ou na sua ausência, Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Debêntures da respectiva série na data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério das Debêntures da respectiva série, calculado conforme fórmula constante na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série. II) a partir de 15 de maio de 2021 (inclusive), em caso da não obtenção, pela Devedora, da prévia autorização dos Titulares do CRA reunidos em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, e, conseqüentemente, da Debenturista, para a realização de qualquer uma das operações descritas na Cláusula 8.2.1 (xi) da Escritura de Emissão, seja em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Titulares dos CRA (em primeira ou segunda convocação) ou, uma vez instalada, da não obtenção do quórum de deliberação de que trata a Escritura de Emissão na referida assembleia ("Resgate Antecipado Facultativo Reorganização Societária" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, "Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento à Debenturistas do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 1ª Série e/ou do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures 2ª Série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures aplicável sobre as Debêntures 1ª Série e/ou as Debêntures 2ª Série que serão objeto de resgate antecipado, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de 146 Remuneração das Debêntures 1ª Série e/ou das Debêntures 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) de um prêmio, incidente sobre o somatório do Valor Nominal Unitário Atualizado e da Remuneração devida, calculado nos seguintes termos ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Reorganização Societária" e, em conjunto com o Valor do Resgate Antecipado Facultativo a Exclusivo Critério, "Valor do Resgate Antecipado Facultativo")</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Vencimento antecipado: As condições de vencimento antecipado encontram-se descritas na Cláusula 8.1 e 8.2 da Escritura de Emissão de Debêntures. Juros: A taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 1ª Série foi fixada em 4,2957% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis, e a taxa de juros remuneratórios da Remuneração da 2ª Série foi fixada em 4,7218% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A debenturista poderá, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturista, que poderá ser conjunta ou individualizada por série das debêntures, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos titulares da debentures das respectivas série nos seguintes termos: (a) quando a matéria a ser deliberada referir interesses específicos de cada uma das séries das debêntures, quais sejam (i) alteração das características das respectivas séries; e (ii) demais assuntos específicos de cada uma das séries, então a respectiva assembleia geral será realizada separadamente, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instação e deliberação; e (b) quando a matéria a ser deliberada abranger interesses de todas as séries, os debenturistas, a qualquer tempo, reunir-se-ão em assembleia geral conjunta, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas de todas as séries.
Outras características relevantes	Não aplicável.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª emissão de debêntures simples
Data de emissão	11/10/2019
Data de vencimento	11/10/2024
Quantidade	568.049
Valor nominal global R\$	568.049.000,00
Saldo Devedor em Aberto	663.640.359,03
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP. As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados nos termos da Instrução CVM nº 476 e depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: A emissora poderá realizar o resgate antecipado sempre da totalidade das debêntures em qualquer uma das seguintes hipóteses: (a) a partir de 17 de maio de 2020, mediante pagamento à debenturista do valor nominal unitário das debêntures DI e do valor nominal unitário atualizado das debêntures IPCA, acrescido da respectiva remuneração das debêntures que serão objeto de resgate antecipado, calculada pro rata temporis e de um prêmio, conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures; (b) a partir de 01 de janeiro de 2020, em caso da não obtenção, pela emissora, da prévia autorização dos titulares do CRA reunidos em Assembleia Geral de Titulares dos CRA e, conseqüentemente, da debenturista para realização das operações previstas na Cláusula 8.2.1, (xi) da Escritura de Emissão de Debêntures, seja em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Titulares dos CRA ou, uma vez instalada, da não obtenção do quórum de deliberação, mediante pagamento à debenturista do valor nominal unitário das debêntures DI e do valor nominal unitário atualizado das debêntures IPCA, acrescido da respectiva remuneração das debêntures que serão objeto de resgate antecipado, calculada pro rata temporis e de um prêmio, conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento antecipado: As condições de vencimento antecipado encontram-se descritas na Cláusula 8.1 e 8.2 da Escritura de Emissão de Debêntures. Juros: Debêntures DI: 115,0% da Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, com base em um ano de 252 dias úteis. Debêntures IPCA: 4,5% ao ano, base de 252 dias úteis.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

A debenturista poderá, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturista, que poderá ser conjunta ou individualizada por série das debêntures, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos titulares da debentures das respectivas série nos seguintes termos:

(a) quando a matéria a ser deliberada referir interesses específicos de cada uma das séries das debêntures, quais sejam (i) alteração das características das respectivas séries; e (ii) demais assuntos específicos de cada uma das séries, então a respectiva assembleia geral será realizada separadamente, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação; e (b) quando a matéria a ser deliberada abranger interesses de todas as séries, os debenturistas, a qualquer tempo, reunir-se-ão em assembleia geral conjunta, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas de todas as séries.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 – Mercados de Negociação no Brasil

As ações da Companhia são negociação na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código "JBSS3".

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
ADR	JBSAY	Estados Unidos	Mercado de Balcão
Entidade Administradora			
OTCQX			
Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual	
01/12/2008	01/12/2008	1.68	
Segmento de Negociação	Descrição de Segmento de Negociação		
Sim	Mercado de balcão, sob o código "JBSAY".		
Proporção de Certificados de Depósito no Exterior	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Sim	Uma ADR representa 2 ações ordinárias de emissão da Companhia		
Banco Depositário	Descrição do Banco Depositário		
Sim	The Bank of New York Mellon		
Instituição Custodiante	Descrição da Instituição Custodiante		
Não			

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12. Valores mobiliários / 12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Gilberto Tomazoni	Diretor Presidente	Registrado	
Guilherme Perboyre Cavalcanti	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
		Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

13. Responsáveis pelo formulário / 13 – Declaração do Diretor Presidente

13.1 - Declaração do Diretor Presidente

Gilberto Tomazoni, Diretor Presidente da JBS S.A., declara que:

- a. Revisou o Formulário de Referência
- b. Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº80, em especial aos artigos 15 a 20.
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo das atividades do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13. Responsáveis pelo formulário / 13.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

13.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Guilherme Perboyre Cavalcanti, Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A., declara que:

- a. Revisou o Formulário de Referência
- b. Todas as informações contidas no Formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Resolução CVM nº80, em especial aos artigos 15 a 20.